



RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

UFERN

DIRIGENTES

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Chefe de Gabinete

Magda Maria Pinheiro de Melo

Procurador Geral

Giuseppi da Costa

Auditor Interno

Anailson Márcio Gomes

Ouvidor

Eliás Jacob de Menezes Neto

Pró-Reitora de Graduação

Maria Das Vitórias Vieira Almeida de Sá

Pró-Reitora Adjunta de Graduação

Elda Silva do Nascimento Melo

Pró-Reitora de Pesquisa

Sibele Berenice Castella Pergher

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa

Elaine Cristina Gavioli

Pró-Reitor de Pós-graduação

Rubens Maribondo do Nascimento

Pró-Reitora Adjunta de Pós-graduação

Fernanda Nervo Raffin

Pró-Reitor de Extensão

Aldo Aloísio Dantas da Silva

Pró-Reitor Adjunto de Extensão

Edvaldo Vasconcelos de Carvalho Filho

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Edmilson Lopes Júnior

Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis

José Pereira de Melo

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Mirian Dantas dos Santos

Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas

Joade Cortez Gomes

Pró-Reitora de Administração

Maria do Carmo Araújo de Medeiros

Pró-Reitora Adjunta de Administração

Izabel de Medeiros Coelho

Pró-Reitor de Planejamento

Josué Vitor de Medeiros Júnior

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento

Djalma Ribeiro da Silva

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretário de Relações Internacionais e Interinstitucionais

Márcio Venício Barbosa

Secretário de Gestão de Projetos

André Moraes Gurgel

Secretário de Governança Institucional

Severino Cesário de Lima

Secretário de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Zilmar Rodrigues de Souza

Secretário de Inclusão e Acessibilidade

Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo

Superintendente de Informática

Apuena Vieira Gomes

Superintendente de Infraestrutura

Luiz Pedro de Araújo

Superintendente de Comunicação

Sebastião Faustino Pereira Filho

Diretor da Agência de Inovação

Daniel de Lima Pontes

Superintendente do Hospital Universitário Onofre Lopes

Stenio Gomes Silveira

Superintendente da Maternidade Escola Januário Cicco

Luiz Murillo Lopes de Britto

Superintendente do Hospital Universitário Ana Bezerra

Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa

Diretora da Biblioteca Central Zila Mamede

Magnólia de Carvalho Andrade

Diretor da Editora Universitária

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana

Diretor do Museu Câmara Cascudo

Everardo Araújo Ramos

Diretor do Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos

Carlos José de Lima

Diretor do Núcleo Permanente de Concursos

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Diretora do Núcleo de Arte e Cultura

Teodora de Araújo Alves

Diretor do Complexo de Esportes e Eventos

Romilson de Lima Nunes

Diretor do Instituto Internacional de Física

Álvaro Ferraz Filho

Diretora do Instituto de Medicina Tropical
Selma Maria Bezerra Jerônimo

Diretor do Instituto do Envelhecer
Kênio Costa de Lima

Diretor do Núcleo de Redes Avançadas
Sérgio Vianna Fialho

Diretora do Centro de Ciências Exatas e da Terra
Jeanete Alves Moreira

Diretor do Centro de Ciências da Saúde
Antônio de Lisboa Lopes Costa

**Diretora do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes**
Maria Das Graças Soares Rodrigues

Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Maria Lussieu da Silva

Diretora do Centro de Educação
Jefferson Fernandes Alves

Diretor do Centro de Tecnologia
Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara Queiroz

Diretor do Centro de Biociências
Jeferson de Souza Cavalcante

Diretora do Centro de Ensino Superior do Seridó
Sandra Kelly de Araújo

Diretor do Instituto Metrópole Digital
José Ivonildo do Rêgo

Diretor da Escola de Música
Jean Joubert Freitas Mendes

Diretor da Escola Agrícola de Jundiá
Ivan Max Freire De Lacerda

Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
Joana Cristina Medeiros Tavares Marques

Diretor da Escola de Ciências e Tecnologia
Douglas do Nascimento Silva

Diretor do Instituto do Cérebro
Kerstin Erika Schmidt

Diretora da Escola de Saúde
Mércia Maria de Santi

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Pró-Reitor de Planejamento
Josué Vitor de Medeiros Junior

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento
Djalma Ribeiro da Silva

**Comissão Gerencial do Relatório de Gestão 2019
– Portaria Eletrônica nº 2171/2019-R, de 14 de
novembro de 2019**

Henio Ferreira de Miranda

Alexandre Flávio Silva de Queiroz

Apuena Vieira Gomes

Daniel Bessa de Menezes

Djalma Ribeiro da Silva

Luiz Pedro de Araújo

Halcima Melo Batista

Inauro Mano Evas

Joade Cortez Gomes

Josué Vitor de Medeiros Junior

Maria do Carmo Araújo de Medeiros F. de Oliveira

**Comissão com a finalidade de Elaborar o Relatório
de Gestão 2019 – Portaria Eletrônica nº 2172/2019-R,
de 14 de novembro de 2019**

Inauro Mano Evas

André Luis Veras de Sandes Freitas

Emmanuelle de Oliveira Ferreira

Fatima Pereira Gouvinhas

Heloiza Henê Marinho da Silva

Maria Pepita Vasconcelos de Andrade

Paulo Roberto Araújo Barbosa Pinheiro

Valeska Mariana Dias Melo

**Comissão de Editoração do Relatório de Gestão 2019
– Portaria Eletrônica nº 657/2020-R, de 21 de maio
de 2020**

Helton Rubiano de Macedo

Antonio Ivo Ferreira Lima

Cícero Batista de Oliveira Junior

Estéfane Melquíades - Bolsista de Apoio Técnico

Francisco Wildson Confessor

Kamyla Álvares Pinto

Luciano Vagno da Silva – Bolsista de Apoio Técnico

Marcos Paulo do Nascimento Pereira

Rafael Augusto Sordi Campos

Renata Karolyne Gomes Coutinho – Bolsista de Apoio
Técnico

SIGLAS

AD – Audiodescrição

AG – Número de alunos de Graduação

AGECOM – Agência de Comunicação

AGIR – Agência de Inovação da UFRN

AGU – Advocacia Geral da União

ALRN – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

APG – Número de alunos de Pós-graduação

APH – Adicional de Plantão Hospitalar

ASCOM – Assessoria de Comunicação

AUDIN – Auditoria Interna

BCZM – Biblioteca Central Zila Mamede

BRASECO – Empresa que opera o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal

BSC – Balanced Scored Card

CAENE – Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CB – Centro de Biociências

CC – Conceito de Curso

CCET – Centro de Ciências Exatas e da Terra

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CD – Cargo de Direção

CE – Centro de Educação

CEP – Comissão de Ética Pública da Presidência da República

CERES – Centro de Ensino Superior do Seridó

CF – Constituição Federal

CGTI – Comitê Gestor da Tecnologia de Informação

CGU – Controladoria Geral da União

CIENTEC – Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura

CIG – Curso Inicial para Gestores

CISST – Comissão Interna de Saúde e Segurança do Trabalho

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COESPE – Complexo de Esportes e Eventos da UFRN

COMPERVE – Núcleo Permanente de Concursos

COMUNICA – Superintendência de Comunicação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONCURA – Conselho de Curadores

CONDETUF – Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

CONSAD – Conselho de Administração

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

COPE – Coordenação de Políticas Estudantis

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso

CPDI – Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional

CPIA – Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade

CPPTAE – Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação

CPSI – Comissão Permanente de Segurança da Informação

CRC/RN – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte

CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos

CT – Centro de Tecnologia

DAS – Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor

DASAP – Divisão de Assistência Social e Ações de Permanência

DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DETACUSTO – Detalhamento de Custo

DGC – Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos

DL – Dispensa de Licitação

DMA – Diretoria de Meio Ambiente

DMP – Departamento de Material e Patrimônio

DSP – Diretoria de Segurança Patrimonial

DVP – Demonstrações das Variações Patrimoniais

EaD – Educação a Distância

EAJ – Escola Agrícola de Jundiá

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EC – Emenda Constitucional

ECT – Escola de Ciências e Tecnologia

EDUFRN – Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

eMAG – Modelo Eletrônico de Acessibilidade do Governo
EMCM – Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte
EMUFRN – Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ESUFRN – Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
FACISA – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
FG – Função Gratificada
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNS – Fundação Nacional de Saúde
FUNPEC – Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura
GADA – Grupo de Acometidos pela Doença do Alcoolismo
GEPG – Grau de Envolvimento com Pós-Graduação
GR – Gestão de Riscos
HUAB – Hospital Universitário Ana Bezerra
HUMANITAS – Instituto de Estudos Integrados
HUOL – Hospital Universitário Onofre Lopes
ICe – Instituto do Cérebro
ICT – Instituições de Ciência e Tecnologia
IEN – Instituto do Envelhecer
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IGC – Índice Geral de Cursos

iGestContrat – Índice de Capacidade em Gestão de Contratos
iGesTI – Índice de Capacidade em Gestão de TI
iGestPessoas – Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
IGG – Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
iGovPub – Índice de Governança Pública
IIF – Instituto Internacional de Física
IL – Inexigibilidade de Licitação
IMD – Instituto Metrópole Digital
IMG – Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação
IMT – Instituto de Medicina Tropical
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFRA – Superintendência de Infraestrutura
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP – Internet Protocol
IQ – Instituto de Química
IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
ISO – International Organization for Standardization
IVG – Índice de Crescimento de Vagas na Graduação
LA – Laboratório de Acessibilidade
LECA – Laboratório da Engenharia de Computação e Automação
LED – Light-emitting Diode
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LNC – Levantamento de Necessidades de Capacitação

LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
LSE – Legendagem para surdos e ensurdecidos
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCC – Museu Câmara Cascudo
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação
MEJC – Maternidade Escola Januário Cicco
MEMO – Módulo Eletrônico de Mensagens Oficiais
MP – Ministério do Planejamento
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPF – Ministério Público Federal
N – Norte
NAC – Núcleo de Artes e Cultura
NAPE – Núcleo de Aquicultura e Pesca
NAPP – Núcleo Avançado de Políticas Públicas
NBR 9050 – Norma de Acessibilidade em Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos
NCCEN – Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-rio-grandenses
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NE – Nordeste
NEC – Núcleo de Educação para Ciência
NEE – Necessidades Educacionais Especiais
NEI – Núcleo de Educação da Infância
NESC – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NUEMA – Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Meio Ambiente
NUPED – Núcleo de Pesquisas sobre Desastres

NUP-ER – Núcleo de Estudos em Petróleo e Energia Renováveis

NUPLAM – Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos

NuRA – Núcleo de Redes Avançadas

PAAFEP – Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-graduação

PAC – Planejamento Anual de Contratações

PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna

PAP – Programa de Atualização Pedagógica

PAQPG – Plano de Ação Quadrienal do Programa de Pós-graduação

PAS – Programa de Aconselhamento em Saúde

PASS – Política de Atenção à Saúde do Servidor

PATCG – Plano de Ação Trienal do Curso de Graduação

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PCQ – Política de Capacitação e Qualificação

PCT – Patent Cooperation Treaty

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação de Comunicação

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PEC-G – Programa de Estudantes Convênio de Graduação

PGMQ – Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade

PGTIC – Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

PHE – Projeto de Extensão Hábitos de Estudo

PL – Patrimônio Líquido

PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

PNE – Plano Nacional de Educação

PNSPI – Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

POSIC – Política de Segurança da Informação

PPA – Plano Plurianual

PPCI – Plano de Prevenção e Combate a Incêndio

PPG – Pró-reitoria de Pós-Graduação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPPP – Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa

PPRA – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais

PQI – Programa de Qualificação Institucional

PRINT – Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-graduação da UFRN

PROAD – Pró-reitoria de Administração

PROAE – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX – Pró-reitoria de Extensão

PROGERIS – Processo de Gestão de Riscos

PROGESP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

PROGIRES – Programa de Gestão Integrada de Resíduos

PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação

PROINFRA – Programa de Infraestrutura

PROMISAES – Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROPESQ – Pró-reitoria de Pesquisa

PROPLAN – Pró-reitoria de Planejamento

PROSAB – Projeto de Saúde Bucal do Servidor

PTI – Programa de Tutoria Inclusiva

QRSTA – Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RAP – Relação Aluno-Professor

RDC – Regime Diferenciado de Contratação

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RH – Recursos Humanos

RIA – Repositório de Informação Acessível

RN – Rio Grande do Norte

RPNP – Restos a Pagar Não-Processados

RPP – Restos a Pagar Processados

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

RT – Retribuição por Titulação

RU – Restaurante Universitário

RUF – Ranking Universitário da Folha

RUMUS – Rede Universitária de Museus

SAP – Semana de Avaliação e Planejamento

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEBTT – Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica

SEDIS – Secretaria de Educação a Distância
SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SESu – Secretaria de Educação Superior
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGI – Secretaria de Governança Institucional
SGP – Secretária de Gestão de Projetos
SIA – Secretaria de Inclusão e Acessibilidade
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIC-UFRN – Sistema de Informações de Custos da UFRN
SIG – Sistemas Integrados de Gestão
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINC – Sistema Integrado de Nomeações e Consultas
SINFO – Superintendência de Informática
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SI-PNI – Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização
SIRE – Sistema de Relatórios Especiais
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRI – Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUS – Sistema Único de Saúde
TAE – Técnico Administrativo em Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TED – Termos de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TIL – Tradução e Interpretação da Libras
TIRÉSIAS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos

TMFS – Taxa de Matrícula Fora de Sede
TMN – Taxa de Matrícula Noturna
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
TVU – Televisão Universitária
UATR – Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFERSA – Universidade Federal do Semi-árido
UFPE – Universidade Federal do Pernambuco
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG – Unidade Gestora
UGE – Unidade Gestora Executora
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VCGE – Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico
VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas



CPX2

STP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO
2019

UFERN

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Relatório de gestão 2019 [recurso eletrônico] / Universidade Federal do
Rio Grande do Norte. – Natal, RN : EDUFRN, 2020.
195 p. : il., PDF ; 10.560 Kb

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Relatórios. 2.
Universidades e faculdades – Administração – Relatórios.

RN/UF/BCZM	2020/38	CDD 378.8132
		CDU 378.4(813.2)(047)

Sumário

1	2	3	4	5
Mensagem do dirigente - 12				
1				
Visão geral organizacional e ambiente externo - 14				
	2			
Governança, estratégia e alocação de recursos - 34				
		3		
Gestão de Riscos, oportunidades e perspectivas - 74				
			4	
Resultados e desempenho da gestão - 88				
				5
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis - 168				



1 2 4 5 6 7

Mensagem do dirigente

Destina-se o presente documento a apresentar os resultados da administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2019. Além das informações financeiras pertinentes, trata de sua estrutura de governança, demonstrando como, da evolução do viés expansionista verificado, evolui para a consolidação de uma Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, com a respectiva reformulação dos programas. Ressalte-se que o processo de preparação e de apresentação deste Relatório se pautou na aplicação de uma construção coletiva, que buscou convergir as ideias dos distintos atores envolvidos.

Nesse sentido, põe-se em relevo a construção de um novo modelo de gestão estratégica, ancorada na elaboração do mapa que lhe concerne, contendo indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o *Plano de Gestão 2019-2023*. Destaca-se, igualmente, pela forte representação de uma nova visão de universidade pública, a conquista de 12 cartas-patentes – do total de 21 já concedidas – que tornam a UFRN destaque entre as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) das Regiões Norte e Nordeste com o maior número delas.

Registra-se, ainda, que, tendo em vista novos ganhos administrativos e pedagógicos, foram criadas a Agência de Inovação, a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade e – com a finalidade de otimizar as ações administrativas – a Secretaria de Governança Institucional.

Cumprindo, pois, sua missão de garantir boa formação acadêmica gratuita e valorizando a arte e a cultura em paralelo à ciência, à tecnologia e à inovação, a UFRN – comprometida em servir ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte – mantém-se fiel aos pressupostos firmados em mais de 60 anos de sua existência. Assim, na qualidade de seu gestor, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações apresentadas no presente Relatório são fidedignas com os registros oficiais disponíveis da UFRN, e que sua apresentação clara, concisa e objetiva cumpre as recomendações do TCU sobre a forma e o conteúdo do Relatório de Gestão.

José Daniel Diniz Melo
Reitor





1 Visão geral organizacional e ambiente externo



Com 61 anos de história, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com sede e foro na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Consoante o **Estatuto da Universidade**, as suas finalidades são as seguintes: ministrar educação em nível universitário; desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber; contribuir para o progresso nos diversos ramos do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; desenvolver e difundir o conhecimento; além de desenvolver e difundir a pesquisa científica. No cumprimento dessas finalidades, a Instituição não permite a superposição de meios para o alcance

de fins idênticos ou equivalentes. Por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, a Universidade executa as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, oferta educação formal como um bem público e um direito social, preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribuindo para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade. O ensino superior promove o desenvolvimento humano, econômico, ambiental e social, mediante a formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia. Assim, a UFRN assume, também, entre os seus compromissos, a democratização do acesso ao ensino superior, o engajamento na busca pela qualidade acadêmica, a adequação e a consolidação

da infraestrutura física, a reposição do quadro de servidores e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição, tendo como suporte o seu **Plano de Gestão 2015-2019** e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (**PDI 2010-2019**). Além da preocupação com a melhoria da qualidade acadêmica, a Universidade mantém articulação com a rede básica de ensino e com a sociedade de um modo geral, conforme preconiza sua missão institucional. Na visão de futuro, declarada no PDI 2010-2019, a UFRN contempla prioritariamente uma ação coletiva na qual a Instituição, em constante diálogo com vários segmentos sociais, contribui para a redução das diferenças regionais (ver Mapa Estratégico). No que tange à missão e à visão institucional, tem-se:



Missão

Educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

Visão

Ser uma universidade com inserção internacional e sustentabilidade em suas ações, com uso disseminado de tecnologias de informação e de comunicação nas práticas acadêmicas, flexibilidade curricular na formação e mobilidade interna e externa, mantendo a oferta de cursos em áreas estratégicas e qualidade da formação com novas modalidades e educação continuada e sendo referência em produção de conhecimentos em áreas de fronteira e estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico, buscando a inovação, com estreita interação com sociedade, poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais, induzindo políticas públicas e compartilhando conhecimento.

sociedade

Fortalecer o
valor público
da UFRN

desenvolvimento acadêmico

Promover a excelência
no ensino, na pesquisa,
na extensão e na inovação

Desenvolver metodologias
acadêmicas inovadoras

Articular as competências
da UFRN com a sociedade

Disseminar a inclusão
como política institucional

desenvolvimento institucional

Promover a excelência
no ensino, na pesquisa,
na extensão e na inovação

Desenvolver a gestão e a
segurança da informação
e do patrimônio

Promover sustentabilidade
energética, ambiental
e da tecnologia da informação

Aperfeiçoar o modelo de
governança, de gestão estratégica
e de gestão de processos e riscos

Desenvolver competências
e qualidade de vida
das pessoas

A UFRN está presente em cinco *campi*, sendo um em Natal e quatro no interior do Rio Grande do Norte, com ensino de graduação e de pós-graduação na modalidade presencial. A sua atuação é ampliada com a oferta de educação a distância, desenvolvendo atividades em 15 polos de apoio presencial em todas as regiões do estado. A Universidade também oferece educação profissional técnica de nível médio, bem como educação infantil e fundamental.

-  **Campus**
-  **Polo de apoio presencial**

CERES Centro de Ensino Superior do Seridó

EAJ Escola Agrícola de Jundiá

FACISA Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi



a) Principais normas direcionadoras de sua atuação

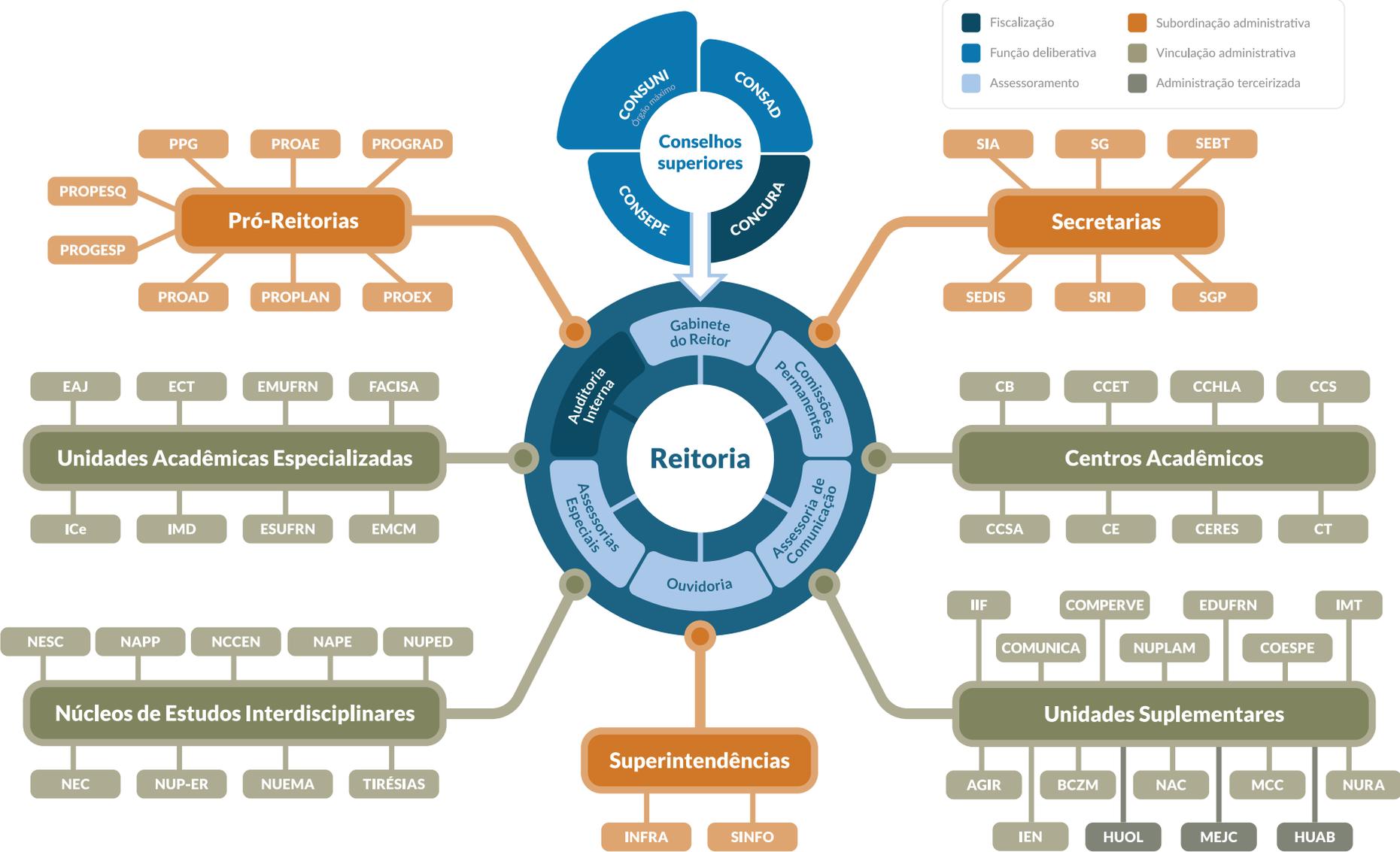
A UFRN observa e aplica como normas orientadoras da sua atuação um conjunto de princípios, diretrizes e normas a exemplo da Constituição Federal, e outras leis, decretos, medidas provisórias, instruções normativas, portarias, acórdãos e resoluções, emanados tanto pelo MEC, quanto pelos órgãos de controle, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Auditoria Interna (AUDIN); além dos normativos da Instituição, tais como:

Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 13.808/2019, Decreto nº 9.794/2019 (dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC) no âmbito da Administração Pública Federal); Decreto nº 9.739/2019 (estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da Administração Pública Federal e estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Informações Organizacionais do Governo

Federal – SIORG); Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 7.892/2013, IN nº 05/2014-MP, IN nº 05/2017-MP e IN nº 01/2019-ME.

Internamente, a Instituição rege-se pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto; Regimento Geral; Regimento Interno da Reitoria; Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos, das Unidades Acadêmicas Especializadas e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional, e as normas emanadas do Conselho Universitário (CONSUNI), do Conselho de Administração (CONSAD), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e do Conselho de Curadores (CONCURA). Nessa perspectiva, destacam-se as principais **Resoluções dos Colegiados Superiores emitidas em 2019**.

Organograma UFRN





b) Estrutura organizacional e de governança

Quanto à estrutura organizacional, cabe ressaltar que as universidades dispõem de autonomia para conceber modelos organizacionais próprios. A UFRN conta com mais de **60 unidades organizacionais**, que buscam permitir maior agilidade na prestação de serviços e flexibilidade para se adaptar às mudanças. No ano de 2019, a UFRN promoveu a atualização do Regimento Interno da Reitoria, induzida por uma necessidade de melhoria na estrutura organizacional e por decretos sancionados no mesmo ano: o **Decreto nº 9.794/2019** (dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC) no âmbito da Administração Pública Federal); **Decreto nº 9.725/2019** (extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações) e o **Decreto nº 9.739/2019** (estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da Administração Pública Federal e estabelece

normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG)). A organização e a gestão da UFRN, especialmente no que diz respeito ao funcionamento e à representatividade dos colegiados e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, estão fundamentadas nos seguintes instrumentos normativos: **(I) Estatuto; (II) Regimento Geral; (III) Regimento Interno da Reitoria; e (IV) Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos, das Unidades Acadêmicas Especializadas e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional.**

Após a aprovação do novo Regimento Interno da Reitoria (Resolução nº 017/2019) pelo Conselho Universitário (CONSUNI), a Universidade encontra-se composta pela Reitoria, à qual estão subordinadas **20 unidades:**

- » Seis secretarias
- » Oito Pró-Reitorias
- » Duas superintendências
- » Gabinete do Reitor
- » Ouvidoria
- » Assessoria de Comunicação
- » Assessorias Especiais

E 42 unidades vinculadas, sendo:

- » Uma Auditoria Interna
- » Oito Centros Acadêmicos
- » Oito Unidades Acadêmicas Especializadas
- » 16 Unidades Suplementares
- » Nove Núcleos de Estudos Interdisciplinares.

A seguir, estão descritas as novas Unidades aprovadas ao longo do ano de 2019 e que se encontram vinculadas/ subordinadas à Reitoria:

Secretaria de Governança Institucional (SGI)

É o órgão responsável pela promoção da governança no âmbito da Universidade, visando ao fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão da Instituição.

Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA)

Oriunda da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), a SIA é o órgão responsável pelo planejamento, pelo acompanhamento e pela avaliação da política de inclusão e acessibilidade para as pessoas com necessidades específicas na Instituição.

Agência de Inovação (AGIR)

Resultante da transformação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), anteriormente vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), a AGIR tem como objetivos: gerir a política de inovação da UFRN; divulgar a importância da proteção intelectual na Universidade; orientar o pesquisador na elaboração da documentação para pedido de patente, registro de marca, programa de computador, desenho industrial, direito autoral e outros; auxiliar no processo para transferência das tecnologias geradas na própria UFRN; e estimular o empreendedorismo com potencial de inovação.

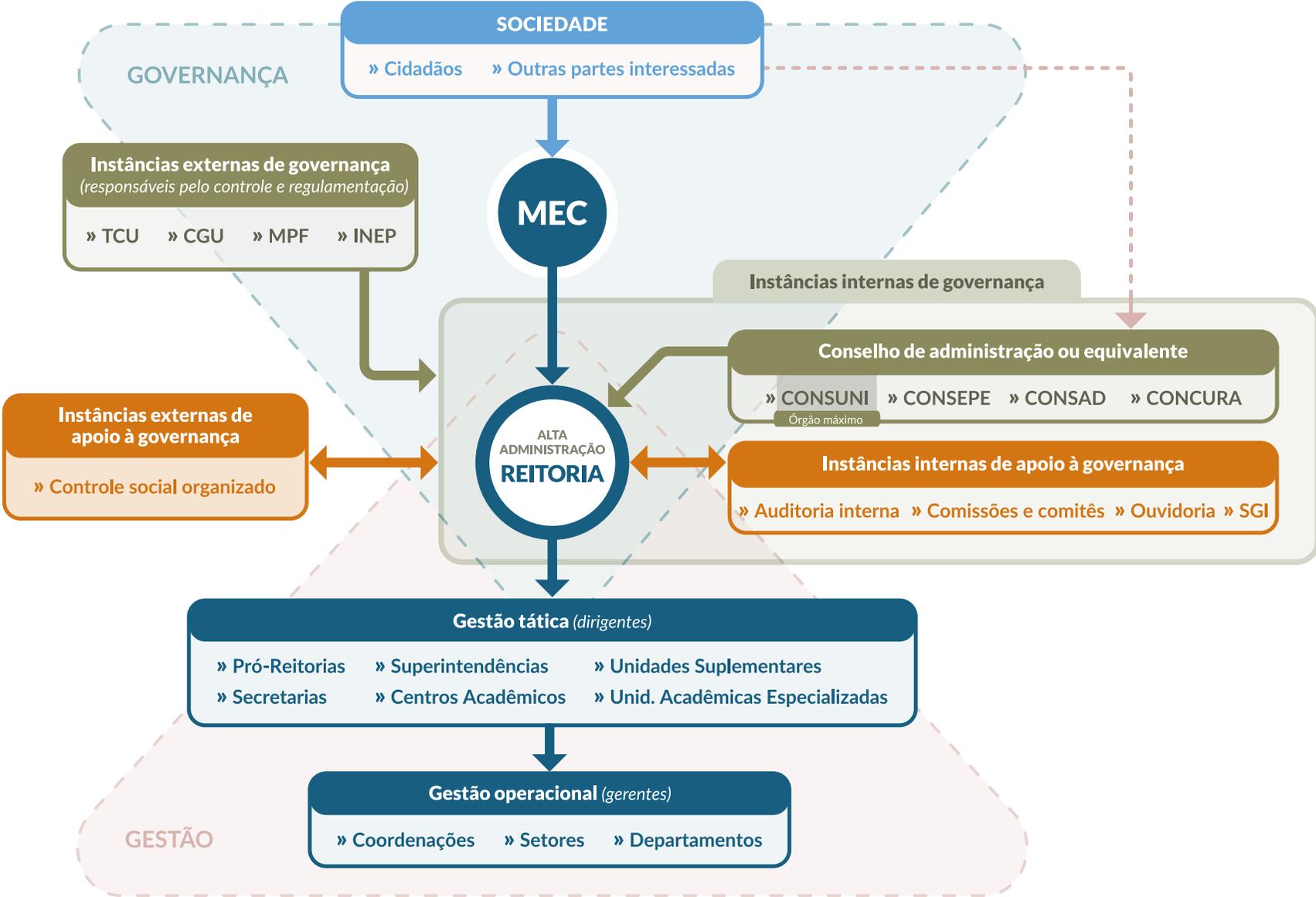
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Desastres (NUPED)

O NUPED tem por objetivo a realização de ensino, pesquisa, extensão e eventos na área de redução de risco de desastres no âmbito da UFRN e em parcerias com a comunidade externa.

Quanto à estrutura de governança da Universidade, a UFRN organiza-se conforme a figura a seguir:



Estrutura de governança da UFRN



No tocante à governança, além da criação da unidade SGI, no ano de 2019, foram aprovadas três resoluções pelos colegiados superiores, no intuito de dar suporte aos mecanismos de governança. São elas:

Resolução nº 025/2019-CONSUNI

Aprova o Código de conduta dos agentes públicos e estudantes da UFRN, que tem por finalidade orientar a comunidade universitária sobre as normas gerais de comportamento ético, visando aos seguintes objetivos: (I) fortalecer a imagem institucional; (II) criar ambiente adequado ao convívio social; (III) promover a prática e a conscientização de princípios de conduta; (IV) instituir instrumento referencial de apoio à decisão ética cotidiana; e (V) fortalecer o caráter ético.

Resolução nº 099/2019-CONSAD

Institui o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da AUDIN e cria o Grupo de Trabalho de Manutenção do Programa, que tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente, destinadas a avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna.

Resolução nº 109/2019-CONSAD

Aprova o Manual de Auditoria Interna da UFRN, que visa disponibilizar aos integrantes da auditoria interna as informações necessárias ao adequado desenvolvimento das suas atividades. Nesse documento, constam informações gerais relativas à visão, à missão, aos valores, aos objetivos, à finalidade, à estrutura, às competências, aos princípios, aos requisitos éticos, à subordinação, à vinculação e à supervisão técnica, bem como outras informações pertinentes para a realização dos seus trabalhos.

Instâncias internas de apoio à governança

A administração universitária é exercida por órgãos colegiados deliberativos e executivos, em níveis da administração central, acadêmica e suplementar, nos quais se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível. São quatro os órgãos deliberativos da administração superior, organizados na forma de Conselhos Superiores. São eles:

» Conselho Universitário (CONSUNI)

Órgão máximo da Universidade, com funções normativas, deliberativas e de planejamento;

» Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)

Órgão superior com funções normativas, deliberativas e consultivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, cultural e artística;

» Conselho de Administração (CONSAD)

Órgão superior com funções normativas, deliberativas e consultivas sobre matéria administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de política de recursos humanos, ressalvada a competência do Conselho de Curadores;

» Conselho de Curadores (CONCURA)

Órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da Universidade.

A **Reitoria** é o órgão executivo superior, ao qual compete dirigir, administrar, planejar, coordenar, estabelecer parcerias e fiscalizar as atividades da Universidade. Os Centros Acadêmicos consistem em órgãos coordenadores, supervisores e articuladores das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ambiente dos Centros Acadêmicos, estão distribuídos **79 departamentos acadêmicos**.

As Unidades Acadêmicas Especializadas da UFRN, também órgãos executivos, somam **dez Unidades**.

De acordo com o art. 81 do Regimento Geral da UFRN, “às unidades acadêmicas especializadas cabem as funções previstas no Estatuto e as regulamentadas no Regimento Interno de cada unidade”.

As dez Unidades mencionadas são:

- » Instituto de Química (IQ)
- » Humanitas – Instituto de Estudos Integrados
- » Escola de Música (EMUFRN)
- » Escola Agrícola de Jundiaí – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias (EAJ)
- » Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA)
- » Escola de Ciências e Tecnologia (ECT)
- » Instituto do Cérebro (ICe)
- » Instituto MetrÓpole Digital (IMD)
- » Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM)
- » Escola de Saúde (ESUFRN)

Vale destacar que dentre as Unidades Acadêmicas Especializadas, quatro ofertam educação profissional em seus diversos níveis e modalidades, sendo elas: **EAJ, ESUFRN, EMUFRN e IMD**.

Ademais, a UFRN possui um colégio de aplicação, o **Núcleo de Educação da Infância (NEI)**, que oferta educação infantil e ensino fundamental, conforme disposto na Lei nº 9.394/96.

No que diz respeito às **Unidades Suplementares (atualmente 16)**, são órgãos executivos que dão suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão, e que podem ser vinculadas à Reitoria, aos Centros ou às Unidades Acadêmicas Especializadas.

Ressalta-se que em 2013, a UFRN firmou contratos de administração com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que passou a administrar os **três hospitais da Universidade**: o Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) e a Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC), em Natal, e o Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz.

Dentre as comissões de que dispõe a Universidade, destacam-se:

» **a Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

» **a Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação (CPPTAE)**

» **e a Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI).**

Em cumprimento à Lei nº 10.861/2004, a qual instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a UFRN possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), que atua como instância autônoma na avaliação institucional interna e externa. Formada por professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade, a CPA coordena os processos de avaliação da Universidade, contribuindo para a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios de uma gestão democrática e autônoma, consolidando a responsabilidade social e o compromisso científico cultural da Instituição.

A UFRN, como forma de garantir mais transparência e impessoalidade nos processos da política de pessoal, constituiu duas comissões: **a Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação (CPPTAE)**, à qual cabe aprovar normas de gerenciamento do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFRN e estabelecer critérios para distribuição de vagas; e **a Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI)**, que estabelece os procedimentos e os critérios para a distribuição de vagas de docentes do Magistério Superior na UFRN.

A **Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI)** analisa, por meio da demanda resultante de editais públicos, as atividades desenvolvidas por todas as unidades acadêmicas. A CPDI busca dimensionar as necessidades de reposição e ampliação de pessoal docente para executar as políticas institucionais de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão universitária. Essa Comissão é responsável, também, pela análise das solicitações de progressão dos docentes na carreira do magistério superior.

De modo a garantir a boa gestão e a organização de recursos públicos, com lisura e transparência, a UFRN instituiu, por intermédio da **Resolução nº 060/2014-CONSAD**, um modelo para distribuição dos recursos orçamentários de custeio entre os Centros Acadêmicos e as Unidades Acadêmicas Especializadas. O modelo utiliza-se dos parâmetros norteadores de distribuição dos recursos de custeio do MEC. A mesma resolução criou também a Comissão Permanente de Auditagem e a Comissão de Avaliação do modelo de distribuição dos recursos orçamentários de custeio. À primeira compete emitir parecer sobre a validade dos dados a serem utilizados antes de cada aplicação do modelo. À última cabe discutir e submeter à aprovação do CONSAD propostas de alterações do modelo, visando aprimorá-lo e/ou atualizá-lo.

A **Comissão de Ética da UFRN**, por sua vez, integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e, da mesma forma que as demais comissões de ética setoriais, está subordinada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP). Sua atuação guarda independência em relação às demais esferas

administrativas da UFRN, contando, porém, com o apoio de secretaria executiva, vinculada administrativamente ao Gabinete do Reitor, conforme determina a legislação, com base no art. 7º do Decreto nº 6.029/2007. Competências e outras informações podem ser consultadas por meio deste [link](#).

Objetivando a promoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, e em apoio à boa governança, foi instituído, por meio da [Resolução nº 59/2018-CONSAD](#), o Programa de Integridade e o Comitê de Integridade. Além disso, ainda no que diz respeito à boa governança, a UFRN conta com o Comitê de Transparência ([Resolução nº 51/2018-CONSAD](#)), que tem por finalidade propor, monitorar e avaliar ações relacionadas à legislação de transparência, acesso à informação, dados abertos, proteção de dados, carta de serviços e desburocratização dos serviços públicos.

A **Auditoria Interna** é o órgão responsável por avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos na UFRN, conforme prevê o Regimento Interno da Reitoria. Apesar de integrar a estrutura administrativa da Universidade, a Auditoria Interna vincula-se tecnicamente à CGU, conforme dispõe o art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. Tal Unidade elabora o seu planejamento por meio do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), observando as diretrizes trazidas pela Instrução Normativa nº 09/2018-CGU. Esse mesmo normativo dispõe sobre a elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), documento no qual consta, por exemplo, o resultado dos trabalhos executados e das capacitações da equipe de auditoria. Para definir as ações de auditoria que serão realizadas, são utilizados alguns critérios: ações previstas em normativos internos ou na legislação, bem como ações com base na avaliação dos riscos mapeados da Instituição. Dentre os principais processos de trabalho conduzidos pela Auditoria Interna, estão a execução de ações de auditoria; a análise da conformidade do Relatório de Gestão; a análise da execução orçamentária das

Unidades Descentralizadas; e o acompanhamento das determinações e recomendações do TCU, da CGU e da própria Auditoria Interna.

A **Ouvidoria** é uma unidade que auxilia no diálogo entre o cidadão e a Administração Pública. Tem por objetivo garantir aos usuários internos e externos da UFRN o direito à adequada prestação de serviços, nos termos definidos na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que instituiu o Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público, notadamente quanto ao cumprimento de prazos, normas e procedimentos, conforme previsto na Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2018, da Controladoria-Geral da União (OGU/CGU), de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria nos serviços prestados pela Universidade.

Por fim, a **Secretaria de Governança Institucional** foi a Unidade mais recentemente criada e tem o objetivo de fortalecer os mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

c) Cadeia de valor

Entendida como a descrição dos principais insumos, atividades, produtos e impactos no desempenho das atribuições da organização, a Cadeia de Valor representa um fluxo de processos por meio dos quais a organização cumpre sua missão. Isso significa que, como instituição pública de ensino superior, diante da demanda da sociedade por conhecimento, a UFRN consolida suas ações em três macroprocessos finalísticos: o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme cadeia de valor disponível no **Plano de Gestão de Riscos**. Eles constituem os pilares sobre os quais é gerida a Instituição, de acordo com o estabelecido no art. 207 da Constituição Federal, e a partir dos quais se definem as atividades finalísticas da UFRN em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o qual integra o PDI 2010-2019.

O macroprocesso relativo à promoção do ensino envolve a **graduação** e a **pós-graduação**. O primeiro consiste em ofertar à população uma formação acadêmica e profissional de nível superior, em nível de bacharelado, licenciatura ou tecnológico, com ingresso por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da seleção do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) utilizado pelo MEC, e a conclusão do curso de graduação após a integralização da estrutura curricular.

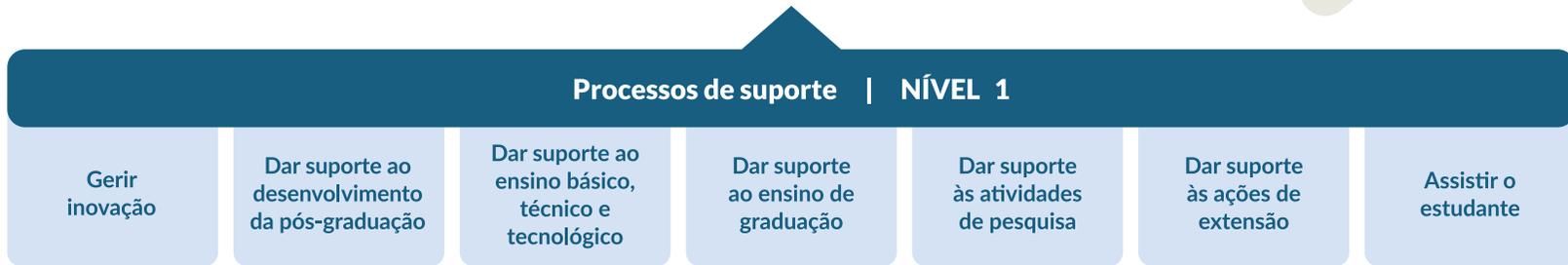
O **ensino de pós-graduação** permite o aprofundamento do conhecimento em determinada área aos portadores de diplomas de graduação, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento da ciência e com as demandas da sociedade, se caracterizando como um importante instrumento de qualificação acadêmica e profissional.

As atividades desenvolvidas para promover a **extensão** são orientadas para permitir a interação transformadora entre a instituição universitária e demais organizações públicas ou privadas, grupos e movimentos sociais, mediante programas e projetos científicos, culturais, educativos e artísticos. O macroprocesso finalístico pertinente à **pesquisa**

comporta o desenvolvimento de pesquisas qualificadas, identificadas com os interesses socioeconômicos do estado e do país.

Para o **desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão**, a Universidade conta com a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC) na gestão administrativa e financeira, como parceira externa. A FUNPEC estimula, apoia e gerencia as atividades de ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, promovendo a integração entre a UFRN e a comunidade, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas.

Cadeia de valor da UFRN



d) A relação de políticas e programas de governo, programas do PPA com objetivos e metas

As ações de ensino, pesquisa e extensão da UFRN estão articuladas no Plano Plurianual (PPA) – conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos –, conforme Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016. Essas iniciativas estão detalhadas e distribuídas em programas temáticos, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 13.808/2019, conforme resumido no quadro a seguir. O Capítulo 4, *Governança, estratégia e alocação de recurso*, trará mais detalhes quanto aos objetivos, às metas e ao nível de execução de cada uma das ações, as quais também estão disponíveis, de forma resumida, no site do **Sistema integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)**.

Programa	Ação
2080 - Educação de qualidade para todos	20GK – Fomento às ações de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
	20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
	2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
	4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior
	8282 – Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
	20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
	20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes
	212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes
	212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 maio de 1998)
	4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

e) Descrição dos principais processos de trabalho e produtos

Contemplado no item da cadeia de valor.

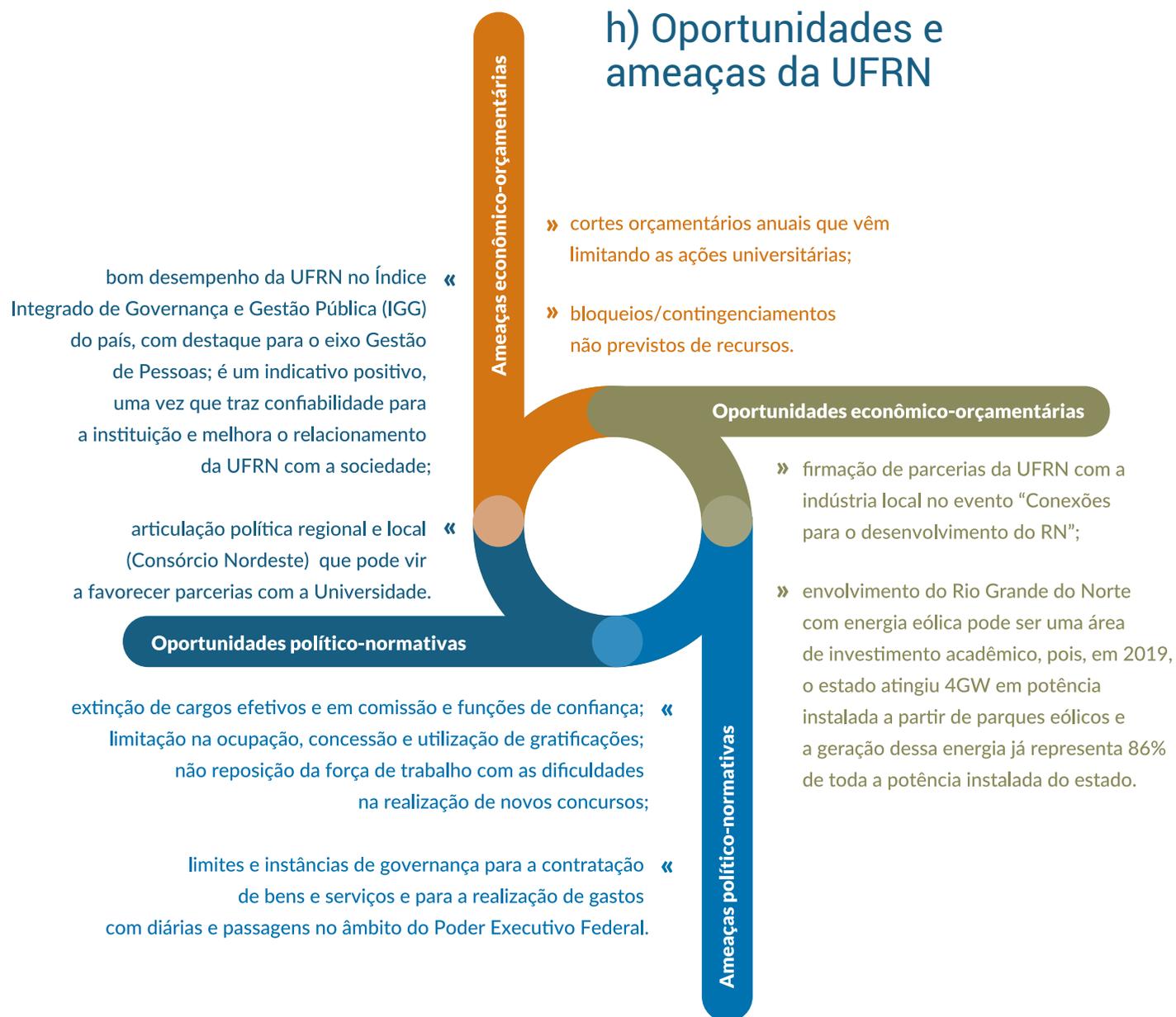
f) Informações sobre contratos de gestão

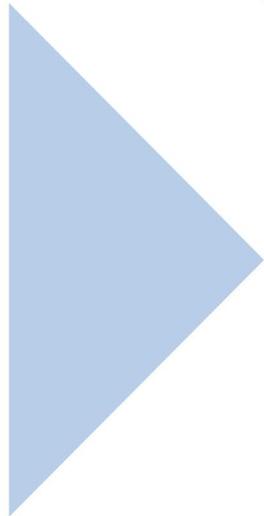
Não se aplica.

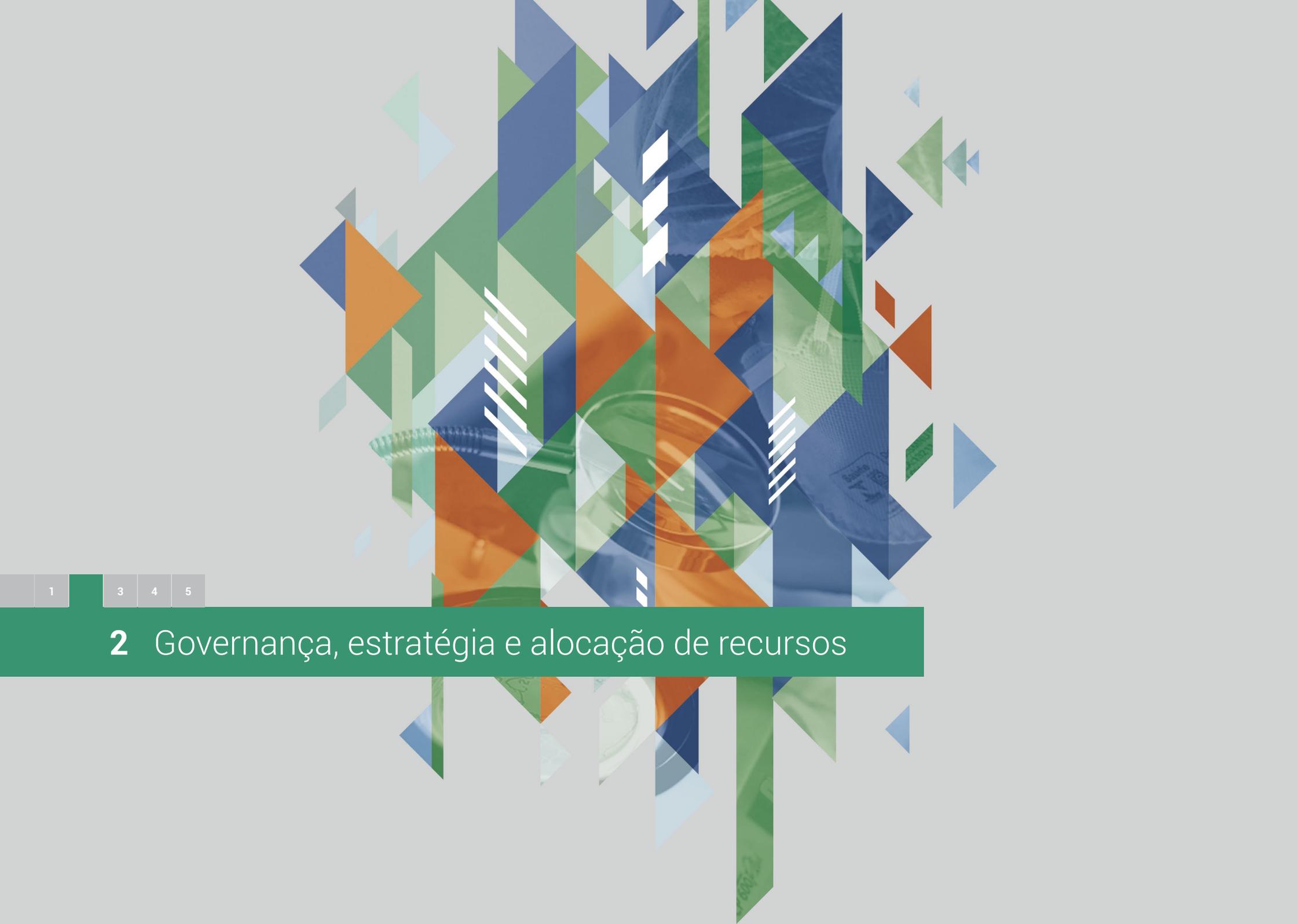
g) Relação com o ambiente externo e clientes

No decorrer do exercício de 2019, algumas conjunturas de origem nacional e regional afetaram diretamente o macroambiente político, econômico e social em que a UFRN está inserida. A seguir apresentam-se alguns desses aspectos, identificando-os como oportunidades ou como ameaças.

h) Oportunidades e ameaças da UFRN







1

3

4

5

2 Governança, estratégia e alocação de recursos

Planejamento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e cumprimento da sua missão

A estratégia adotada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que está representada em seu Mapa Estratégico, é baseada no alinhamento e na coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano de Gestão e os demais planos institucionais. Durante o ano de 2019, diversas ações táticas e operacionais foram executadas com a finalidade de realizar os objetivos estratégicos e as metas consignadas no planejamento da Universidade.

Essa estratégia evidencia os desafios que a UFRN pretende superar e está graficamente demonstrada a seguir, em um modelo que integra a visão de futuro, as políticas do PDI, os eixos programáticos do Plano de Gestão e as metas anuais registradas no no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP) no ano de 2019.

Educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

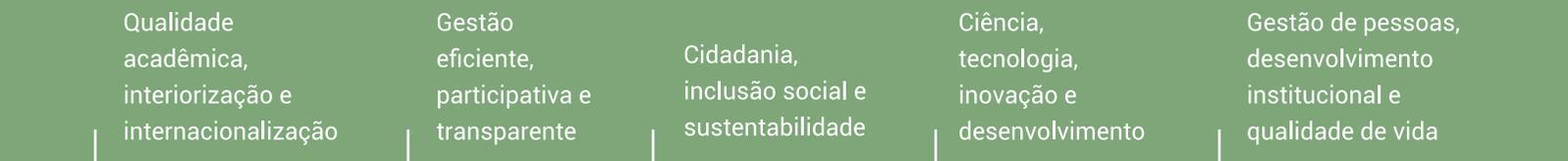
Nossa Visão

Ser uma universidade com inserção internacional e sustentabilidade em suas ações, com uso disseminado de tecnologias de informação e de comunicação nas práticas acadêmicas, flexibilidade curricular na formação e mobilidade interna e externa, mantendo a oferta de cursos em áreas estratégicas e qualidade da formação com novas modalidades e educação continuada e sendo referência em produção de conhecimentos em áreas de fronteira e estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico, buscando a inovação, com estreita interação com sociedade, poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais, induzindo políticas públicas e compartilhando conhecimento.

Políticas do PDI



Eixos do Plano de Gestão



Metas anuais*

53
(20%)

82
(30,9%)

52
(19,6%)

43
(16,2%)

35
(13,2%)

(*) as metas podem ser vinculadas a mais de um eixo programático do Plano de Gestão.

Em 2019, inicia-se uma nova Gestão na UFRN para o período 2019-2023, a qual consolida suas diretrizes em um Plano de Gestão, aprovado pela **Resolução n° 024/2019-CONSUNI**, e define um novo Mapa, contendo 10 objetivos e 59 indicadores distribuídos em três perspectivas: desenvolvimento institucional, desenvolvimento acadêmico e sociedade. A seguir é apresentado o novo Mapa Estratégico da UFRN, que entrou em vigência em dezembro de 2019.

O **Plano de Gestão 2019-2023** contém o detalhamento de todos os indicadores estratégicos, suas respectivas iniciativas e as metas para cada ano. Cabe ressaltar que, apesar de elaborado em 2019, sua aprovação nos órgãos colegiados só ocorreu em dezembro desse ano, conforme resolução anteriormente citada, tão logo, os objetivos, os indicadores e as metas somente serão executados, monitorados e avaliados em 2020.



sociedade

Fortalecer o
valor público
da UFRN

desenvolvimento **acadêmico**

Promover a excelência
no ensino, na pesquisa,
na extensão e na inovação

Desenvolver metodologias
acadêmicas inovadoras

Articular as competências
da UFRN com a sociedade

Disseminar a inclusão
como política institucional

desenvolvimento **institucional**

Aprimorar as ações de
comunicação e estruturação
dos dados institucionais

Desenvolver a gestão e a
segurança da informação
e do patrimônio

Promover sustentabilidade
energética, ambiental
e da tecnologia da informação

Aperfeiçoar o modelo de governança,
de gestão estratégica e de gestão
de processos e riscos

Desenvolver competências
e qualidade de vida
das pessoas

a) Planejamento de recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos para o exercício e como a Unidade Prestadora de Contas (UPC) se preparou para obtê-los ou garantir sua obtenção

A UFRN, por ser uma instituição de ensino público federal, possui complexidade e especificidade no que tange aos seus recursos, quais sejam, força de trabalho (docentes, servidores técnico-administrativos e terceirizados), capital físico (laboratórios, automóveis, equipamentos etc.), recursos hídricos, fontes de energia e recursos orçamentário-financeiros. O planejamento de recursos da Universidade é realizado não somente pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) – cujas funções principais são coordenar o sistema de planejamento institucional da UFRN e articular o plano orçamentário anual do Governo Federal e a gestão orçamentária interna – como também por outras unidades, conforme descrito a seguir.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) promove o planejamento de pessoal (docentes e servidores técnico-administrativos) por meio de comissões, do Banco de Professor Equivalente e do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA), além de concursos públicos e editais de remoção, para a seleção, o recrutamento de pessoas e a movimentação de pessoal, respectivamente. Ademais, a UFRN planeja suas ações levando em consideração a conjuntura político-econômica brasileira, como é o caso de decretos e da Reforma da Previdência, que impactam os afastamentos e as vacâncias na força de trabalho.

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD), por meio da gestão de licitações e contratos, aloca recursos orçamentário-financeiros aos serviços de apoio ao ensino e aos direcionados ao funcionamento administrativo. Os primeiros estão relacionados às atividades de pesquisa e extensão em colaboração com a Fundação de Apoio, por meio de contratos acadêmicos. Já no segundo tipo de serviços, destacam-se os contratos de locação de mão de obra (apoio administrativo, limpeza, vigilância) e as manutenções de imóveis, incluindo suas locações, e veículos,

considerando os gastos com locação e combustíveis. Além disso, promove a gestão patrimonial e de infraestrutura, por meio de aquisições de equipamentos e investimento em obras, e planeja o exercício com base nos valores da Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos principais contratos.

A Superintendência de Infraestrutura (INFRA) tem, entre suas competências, coordenar o planejamento e a execução dos projetos relacionados à infraestrutura física da UFRN e sua manutenção viária e predial, além de fiscalizar as atividades relacionadas com o meio ambiente, promovendo o uso racional de energia e água. O planejamento e a alocação dos recursos em infraestrutura são realizados em consonância com o PDI e o Plano de Gestão, para que, assim, a infraestrutura contribua com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das atividades administrativas que delas decorrem.

A Superintendência de Informática (SINFO) é responsável por planejar, coordenar, organizar, executar e avaliar as atividades de informática, Tecnologia de Informação e Comunicação, com base no PDI, no Plano de Gestão e no Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC).

Além disso, contribui para o planejamento dos recursos acadêmicos e humanos por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) e o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Um importante plano que contribui para o planejamento de recursos na UFRN é o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). A UFRN, por intermédio da **Resolução nº 040/2017-CONSAD**, estabelece normas sobre organização, elaboração e acompanhamento desse plano. O PLS é um instrumento de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação alinhados com o PDI e o Plano de Gestão, permitindo a cada unidade da Universidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos nos processos de trabalho da Instituição.

O PLS é composto por um conjunto de planos de ação, os quais são:

- » **Material de consumo**
- » **Energia elétrica**
- » **Água e esgoto**
- » **Coleta seletiva**
- » **Qualidade de vida no trabalho**
- » **Compras e contratações sustentáveis**
- » **Deslocamento de pessoal**
- » **Arborização**
- » **Obras públicas sustentáveis.**

Vale destacar que, objetivando garantir a boa gestão e a organização de recursos públicos, com lisura e transparência, a UFRN instituiu, por meio da **Resolução nº 060/2014-CONSAD**, um modelo para distribuição dos recursos orçamentários de custeio entre os Centros Acadêmicos e as Unidades Acadêmicas Especializadas. A mesma resolução criou também a Comissão Permanente de Auditagem e a Comissão de Avaliação do modelo de distribuição dos recursos orçamentários de custeio.

À primeira compete emitir parecer sobre a validade dos dados a serem utilizados antes de cada aplicação do modelo. À última cabe discutir e submeter à aprovação do Conselho de Administração (CONSAD) propostas de alterações do modelo, visando aprimorá-lo e/ou atualizá-lo.

Cabe ressaltar, por fim, que todas essas informações serão mais detalhadas no Capítulo 4 “Resultados e desempenho da Gestão” e no Capítulo 5 “Informações orçamentárias, contábeis e financeiras”, deixando clara a maneira como a UFRN se preparou para obter os recursos e garantir sua obtenção.

b) Principais programas, projetos e iniciativas, com demonstração dos recursos alocados a estes e às áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o alcance dos resultados, visando ao cumprimento da missão e ao alcance dos principais objetivos da UPC

Em seu orçamento anual, a UFRN executa ações com metas físicas e financeiras, relativas aos seguintes programas temáticos do Governo:

Ações	
Programa 2080 – Educação de qualidade para todos	
20GK	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
2994	Assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
4002	Assistência ao estudante de Ensino Superior
8282	Reestruturação e expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Fonte: PROPLAN

Ação 20GK – Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão

Essa ação tem como unidade de medida “iniciativas apoiadas”. Essas compreendem programa ou projeto educacional de pesquisa científico-tecnológica, de educação tutorial, de formação e aperfeiçoamento na área de saúde e de extensão universitária

promovido; evento científico e cultural promovido; bem como iniciativas de fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão promovidas.

Os recursos orçamentários dessa ação foram descentralizados por meio de seis editais internos:

» Edital UFRN/PROEX nº 008/2018

Seleção pública para apoio a programas de extensão;

» Edital UFRN/PROEX nº 009/2018

Seleção pública para apoio a projetos de extensão;

» Edital UFRN/PROEX nº 011/2018

Seleção pública para apoio de projetos de extensão nas áreas de memória, museologia, patrimônio e documentação;

» Edital UFRN/PROEX nº 010/2018

Seleção pública para apoio aos grupos consolidados de arte e cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;

» Edital UFRN/PROEX nº 012/2018

Seleção pública para apoio a cursos de extensão na modalidade presencial;

» Edital UFRN/PROEX/PROGRAD/PPG/PROPESQ nº 002/2019

Seleção pública para apoio à realização de eventos.

Como forma de maximizar o orçamento, passou-se a prever a redistribuição dos recursos em caso de não utilização, permitindo, assim, a transferência para iniciativas que não foram contempladas inicialmente, contribuindo para o cumprimento da meta e para a otimização do gasto público.

Em 2019, a meta prevista era de 1.850 ações de extensão, sendo realizadas 2.691. As iniciativas se materializaram em apoio a programas de extensão; apoio a projetos de extensão; apoio a projetos de extensão nas áreas de memória, museologia, patrimônio e documentação; apoio aos grupos consolidados de arte e cultura da UFRN; apoio à prestação de serviços; apoio a cursos de extensão na modalidade presencial; e apoio à realização de eventos. Os projetos aprovados tiveram como objeto a inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que viessem fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior.

A indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa e a inserção curricular das atividades de extensão nos projetos

pedagógicos dos cursos contribuíram para que a meta prevista fosse ultrapassada em 841 iniciativas. A meta estabelecida foi superada com práticas racionais de eficiência dos gastos e rigidez no atendimento dos compromissos expressos nos editais, com reflexo positivo para a Instituição. Nesse sentido, a Universidade obteve uma disposição maior na execução de iniciativas, decorrente da adoção de procedimentos mais rígidos de controle e cobrança em relação aos recursos descentralizados. Como já destacado, os editais para financiamento das iniciativas previam a redistribuição em caso de não utilização, permitindo a transferência de recursos para novas iniciativas que não foram contempladas, contribuindo para o incremento ocorrido na meta alcançada, que superou a inicialmente prevista.

Adicionalmente, ressalta-se que o aumento na quantidade de ações desenvolvidas foi gerado também em razão do aprimoramento no registro das ações acadêmicas no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), permitindo que ações que outrora não eram registradas pudessem ser contabilizadas nos relatórios institucionais.

Ação 20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

A manutenção e o funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica desenvolvem-se por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento, de modo a atender adequadamente às demandas e especificidades dos alunos dessas instituições.

A ação 20RI compreende a assistência ao educando; a aquisição, a elaboração, a produção e a distribuição de material didático-pedagógico e especializado; a aquisição de material de consumo e permanente; a elaboração de processos para contratação de pessoas físicas e jurídicas; o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; as atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação de eventos; os investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observando os limites da legislação vigente.

Essa ação é desenvolvida pelo Núcleo de Educação da Infância (NEI), Unidade Suplementar do Centro de Educação e Colégio de Aplicação, que tem como objetivo a formação, o aprendizado e o desenvolvimento da criança no contexto escolar e social, cumprindo o papel político e pedagógico assumido pela Instituição, oferecendo Educação Básica nos níveis de Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino, atendendo a crianças dos 11 meses aos 11 anos de idade.

Análise da meta cadastrada no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Meta LOA e realizado da ação 20RI

20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	
Meta LOA	Realizado
386	359

Fonte: SIOP

No ano de 2019, portanto, o quantitativo de alunos matriculados no NEI foi de 359 crianças, sendo 174 delas no Ensino Infantil, distribuídas nas Turmas 1 a 4 e Berçário 01 e 02; e 185 matriculadas no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, alcançando-se em 93% a meta de aumentar a quantidade de matrículas para o ano, a qual não foi integralmente atingida em virtude da não abertura de todas as turmas previstas em edital público para sorteio e entrada de crianças, por questões orçamentárias, de pessoal e de infraestrutura física, ocasionando 27 alunos a menos do previsto.

Ação 20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

O objetivo da ação é ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação,

supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

A unidade de medida da ação é “estudante matriculado”, conforme consta no **quadro resumo da ação**. Sobre a metodologia utilizada para o cálculo da unidade de medida, cabe registrar alguns esclarecimentos.

A UFRN utilizava, até 2015, o número de alunos matriculados no segundo semestre, somados ao número de alunos concluintes no primeiro semestre, para a contagem dos alunos matriculados no ano. No entanto, a partir de 2016, a Universidade passou a adotar, como metodologia de cálculo para os alunos matriculados, as orientações do TCU registradas na Decisão TCU nº 408/2002-Plenário. Segundo essa decisão, o número de alunos matriculados é calculado como sendo a soma dos alunos matriculados no primeiro semestre com os alunos matriculados no segundo semestre, dividido por dois; esse método foi utilizado pela UFRN nos anos de 2016 a 2018.

Para 2019, considerando a substituição, a partir do segundo período de 2018, do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) pelo SIOP,

a UFRN passou a adotar os critérios desse sistema para o cálculo do número de alunos matriculados. Após uma análise um pouco mais detida dos conceitos elencados no SIOP, observa-se que o sistema já traz na sua definição de estudante matriculado a própria metodologia de avaliação, ao considerar para essa unidade de medida o estudante com matrícula na Instituição, no exercício, independentemente do ano de ingresso e da situação acadêmica. Essa foi, então, a metodologia adotada em 2019 para calcular o número de estudantes matriculados. Destaca-se que tal mudança é considerada relevante para a Instituição, pois reflete diretamente e de forma objetiva no atendimento ou não da meta cadastrada.

A meta da UFRN no SIMEC, prevista para a ação em epígrafe, foi 36.219 alunos matriculados na educação superior, em nível de graduação e pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, no ano de 2019. Não obstante, a meta executada foi de 34.577 estudantes matriculados, sendo 28.123 na graduação e 6.454 na pós-graduação.

Dentre os fatores que impactaram para o não cumprimento da meta, pode-se registrar a utilização do Sistema de Seleção

Unificada (SiSU) como processo seletivo para oferta integral das vagas dos cursos de graduação da UFRN, exceto para aqueles que necessitam de Teste de Habilidade Específica – Dança, licenciatura; Música-Canto, bacharelado; Música-Instrumento, bacharelado; Teatro, licenciatura; e Letras-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), licenciatura. O SiSU permite a mobilidade do estudante entre cursos de várias universidades de outros estados da Federação, no mesmo ano; esse fator favorece a evasão bem como justifica o número de estudantes matriculados abaixo da meta prevista.

A Universidade não preencheu todas as vagas ofertadas no SiSU em 2019, o que foi minimizado com a publicação do Edital de Vagas Residuais para a ocupação das vagas não preenchidas, resultando no preenchimento de 94,5% das vagas ociosas.

Diante dessa dificuldade, sobressaem-se as ações desenvolvidas no âmbito da Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação oferecidos pela UFRN (**Resolução nº 181/2017 – CONSEPE**); dentre elas pode-se ressaltar a realização do II Seminário Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de

Graduação em dezembro de 2019, o qual objetivou apresentar os resultados relativos ao acompanhamento do Plano Trienal dos Cursos de Graduação PATCG, bem como propor uma reflexão sobre as temáticas a serem abordadas na Semana de Avaliação e Planejamento (SAP) 2020 dos departamentos ou centros/unidades acadêmicas. Destaca-se que, dos 60 planos de ação previstos para o ciclo de 2019, recebeu-se a primeira versão do plano de 52 cursos.

Cumprido esclarecer que, na descrição da ação orçamentária em tela, consta o “Apoio à gestão administrativa, financeira e técnica, ao desenvolvimento de ações para o funcionamento dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão das Instituições Federais de Educação Superior, bem como definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional nas modalidades presencial e a **distância** (grifo nosso)”. No entanto, a Universidade considera que, para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância, há um financiamento específico e, por isso, os alunos matriculados nessa modalidade de ensino não são computados nessa ação.

Um detalhamento sobre o funcionamento da UFRN está contemplado no tópico referente aos resultados do exercício 2019, apresentado no item “Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos (ou cadeia de valor) e às prioridades da gestão”, do capítulo “Resultados e desempenho da gestão”.

Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

No âmbito da Educação Profissional, a Universidade atua com a oferta de cursos técnicos de nível médio nas seguintes unidades acadêmicas: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Saúde (ESUFRN) e Escola de Música (EMUFRN).

A EAJ tem concentrado suas atividades administrativas e acadêmicas voltadas para o campo das ciências agrárias na formação e na profissionalização de jovens e adultos oriundos dos municípios do estado do Rio Grande do Norte (RN), promovendo cursos técnicos em agropecuária, agroindústria, informática e aquicultura.

No que concerne à ação 20RL, foi garantido o funcionamento da EAJ, o que proporcionou um melhor aproveitamento pelos discentes das possibilidades de uma formação profissional, favorecendo a qualidade do ensino e a democratização do acesso à educação profissional por meio das cotas sociais (alunos egressos da rede pública, pretos e pardos). Buscou-se a melhoria contínua da qualidade do ensino por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão que buscam atender às demandas da sociedade, por meio de cursos, oficinas, capacitações, participação em eventos e publicações científicas promovidas e apresentadas pelos corpos docente e discente da Instituição, como também mantendo sempre a infraestrutura física pronta a atender às demandas, com a manutenção regular dos equipamentos, móveis e imóveis e a capacitação de pessoal.

Ademais, no âmbito dessa ação, a Universidade também oferece ao estudante Regime de Internato Pleno e Regime Parcial de Internato, com alojamentos feminino e masculino, para que o discente resida, total ou parcialmente, na EAJ enquanto estiver matriculado e frequentando regularmente o seu curso técnico de nível médio.

A ESUFRN tem desenvolvido ações para promover a profissionalização dos educandos, preparando-os para atuar nos diversos níveis de atenção à saúde, de forma integral e crítica, considerando os princípios éticos, técnicos, políticos e humanos, na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, mediante a oferta dos cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Registros e Informações em Saúde, Técnico Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Estética (PRONATEC), Técnico em Gerência em Saúde (PRONATEC), Técnico em Gerência em Saúde (E-TEC) e Técnico em Massoterapia.

A Escola de Saúde vem cumprindo com sua missão e com o desenvolvimento dos cursos técnicos no eixo tecnológico: ambiente e saúde. Com os recursos financeiros de custeio, adquiriu material de expediente e de processamento de dados, realizou o pagamento de mão de obra terceirizada e telefonia, além da manutenção de equipamentos e da estrutura física. Os recursos viabilizaram a ESUFRN atender aos cursos em desenvolvimento, promovendo, assim, um ambiente

adequado para o desenvolvimento de atividades docentes, discentes e técnico-administrativas, de modo a favorecer o processo de aprendizagem.

A EMUFRN oferece, no âmbito da educação profissional, cursos técnicos de nível médio em música, cujo objetivo principal é a formação de profissionais nas áreas de instrumento, canto, regência e gravação musical (processos fonográficos), com a finalidade de prepará-los para atuar no mundo do trabalho. Tal formação tem contribuído para capacitar jovens e adultos, advindos da capital, do interior do RN e de outros estados do Brasil, para o exercício profissional como músicos instrumentistas, regentes de banda e corais, cantores e técnicos em gravação musical.

Os recursos recebidos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) têm possibilitado a manutenção e o custeio da unidade, oferecendo condições de trabalho aos servidores docentes e técnico-administrativos e alunos, proporcionando notadamente melhoria contínua de qualidade do ensino. Além disso, esses recursos têm sido de extrema importância

para o desenvolvimento dos cursos no tocante à aquisição de instrumentos musicais, acervo bibliográfico, materiais eletroacústicos, material de processamento de dados, aquisição de mobiliário em geral e manutenção dos serviços. Essas ações têm possibilitado a oferta regular dos cursos e a ampliação de novas vagas e contribuído para melhoria do desenvolvimento das atividades acadêmicas.

No que se refere à quantidade de alunos matriculados nas Unidades de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) da UFRN no ano de 2019, o total geral é de 1.541 discentes.

Número de alunos por cursos das Unidades de EBTT em 2019			
Unidades	Curso	Matriculados	Concluintes
Escola de Saúde	Técnico em Enfermagem	195	82
	Técnico em Vigilância em saúde	84	35
	Técnico em Registro e informações em saúde	41	0
	Técnico em Agente comunitário de saúde	121	27
	Técnico em Massoterapia	98	20
	Total (ESUFRN)	539	164
Escola de Música	Técnico em Instrumento musical	187	10
	Técnico de Canto	25	3
	Técnico de Regência	18	0
	Técnico em Processos fonográficos	16	1
	Total (EMUFRN)	246	14
Escola Agrícola de Jundiá	Técnico em Agroindústria (integrado)	98	0
	Técnico em Agroindústria (subsequente)	131	17
	Técnico em Agropecuária (integrado)	94	0
	Técnico em Agropecuária (subsequente)	154	23
	Técnico em Aquicultura (integrado)	91	0
	Técnico em Aquicultura (subsequente)	91	10
	Técnico em Informática (integrado)	97	0
	Total (EAJ)	756	50
Total geral		1541	228

Fonte: Informações coletadas via formulário, preenchido por cada unidade acadêmica

A ESUFRN, além dos cursos descritos no Quadro anterior, oferta dois cursos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – Técnico em Gerência de Saúde, com 21 alunos matriculados e 12 concluintes; Técnico em Estética, com 22 matriculados e 19 concluintes. E um curso pelo Sistema Rede e-Tec Brasil – Técnico em Gerência de Saúde, com 342 alunos matriculados, sendo que todos eles concluíram o curso em 2019.

Análise da meta cadastrada no SIOP

Meta LOA e realizado da ação 20RL

20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	
Meta LOA	Realizado
1500	1795

Fonte: SIOP

O fomento destinado a esta Instituição para o cumprimento da meta prevista foi suficiente para favorecer o desenvolvimento das ações, atendendo aos objetivos propostos, contribuindo para a qualidade e melhoria do ensino, bem como com a democratização do acesso (inclusive por meio das cotas sociais) à educação profissional.

Nesse sentido, a meta física da ação 20RL foi ultrapassada em 295 alunos, o que representa um percentual de 19,67%, atendendo ao funcionamento das escolas aludidas. Foram beneficiados 1.795 jovens e adultos matriculados no ano de 2019 na Universidade, nesta modalidade de ensino da educação básica, sendo 671 na EAJ, 844 na ESUFRN e 280 na EMUFRN.

As escolas que compõem essa ação desenvolvem um trabalho organizado e integrado e não têm encontrado maiores dificuldades no desempenho de suas atividades, além de terem obtido excelentes resultados na formação de pessoas para atuação nas áreas de suas competências técnicas e profissionais.

Ação 2094 – Assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A ação de assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica na UFRN abrange as Unidades EAJ, EMUFRN e ESUFRN. Nessas unidades, os alunos são contemplados com benefícios, tais como: auxílio-transporte, auxílio-creche, auxílio-óculos, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, bem como o acesso à assistência social e psicológica. O objetivo desses benefícios é garantir a permanência e o bom desempenho dos discentes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, buscando, desse modo, atender ao estudante em vulnerabilidade social, dando-lhe mínima igualdade de oportunidades.

Nessa perspectiva, a EAJ vem contemplando essa ação, visto que somente na Assistência Estudantil foram executados até dezembro de 2019, no auxílio-moradia, R\$ 86.759,00 (oitenta e seis mil setecentos

e cinquenta e nove reais) e, na modalidade auxílio-transporte, o total de R\$ 316.100,00 (trezentos e dezesseis mil e cem reais), conforme dados obtidos através do SIPAC.

Como os auxílios transporte e alimentação podem ser acumulados, influenciando na quantidade efetivamente atendida de estudantes, a média de alunos atendidos pelos auxílios foi de 467 por semestre em 2019.

A assistência ao estudante no âmbito da EAJ é operacionalizada pela Coordenação de Políticas Estudantis (COPE), que conta com a atuação de duas assistentes sociais em seu quadro, além de outros profissionais, e semestralmente recebe bastante demanda dos discentes dos cursos técnicos e da graduação. São lançados editais de seleção para renovação e concessão de bolsas específicas para cada certame.

Os alunos são atendidos em conformidade com o número de cotas destinadas a cada programa de assistência estudantil, havendo alta procura pelos auxílios alimentação e transporte. Os processos seletivos de renovação e concessão dos benefícios apresentam algumas dificuldades que demandam longo período para finalização dos processos, atrasando a inserção dos

beneficiários no sistema para fins de gozo do programa. O sistema SIGAA (módulo assistência ao estudante) também dificulta o processo de concessão/renovação devido a ter sido projetado para os cursos de graduação, não prevendo renovação anual para os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Para minimizar essa situação, foi solicitada aos alunos dos cursos integrados a renovação simplificada dos auxílios para 2019.2.

A operacionalização da assistência estudantil na EAJ tem contribuído para a inclusão, a permanência e o êxito dos alunos provenientes de famílias com alta vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o êxito no processo educacional e profissional desses alunos. Durante o ano de 2019, foi executado com auxílio estudantil o total de R\$ 775.250,00 (setecentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais).

No que tange à garantia, à permanência e ao êxito dos estudantes na ESUFRN, a Escola utilizou estratégias visando fortalecer o acompanhamento dos educandos pelos coordenadores de curso. Realizou acolhimento dos estudantes ingressantes, visando a apresentação da Escola e

do curso com participação de alunos e egressos. As ações de assistência estudantil implementadas, como auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-moradia, auxílio-creche e auxílio-óculos, visaram atender a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, buscando atender ao estudante em vulnerabilidade social.

Os alunos que estudam na EMUFRN são beneficiados por moradia, transporte, refeições e assistência social, contribuindo com que jovens e adultos advindos da capital, do interior do RN e de outros estados do Brasil se capacitem e atuem como músicos, regentes de banda e corais, cantores, técnicos em gravação musical, editores de partituras, arranjadores etc.

Os alunos do EBTT são atendidos pelos programas de assistência estudantil das respectivas unidades acadêmicas, com auxílios e bolsas, ofertados por meio de editais específicos. Além disso, a EAJ e a ESUFRN possuem alunos internos e semi-externos.

A seguir são elencados os números de discentes beneficiados com auxílios e bolsas no ano de 2019.

Número de alunos beneficiados pela assistência estudantil (auxílios) das unidades de EBTT em 2019

Unidade	Número de alunos beneficiados
Escola de Saúde	128
Escola de Música	140
Escola Agrícola de Jundiáí	467
Instituto MetrÓpole Digital	0
Núcleo de Educação da Infância	0
Total	735

Fonte: Informações coletadas via formulário, preenchido por cada unidade

Número de alunos beneficiados pela assistência estudantil (bolsas de apoio técnico-administrativo) das unidades de EBTT em 2019				
Instituição	Bolsa de apoio técnico-administrativo (R\$ 400,00)	Bolsa de apoio técnico-administrativo (R\$ 200,00)	Bolsa Especial CONSAD (R\$ 630,00)	Total por escola
Escola de Saúde	25	---	---	25
Escola de Música	32	---	3	35
Escola Agrícola de Jundiá	18	---	---	18
Instituto Metrópole Digital	---	---	---	---
Núcleo de Educação da Infância	---	---	---	---
Total por bolsa	75	0	3	
Total geral	78			

Fonte: Informações coletadas via formulário, preenchido por cada unidade

É importante destacar que os dados apresentados anteriormente dizem respeito à quantidade de alunos beneficiados pelos programas de assistência estudantil das cinco unidades acadêmicas listadas e não refletem o número de benefícios concedidos e pagos, visto que um aluno pode ser atendido com mais de um benefício.

Análise da meta cadastrada no SIOP

Com a finalidade de contribuir para a democratização da permanência e para o êxito dos alunos dos cursos técnicos, todas as unidades ofertantes da Educação Profissional da UFRN possuem programas de assistência ao estudante de baixa renda, prioritariamente oriundo da rede pública, além de atender aos alunos em Regime de Internato Pleno, que demandam maior atenção quanto à alimentação, à moradia, à assistência médica e odontológica. As ações de assistência estudantil foram ofertadas nas seguintes modalidades: bolsa de apoio técnico-administrativo, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-óculos, auxílio-moradia (para alunos oriundos do interior do RN e outras regiões do país), auxílio-instrumento (para alunos dos cursos de música) e auxílio financeiro estudantil para participação em eventos culturais e científicos.

No total, foram concedidos 1.125 benefícios, superando em mais de 47,06% a meta LOA prevista, que era de 765 benefícios. Cabe esclarecer que o benefício pode ser contabilizado por pessoa física, o que atenderia a meta prevista de 765 benefícios (alunos assistidos) em 2019.

Modalidade de benefícios por unidade de EBTT em 2019				
Modalidade	EAJ	EMUFRN	ESUFRN	Total por benefício
Auxílio-alimentação	493	72	72	637
Auxílio-transporte	269	52	94	415
Auxílio-moradia	29	29	9	67
Auxílio-creche	---	---	6	6
Total por escola	791	153	181	
Total geral	1.125			

Fonte: SIOP e informações coletadas via formulário, preenchido por cada unidade

Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O PNAES oferece assistência aos estudantes no tocante à moradia, à alimentação, ao transporte, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Vale destacar, ainda, que, de acordo com o art. 3º do Decreto nº 7.234, o PNAES deverá ser desenvolvido de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa

e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O parágrafo 1º estabelece que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

A UFRN planeja, coordena, supervisiona e executa as atividades de assistência ao estudante, conforme estabelece a **Resolução nº 017/2019-CONSUNI**, por meio do gerenciamento do Programa de Assistência Estudantil da UFRN – composto por bolsas e auxílios nas modalidades de alimentação, transporte, residência, creche, óculos e atleta – o qual tem como objetivo prioritário assegurar aos estudantes de baixo poder aquisitivo condições básicas para a sua permanência com qualidade na Instituição, contribuindo, assim, com a minimização dos índices de retenção e evasão escolar, quando decorrentes da

falta de condições financeiras. Além dos auxílios e bolsas anteriormente listados, a UFRN concede auxílio para os estudantes estrangeiros, por meio do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), e para os estudantes com necessidades especiais pelo Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR).

O Programa de Assistência Estudantil da UFRN inclui, ainda, o custeio de bolsas de apoio técnico, de pesquisa e de extensão; auxílio financeiro ao estudante para participação em eventos científicos ou esportivos; apoio à mobilidade acadêmica (passaportes, vistos, passagens, proficiência); auxílio emergencial; auxílio a eventos acadêmicos na UFRN (organizados por estudantes); e auxílio para a aquisição de instrumentos acadêmicos. As ações do Programa de Assistência Estudantil da UFRN são financiadas com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

Os recursos oriundos do PNAES foram complementados por recursos do orçamento da Instituição e outros advindos de convênios e projetos. Assim, tivemos

uma oferta de bolsas, auxílios e serviços abrangente. As ações são operacionalizadas em quatro áreas, a saber: Assistência Social e Ações de Permanência, Atenção à Saúde do Estudante, Gestão das Residências Universitárias além do Sistema de Restaurantes Universitários (RU).

As bolsas e os auxílios foram ofertados pela Instituição, por intermédio de processos seletivos, que foram realizados para os seguintes benefícios, conforme estabelece a **Resolução nº 249/2018-CONSEPE**: Residência; Auxílio-moradia; Auxílio-alimentação; Auxílio-transporte; Auxílio-óculos; Auxílio-creche; Bolsa-atleta e Bolsa PROMISAES, destinados aos alunos de graduação e de cursos presenciais. Também foram realizados processos seletivos destinados aos alunos de cursos técnicos e de pós-graduação, observadas as especificidades dessas modalidades de ensino.

Residência

Objetiva assegurar moradia aos estudantes que se encontram dentro dos critérios socioeconômicos estabelecidos pela Resolução nº 249/2018-CONSEPE, procedentes do interior do Rio Grande

do Norte e de outros estados, que necessitam dessa modalidade de apoio para permanecer na Instituição e concluir sua formação superior. Dentro desse programa, encontra-se a modalidade do auxílio-moradia em espécie, o qual é ofertado quando não se dispõe de vaga na Residência Universitária e de acordo com a disponibilidade orçamentária, sendo que, em 2019, o valor do auxílio foi de R\$ 250,00.

A UFRN dispõe de 11 residências universitárias em imóveis próprios e mantidos pela Instituição. Enfatizamos que as residências de graduação, Praça Cívica e Mipibu, que se encontram em processo de desativação desde o ano de 2018, serão fechadas em 2020, passando a um total de nove residências. As residências universitárias têm capacidade para 753 alunos, conforme demonstração no quadro a seguir, que apresenta também o quantitativo de ocupação, passando a uma capacidade total de 703 com a desativação das duas residências supracitadas. Nesse sentido, o quadro "Demanda do programa bolsa-residência por *Campus* em 2019" refere-se ao total de alunos que pleiteou vaga na residência.

Capacidade e ocupação das residências universitárias em 2019					
Nº	Residência	Tipo	Capacidade 2019.1 e 2019.2	Ocupação 2019.1	Ocupação 2019.2
1.	<i>Campus</i> I	Masculina (M)	64	63	62
2.	<i>Campus</i> II	Masculina (M)	64	62	63
3.	<i>Campus</i> III	Masculina (M)	128	126	124
4.	<i>Campus</i> IV	Feminina (F)	128	124	126
5.	Mipibu	Masculina (M)	26	15	05
6.	Praça Cívica	Feminina (F)	24	05	04
7.	Biomédica	Mista	119	116	117
8.	Caicó – CERES	Mista	80	73	77
9.	Currais Novos – CERES	Mista	40	30	35
10.	Santa Cruz – FACISA	Mista	60	52	63
11.	Pós-graduação – Pouso	Mista	20	18	17
TOTAL			753	684	693

Fonte: Registros DASAP/2019

Demanda do programa bolsa-residência por <i>Campus</i> em 2019		
<i>Campus</i>	2019.1	2019.2
Natal e Macaíba (Graduação)	834	710
Natal (Pós-graduação)	136	55
Caicó	167	149
Currais Novos	64	70
FACISA	83	179
FACISA (Pós-graduação)	12	11
TOTAL	1.296	1.174

Fonte: Registros DASAP/2019¹

Os dados da Pós-graduação da FACISA referem-se à demanda total de atendimento. Os 14 alunos que foram contemplados com a bolsa-residência recebem o auxílio-moradia em espécie, pois não há residência universitária para alunos de pós-graduação nesse *Campus*. Ressaltamos que os recursos são financiados pela Pró-Reitoria de Pós-graduação (PPg).

Auxílio-alimentação

Objetiva a concessão de refeições (almoço e/ou jantar) aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução nº 249/2018-CONSEPE e que tenham a necessidade acadêmica de se manter em turnos consecutivos na Instituição. Esse programa tem maior amplitude nos *Campi*

de Natal e Macaíba, sendo esses polos responsáveis, como demonstra o gráfico a seguir, pelo atendimento de 2.178 alunos em 2019.1 e 2.004 em 2019.2. Em virtude da suspensão das atividades do Restaurante Universitário no *Campus* Central, entre os meses de julho e outubro de 2019, devido à reforma estrutural do prédio, foi instituído um auxílio-alimentação temporário em espécie, para garantir o benefício da alimentação aos alunos bolsistas, durante o fechamento do RU. O pagamento se deu baseado no critério de dias de acesso ao restaurante, em que foi pago o valor de R\$7,00 (sete reais) por refeição.

Total de alunos assistidos com o Programa Alimentação Natal/Macaíba em 2019

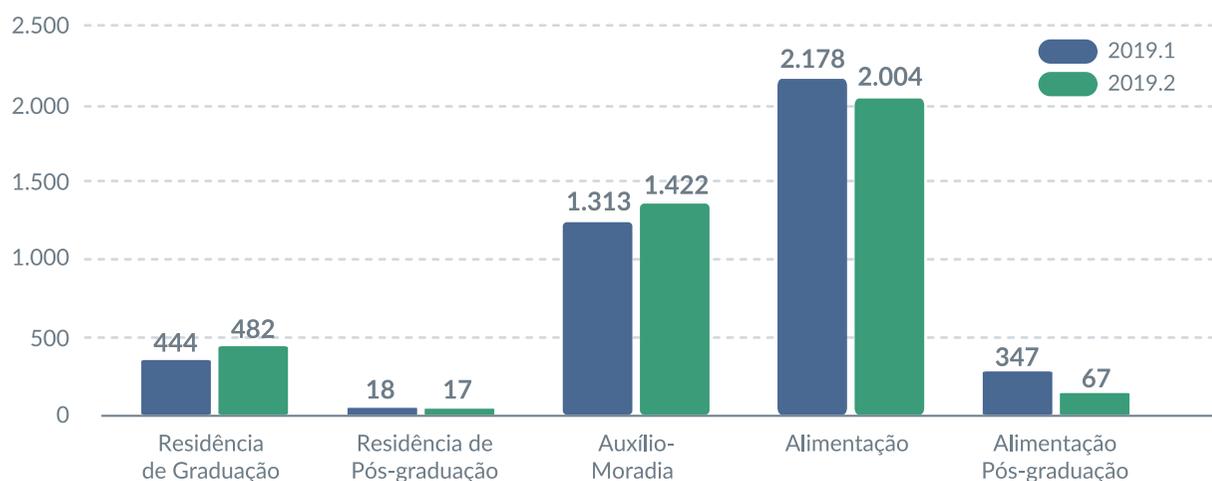


Fonte: Registros SIGAA/2019

1 Está incluso nesses dados o quantitativo de alunos de renovação e os de primeira solicitação.

Salienta-se que o auxílio-alimentação é cumulativo com os atendimentos do auxílio-moradia e da residência universitária (graduação e pós-graduação). Em 2019, em Natal e Macaíba, a Instituição atendeu com o benefício o seguinte quantitativo de alunos por programa:

Alunos assistidos pelo auxílio-alimentação por programa nos Campi de Natal e Macaíba em 2019

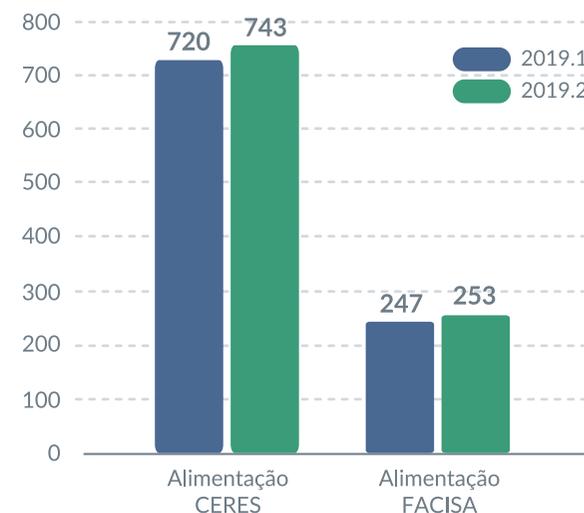


Fonte: Registros SIGAA/2019

No que diz respeito aos discentes de pós-graduação, a partir do semestre 2019.2, somente foram analisados os pedidos de concessão de bolsa-residência e de auxílio-alimentação dos discentes que não possuíam bolsa remunerada (CAPES/CNPQ), tendo em vista a restrição orçamentária e esse atendimento não ser garantido pelo PNAES.

Para os Campi da FACISA e do CERES (Caicó e Currais Novos), esse programa alcançou por semestre o total de atendimentos exposto no gráfico a seguir.

Total de alunos assistidos com o Programa Alimentação FACISA/CERES em 2019



Fonte: Registros SIGAA/2019

Nos *Campi* da UFRN que não possuem restaurante universitário, ou onde a capacidade desse não é suficiente para o atendimento dos que necessitam ter acesso ao serviço, os alunos, sejam beneficiários só da alimentação ou do auxílio-moradia, foram atendidos com pecúnia no valor de R\$150,00 mensais. Quanto aos alunos residentes, o valor disponibilizado é de R\$400,00 mensais, no quantitativo especificado a seguir.

Alunos assistidos pela bolsa-alimentação em espécie nos *Campi* da FACISA e do CERES



Fonte: Registros SIGAA/2019

Auxílio-alimentação pagantes subsidiados

A partir do semestre 2016.2, para os *Campi* Natal e Macaíba, foi criado o status de aluno pagante subsidiado. Nessa modalidade, foram incluídos os alunos que possuem renda per capita familiar ou renda pessoal compreendida entre um salário mínimo e meio e três salários mínimos. Após todo processo de seleção, previsto no art. 5º da **Resolução nº 020/2016-CONRAD**, todos os alunos interessados e considerados pagantes subsidiados passaram a ter acesso ao RU por meio do pagamento de R\$ 3,00 (três reais) por refeição, conforme quantitativo especificado no gráfico a seguir.

Alunos assistidos pela bolsa-alimentação na modalidade pagante subsidiado nos *Campi* de Natal e Macaíba



Fonte: Registros SIGAA/2019

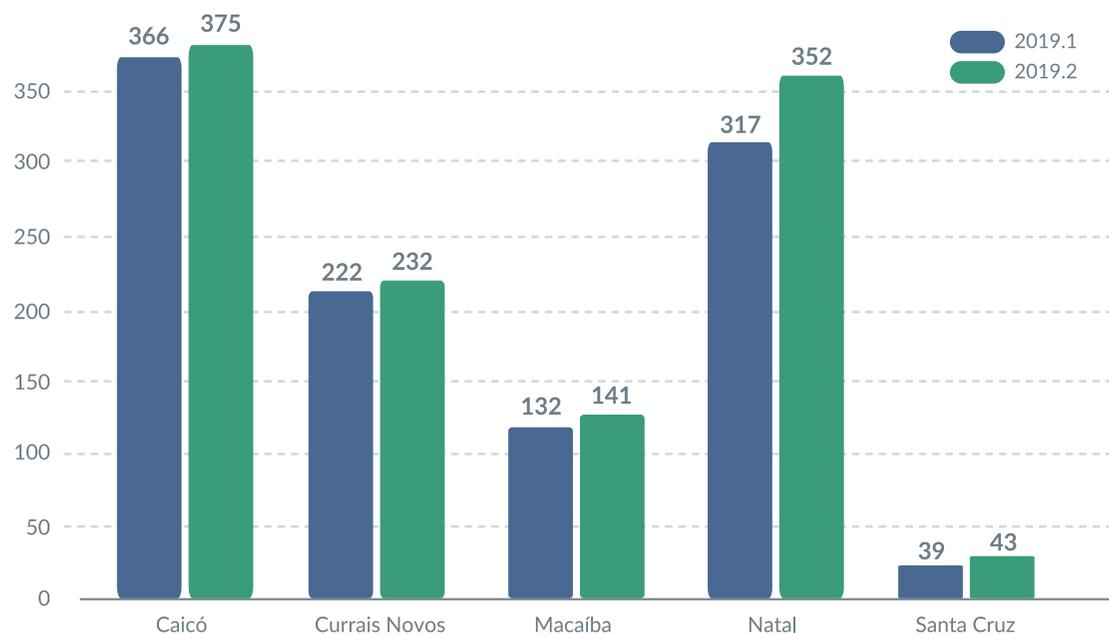
Auxílio-transporte

Objetiva o apoio financeiro para trajeto casa-universidade-casa, no valor de R\$ 100,00, aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução nº 249/2018-CONSEPE. Atualmente, os *Campi* que contam com esse auxílio são: FACISA, Caicó, Currais Novos e EAJ-Macaíba. Salieta-se que, apesar de não haver referente modalidade de auxílio para os estudantes do *Campus* Central, em Natal, devido à situação de vulnerabilidade apresentada, alguns desses alunos estão sendo atendidos em caráter especial. Os atendimentos são possibilitados por meio do *Campus* Macaíba, o que explica o número de atendimentos superior à meta estabelecida para o auxílio-transporte na EAJ que, em 2019, contabilizava o total de 110 atendimentos.

O atendimento deve-se ao fato de ter sido identificada pela equipe técnica a necessidade desse apoio como mecanismo de possibilitar a permanência e prevenir a evasão escolar dos alunos em condições de vulnerabilidade social. Tal fato demonstra a urgência da criação de semelhante programa para o *Campus* Natal, sobretudo se observarmos que o

quantitativo de estudantes que solicita o serviço no *Campus Central*, conforme exposto no gráfico a seguir, já se sobrepõe à demanda do *Campus Macaíba*. Também foram atendidos com o auxílio-transporte, a partir do semestre de 2017.2, os residentes do *Campus Natal* que realizam seu curso na EAJ, considerando as dificuldades financeiras dos alunos para o custeio com deslocamento.

Alunos assistidos pelo auxílio-transporte por Campus em 2019



Fonte: Registros SIGAA/2019



Auxílio-creche

Objetiva custear despesas referentes à manutenção da creche e/ou serviço similar, para os filhos de alunos da UFRN que fazem a primeira graduação. Para tanto, as crianças necessitam estar com idade entre 0 a 6 anos incompletos e também legalmente sob sua responsabilidade. Esse atendimento dá-se por intermédio da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) durante os meses correspondentes ao período acadêmico de aulas no total de 100 bolsas por semestre.

Demanda total de solicitações do auxílio-creche em 2019

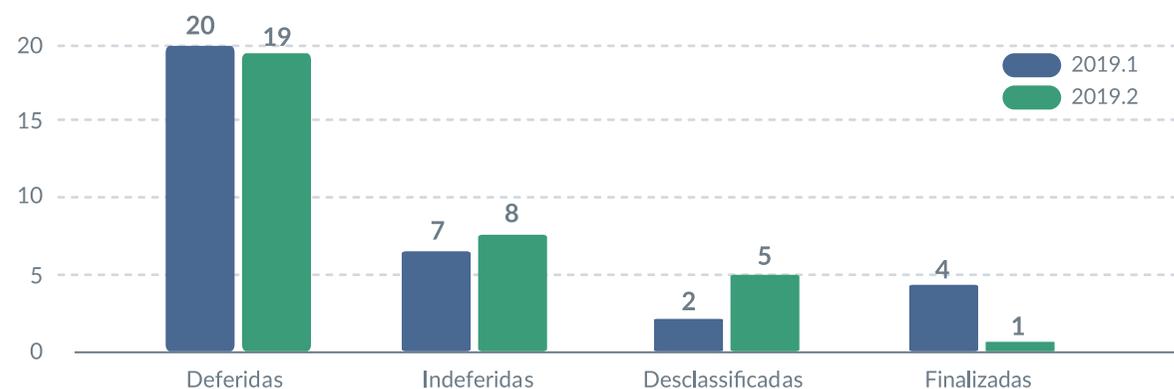


Fonte: Registros SIGAA/2019

Auxílio-atleta

Objetiva incentivar o rendimento esportivo dos discentes da UFRN que participam de competições desportivas, por meio da disponibilização de recurso financeiro mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Em 2019, foram atendidos com esse programa o seguinte quantitativo de discentes.

Demanda total de solicitações do auxílio-atleta em 2019

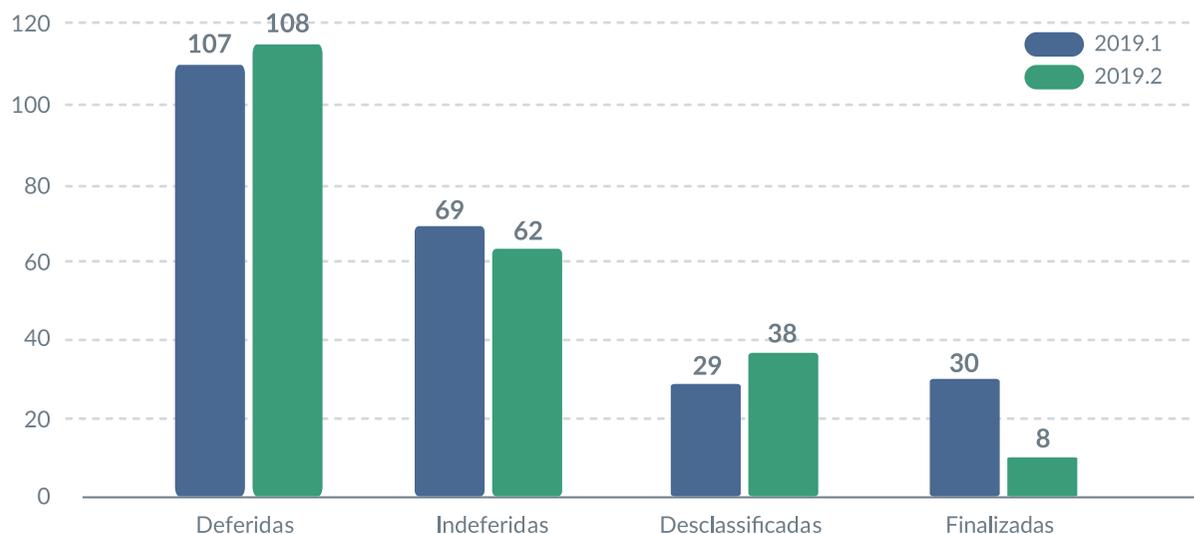


Fonte: Registros SIGAA/2019

Auxílio-óculos

Objetiva atender aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução nº 249/2018-CONSEPE, em primeira graduação, e que necessitem de subsídio para aquisição de óculos ou lentes corretivas. Foram ofertados 150 auxílios em 2019.1 e 100 auxílios em 2019.2. O valor do auxílio é de R\$ 200,00 (duzentos reais). Essa iniciativa visa possibilitar a permanência com qualidade desses alunos na Educação Superior e atualmente contempla todos os *Campi* da UFRN. Cabe ressaltar que, no semestre de 2019.2, observou-se uma redução do número de contemplados pelo programa. Fato que pode estar relacionado à dificuldade no acesso ao exame oftalmológico, visto que, na solicitação efetuada pelo aluno, muitos relatam ser difícil providenciar a prescrição médica exigida no edital. Tal situação reitera a necessidade da permanência da oferta do auxílio como forma de facilitar o acesso do aluno ao usufruto dos benefícios deste programa.

Demanda total de solicitações do auxílio-óculos em 2019



Fonte: Registros SIGAA/2019

Bolsa-acessibilidade

Trata-se de uma ação afirmativa que a UFRN implementou, objetivando atender, de forma sistemática e específica, os estudantes da Educação Superior com deficiência: física, intelectual, auditiva, visual, surdocegueira, e múltipla; e/ou com transtorno do espectro autista (TEA), que apresentam condição socioeconômica vulnerável. Esta ação favorece a acessibilidade de tais alunos e a sua permanência, com qualidade, até a conclusão do curso.

A bolsa é um subsídio para o atendimento de necessidades sociais objetivas, destinada ao estudante para custear dispêndios referentes aos deslocamentos, como também à aquisição de instrumentos pessoais e de apoio imprescindíveis aos estudos. No exercício de 2019, compreende-se a concessão de um total de 600 bolsas dessa modalidade que, de forma efetiva, assistiu mensalmente 50 estudantes.

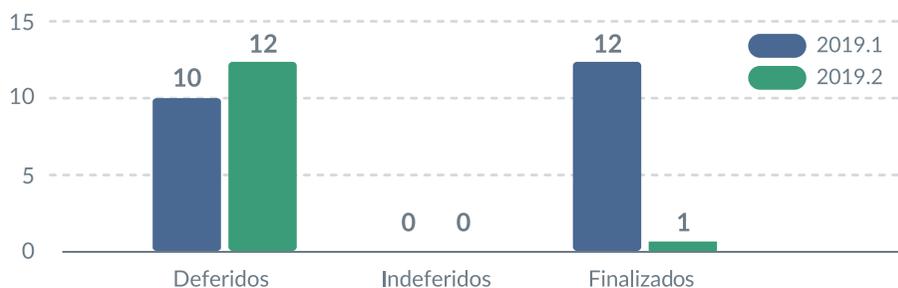
Bolsa de apoio técnico-administrativo

A concessão de bolsas de apoio técnico-administrativo é disponibilizada aos alunos que atendem aos critérios socioeconômicos estabelecidos pela **Resolução nº 249/2018-CONSEPE** e que estão aptos a inserir-se nos programas da assistência estudantil. A bolsa é utilizada, pela UFRN, como estratégia de apoiar a permanência discente, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantir uma primeira inserção no mercado de trabalho e contribuir para a elevação da taxa de sucesso acadêmico na Instituição. Elas são disponibilizadas pelos centros, órgãos da administração central, unidades especializadas e superintendências. Como contrapartida pelo recebimento da bolsa, o discente beneficiário desenvolve de 12 a 20 horas semanais de atividades de trabalho, estabelecidas de acordo com a especificidade e o objetivo de cada setor. Em 2019, com recursos do PNAES, da matriz CONDETUF e recursos próprios, a UFRN concedeu um total de 17.451 bolsas dessa modalidade, distribuídas a uma média mensal de 1.450 estudantes.

Bolsa PROMISAES

O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) foi instituído pelo Decreto nº 4.875, de 11 de novembro de 2003. Objetiva a concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 622,00 reais, por um período de seis meses, aos discentes estrangeiros, participantes do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação. O atendimento PROMISAES é disponibilizado nos termos da Portaria nº 745, de 05 de junho de 2012, que estabelece suas diretrizes de execução.

Pedidos atendidos pela Bolsa PROMISAES em 2019



Fonte: Registros SIGAA/2019

São realizados, ainda, os processos seletivos da EMUFRN e da ESUFRN, que disponibilizam, a partir de recursos próprios, auxílios aos seus estudantes. Ademais, há a realização das avaliações socioeconômicas dos discentes que pleiteiam outros benefícios disponibilizados pela Instituição, como o auxílio instrumental para estudantes do curso de Odontologia, apoio financeiro para mobilidade acadêmica, apoio financeiro para participação em eventos/congressos, o Programa Bolsa-permanência do MEC, entre outros.

Ressalta-se que o processo seletivo para os programas de assistência estudantil da EMUFRN é efetuado apenas uma vez ao ano, com renovação automática entre os semestres letivos. Quanto à ESUFRN, é disponibilizado um edital para cada semestre, no entanto, em 2019.2, apenas os estudantes de primeira solicitação tiveram de passar pela avaliação socioeconômica. Os alunos já assistidos foram encaminhados à renovação automática de seus benefícios. Isso foi considerado um avanço, pois contribuiu para dar celeridade ao atendimento daqueles já assistidos pelos programas.

Outros processos seletivos operacionalizados		
Processo seletivo	Nº de atendimentos em 2019.1	Nº de atendimentos em 2019.2
Auxílio Instrumental Odontológico	10	5
Escola de Saúde	120	122
Escola de Música	83	-
Programa Bolsa-permanência	-	1
TOTAL	213	128

Fonte: Registros DASAP/2019

Atenção à saúde do estudante

É um compromisso da UFRN, por meio da PROAE, assegurar uma política de assistência ao estudante, que favoreça, ao mesmo tempo, o desempenho acadêmico e a organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante nas decisões, dentro e fora da universidade; atuar junto ao corpo discente da UFRN, procurando orientar os alunos em diversos campos da vida acadêmica; e propiciar ao estudante – em situação de vulnerabilidade socioeconômica – condições de frequentar e concluir os cursos oferecidos pela UFRN,

observando o dever do estado de promover a qualificação do indivíduo para o trabalho e o exercício da cidadania.

Nesse sentido, são descritas atividades desenvolvidas pela Assistência Médica, Odontológica e Psicológica, por meio dos projetos desenvolvidos pela UFRN, bem como são apresentados os resultados obtidos ao longo do ano de 2019.



Ações em saúde

As ações em saúde voltadas para os estudantes são desenvolvidas nas áreas de Encaminhamento Médico e Odontológico e de Psicologia e fazem parte do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essas ações devem ser articuladas seguindo os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando a integralidade nos aspectos físico, mental, social e cultural para o desenvolvimento de um ambiente saudável dentro do espaço universitário.

As atividades desenvolvidas nessa área se caracterizam pelos atendimentos aos estudantes prioritários da UFRN, objetivando viabilizar o acesso às assistências médica e odontológica. Em 2019, os atendimentos foram restritos aos estudantes da graduação, com consultas disponibilizadas nas áreas de clínica médica, nutrição e ginecologia, sendo reservadas agendas próprias para o atendimento aos estudantes.

Quantidade de alunos atendidos pela Assistência Médica em 2019	
Sexo	Quantidade
Masculino	615
Feminino	1.572
Total	2.187

Fonte: SINFO

As consultas especializadas, assim como a necessidade de exames clínicos, foram devidamente encaminhadas à rede de saúde pública pela própria Diretoria de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho (DAS). É digno de nota que a solicitação para assistência médica via SIGAA, inaugurada desde o ano de 2017, tem facilitado a solicitação por assistência à saúde por parte dos estudantes.

Atenção à saúde psicológica do estudante

A existência de serviços de assistência psicológica se faz necessária frente à realidade do adoecimento mental em estudantes do Ensino Superior.

Tal fator tem sido uma problemática recorrente nos espaços de escuta e acolhimento das universidades.

Compreendendo a importância de ações que contribuam para o enfrentamento das questões anteriormente relatadas, o serviço de psicologia da UFRN tem colaborado por meio do apoio psicológico aos estudantes de graduação. Suas ações ocorrem mediante a oferta de atendimentos eventuais, plantão psicológico, plantão de orientações de estudo, psicoterapias individuais, grupos terapêuticos, palestras, mesas-redondas, campanhas educativas, oficinas, eventos abertos à comunidade acadêmica e encaminhamentos a serviços internos e externos ao *Campus*.

Vale salientar que, contabilizando os atendimentos psicoterapêuticos em grupos e de plantão psicológico, **2.740 atendimentos** foram realizados, com **1.801 estudantes** beneficiados.

Programa de Extensão Hábitos de Estudo (PHE)

A formação na educação superior tem sido entendida como um processo multifacetado, que envolve condições pessoais, características institucionais e a interação entre estudante, instituição e condições externas. Além disso, é sabido que os estudantes respondem diferentemente às características e oportunidades presentes em sua formação.

Nesse contexto, o Programa de Extensão Hábitos de Estudo (PHE) da UFRN vem se consolidando como um espaço de acolhimento e intervenção psicológica sobre as vivências acadêmicas dos estudantes da UFRN, especialmente os de graduação, que buscam orientação educacional e um auxílio na sua caminhada acadêmica e profissional. Para o ano de 2019, o PHE definiu como meta atender a **900 estudantes**, o que geraria uma estimativa de **1.500 atendimentos anuais**. Porém, apesar de apenas **893 alunos**, e não 900, terem participado das ações, consideramos a meta alcançada, uma vez que a estimativa de atendimentos por ano foi superada, atingindo a quantidade de **2.765**.

Tais números demonstram que a demanda por ações institucionais dessa natureza nos serviços de apoio ao estudante das Instituições de Ensino Superior (IES) é cada vez mais crescente.

Análise das metas cadastradas no SIOP

Quanto à análise da meta LOA e da meta realizada referente à ação 4002, pode-se dizer que as ações de ampliação de acessibilidade, adotadas pelo Governo Federal, visando atender o segmento da população sem acesso ao ensino superior, têm gerado um crescimento de demanda por auxílio. O número crescente de benefícios concedidos mostra essa realidade, o que justifica uma meta LOA de 6.687 estudantes assistidos e uma meta realizada de 12.268 estudantes assistidos. Esse resultado exige um maior esforço financeiro para acomodar as novas solicitações, o que tem pressionado os gastos do Programa de Assistência Estudantil de maneira preocupante.

Ação 8282 – Reestruturação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior

A presente ação tem por objetivo ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Tal objetivo se materializa por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; assim como pela aquisição de veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e de laboratórios; além da locação de veículos e máquinas necessários para a reestruturação, ou seja, do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação.

Em 2019, nessa ação, os projetos viabilizados foram destinados à melhoria e à ampliação da infraestrutura existente na Instituição, a saber:

» **1. Construção de laboratórios para a pós-graduação do Centro de Biociências**, de acordo com o projeto básico e demais anexos do RDC eletrônico nº 003/2017-DMP;

» **2. Reforma e ampliação do DCA (LECA)** – departamento de engenharia de computação e automação;

» **3. Construção de novas salas para estudo individualizado** na Escola de Música da UFRN (EMUFRN);

» **4. Complementação da obra de ampliação do Núcleo de Educação Infantil (NEI)**, no *Campus Central*, em Natal, de acordo com o projeto básico e demais anexos do RDC eletrônico nº 002/2018-DMP;

» **5. Construção do refeitório da área 3 do Campus Central**, em Natal, de acordo com o projeto básico e demais anexos do RDC eletrônico nº 010/2017-DMP;

» **6. Construção do Núcleo Integrado de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (NIPPIT)**, de acordo com o projeto básico e demais anexos do RDC eletrônico nº 016/2017-DMP;

» **7. Construção do Laboratório Integrado de Sistemas Complexos do Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET) da UFRN**, de acordo com o projeto básico e demais anexos do RDC eletrônico nº 021/2017-DMP;

8. Reforma e ampliação do almoxarifado de manutenção de obras da UFRN no *Campus Central*;

9. Complementação da obra da residência universitária da Escola Agrícola de Jundiá, em Macaíba, de acordo com o projeto básico e demais anexos do RDC eletrônico nº 03/2018-DMP;

10. Construção de um bloco de salas de aula na Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), em Macaíba.

Além dessas obras, foram investidos recursos na compra de equipamentos e material permanente para suporte às atividades da Instituição, como:

» **Aquisição de software pronto;**

» **Aparelhos de medição e orientação;**

» **Aparelho, utensílio ou equipamento de uso médico, odontológico, laboratorial e hospitalar;**

» **Aparelhos e utensílios domésticos;**

» **Equipamentos de manobra e patrulhamento;**

» **Equipamento de proteção, segurança e socorro;**

» **Instrumentos musicais e artísticos;**

» **Máquinas e equipamentos de natureza industrial;**

» **Máquinas e equipamentos energéticos;**

» **Equipamentos para áudio, vídeo e foto;**

» Máquinas, utensílios e equipamentos diversos;

» Material de TIC (permanente);

» Máquinas, instalações e utensílios de escritório;

» Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina;

» Equipamento e utensílios hidráulicos e elétricos;

» Mobiliário em geral;

» Veículos diversos.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação, destacam-se a atuação da Superintendência de Infraestrutura da UFRN na elaboração dos projetos técnicos e o desempenho do Departamento de Material e Patrimônio da Pró-Reitoria de Administração nos processos licitatórios.

Já no âmbito dos fatores que dificultaram a execução da ação, destacam-se principalmente a duração dos processos licitatórios, em virtude da apresentação de número excessivo de recursos, as indefinições orçamentárias existentes durante o ano no que tange aos limites disponíveis, e os repasses financeiros, retardando, ainda que parcialmente, os processos administrativos.

c) Avaliação sobre como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos

A promoção da governança no âmbito da Universidade visa o fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão da Instituição e os seus objetivos estratégicos.

Desse modo, a estrutura de governança da UFRN apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos traçados em seus Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano de Gestão por meio da atuação das instâncias internas de governança, quais sejam: instâncias de apoio representadas

pela auditoria interna; ouvidoria; comissão de ética; os comitês de governança: governança, riscos e controles; Comitê de Integridade; Comitê Gestor da Tecnologia de Informação (CGTI), aquisições, gestão de custos; e instâncias executivas de governança representadas pelas pró-reitorias, secretarias institucionais, superintendências e unidades suplementares.

Já as instâncias de apoio têm por objetivo desenvolver planos e políticas para suprir a administração com práticas de governança que, uma vez implementadas, alcançam os objetivos estratégicos. No que se refere às instâncias executivas, elas implementam efetivamente as práticas de governança para atingir as metas traçadas nos planos institucionais.

O apoio das instâncias internas de governança à estratégia da organização é permanentemente monitorado pela Secretaria de Governança Institucional (SGI), que tem por objetivo regimental propor normas que visem a eficácia dos processos de governança, do gerenciamento de riscos e dos controles, bem como monitorar e avaliar esses sistemas de forma contínua, através de Notas de Monitoramento.

Com relação à supervisão da gestão na estrutura de governança, a UFRN periodicamente realiza avaliação de desempenho dos servidores e gestores com vistas a identificar oportunidades, que serão abordadas no Capítulo 4 “Resultados e desempenhos da gestão”.

Relacionamento com a sociedade e partes interessadas

» Ouvidoria da UFRN

A Ouvidoria é uma instância interna de apoio à governança, responsável por promover a participação e o controle social, bem como efetuar o tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços prestados pela Universidade. Qualquer pessoa pode realizar pedidos de acesso à informação, denúncias, elogios, reclamações, pedidos de simplificação, solicitações e sugestões diversas à gestão universitária.

As manifestações podem ser feitas eletronicamente pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União (**FalaBR**),

ou presencialmente, na sede da Ouvidoria da Universidade, situada no Centro de Convivência Djalma Marinho – *Campus Central* da UFRN, em Natal/RN.

A partir de junho de 2019, a Ouvidoria passou a realizar intensos trabalhos de otimização das tarefas e de padronização dos fluxos com vistas a obter uma maior eficiência na tramitação das manifestações de sua competência. Para isso, a Universidade investiu tanto na ampliação do seu quadro de pessoal como no uso de inteligência artificial para o processamento das suas demandas da Ouvidoria, o que permitiu atender 100% das manifestações dentro dos prazos previstos pela legislação.

Em 2019, foram registradas 1.460 manifestações de naturezas diversas, os quadros posteriores demonstram o detalhamento por tipo e o comparativo com os anos anteriores, respectivamente.

Natureza das informações	
Tipo	Proporção
Acesso à Informação	19,32%
Reclamação	20,62%
Solicitação	17,47%
Denúncia	16,51%
Sugestão	1,10%
Elogio	2,53%
Comunicação	22,33%
Simplifique	0,14%

Fonte: elaboração própria com uso dos dados disponíveis nos Painéis da CGU. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/centrais-de-conteudos/paineis/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

Total de Manifestações (2015-2019) (registradas x percentual de atendimento)

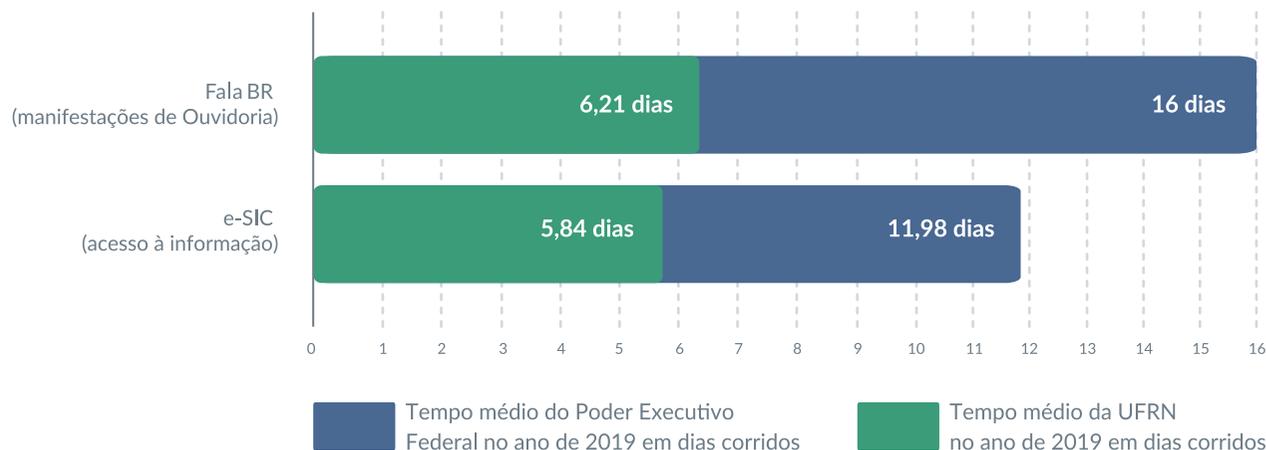
Indicador	2015	2016	2017	2018	2019
Quantidade de demandas de ouvidoria recebidas	1.456	1.712	1.564	1.570	1.178
Percentual de demandas atendidas	64,77%	85,86%	56,52%	57%	100%

Fonte: Ouvidoria/UFRN

A partir de 2019, atenta às mudanças sociais, especialmente à marca de celeridade, típica de uma sociedade hiperconectada, a Ouvidoria passou a adotar uma política de respostas em menor tempo possível. Isso significa que, sem descuidar da qualidade, foi priorizada a prestação efetiva e rápida do serviço, o que gerou resultados positivos nos tempos médios de respostas tanto das demandas de acesso à informação quanto das manifestações de ouvidoria.

Para fins de comparação, utiliza-se a média do Poder Executivo Federal, no mesmo período, para os dois tipos de demanda, conforme é possível visualizar ao lado:

Tempo médio de respostas dos dois tipos de demandas



Fonte: elaboração própria com uso dos dados disponíveis nos Painéis da CGU. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/centrais-de-conteudos/paineis/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

Observa-se que a Ouvidoria da UFRN proporcionou aos seus usuários, em 2019, uma resposta duas vezes mais rápida que a média brasileira. Tais resultados foram obtidos a partir de três ações principais:

1) prioritariamente, a própria Ouvidoria responde às manifestações utilizando-se de consultas aos sistemas da UFRN e ao Portal de Dados Abertos da Universidade. Essas respostas são dadas em menos de 24 horas após o envio pelo manifestante;

2) nos casos em que é necessária a resposta de outra unidade, o processo é encaminhado e acompanhado diariamente pela equipe da Ouvidoria. Caso demandem, as unidades contam com suporte personalizado para confecção das respostas;

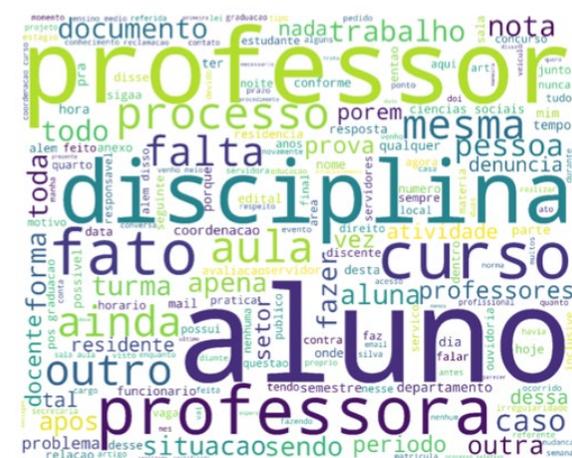
3) os fluxos de movimentação e acompanhamento dos processos, confecção de minutas e encaminhamentos são realizados por meio de software próprio, desenvolvido na Ouvidoria, que

Categoria e assunto das demandas de acesso à informação	
Categoria e assunto	Proporção dos pedidos
Governo e Política – Administração pública	26,24%
Educação – Profissionais da educação	19,86%
Educação – Educação superior	19,15%
Ciência, Informação e Comunicação – Informação – Gestão, preservação e acesso	7,80%
Trabalho – Profissões e ocupações	5,67%
Economia e Finanças – Finanças	3,55%
Educação – Gestão escolar	2,48%
Economia e Finanças – Administração financeira	2,48%
Educação – Educação a distância	1,42%
Ciência, Informação e Comunicação – Comunicação	1,06%

Fonte: elaboração própria com uso dos dados disponíveis no e-SIC/CGU

Para as demandas de ouvidoria, uma análise das palavras mais frequentes nos textos das manifestações revela que as maiores dificuldades são oriundas das relações entre discentes e docentes, em especial no que tange às notas, às provas e aos trabalhos no decorrer do semestre, conforme pode ser visto na figura a seguir.

Nuvem das palavras mais comuns no texto das manifestações de ouvidoria realizadas por meio do canal FalaBR à Ouvidoria da UFRN entre 01/01/2019 e 31/12/2019



Fonte: elaboração própria com uso dos dados disponíveis no FalaBR/CGU, após a devida anonimização dos dados. Acesso em: 13 jan. 2019.

Conforme a classificação da Controladoria-Geral da União (sistema FalaBR), os assuntos mais frequentes foram os seguintes:

Assuntos mais frequentes das manifestações	
Assunto	Proporção de manifestações
Educação Superior	19,82%
Administração	7,93%
Conduta Docente	5,73%
Universidade Pública	2,64%
Certificado ou Diploma	2,64%
Servidor Público	2,20%
Assédio Moral	1,98%
Coordenações de Curso	1,98%
Pós-graduação	1,76%
Processo Seletivo	1,32%

Fonte: elaboração própria com uso dos dados disponíveis no FalaBR/CGU

d) Mecanismos, ações e atividades implementadas e determinadas pela alta administração e pelas unidades de contexto da UPC para garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da organização

Os mecanismos, ações e atividades implementadas pela Universidade para garantir a legalidade são concretizados por meio da edição de normativos internos (resoluções) e pelos pronunciamentos da procuradoria jurídica sobre atos administrativos da Gestão.

A economicidade é posta em prática por meio de procedimentos de aquisições e compras de forma a selecionar proposta mais vantajosa para a administração com base na política de aquisição aprovada no Conselho Universitário (CONSUNI).

Dessa forma, desde 2016, a UFRN, por meio da **Resolução nº 040/2016-CONSAD**, conta com o Comitê Gestor de Aquisições e Contratações, visto que é necessário o constante aprimoramento da gestão e da governança nos processos de contratação e/ou aquisição de bens e serviços, objetivando planejar, regulamentar, implantar e avaliar, preferencialmente por meio dos sistemas SIG-UFRN, os processos de trabalho inerentes aos procedimentos de aquisições de bens e serviços na Administração Pública Federal, tendo como balizadores as políticas, as metas e as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano de Gestão vigentes, as orientações contidas no documento Riscos e Controles nas Aquisições do TCU e nos Planos Diretor de Tecnologia de Informação e da Comunicação (PDTIC) e de Logística Sustentável (PLS).

Quanto à eficiência, a organização dispõe de mecanismos automatizados de controle e processamento de atos, processos e procedimentos tais como processo eletrônico, serviços digitais, portal de dados abertos, inteligência artificial (da Ouvidoria, Secretaria de Gestão de Projetos, Diretoria de Projetos Acadêmicos etc.).

Dentre as Inteligências artificiais utilizadas na UFRN, pode-se destacar a utilizada na Ouvidoria, a qual em 2019 desenvolveu um novo software que automatiza boa parte das atividades de acompanhamento, gerenciamento e tratamento de demandas, fazendo uso de inteligência artificial para analisar, classificar e redigir minutas de textos.

A automação das rotinas e o uso de inteligência artificial tiveram impactos positivos nos indicadores de desempenho da unidade. Como resultado dessa iniciativa, o tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação caiu de 30,98 dias (2018) para 5,85 dias (2019). O tempo médio de resposta às demandas de ouvidoria teve um impacto ainda maior: caiu de 260 dias (2018) para 6,35 dias (2019). Além de resolver as demandas de modo mais célere, o novo sistema permitiu que 100% das demandas de ouvidoria de 2019 fossem atendidas, contra 57% do ano anterior. A inovação tecnológica desburocratiza a rotina de trabalho e libera a equipe da Ouvidoria para que realize atividades eminentemente humanas: o atendimento presencial dos cidadãos e o diálogo constante – presencial e telefônico – com as unidades demandadas,

inclusive com o oferecimento de suporte personalizado para que os gestores construam respostas de qualidade, satisfazendo, assim, as expectativas do cidadão e da administração.

Quanto à eficácia, tem-se os esforços para qualificação dos professores, laboratórios multiusuários e equipados, buscando assim garantir que os resultados institucionais e conhecimento gerado previstos na cadeia de valor sejam atingidos, como por exemplo: alunos diplomados e cidadãos inseridos no mercado de trabalho, patentes, publicações, produtos e serviços que a UFRN disponibiliza.

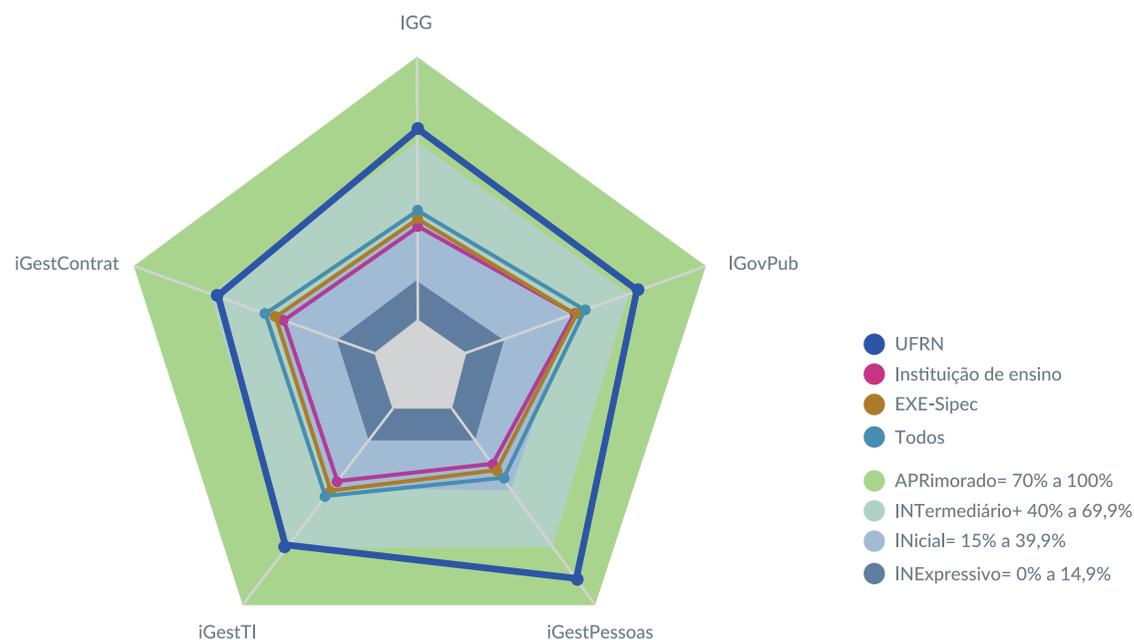
e) Manifestação da alta administração e as medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados

O índice integrado de governança e gestão públicas (iGG) é constituído pelos índices: governança pública (iGovPub), capacidade em gestão de pessoas (iGestPessoas), capacidade em gestão de TI (iGestTI) e capacidade em gestão de contratos

(iGestContrat). Esses indicadores são medidos a partir de boas práticas realizadas ou não na instituição, levantadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O levantamento mais recente foi realizado em 2018. Nesse sentido, são apresentados os resultados dessa última autoavaliação, que demonstram as principais medidas adotadas pela alta administração da UFRN.

Perfil de Governança e Gestão Públicas 2018 – UFRN

Resultado geral da autoavaliação da organização em relação a seu contexto



Fonte: Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2018

No quadro a seguir, é apresentado um comparativo dos resultados gerais da autoavaliação da Universidade nos anos 2017 e 2018:

Resumo dos resultados da autoavaliação da organização			
Indicador	2017	2018	Evolução
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	52%	75%	▲ 23%
iGovPub (índice de governança pública)	42%	73%	▲ 31%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	68%	80%	▲ 12%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	79%	86%	▲ 7%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	52%	60%	▲ 8%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	65%	72%	▲ 7%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	23%	63%	▲ 40%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	23%	68%	▲ 45%

Fonte: PROPLAN/UFRN

Considerando o Índice de Governança Geral, a UFRN ficou em 3º lugar entre 117 instituições de ensino do Brasil, com destaque para o 1º lugar em Gestão de Pessoas; o 3º, em Governança Pública e o 14º, em Contratações. Se levarmos em consideração todos os órgãos públicos federais, entre quase 500 instituições, a UFRN passou da 21ª, em 2017, para a 15ª colocação em 2018.

Todas as informações dos resultados do **Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – ciclo 2018**.



1

2

4

5

3 Gestão de riscos, oportunidades e perspectivas

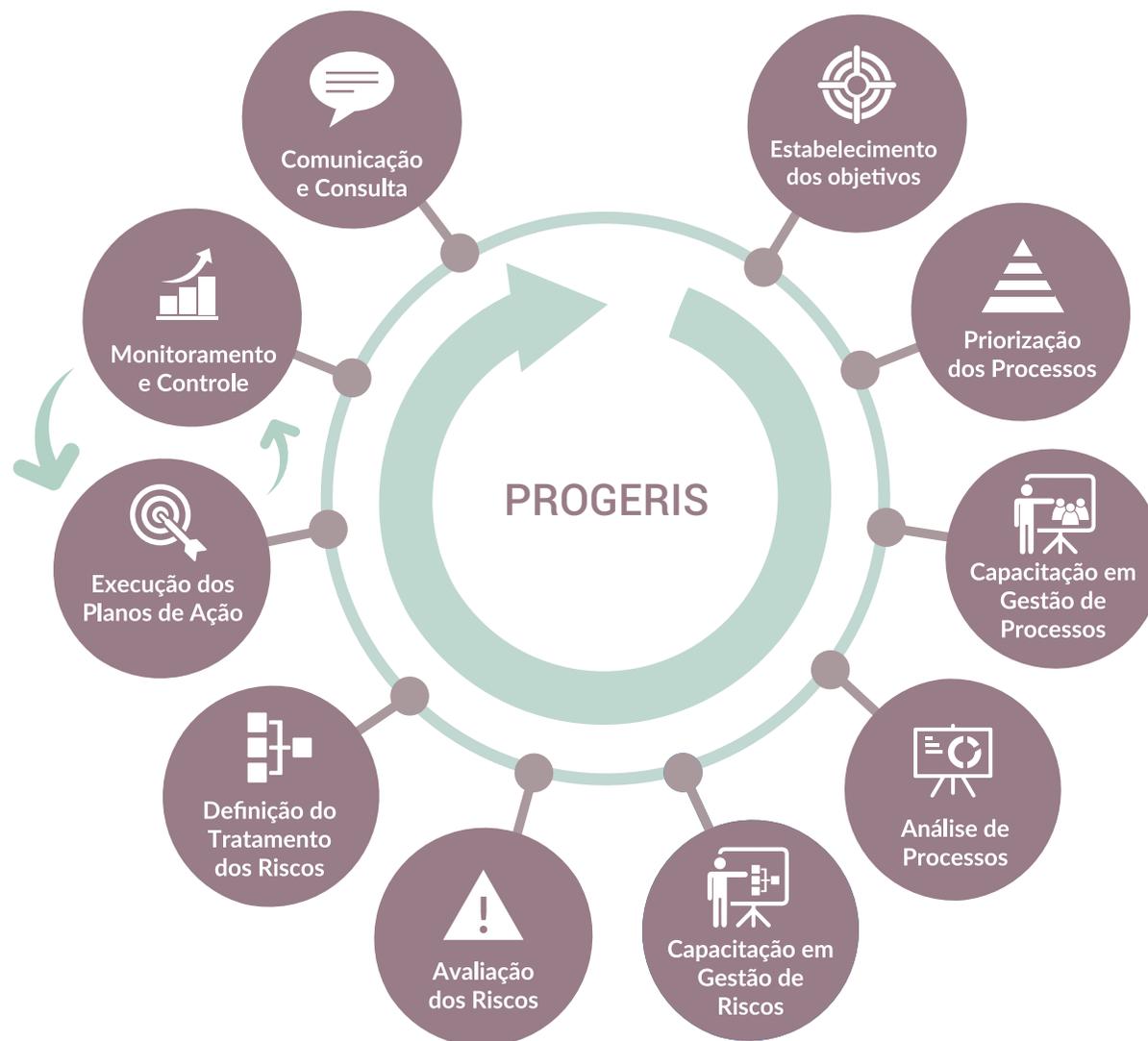
A Gestão de Riscos (GR) visa identificar, avaliar, administrar, controlar e monitorar potenciais eventos ou situações capazes de afetar o desempenho da Instituição, buscando estabelecer uma garantia razoável quanto ao cumprimento dos objetivos estratégicos, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2019) e no Plano de Gestão 2015-2019.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) elaborou e vem aplicando seus instrumentos de Gestão de Riscos, tais como: Política de Gestão de Riscos da UFRN (Resolução nº 016/2017-CONSAD), Plano de Gestão de Riscos (Resolução nº 076/2017-CONSAD), assim como foi estabelecido o Comitê de Governança, Riscos e Controles, responsável por supervisionar a institucionalização da Gestão de Riscos e dos controles internos e dar o suporte necessário para sua execução.

Implementação

A Secretaria de Gestão de Projetos (SGP) desenvolveu um passo a passo para o Processo de Gestão de Riscos (PROGERIS) com vistas a sustentar esse gerenciamento em toda a Instituição. A seguir, será apresentado o detalhamento do modelo PROGERIS.

Processo de Gestão de Riscos



Fonte: Tesouro Gerencial

» 1ª etapa

Estabelecimento dos Objetivos

A primeira etapa do PROGERIS é o Estabelecimento dos Objetivos. Para isso, deve-se estabelecer quais serão os objetivos da Gestão de Riscos no setor em análise e quais são os objetivos do setor, ou seja, qual o valor que o setor se compromete a entregar e para quem. Isso ajudará na análise dos riscos que podem impactar na entrega desse valor. Ressalta-se que essa etapa foi extraída do COSO (2007) e da ISO (2009).

» 2ª etapa

Priorização dos Processos

A segunda etapa do *framework* é a Priorização dos Processos. Deve-se partir da análise da cadeia de valor e dos processos do setor e priorizar o que é crítico e prioritário.

» 3ª etapa

Capacitação em Gestão de Processos

A partir dessa análise e da priorização desses processos, o cronograma de ação para a equipe de execução da GR é elaborado, e a terceira etapa do processo pode ser desenvolvida. Essa se refere à Capacitação em Gestão de Processos.

Os atores dos processos, a fim de facilitar a compreensão e a execução da próxima fase e de capacitar esses recursos humanos, são habilitados/instruídos acerca dos conceitos básicos de processos, estrutura funcional da UFRN, notação para processos de negócios e importância dela na rotina de trabalho.

» 4ª etapa

Análise dos Processos

Feito isso, dá-se prosseguimento à fase de Análise dos Processos, que é composta por duas subetapas: mapeamento dos processos; identificação dos problemas e propostas de melhoria. De forma simples, os atores dos processos participam de oficinas para ativamente poderem mapeá-los, detalhando o seu passo a passo, os *inputs* e *outputs*, os recursos e, por fim, validarem os processos desenhados de forma conjunta e consensual.

Na segunda fase, os atores dos processos participam de uma oficina para a identificação dos problemas que podem interferir no alcance dos objetivos dos processos; e para a identificação de possíveis propostas de melhoria para promover uma maior eficiência do processo e uma resolução dos problemas também identificados.

Nessa oficina, o processo é apresentado de forma visual para que os seus atores identifiquem, em seu fluxo, os problemas. Do mesmo modo, os atores identificam possíveis propostas de melhoria que sirvam para resolver os problemas identificados nesse processo.

» 5ª etapa

Capacitação em Gestão de Riscos

De forma similar à Capacitação em Gestão de Processos, os atores também são submetidos à Capacitação em Gestão de Riscos. Essa etapa do *framework* considera que a GR deve ser compartilhada e ser de responsabilidade de toda a organização, de todos os níveis e de todos os colaboradores, gerando multiplicadores e pessoal capacitado interdisciplinarmente para um bom gerenciamento dos riscos (MIRANDA, 2017). Na capacitação, são explanados princípios básicos e a importância da GR no setor, classificação dos eventos de riscos e mecanismos de controle.

» 6ª etapa

Avaliação dos Riscos

Levantadas as problemáticas e, adicionalmente, com os atores capacitados, é possível então dar início à sexta etapa, que consiste na Avaliação dos Riscos.

Nessa fase, a análise de causa e efeito é desenvolvida para identificar se o que foi apresentado como um problema pode ser, na verdade, a causa de algum outro problema mais abrangente.

Após a conversão dos problemas em eventos de riscos, é feita uma breve validação com os atores dos processos e seus gestores. A próxima etapa é iniciada com a mensuração da probabilidade e o impacto desses eventos de riscos, novamente com todos os atores. Para essa classificação, utiliza-se como referência a matriz de riscos do Plano de Gerenciamento de Riscos da Instituição.

» 7ª etapa

Definição do Tratamento dos Riscos

Após todas essas etapas de identificação e classificação dos riscos, os planos de ação podem ser elaborados de forma adequada à realidade dos mesmos (WEINSTEIN; MCWHA, 2008). Assim, a próxima etapa do processo de GR é a Definição do Tratamento dos Riscos. Essa etapa também foi extraída do COSO (2007) e da ISO (2009).

Pontua-se que as propostas de melhoria que foram levantadas nas oficinas são analisadas, com o objetivo de avaliar se

essas propostas podem ser desdobradas em mecanismos de controle dos seus respectivos riscos. A partir disso, são elaborados os respectivos planos de ação para a mitigação e o contingenciamento dos riscos junto aos atores dos processos, bem como são definidos os responsáveis por executá-los. É importante garantir que os atores tenham autonomia e liberdade para propor mecanismos de controle.

» 8ª etapa

Execução dos Planos de Ação

Logo após a elaboração e a validação desses planos de ação junto aos atores dos processos, a etapa 8 consiste na Execução dos Planos de Ação, etapa essa extraída do COSO (2007) e da ISO (2009), na qual são planejados cronogramas, indicadores e metas para a execução desses planos, sendo priorizados de acordo com a suas classificações. Para isso, algumas abordagens da Gestão de Projetos são utilizadas com foco na simplificação e na eficiência na execução desses planos de ação. Assim, nessa etapa, a metodologia de Gestão de Projetos é integrada à Gestão de Riscos para se planejar, executar, controlar e monitorar e encerrar os planos de ação, a fim de mitigar todo e qualquer risco.

» 9ª etapa

Monitoramento e Controle

A próxima etapa do *framework* é a de Monitoramento e Controle, que também foi extraída do modelo COSO (2007) e da ISO (2009). Com a devida execução dos planos de ação, os riscos devem ser reavaliados para ser identificado o nível dos riscos residuais.

Para esse monitoramento, o GERIFES.net, sistema de informação, apoia todo o processo e a estrutura de GR da Instituição, fornecendo uma visão geral do *status* dos riscos de forma visual, emitindo relatórios gerenciais e dando transparência desse processo à alta gestão universitária.

» 10ª etapa

Comunicação e Consulta

Ademais, a última etapa do PROGERIS é a Comunicação e Consulta. Com o suporte informacional que o GERIFES.net proporciona, relatórios são gerados quanto ao *status* da GR, pautados e apresentados em reuniões com a Gestão do Setor e validados pelo Comitê de Gestão de Riscos, Governança e Controle. Nesse contexto, a UFRN optou por desdobrar os seus tipos de riscos em dois níveis, conforme exposto no quadro de tipos de riscos, a seguir.

Tipos de riscos aprovados no Plano de Gestão de Riscos

	Tipos de risco	Conceituação do tipo de risco
Interno	Infraestrutura	Riscos que afetem a infraestrutura da organização
	Pessoal	Riscos que afetem os servidores da organização
	Processo	Riscos que afetem o fluxo de um dos processos da organização
	Conformidade	Riscos que afetem o atendimento de requisitos básicos do processo
	Comunicação	Riscos que afetem a comunicação interna e externa da organização
Externo	Político	Riscos externos ligados ao ambiente político
	Social	Riscos externos ligados a mudanças em conjunturas sociais
	Ambiental	Riscos relacionados a impactos no meio ambiente
	Orçamentário	Riscos ligados a questões financeiras
	Imagem	Riscos envolvendo a percepção com relação à organização

Fonte: adaptado pela SGP da Resolução nº 076/2017-CONSAD



Riscos identificados

A Gestão de Riscos foi desenvolvida, da fase de identificação à fase de tratamento dos riscos, em 15 macroprocessos de suporte até o momento, sendo nove em 2018 e seis em 2019. No quadro “Riscos identificados”, é possível percebê-los, bem como a quantidade de riscos associados a cada processo.

Macroprocessos/Unidades com riscos mapeados	Quantidade de eventos de risco identificados	
	2018	2019
1. Assistir o estudante – PROAE	-	114
2. Dar suporte ao ensino de graduação – PROAD	-	95
3. Dar suporte às ações de extensão – PROEX	-	15
4. Gerir infraestrutura – INFRA e PROAE	-	06
5. Gerir orçamento – PROAE e DCF	-	04
6. Gerir aquisições e contratações – PROAD	-	69
7. Gerir comunicação – ASCOM e COMUNICA	38	08
8. Gerir sistemas integrados de gestão – SINFO	06	04
9. Gerir segurança patrimonial – DSP	07	07
10. Gerir patrimônio – DMP	07	03
11. Gerir deslocamento de pessoal – PROAD	07	07
12. Promover internacionalização – SRI	15	13
13. Gerir informações acadêmicas (Processo: de promover a editoração de livros eletrônicos) – EDUFRN	18	-
14. Dar suporte ao desenvolvimento da pós-graduação – PPG	13	03
15. Gerir pessoas e promover a qualidade de vida no trabalho – PROGESP	44	06

Fonte: SGP

Os processos finalísticos foram analisados de uma forma mais documental e, para tanto, foram consideradas as percepções de entes envolvidos nesses processos (pró-reitorias, docentes, técnico-administrativos e discentes). Isso implicou a criação de planos de controle, sem a existência de um fluxo detalhado de trabalho, uma vez que os processos finalísticos da universidade são fortemente baseados na autonomia e na construção de relações de aprendizagem diversa no processo de ensino.

Na seara da pesquisa e da extensão, devido à vasta quantidade de áreas da ciência e às inúmeras possibilidades de organização dos processos, a concepção de um fluxo de trabalho minucioso também se torna inviável. Apesar disso, a verificação de riscos nesses processos e a construção de mecanismos de controle são possíveis, o que gera a necessidade de uma Gestão de Riscos nos processos finalísticos.

No plano de riscos, realizou-se uma delimitação a partir dos processos, ou seja, da subdivisão dos macroprocessos de trabalho. Contudo, essa divisão não pôde ser seguida, pois verificou-se que vários desses processos não puderam ser caracterizados, ou eram atividades de rotina, ou não haviam sido mapeados na fase inicial. Assim, identificou-se que seria mais adequada a abordagem baseada nos macroprocessos, a fim de definir as ações mitigadoras.



Entre os planos de mitigação estabelecidos nos processos finalísticos, podem-se destacar:

Mitigação de riscos nos processos finalísticos

Macroprocessos	Eventos de Risco	Ações mitigadoras identificadas em anos anteriores, mas com repercussão em 2019	Ações mitigadoras identificadas em 2019	Metas estratégicas (PDI 2010-2019)
Promover o ensino	Dificuldade na relação discente e docente	Promoção de um curso denominado “Programa de Atualização Pedagógica (PAP)” de modo obrigatório para novos docentes.		<p>» Meta 1 – Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 12,9%, passando de 62% em 2014 para 70% em 2019.</p> <p>» Meta 2 – Expansão das matrículas do ensino de graduação em 8,3%, passando de 32.449 em 2014 para 35.149 em 2019.</p> <p>» Meta 3 – Qualificação dos cursos de graduação até 2019, com 80% dos cursos avaliados, segundo indicadores do INEP, obtendo conceitos 4 ou 5.</p>
	Possuir cursos com nota ENADE 2 ou 3	Criação e implementação da política de melhoria da qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos pela UFRN (Resolução nº 181/2017-CONSEPE).		
		Desenvolvimento de um modelo de planejamento estratégico trienal para os cursos de graduação e de pós-graduação.		
		Desenvolvimento de ações de conscientização referentes ao ENADE.		» Meta 4 – Expansão do sistema de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em 26,4%, passando de 106 cursos em 2014 para 134 em 2019.
	Evasão de alunos		Criação dos Grupos de Trabalho em Acessibilidade, buscando mitigar a evasão de alunos com necessidades especiais específicas.	» Meta 5 – Qualificação do sistema de pós-graduação, elevando o conceito CAPES em 10,4% dos cursos até 2019.
Dificuldade no acompanhamento dos cursos técnicos		Criação da Secretaria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).		» Meta 6 – Expansão das matrículas do ensino da educação profissional técnica de nível médio e da educação básica em 39,9%, passando de 5.761 em 2014 para 8.060 em 2019.

Macroprocessos	Eventos de Risco	Ações mitigadoras identificadas em anos anteriores, mas com repercussão em 2019	Ações mitigadoras identificadas em 2019	Metas estratégicas (PDI 2010-2019)
Promover a pesquisa	Dificuldade do mapeamento das pesquisas da universidade	Criação do cadastro de laboratórios no SIGAA.		<p>» Meta 7 – Expansão das atividades de pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15% para os grupos de pesquisa, passando de 345 em 2014 para 397 em 2019; • 20% para os projetos de pesquisa, passando de 877 em 2014 para 1.052 em 2019.
	Desenvolvimento de pesquisas não alinhadas as necessidades da sociedade		Elaboração de editais permanentes e de temas específicos para fomento de pesquisas;	
	Dificuldade na realização das pesquisas		Criação de um edital específico para a manutenção de equipamentos de laboratórios.	
Promover a extensão	Desenvolvimento de ações de extensão não alinhadas as necessidades da sociedade	Elaboração de editais permanentes e de temas específicos para fomento de atividades de extensão.		<p>» Meta 12 – Expansão das atividades de extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5% para as ações de extensão, passando de 1.503 em 2014 para 1.728 em 2019; e • 15% para as bolsas de extensão, passando de 750 em 2014 para 863 em 2019. <p>» Meta 13 – Expansão da participação nas atividades de extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10,4% para o corpo docente, passando de 67% do total de docentes em 2014 para 74% em 2019; • 11,5% para o corpo técnico-administrativo, passando de 26% do total dos servidores técnico-administrativos em 2014 para 29% em 2019; • 14,8% para o corpo discente, passando de 27% do total de alunos matriculados em 2014 para 31% em 2019.
	Quantidade de pessoas impactadas nos projetos de extensão reduzida	Desenvolvimento de projetos permanentes de extensão, como o Trilhas Potiguares.		

Fonte: SGP

Mitigação de riscos nos processos de suporte

Macroprocesso

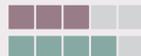
Assistir o estudante

Eventos de risco

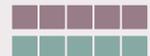


■ Probabilidade ■ Impacto

Não atendimento imediato das demandas.



Sobreposição de demandas.



Falta de agilidade no processo de atendimento.



Causas

» Ausência de recursos humanos para atender toda demanda.

» Absorção de outras demandas.

Consequências

» Sobrecarga de trabalho.

» Demandas não atendidas.

» Demora no processo.

Ações mitigadoras identificadas em 2019

» Normatização de processos de atendimento da demanda.

Metas estratégicas

» Meta 1: Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 12,9%, passando de 62% em 2014 para 70% em 2019.

Grau de risco alto



Macroprocesso

Dar suporte ao desenvolvimento da pós-graduação

Eventos de risco



■ Probabilidade ■ Impacto

Funcionários novos não sabem como executar suas atividades.



Secretaria não tem acesso adequado ao sistema.



Troca de processo virtual para o físico.



Causas

» Ausência de capacitação de novos funcionários.
» Ausência de manualização dos processos.

» SIPAC não tem conhecimento real das funções do secretário.
» Resistências dos servidores.

» Servidores não têm habilidade com a nova ferramenta.
» Treinamento restrito a servidores técnicos e não a professores.

Consequências

» Perda de tempo e desperdício de recursos humanos.
» Desvio de atribuição de funcionários antigos.

» Atrasos no processo.
» Impossibilidade de solucionar problemas de forma mais eficiente.

» Retrabalho.
» Acúmulo de tarefas.
» Acúmulo de funções.

Ações mitigadoras identificadas em 2019

» Solicitação de treinamento e capacitação aos novos secretários de pós-graduação.

Metas estratégicas

» Meta 4: Expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* em 26,4%, passando de 106 cursos em 2014 para 134 em 2019.

» Meta 5: Qualificação do sistema de pós-graduação, elevando o conceito CAPES em 10,4% dos cursos até 2019.

Grau de risco muito alto



Mitigação de riscos nos processos de suporte

Macroprocesso

Gerir aquisições e contratações

Eventos de risco

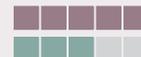
Funcionários novos não sabem como executar suas atividades.



Secretaria não tem acesso adequado ao sistema.



Troca de processo virtual para o físico.



Ausência de prazos para envio de parecer de proposta, habilitação técnica e contábil.



Causas

» Não havia a obrigatoriedade de gerenciar os riscos. Ausência de indicadores de desempenho.

» Ausência de indicadores de desempenho.

» Pareceres mal elaborados, ocasionando insegurança na tomada de decisão.

» Não delimitação de prazos para envio de parecer de proposta, habilitação técnica e contábil.

Consequências

» Contratos serem renovados sem que os riscos sejam bem gerenciados.

» Impossibilidade de mensurar a produtividade individual e coletiva dos pregoeiros.

» Pareceres mal elaborados, causando insegurança na tomada de decisão.

» Atraso na emissão dos pareceres, perda de eficiência.

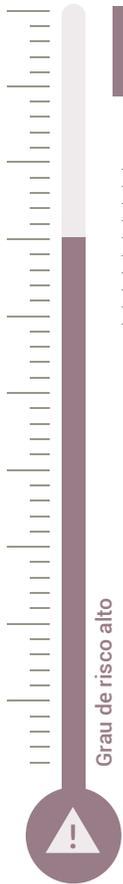
Ações mitigadoras identificadas

em anos anteriores, mas com repercussão em 2019

» Elaboração/ atualização de uma lista de contatos dos coordenadores.	» Realização de oficinas de formação para coordenadores.	» Divulgação do edital junto aos alunos e coordenadores.
» Esclarecimento aos agentes do processo da dependência do INEP para a sequência do processo.	» Estudo e aprimoramento da legislação para evitar diligências.	» Esclarecimentos relativos à limitação da lista dos cursos no e-MEC.
» Antecipação das orientações para atendimento das etapas do processo.	» Orientações às coordenações dos cursos.	» Apresentação de formulários eletrônicos.

Metas estratégicas

» Meta 1: Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 12,9%, passando de 62% em 2014 para 70% em 2019.	» Meta 2: Expansão das matrículas do ensino de graduação em 8,3%, passando de 32.449 em 2014 para 35.149 em 2019.	» Meta 3: Qualificação dos cursos de graduação até 2019, com 80% dos cursos avaliados, segundo indicadores do INEP, obtendo conceito 4 ou 5.
---	---	--



Mitigação de riscos nos processos de suporte

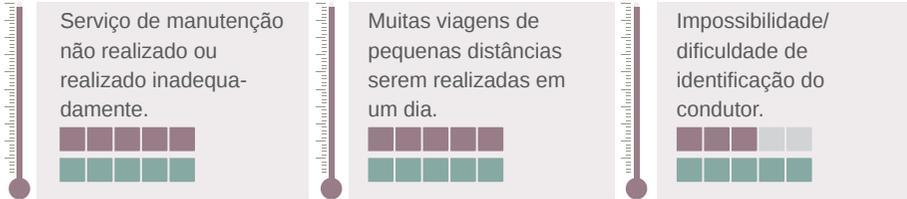
Macroprocesso

Gerir deslocamento de pessoal

Eventos de risco



■ Probabilidade ■ Impacto



Causas

- » O departamento não tem poder sobre as prestadoras de serviço.
- » Não abastecer os veículos de acordo com a demanda específica de cada viagem.
- » Ausência de mecanismos de controle.

Consequências

- » Atrasos nas entregas de veículos.
- » Desperdícios de recursos.
- » Ineficiências no setor.
- » Alguns departamentos acabam por pagar mais do que realmente deveriam e outros não pagam pelo uso dos veículos.
- » Reclamação formal dos departamentos supercusteados.
- » O acúmulo de multas não identificadas aumenta a punição.
- » Não recebimento do CRLV.
- » Incapacidade de utilização do veículo.

Ações mitigadoras identificadas em anos anteriores, mas com repercussão em 2019

- » Mudança do modelo contratual de manutenção de frota.
- » Implementação do controle de portarias.
- » Desenvolvimento de aplicativo de rastreamento de atendimento de requisição pelo IMD.
- » Implementação de rotas de entrega de água mineral nas unidades.

Metas estratégicas

- » Meta 17: Modernização da gestão universitária.

Grau de risco muito alto



Mitigação de riscos nos processos de suporte

Macroprocesso

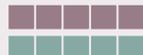
Gerir sistemas integrados de gestão

Eventos de risco



■ Probabilidade ■ Impacto

Processo de entrada ainda não estruturado.



Time de requisito e teste não conseguir atender todas as demandas.



Causas

» Processo novo.

» Equipe de trabalho reduzida.

» Alta demanda de solicitações.

Consequências

» Atuar em demandas que não foram priorizadas.

» Sobrecarga de trabalho.

» Atraso na entrega da demanda e qualidade prejudicada

Ações mitigadoras identificadas em 2019

» Desenvolvimento de um projeto de priorização das demandas que chegam para desenvolvimento de sistemas.

Metas estratégicas

» Meta 17: Modernização da gestão universitária.

Grau de risco muito alto



Macroprocesso

Promover internacionalização

Eventos de risco



■ Probabilidade ■ Impacto

Não atender a contento as demandas urgentes de traduções.



Desenvolvimento de problemas psicológicos sérios nos alunos.



Causas

» Chegada de demanda obrigatória de documentos com necessidade de tradução quase que instantânea (noite para o dia).

» Problemas individuais dos alunos.

Consequências

» Prejuízos para a cooperação científica da Instituição e investimentos.

» A UFRN eventualmente se vê obrigada a arcar com custos complementares.

Ações mitigadoras identificadas em 2019

» Melhoramento do processo de comunicação entre o intercambista e a coordenação do curso que recebe o aluno estrangeiro.

Metas estratégicas

» Encaminhamento de alunos intercambistas com problemas psicológicos à PROAE.

Grau de risco alto



Metas estratégicas

» Meta 15: Promover a internacionalização:

- 100% para o número de acordos de cooperação internacional, passando de 197 em 2014 para 394 em 2019;
- 100% para o número de professores/pesquisadores visitantes estrangeiros, passando de 62 em 2014 para 124 em 2019;
- 100% para os alunos estrangeiros na UFRN, passando de 68 alunos de mobilidade de graduação em 2014 para 132 em 2019; de 60 alunos regulares na graduação em 2014 para 120 em 2019; e de 63 alunos de pós-graduação em 2014 para 126 em 2019.

Gestão de Riscos sob o ponto de vista estratégico

Quando se avalia a Gestão de Riscos sob a perspectiva estratégica, percebe-se que os planos de ação traçados no contexto dos processos organizacionais acabam por trazer um ganho do ponto de vista organizacional/estratégico, conforme pode ser observado na matriz ao lado, em que se relaciona a minimização de ameaças e a maximização de oportunidades a ações que foram definidas no contexto da Gestão de Riscos para serem implementadas.

Oportunidades	Plano de ação
Bom desempenho apresentado pela UFRN no Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG) do país, com destaque para o eixo Gestão de Pessoas.	Aprofundamento das ações de melhoria da governança, centradas fortemente em contratações em tecnologia da informação.
Evento <i>Conexões para o Desenvolvimento do RN</i> , em que a UFRN firmou parceria com a indústria local.	Criação do cadastro de laboratórios no SIGAA; Elaboração de editais permanentes e de temas específicos para fomento de pesquisas; Criação de um edital específico para a manutenção de equipamentos de laboratórios.
Articulação política regional e local (Consórcio Nordeste) pode vir a favorecer parcerias com a Universidade.	Ações relacionadas ao contexto de governança das aquisições, com foco na fase interna, externa e gestão dos contratos.
O envolvimento do Rio Grande do Norte com energia eólica pode ser uma área de investimento acadêmico, pois, em 2019, o estado atingiu 4GW em potência instalada a partir de parques eólicos. A geração dessa energia já representa 86% de toda a potência instalada do estado potiguar.	Criação do cadastro de laboratórios no SIGAA, permitindo a integração entre laboratórios de pesquisa que podem ser fomentados a partir do contexto de energias renováveis.

Planos de ação decorrentes de ameaças estratégicas

Ameaças	Plano de ação
Cortes orçamentários anuais que vêm limitando as ações universitárias.	Aprofundamento das ações de melhoria da governança, centradas fortemente em contratações em tecnologia da informação.
Bloqueios/contingenciamentos não previstos de recursos.	Melhoria na gestão dos contratos de terceirização, permitindo a redução de postos de trabalho, caso necessário.
Extinção de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança; limitação na ocupação, concessão e utilização de gratificações; não reposição da força de trabalho com as dificuldades na realização de novos concursos.	Aprofundamento das ações de melhoria organizacional, tais como redesenho e automatização de processos de trabalho.
Limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo Federal.	Gestão orçamentária dessas rubricas junto ao DCF, evitando que ultrapassem o limite definido pelo Poder Executivo Federal.

Fonte: SGP





1

2

3

5

4 Resultados e desempenho da gestão

Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

O conjunto de atividades por meio do qual a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) cumpre a sua missão está vinculado à cadeia de valor (processos finalísticos) da Instituição, pilar sobre o qual ela é gerida, sendo esta representada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão.

No que diz respeito à educação superior, as ações de ensino, pesquisa e extensão correspondem às atividades finalísticas da UFRN, desenvolvidas conforme seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrante do **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2019)**.

Essas ações se articulam com os Programas Temáticos, que compõem o orçamento da União; e com o **Plano de Gestão 2015-2019 da UFRN**, que conta com metas detalhadas anualmente no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP), integradas às atividades finalísticas no âmbito da competência da Instituição.

Quanto aos resultados alcançados frente à cadeia de valor da Instituição – representada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão –, estes estão descritos a seguir.

Promover o Ensino

A UFRN oferece 102 cursos de graduação em funcionamento na modalidade presencial registrados no e-MEC, sendo que, no ano de 2019, foram ofertadas 8.130 novas vagas nesses cursos. Na modalidade a distância, em nível de graduação, a Instituição oferta dez cursos (um de bacharelado e nove licenciaturas), com 1.165 alunos matriculados. A UFRN oferece ainda dois cursos em convênio com o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). No exercício de 2019, no contexto do ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade presencial, a UFRN contou com 30.177 alunos matriculados, sendo 23.723¹ na graduação e 6.454 na pós-graduação.

¹ Fonte: Coordenadoria de Informações Institucionais – Censo da Educação Superior. Salienta-se que os demais dados do parágrafo foram obtidos por meio dos relatórios internos das unidades da UFRN.

Na área do ensino, destaca-se, no exercício em referência, a Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFRN, aprovada em 14 de novembro de 2017 (**Resolução nº 181/2017-CONSEPE**). O foco dessa ação visa à melhoria da qualidade dos cursos, tendo por base o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito de Curso (CC), estabelecidos conforme o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/INEP), para os cursos de graduação e a nota da Capes para os cursos de pós-graduação. Essa política foi organizada considerando a relevância da avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação com vistas à melhoria dos indicadores de qualidade acadêmica. A Política de Melhoria determina que os cursos elaborem um Plano de Ação Trienal para os Cursos de Graduação (PATCG) e um Plano Quadrienal para os Cursos de Pós-Graduação (PAQPG), com propostas efetivas para enfrentar as fragilidades e encaminhar ações de melhorias dos indicadores, com base na análise dos relatórios gerados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), respectivamente.

No que se refere à graduação, o trabalho iniciado em 2018 desenvolveu-se por meio de atividades pedagógicas coordenadas pela Pró-Reitoria de Graduação (PRO-GRAD) com a colaboração dos planos pelos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e o acompanhamento dos assessores acadêmicos dos Centros e das Unidades Acadêmicas Especializadas. O resultado desse trabalho traduziu-se na elaboração de 111 PATCGs, dos quais 80% entraram em execução em agosto de 2018 e 20% se encontravam tramitando nas instâncias colegiadas dos cursos e dos Centros Acadêmicos no final de 2018. Como resultado do trabalho de elaboração e de execução dos planos, em 2019, a Divisão de Acompanhamento dos Cursos (DAC) analisou 29 Projetos Pedagógicos de cursos de graduação. Desse total, 18 foram atualizados e 11 foram devolvidos às coordenações para ajustes, estes estão pendentes de nova submissão.

Cabe à Comissão de Graduação, junto com as Assessorias Acadêmicas dos Centros e das Unidades Acadêmicas Especializadas, auxiliar na análise e na emissão de parecer técnico sobre os PATCGs, bem como acompanhar a sua execução.

Entre as atividades realizadas pela Comissão, destacam-se: participações nos seminários e nas oficinas de treinamento para elaboração dos PATCGs; elaboração da ficha de avaliação e do instrumento de acompanhamento e análise dos planos; elaboração de pareceres; discussão processual dos resultados em termos qualitativos e quantitativos no processo de elaboração e aprovação dos PATCGs; e realização do II Seminário Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação em dezembro de 2019, o qual objetivou apresentar os resultados, bem como propor uma reflexão sobre as temáticas a serem abordadas na Semana de Avaliação e Planejamento (SAP) 2020 dos Departamentos ou Centros/Unidades acadêmicas.

Além dessas atividades, em 2019, a metodologia de acompanhamento da construção e análise dos PATCGs para o exercício demandou a elaboração de estratégias, visando ao compartilhamento e ao acompanhamento dos processos pela Comissão de Graduação. Ademais, foi publicada a Portaria Normativa nº 14, de 14 de abril de 2019, que definiu os cursos do ciclo de 2019, o fluxo dos processos dos Planos de

Ação e os Relatórios para o ano. Assim, dos 60 planos de ação previstos para o ciclo de 2019, recebeu-se a primeira versão dos planos de 52 cursos. Após a apreciação da Comissão de Graduação, que emitiu Parecer Técnico, foram recepcionadas as versões finais de 43 PATCGs, aprovados pelos Colegiados de curso, que atuam como conselhos dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas. Quanto aos planos pendentes de envio e/ou aprovação, de acordo com o inciso III do artigo 11 da [Resolução nº 181/2017-CONSEPE](#), os assessores acadêmicos dos Centros e das Unidades Acadêmicas Especializadas estão acompanhando para que sejam concluídos até o início de 2020.

Em relação ao desempenho da Universidade no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), a comparação dos ciclos avaliativos 2015-2018 revela um crescimento positivo, no qual a média do Enade Contínuo dos cursos passou de 3,29 em 2015 para 3,47 em 2018. De forma isolada, percebe-se que 75% dos cursos obtiveram conceito 4 e 5, o que é considerado um bom resultado.

Em 2019, foram realizadas atividades referentes à edição de 2018 do Enade, a saber: monitoramento dos resultados dos indicadores Enade e do Conceito Preliminar de Curso (CPC) publicados em 2019, apreciação e análise da pesquisa aplicada aos coordenadores dos cursos avaliados e aos discentes que participaram do exame. O Enade 2019 abrangeu 27 cursos da UFRN das seguintes áreas: agronomia, arquitetura e urbanismo, biomedicina, educação física, enfermagem, engenharia ambiental, engenharia da computação, engenharia civil, engenharia de alimentos, engenharia de produção, engenharia elétrica, engenharia florestal, engenharia mecânica, engenharia mecatrônica, engenharia química, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, gestão hospitalar, medicina, nutrição, odontologia e zootecnia. As notas desse processo avaliativo ainda não foram divulgadas pelo INEP/MEC. Para mais informações acerca do Enade, consultar o item “Conceito Enade” deste capítulo.

No quesito flexibilização curricular, cabe destacar que em 2019, em observância à Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, a UFRN aprovou a [Resolução nº 28/2019-CONSEPE](#), regulamentando a

oferta de componentes curriculares EaD. Essa resolução estabelece normas e critérios para a oferta e o funcionamento de componentes curriculares na modalidade a distância nos cursos de graduação presenciais.

Outro ponto que é necessário destacar, dentro da promoção do ensino, é o estreitamento da relação entre a UFRN e a sociedade. Uma iniciativa que demonstra esse forte compromisso social é a Mostra de Profissões, um evento consolidado que possibilita a um significativo número de estudantes o acesso a informações sobre os cursos de graduação da UFRN, de modo que eles possam, a partir desse conhecimento, fazer escolhas mais conscientes e assertivas em relação ao seu futuro profissional.

Em 2019, o evento contabilizou a participação de aproximadamente 27.400 estudantes do ensino médio, com a mobilização de 2.034 pessoas, entre docentes e discentes da graduação, para a realização de 487 palestras sobre formação e profissionalização dos cursos ofertados na Instituição.

Ainda sobre o relacionamento com a sociedade, cabe destacar que a UFRN concorreu ao Prêmio IEL de Estágios, promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o qual premiou as três melhores instituições de ensino superior do estado após a análise das ações apresentadas acerca das atividades de estágio promovidas em 2019.

A participação rendeu à UFRN o terceiro lugar entre todas as concorrentes, sendo o prêmio (troféu e certificado) entregue à Instituição em solenidade ocorrida na Casa da Indústria. Essa premiação demonstra o compromisso da Instituição no estreitamento da relação entre a UFRN e as empresas e instituições conveniadas para oferta de estágios.

Na **pós-graduação**, a Instituição oferece 92 programas *stricto sensu*, totalizando 132 cursos, sendo 63 em nível de mestrado acadêmico, 26 em nível de mestrado profissional e 43 em nível de doutorado, perfazendo 6.454 alunos matriculados. No total, são 3.039 alunos no mestrado acadêmico, 1.061 alunos no mestrado profissional e 2.354 alunos no doutorado. A UFRN oferta, também, 111 cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo 68 cursos de especialização, 34 residências médicas e nove residências multiprofissionais.

Ainda no contexto da pós-graduação, destaca-se novamente a **Resolução nº 181/2017-CONSEPE**, que implementou a Política de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFRN. Com base no diagnóstico interno e na avaliação da Capes, essa resolução estabelece a criação de um Plano de Ação Quadrienal para todos os Programas de Pós-Graduação (PAQPG). O PAQPG permite prever ações de curto, médio e até longo prazo para alcançar a excelência acadêmica, constituindo-se um importante instrumento de acompanhamento.

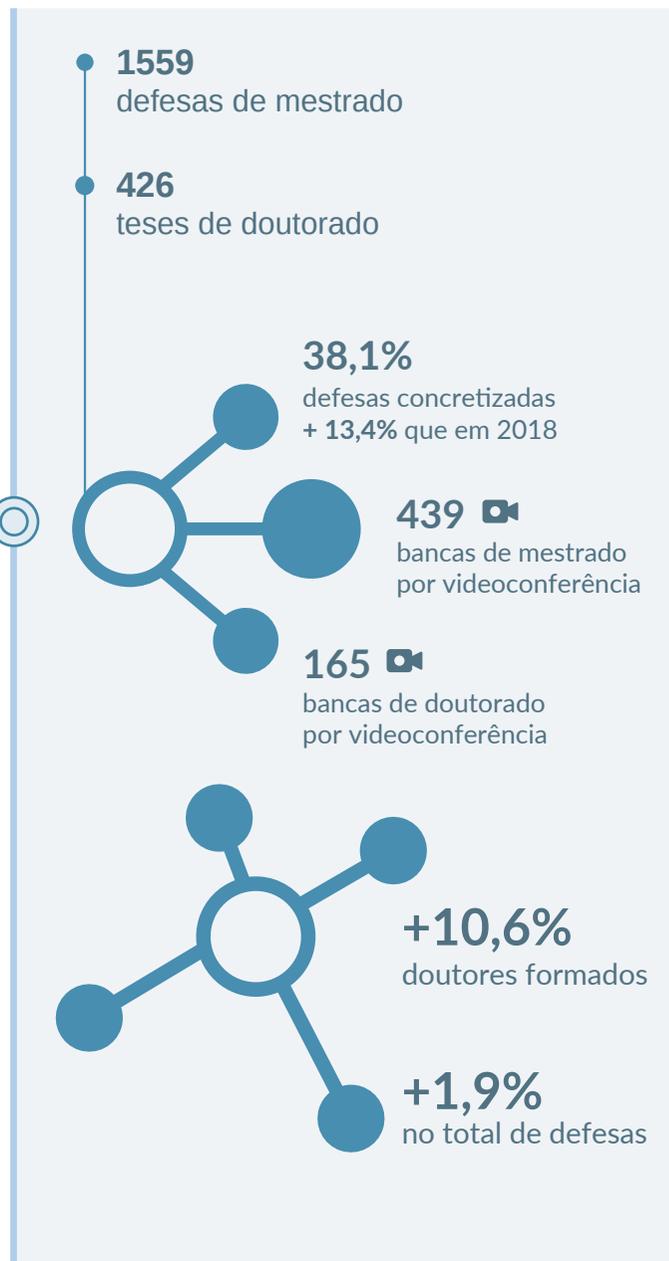


Esse processo teve início em 2018, com a proposta de um modelo para elaboração do PAQPG durante o I Seminário Sucupira da UFRN. À medida que os programas de pós-graduação submetiam seus planos, os coordenadores eram convidados a apresentar a proposta para a Comissão de Pós-Graduação. Após os apontamentos da relatoria e a discussão entre os membros da Comissão, esses planos foram encaminhados aos programas para que melhorias pudessem ser realizadas. Esse ciclo passou os exercícios de 2018 e 2019. Do total de 92 programas de pós-graduação, 81,5% já cumpriram com o objetivo, sendo o prazo final de submissão março de 2020.

Cabe ressaltar que, mesmo na fase de análise e discussão, os PAQPGs constituíram um importante instrumento de acompanhamento dos programas, auxiliando a tomada de decisão. Por meio desses planos, ações de curto prazo foram identificadas, o que levou à correção de fragilidades com algum impacto nos indicadores ainda no quadriênio de avaliação vigente (até o final de 2020) da Capes. Desse modo, foram realizadas reuniões com os grupos de programas nota 3, programas nota 4, programas notas 5, 6 e 7, e programas da modalidade profissional. Nessas ocasiões,

foram apresentados os principais aspectos comuns observados nos PAQPGs de cada grupo, a análise de alguns indicadores e as observações da Coordenadoria Pedagógica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PPG). Além disso, a PPG organizou um documento de orientação aos programas sobre a autoavaliação, que deverá ser implementada por todos a partir de 2020, permitindo, assim, que se construam os caminhos para alcançar a excelência acadêmica.

Em relação à **produção de conhecimento** nesse nível de ensino (pós-graduação), foram registradas 1.159 defesas de mestrado e 426 teses de doutorado. Em 2019, observou-se uma estabilidade no quantitativo total de defesas, mais precisamente um discreto aumento de 1,9%, com destaque para a formação de doutores que teve aumento de 10,6%. Ainda no exercício, foram realizadas 439 bancas de mestrado e 165 de doutorado por videoconferência, representando 38,1% do total de defesas concretizadas, percentual superior ao ano anterior, o qual foi de 24,7%. Ressalta-se que, além de reduzir os custos das bancas presenciais, a defesa por videoconferência amplia as possibilidades de participação de pesquisadores de diferentes instituições estrangeiras ou de acesso mais remoto.



Merece destaque, ainda, o Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação da UFRN (PRINT), pelo edital nº 41/2017-CAPEF. Trata-se de um projeto estruturante para a pós-graduação, a ser executado nos próximos cinco anos (cronograma reajustado pela Capes, anteriormente quatro anos), de modo a promover a inserção internacional da Universidade e consolidar parcerias acadêmicas com instituições estrangeiras de renome.

Ainda em relação ao PRINT, foram lançadas quatro chamadas para concessão de bolsas para professor visitante no exterior e quatro para doutorado sanduíche em 2019. Desse modo, o projeto prevê a mobilidade de docentes e de discentes da UFRN para outros países e a de pesquisadores visitantes vindos das instituições parceiras. Entre as ações previstas durante essas estadias, está a realização de Escolas de Altos Estudos alinhadas aos temas do PRINT. Foram realizados quatro eventos dessa natureza nas áreas de materiais, saúde pública (enfermagem), evolução, cognição e comportamento, e desenvolvimento sustentável, este último com financiamento alemão.

Com relação à política de crescimento em áreas estratégicas, em 2019, foram aprovadas três propostas de cursos de pós-graduação, submetidas à Capes, sendo um de mestrado acadêmico na área de saúde da mulher, um de mestrado profissional na área de educação especial e um de doutorado profissional na rede de Saúde da Família, coordenada pela FIOCRUZ-CE. Cabe ressaltar que este será o primeiro doutorado na modalidade profissional implantado na UFRN.

Outro destaque foi a implantação dos dois primeiros programas acadêmicos do CERES, com o início das atividades dos Programas de Geografia e de História em Caicó, ambos aprovados pela Capes no final de 2018. A proposta de História tem como tema o estudo dos sertões, projeto desenvolvido com o apoio do edital nº 01/2016 do Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-Graduação (PAAFEP), enquanto a proposta de Geografia tem foco no estudo do semiárido. Além disso, foram criados dois programas de Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica, em resposta a uma demanda do Ministério da Saúde.

Os programas funcionarão na Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC), em Natal, e no Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz.

O quadro a seguir apresenta uma síntese das informações sobre o número de alunos na UFRN no exercício 2019.

Número de alunos matriculados e concluintes na UFRN em 2019		
Nível de ensino	Nº de alunos matriculados, 2019*	Nº de alunos concluintes, 2019
Graduação presencial	29.291	3.599
Graduação a distância	1.165	96
Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	6.454	1.585
TOTAL	36.910	5.280

* Quantidade de alunos que tenham cursado pelo menos um componente curricular no respectivo ano.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)

Promover a Pesquisa

Na área de inovação, ciência e tecnologia, em termos de iniciativas estruturadoras, destaca-se a criação da Agência de Inovação (AGIR), unidade suplementar vinculada à Reitoria. A AGIR é responsável pela gestão da propriedade intelectual e pela transferência de tecnologia a ambientes promotores de inovação, acompanhando e estimulando, por exemplo, as atividades das incubadoras da Universidade, bem como as atividades dos parques e polos tecnológicos. Cabe destacar, como citado anteriormente, que a criação da AGIR é fruto de uma reestruturação interna que culminou na atualização do Regimento Interno da Reitoria em 2019.

Sob o escopo de atuação da AGIR, em 2019, foram depositados 31 pedidos de patente. Registrou-se, portanto, um incremento de 34,78% em relação aos 23 depósitos realizados em 2018. Atualmente, a UFRN apresenta números de destaque nacional em relação ao desenvolvimento e à proteção de novas tecnologias. Com os seus 243 pedidos de patente, a Universidade figura entre as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) do país com maior número de patentes depositadas. Em 2019,

a UFRN alcançou a 13ª colocação nacional quanto ao número de patentes pedidas, de acordo com o Ranking Universitário da Folha (RUF), do qual participaram 197 universidades. Outro marco de 2019 foi a realização do primeiro pedido de patente via PCT (*Patent Cooperation Treaty*), abrindo os caminhos para a proteção da tecnologia desenvolvida na UFRN também em outros países.

A UFRN também desponta entre as ICTs das Regiões Norte e Nordeste com maior número de cartas-patentes já concedidas, sendo 21 no total. Dessas, 12 foram deferidas somente em 2019, dobrando, portanto, o número de cartas-patentes deferidas em 2018. Vale destacar que o número de 2019 marca um novo recorde na história da UFRN. O quadro a seguir elenca as 12 patentes concedidas no exercício. Para informações mais detalhadas acerca das patentes concedidas, acessar o site da [AGIR](#).

Patentes Concedidas	
PI 0605737-3	Obtenção de Pós Compósitos De WC-Co Nanoestruturado a partir do Precursor de Paratungstato de Amônia (APT) através de Reação Gás-Sólido
PI 0801018-8	Processo de obtenção de Carbetto de Tungstênio – Nióbio
PI 0925253-3	Coletor Automático de Coleta Amostra de Água em Corpos Hídricos
BR 10 2014 013727 0	Luva Vestível para Análise e Classificação de Produtos Agrícolas
BR 10 2015 021610-6	Formulação de combustíveis microemulsionados à base de glicerina
PI 0925423-4	Adição de cinzas da casca do café em massas cerâmicas para pisos e revestimentos
MU 9103152-4	Válvula de Treinamento de Músculos Inspiratórios e Expiratórios
BR 20 2013 000456 7	Módulo de Lentes Externas para Câmeras de Smartphones Utilizado na Aquisição de Imagens de Lesões de Pele
BR 20 2013 000457 5	Dispositivo de Treinamento Muscular Respiratório (TMR) para Músculos Inspiratórios e Expiratórios com Carga Resistiva Limiar
BR 20 2013 034073 7	Manopla Funcional para Cicloergômetro de Braço
BR 20 2014 022127 7	Bengala Inteligente para Auxílio à Locomoção de Deficientes Visuais
BR 20 2012 016427 8	Válvula de Treinamento de Músculos Inspiratórios Adaptada para Treinamento Nasal com Cargas Pressóricas

Fonte: AGIR/ UFRN

Importante destacar que, somado ao elevado número de cartas-patentes concedidas em 2019, a taxa de sucesso na concessão das patentes depositadas pela UFRN, ou seja, o número de pedidos realmente deferidos frente ao número total de pedidos avaliados, ao longo do tempo, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), alcançou 75%. Esse número é extremamente positivo, tendo em vista que outras ICTs que despontam entre as maiores depositantes do país atingiram em 2019 uma taxa de sucesso de 33,33%. Isso mostra que o esforço da Instituição no sentido de realizar uma busca de anterioridade rigorosa e a correção criteriosa dos documentos de patentes tem se refletido em maior assertividade e sucesso nas avaliações realizadas no INPI.

Outro ponto importante no ano de 2019 foi o número de pedidos de registros de marcas, 18 no total. Esse número corresponde a um aumento de 260% em relação aos cinco pedidos realizados em 2018.

Ainda no tema da inovação, em 2019, foram registrados 39 programas de computador, um marco histórico da Instituição. Adicionalmente, 2019 ficou marcado como

o ano em que foi solicitado o registro do sistema SIG-UFRN. Foram registrados os quatro constituintes do Sistema SIG-UFRN (arquitetura, SIGAA, SIPAC e SIGRH) em três versões diferentes, referentes aos anos de 2009, 2013 e 2019. Cabe destacar que atualmente cerca de 40 instituições no Brasil fazem uso dos Sistemas SIG-UFRN. Esses números refletem a elevada capacidade de geração de tecnologia e de inovação da UFRN.

Nos últimos anos, cabe ainda mencionar, a UFRN tem firmado convênios de apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico focados em infraestrutura de pesquisa, junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A FINEP é uma agência de fomento que tem apoiado instituições científicas e tecnológicas, por meio de um programa que visa à modernização dos laboratórios de pesquisa. Nessa espécie de apoio, a FINEP opera o Programa de Infraestrutura (PROINFRA). No âmbito da UFRN, esses projetos de financiamento de infraestrutura de pesquisa têm sido uma importante ferramenta de fomento à expansão, à modernização e à manutenção da infraestrutura física dos laboratórios e dos equipamentos de pesquisa, promovendo o desenvolvimento e a ampliação da pesqui-

sa na Instituição. Assim, a infraestrutura da UFRN recebeu, ao longo de anos recentes, diversos equipamentos, além de várias obras de suma importância para a Universidade. No ano de 2019, destacam-se três obras entregues, a saber: laboratório integrado de sistemas complexos; setor de pós-graduação do Centro de Biociências; edifício para a pesquisa e pós-graduação em arquitetura e urbanismo.

Outra ação relevante desenvolvida pela Instituição, visando promover a ciência e a tecnologia e, além disso, inspirar jovens pesquisadores, foi a criação em 2019, por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), do Prêmio Pesquisador Destaque. Foram contemplados três pesquisadores de renome institucional representantes das seguintes áreas: Ciências da vida; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e Ciências Sociais, Letras e Artes. Os contemplados proferiram palestras, destacando a sua contribuição para a ciência.

No tocante aos acordos de cooperação acadêmica internacionais, houve um crescimento de 25 novas parcerias em relação a 2018, totalizando, no exercício de 2019, 255 parcerias. Porém foram

tramitados 45 processos, alguns deles de renovação de acordos vencidos e, pelo menos, dez acordos foram firmados com instituições com as quais a UFRN ainda não mantinha uma cooperação formal. Esse número é bastante relevante, uma vez que representa a visibilidade da UFRN no exterior e a confiabilidade dos parceiros estrangeiros ao nos propor acordos de cooperação acadêmico-científica. Desse modo, esses números atestam a produtividade da UFRN, uma vez que nenhum acordo é assinado sem que esteja envolvido um pesquisador pelo menos. Os acordos vigentes são mantidos com instituições de 40 países diferentes, ou seja, 10 países a mais que em 2018, o que mostra uma expansão geográfica considerável na internacionalização da UFRN.

Por fim, a pesquisa na Universidade, em 2019, contou com 507 grupos e 1.745 projetos. Os indicadores da pesquisa na UFRN referentes ao exercício de 2019 estão apresentados na figura a seguir.

Indicadores da pesquisa na UFRN ao final de 2019



Fonte: PROPESQ

Promover a Extensão

As atividades de extensão no exercício de 2019 compreenderam 2.688 ações que resultaram no desenvolvimento de programas, projetos, cursos, eventos e produtos, com a participação de 75,8% dos docentes efetivos (1.808), 55,3% dos técnicos-administrativos (1.669) e 26,4% dos estudantes de graduação presencial (7.737). Essas ações priorizaram a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de contribuir para uma formação que privilegia a articulação dos conhecimentos com a prática, buscando o cumprimento da responsabilidade social da Instituição. Nessa área, foram executados 36 programas, 875 projetos, 472 cursos, 1.251 eventos e contabilizados 54 produtos. Em relação ao ano anterior, houve um aumento quantitativo no total de todos esses itens – programas, projetos, cursos, eventos e produtos – de aproximadamente 24% (foram 2.169 em 2018 e 2.688 em 2019).

Destaca-se a continuidade do programa Trilhas Potiguares, que é estratégico e desenvolvido pela Universidade há mais de 20 anos. No ano de 2019, as ações desse programa ocorreram em 24 municípios do

Rio Grande do Norte, o que representa um acréscimo de seis municípios em relação a 2018. A importância do programa é evidenciada na sua forma de execução, articulando a Universidade e a sociedade.

Em sua metodologia, o programa tem como premissa o levantamento de demandas sociais existentes nos municípios a ser atendidos. Com os dados em mãos, professores e servidores técnico-administrativos formam equipes com alunos oriundos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação da UFRN. O intuito é desenvolver estudos, oficinas, treinamentos e capacitações para os habitantes dos municípios. Essas ações alcançam diversos públicos como: idosos, gestantes, usuários de drogas, conselheiros tutelares, professores, cuidadores de idosos, agricultores, servidores públicos e estudantes da rede pública de ensino, em uma perspectiva de aplicação de ações sustentáveis que possam contribuir para o desenvolvimento da população.

O referido programa proporciona uma formação acadêmica e cidadã voltada às necessidades da sociedade. Além disso, causa impacto social e econômico para os municípios envolvidos, uma vez que

possibilita o apoio da academia com seu conhecimento científico aplicado à resolução de problemas nos municípios.

Com o objetivo de integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao envelhecimento no âmbito da UFRN, foi criado o Instituto do Envelhecer (**Resolução nº 026/2018-CONSUNI**). O Instituto traz à tona discussões importantes, subsidiando políticas e ações públicas para as pessoas idosas, bem como permanece na busca para a consolidação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) no estado do Rio Grande do Norte. Embora recém-instalado, o Instituto do Envelhecer já alcançou um papel de protagonismo no RN e, em 2019, realizou seu primeiro evento, sob o tema “Os Reflexos das Desigualdades Sociais no Processo de Envelhecimento”. O encontro resultou na elaboração do Plano de Enfrentamento, documento que será entregue aos principais órgãos que trabalham com a pessoa idosa, como as secretarias de Saúde, os conselhos do Idoso e a recém-criada Frente Parlamentar em Defesa do Idoso, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN).

Ressalta-se, ainda, na Extensão Universitária da UFRN no ano de 2019, um conjunto de ações no sentido de fortalecimento da cultura, visando ao estímulo e à ampliação do número de ações que versam sobre atividades acadêmicas voltadas à valorização da história e da cultura local e regional. Aqui são citadas algumas dessas iniciativas: reestruturação dos Grupos Consolidados e de Memória para 2020, havendo um avanço na cooperação entre a UFRN e a Fundação José Augusto/RN para o desenvolvimento de ações de cultura no interior do estado; realização do VII Seminário de Arte e Cultura da UFRN; consolidação da política museológica a partir da cooperação entre os museus da UFRN por meio da Rede Universitária de Museus (RUMUS).

Ainda sobre a temática museológica, houve um aumento significativo no número de visitantes no Museu Câmara Cascudo (MCC); em 2019, foi registrada a entrada de 24.050 visitantes, o que representa um aumento de 16% em relação a 2018 (20.594 visitantes); de 53% em relação a 2017 (15.707 visitantes), e de 172% em relação a 2016 (8.829 visitantes).

Esse aumento progressivo e exponencial do público confirma a atratividade crescente do Museu Câmara Cascudo, que tem investido bastante em exposições diversas e mostras culturais, possibilitando que o público entre em contato com pesquisas, acervos e temáticas de interesse para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Sendo assim, o MCC se fortalece cada vez mais no cenário científico e cultural do RN.

Ademais, cabe mencionar que em 2019 não foi possível realizar a 25ª edição da Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura (CIENTEC), evento tradicional no calendário acadêmico da Universidade, o qual expõe as principais atividades científicas, tecnológicas e culturais da universidade, de forma a reforçar o diálogo da Instituição com a sociedade. A CIENTEC foi cancelada devido à escassez de recursos financeiros em razão do bloqueio orçamentário sofrido pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 2019.

Apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/ atividades da Unidade Prestadora de Contas (UPC) e dos principais programas, projetos e iniciativas, conforme a materialidade da contribuição dos segmentos na composição do resultado geral da UPC

O infográfico a seguir apresenta, de maneira resumida, os principais resultados alcançados no exercício em torno dos três macroprocessos finalísticos da Instituição.

Extensão

- » Trilhas Potiguaras.
- » Fortalecimento da cultura local e regional e valorização da história.

Ensino

» Política de Melhoria da Qualidade Acadêmica:

- graduação (elaboração de 111 PATCGs);
- pós-graduação (81,5% dos programas de pós-graduação elaboraram os PAQPG).

» Enade

75% dos cursos avaliados receberam conceitos 4 e 5.

» Resolução nº 28/2019-CONSEPE

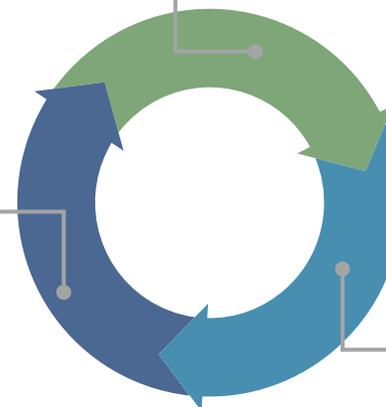
Regulamenta a oferta de componentes curriculares na modalidade EaD.

» Política de crescimento em áreas estratégicas

Aprovação de três propostas de cursos de pós-graduação *stricto sensu*: um de mestrado acadêmico na área de saúde da mulher, um de mestrado profissional na área de educação especial e um de doutorado profissional na rede de Saúde da Família, coordenada pela FIOCRUZ-CE.

Pesquisa

- » 12 patentes concedidas
- » 18 registros de marcas
- » 39 programas de computador registrados



Vale salientar que este tópico trouxe de forma resumida tanto os principais resultados por área de atuação, quanto uma síntese das ações orçamentárias, vide detalhamento feito no Capítulo 2, item “Principais programas, projetos e iniciativas, com demonstração dos recursos alocados a estes e às áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o alcance dos resultados, visando ao cumprimento da missão e ao alcance dos principais objetivos da UPC”.

Apresentação e análise dos Indicadores de Desempenho alinhados aos Objetivos da Gestão

O planejamento estratégico, tático e operacional da UFRN está baseado na definição de metas de longo prazo estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e em linhas de ação relacionadas aos eixos programáticos do **Plano de Gestão 2015-2019**. Ressalta-se que, dentro dessas linhas de ação, não foram estabelecidas metas anuais específicas para os indicadores de desempenho.

No entanto, parte dos indicadores apresentados neste tópico que possui metas previstas são aqueles associados ao PDI. Os demais indicadores, que não apresentam metas previstas, auxiliam o acompanhamento das ações relacionadas aos eixos programáticos do Plano de Gestão 2015-2019. Acentua-se ainda que a UFRN prevê metas anuais para cada uma das suas unidades administrativas com registro, acompanhamento e avaliação sistemática realizada por meio do Sistema Integrado de Gestão, de Planejamento e de Projetos (SIGPP).

Os indicadores de desempenho da gestão são obtidos das seguintes fontes:

» Tribunal de Contas da União (TCU)

Indicadores determinados pela
Decisão nº 408/2012 do TCU

» Sistemas Integrados de Gestão da UFRN

» Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

» Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes)

O quadro a seguir apresenta o conjunto de indicadores que foi selecionado pela UFRN para o ano de 2019:

Indicador	Cadeia de Valor			Áreas de resultado
	Ensino	Pesquisa	Extensão	
Relação Aluno Professor (RAP)	X	X	X	Qualidade Acadêmica
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	X	X	X	
Conceito Enade	X	-	-	
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	X	-	-	
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	X	-	-	
Conceito Capes	X	X	-	
Grau de envolvimento discente com a pós-graduação	X	X	-	
Número de teses e dissertações na pós-graduação	X	X	-	
Proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa	X	X	-	
Número de grupos de pesquisa	X	X	-	
Número de projetos de pesquisa	X	X	-	
Artigos publicados em periódicos	X	X	-	
Proporção de professores em ações de extensão	X	-	X	
Número de ações de extensão	X	-	X	
Índice Geral de Cursos (IGC)	X	X	X	
Taxa de Matrícula Fora de Sede (TMFS)	X	-	-	Interiorização
Número de cursos de pós-graduação fora de sede	X	X	-	
Número de acordos de cooperação internacionais	X	X	X	Internacionalização
Mobilidade acadêmica internacional	X	X	X	
Taxa de matrícula noturna	X	X	X	Inclusão
Índice de crescimento de vagas na graduação	X	X	X	
Índice de crescimento de matrículas na graduação	X	X	X	
Número de bolsas e auxílios de apoio à permanência	X	X	X	
Percentual de vagas para cotistas	X	X	X	

A seguir, serão apresentados os resultados e a análise crítica desses indicadores para a medida do desempenho institucional e o acompanhamento do alcance de cada uma das metas das áreas de resultado ao longo dos últimos anos.

Qualidade acadêmica

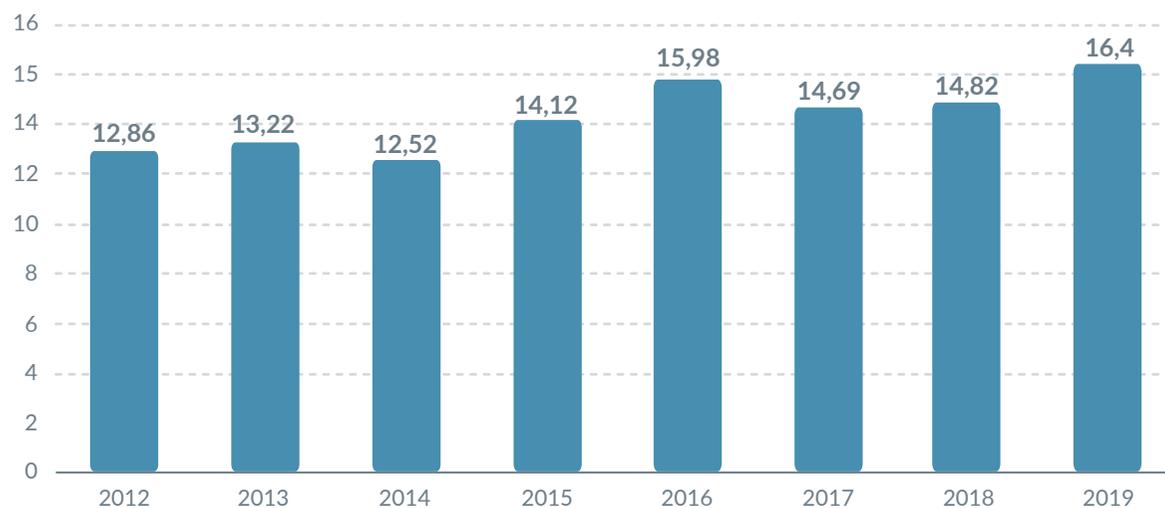
A qualidade acadêmica numa universidade pode ser avaliada por indicadores que meçam a qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa científica e da extensão universitária.

» Relação Aluno Professor (RAP)

Esse indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2012-TCU e mede a proporção do número de alunos de cursos de graduação em tempo integral em relação ao número de professores equivalentes da Instituição, conforme a fórmula a seguir:

$$\text{RAP} = \frac{\text{nº de alunos em tempo integral}}{\text{nº de professores equivalentes}}$$

Relação Aluno Professor (RAP)



Fonte: PROPLAN

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece a relação de 1 professor para cada grupo de 18 alunos até 2019. A UFRN vem envidando esforços no sentido de atingir essa meta. Em 2018, a RAP ficou próxima a 1 professor para cada 15 alunos. Em 2019, o indicador se elevou para 16,4 alunos por professor. Apesar de a Instituição não atingir a meta de 1/18, foi possível elevar de 1/14 em 2014 para 1/16 em 2019.

» Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

Esse indicador compõe o conjunto de Indicadores de Gestão definido pela Decisão nº 408/2012-TCU. Avalia a qualificação dos professores com vistas à mensuração da eficiência do corpo docente e da qualidade das atividades acadêmicas. O valor do IQCD varia de 1 a 5, sendo calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IQCD} = (5D+3M+2E+G) / D+M+E+G$$

Onde D = nº de doutores, M = nº de mestres, E = nº especialistas e G = nº de graduados

Índice de qualificação do corpo docente (IQCD)



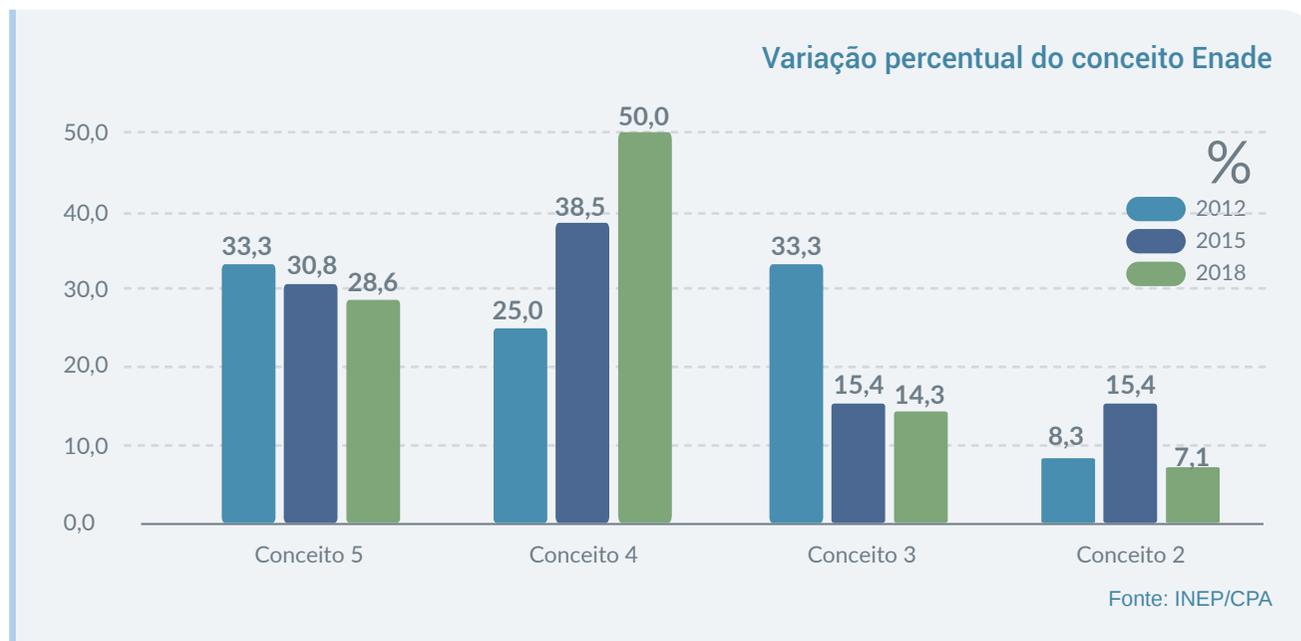
Fonte: PROPLAN

A UFRN investiu na última década na qualificação do seu corpo docente. Em 2015, a Universidade contava com 1.712 docentes com titulação em nível de doutorado; em 2017, esse número se elevou para 1.872. Em 2018, a UFRN registrou 1.925 professores com o título de doutor, o que corresponde a 84% do seu corpo docente efetivo. Considerando que houve uma redução proporcional do número de mestres no mesmo ano, pode-se concluir que a UFRN aumentou a qualificação dos seus docentes, titulando com doutorado parte dos mestres existentes. Dessa forma, a proporção de docentes do quadro permanente com pós-graduação *stricto sensu* na UFRN se mantém em 95% do total, restando ainda 5% do corpo docente a ser qualificado na pós-graduação *stricto sensu* para atingir a meta de 100% de professores com título de mestre e doutor.

» Conceito Enade

O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos nas provas do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). O seu cálculo, no entanto, não é necessariamente realizado por curso, mas por Unidade de Observação, que consiste no conjunto de cursos que compõe uma área de enquadramento específica do Enade de uma Instituição de Educação Superior (IES) em um determinado município.

O conceito Enade varia de 1 a 5. O exame é aplicado desde 2004 e cada curso é avaliado trienalmente. Os resultados do Enade 2018, que correspondem aos cursos de Ciências Sociais Aplicadas, foram divulgados pelo INEP em dezembro de 2019 e devem ser analisados em relação aos de 2015 e 2012 quando os mesmos cursos foram avaliados. O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual dos cursos da UFRN por conceitos obtidos em 2012, 2015 e 2018.



Nas três edições aqui consideradas, foram avaliados, em média, 13 cursos da UFRN pelo Enade. Comparando os resultados nos três anos de mensuração, observa-se uma gradual redução do percentual de cursos com conceito 5 (excelente). No entanto, o percentual de cursos com conceito 4 (bom) cresceu 100% de 2012 até 2018, ao passo que o percentual de cursos com conceito 3 reduziu para pouco menos da metade.

Se somarmos os percentuais de cursos com conceito 4 e 5 em cada ano de avaliação, teremos, respectivamente, 58,3%, 69,3% e 78,6%, revelando uma expressiva melhoria no desempenho dos estudantes no exame. Vale destacar, ainda, que o percentual de cursos com conceito 2 em 2018 foi o menor dessa série histórica.

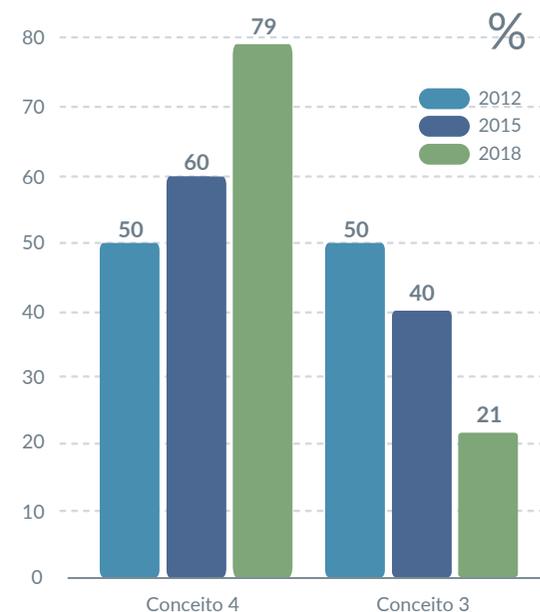
Nesse cenário, a UFRN eleva de 58,3%, em 2012, para 78,6% o percentual dos seus cursos de graduação deste ciclo avaliativo com conceitos 4 e 5, ficando a menos de 2% de atingir a meta prevista no PDI para esse indicador, que é de 80% dos cursos com conceito 4 ou 5.

A **Resolução nº 181/2017-CONSEPE**, já comentada anteriormente, que foi resultado de ampla discussão e análise da qualidade do ensino na UFRN, propôs um conjunto de ações e medidas visando à superação de dificuldades e ao aperfeiçoamento do planejamento dos cursos. Tais ações foram iniciadas em 2018 e, portanto, seus efeitos positivos no resultado do Enade ainda não podem ser observados. Todavia, os resultados de 2018 já demonstram que a Instituição tem melhorado seu desempenho.

» Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O CPC é um indicador de qualidade do MEC/INEP que avalia a qualidade dos cursos de graduação do país. Seu cálculo e sua divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta, como corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos, conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O conceito CPC também varia de 1 a 5.

Variação percentual do CPC



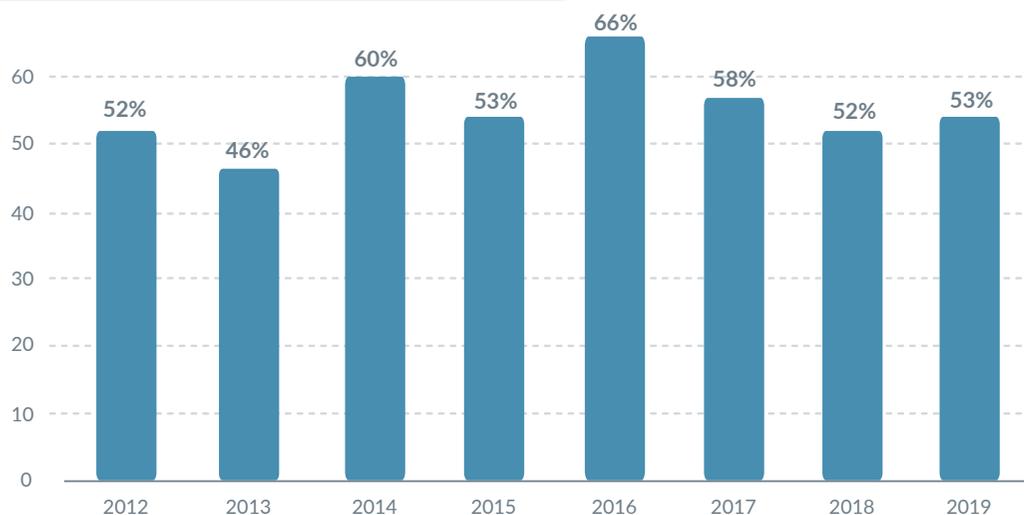
Fonte: INEP/CPA

Nesse grupo de observação, todos os cursos avaliados alcançaram CPC 4 ou 3. Observa-se que, de 2012 para 2018, a quantidade de cursos com conceito 4 aumentou de 50% para 79%, enquanto daqueles avaliados com conceito 3 caiu de 50% para 21%, evidenciando uma importante melhoria na qualidade dos cursos de graduação que integram esse grupo de observação. Com esse resultado, a UFRN praticamente atinge a meta de 80% dos cursos com CPC 4 ou 5 prevista no seu PDI.

» Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Esse indicador foi definido pela Decisão nº 408/2012-TCU. A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) expressa o percentual de alunos que concluem os cursos no tempo médio previsto no Projeto Pedagógico em relação ao número de ingressantes do mesmo curso. A partir da TSG, o curso pode identificar eventuais problemas, tais como: retenção, evasão, transferência, mudança de curso e reprovação. A TSG é calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{TSG} = \frac{\text{nº de alunos diplomados}}{\text{nº total de alunos ingressantes}}$$



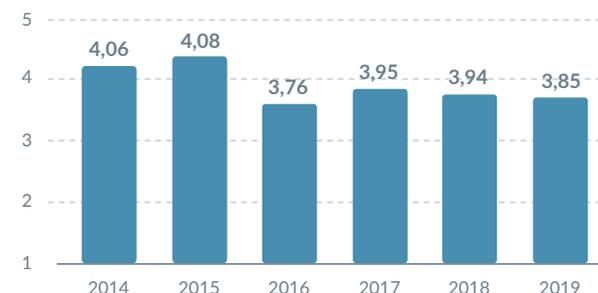
Fonte: PROPLAN

A TSG costuma sofrer oscilações anuais. Isso acontece porque os estudantes que ficaram retidos e não integralizaram seu curso no tempo previsto (redução da TSG) concluem o curso no ano seguinte, somando-se àqueles que estão concluindo no tempo regular, e, dessa maneira, aumentando a TSG nesse ano. Em 2018 e 2019, a TSG média da UFRN recuou em torno de seis pontos percentuais em relação a 2017, retornando ao patamar de 2015 e contrariando a expectativa de aumento esperado para os anos. Com isso, a Instituição se distanciou da meta de 70% para a TSG prevista no PDI para 2019.

» Conceito Capes

Esse é um indicador definido pela Decisão nº 408/2012-TCU. O Conceito Capes mede a qualidade dos cursos de mestrado e de doutorado das instituições e é obtido de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{\text{somatório dos conceitos dos programas de pós-graduação}}{\text{nº de programas de pós-graduação}}$$



Fonte: PROPLAN

O PDI da UFRN (2015-2019) estabelece uma meta de elevar o conceito Capes de 10,4% dos cursos de pós-graduação no período. Até 2015, o Conceito Capes considerava a relação entre o somatório dos conceitos e o número dos cursos de

pós-graduação. A partir de 2016, passou-se a utilizar o somatório dos conceitos e o número dos programas e não mais dos cursos individualmente na referida relação. Em razão disso, houve uma redução do Conceito Capes da UFRN nesse ano. Porém, em 2017, quando foi divulgada a última avaliação da Capes (que passou a ser quadrienal), a Pós-graduação da UFRN teve significativa melhoria nos conceitos dos cursos em relação a 2016. Nesse ano (2017), e pela primeira vez, a UFRN teve um programa com conceito 7. Além disso, 17 programas receberam conceito 5. Ainda em 2017, foi possível elevar o conceito de 18 cursos dos 81 avaliados pela Capes, o que corresponde a 22% dos cursos. Esse percentual corresponde ao dobro da meta definida no PDI para esse indicador. Apesar de não ter havido um novo ciclo de avaliação da Capes de 2017 a 2019, a variação do conceito observada no gráfico é decorrente da entrada de novos programas nesse período, os quais são incluídos “sem conceito”, o que afeta apenas o denominador do cálculo implicando gradual redução do resultado.

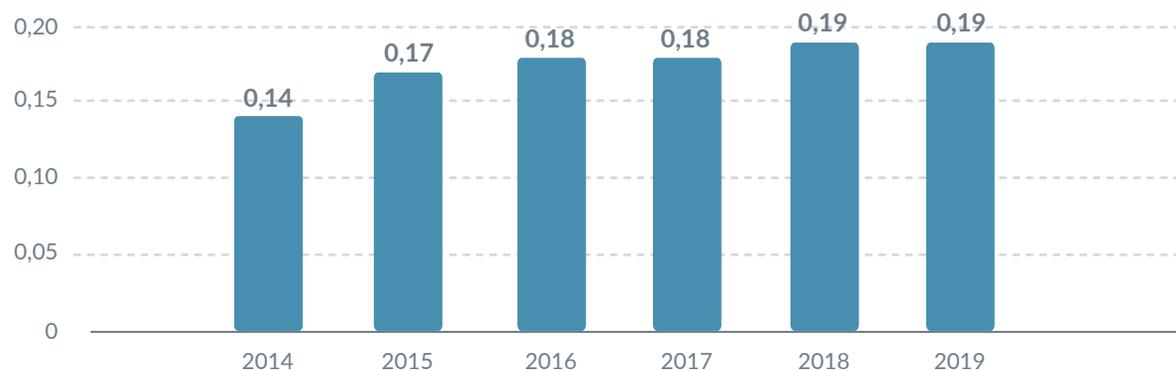
» Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)

Este indicador, definido pela Decisão nº 408/2012-TCU, mede a proporção (%) do corpo discente de uma instituição que está matriculado na pós-graduação e, por isso, revela o esforço da Universidade com o ensino de pós-graduação. O GEPG é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{GEPG} = \frac{\text{APG}}{\text{AG} + \text{APG}}$$

Onde: APG = nº de alunos de pós-graduação;
AG = nº de alunos de graduação.

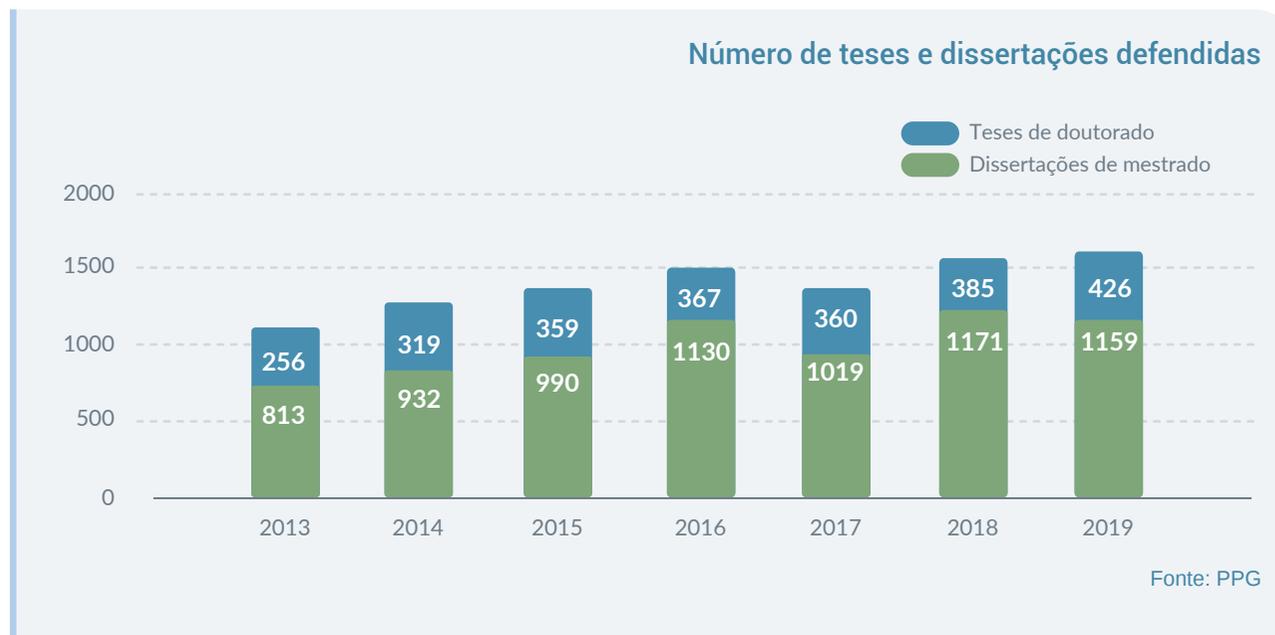
O grau de envolvimento discente com a pós-graduação em 2019 foi de 0,19, o que significa dizer que 19% dos alunos da UFRN nesse ano estavam vinculados ao ensino de pós-graduação. Apesar de o número de cursos de pós-graduação ser maior que o de graduação, a quantidade de vagas na pós-graduação é limitada ao número de professores orientadores que também precisam atuar na graduação. Sendo assim, mesmo havendo expansão de dez cursos de pós-graduação de 2014 a 2019, o GEPG variou de 17% a 19% em relação ao total de discentes da Instituição no período estabelecido.



Fonte: PROPLAN

» Número de teses e dissertações na pós-graduação

Este indicador demonstra o quantitativo de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* que concluíram seus cursos a partir da defesa pública de dissertações de mestrado e teses de doutorado e representa a evolução da produção de conhecimento da pós-graduação.



A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PPG) estabeleceu a meta de 1.600 defesas de teses e dissertações anuais. Foram registradas um total de 1.556 defesas em 2018. Já em 2019 houve um aumento para 1.585 defesas. Apesar de não ter atingido a meta, esse número corresponde à maior quantidade de teses e dissertações defendidas por ano na história da UFRN.

» Proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa (PPPP)

Este indicador mede a proporção de professores da Instituição que estão envolvidos em projetos de pesquisa e mensura o esforço do corpo docente na realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento. É calculado de acordo com a fórmula:

$$\text{PPPP} = \frac{\text{nº de professores envolvidos em projetos de pesquisa}}{\text{nº total de professores do quadro permanente}} \times 100$$

Proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa



Fonte: PROPESQ/CPA

A proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa caiu de forma significativa de 2014 a 2015 em decorrência do aperfeiçoamento do registro de participação, que antes duplicava o docente envolvido em mais de um projeto. Nos anos de 2015 a 2018, o indicador oscilou entre 57% e 60%. Nesse mesmo período, houve um aumento progressivo do número de projetos de pesquisa e de artigos científicos publicados, resultado de um crescimento da produtividade dos pesquisadores da UFRN. Porém, em 2019, o número de pesquisadores envolvidos em projetos de pesquisa saltou de 1.389 para 2.116 docentes, o que corresponde a 88,7% do

total de docentes da Instituição que é de 2.385. A explicação para esse repentino aumento encontra-se na subnotificação do número de docentes nos anos anteriores, decorrente de limitações no campo de busca do SIGAA em relação ao registro da produção interna, as quais implicavam a não contabilização dos projetos vigentes em um exercício, mas que haviam iniciado no exercício anterior. Diante da percepção desse problema, foram aplicados filtros com as datas de início e de fim da vigência dos projetos e se chegou ao número de 2.116 docentes envolvidos em projetos de pesquisa em 2019.

Número de grupos de pesquisa



Fonte: PROPESQ

» Número de grupos de pesquisa

Este indicador mede a quantidade de grupos de pesquisa em atuação na Instituição, conforme definição da Capes. Expressa o nível de integração, interdisciplinaridade e trabalho em equipe no âmbito da pesquisa científica.

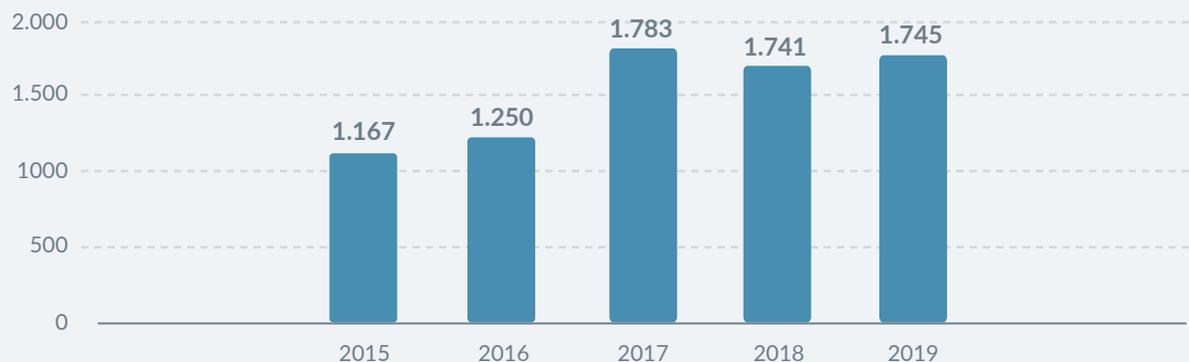
O PDI da UFRN estabeleceu uma expansão de 15% para os grupos de pesquisa, passando de 345 em 2014 para 397 em 2019. Como pode ser visto no gráfico anterior, essa meta foi alcançada em 2016. Em 2019, o número de grupos de pesquisa aumentou para 507, o que corresponde

a uma expansão de 46%, superando em mais de três vezes a meta prevista, demonstrando o compromisso institucional com o estímulo permanente à organização e à formação de novos grupos de pesquisa.

» Número de projetos de pesquisa

Este indicador expressa a quantidade absoluta de projetos de pesquisa realizados na UFRN e registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e no Portal de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Até 2016, a UFRN utilizava dados obtidos do CNPq para o registro do número de projetos de pesquisa. Constatou-se, posteriormente, que havia divergência dos números do CNPq em relação ao registro dos projetos cadastrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRN (SIGAA) devido à metodologia de registro do CNPq. Apesar de também possuir problemas de registro, o SIGAA disponibiliza dados mais fidedignos à realidade. Por essa razão, a UFRN passou a adotar os registros desse sistema e não mais do CNPq para contabilizar o número de projetos.



Fonte: PROPEAQ

Em 2018, houve um decréscimo de 42 projetos em relação a 2017. Mesmo havendo limitações no financiamento de projetos de pesquisa, observa-se que não houve redução no quantitativo dos projetos durante o exercício de 2019. Considerando que a meta estabelecida para esse indicador foi ampliar em 20% os projetos de pesquisa e, tomando como referência o ano de 2017, observa-se que não houve variação significativa desse número.

» Artigos publicados em periódicos

Este indicador expressa o número absoluto de artigos científicos produzidos na UFRN e publicados em periódicos especializados e indexados, nacional ou internacionalmente, e reflete a produção científica da Instituição. A publicação científica depende de uma série de fatores externos que influenciam diretamente no seu resultado, tais como: disponibilidade de editais para financiamento, tempo de repasse dos recursos, natureza da pesquisa e tempo de execução, bem como os prazos distintos de cada periódico para a publicação.

Artigos publicados em periódicos



Fonte: PROPLAN/CPA

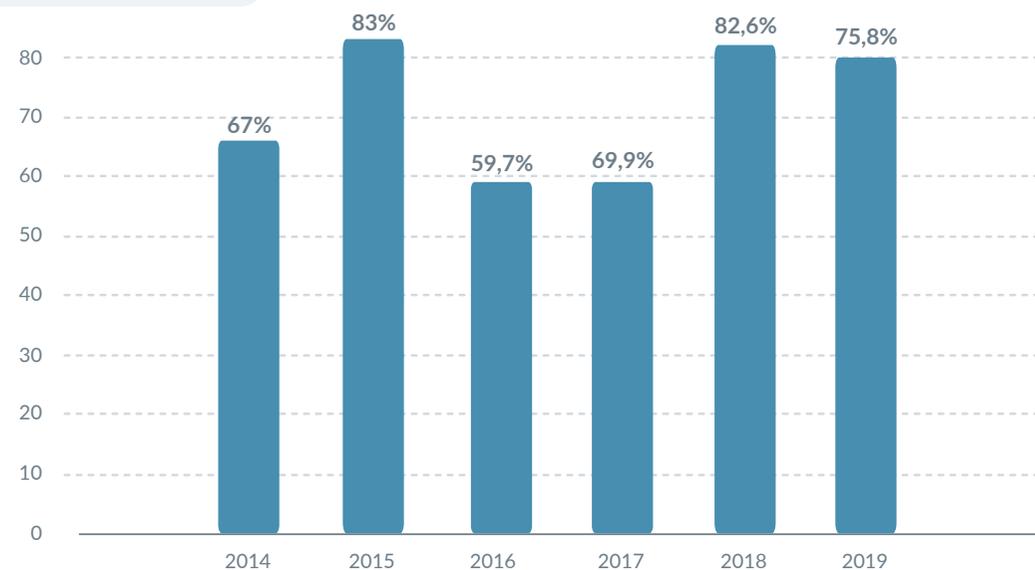
O PDI estabeleceu como meta até 2019 a expansão do número acumulado de publicações indexadas na plataforma *Web of Science* em 109,4%, passando de 9.505 em 2014 para 19.900 em 2019. Em 2019, registraram-se 104 artigos a mais do que no ano anterior, atingindo o maior número de artigos publicados por docentes da UFRN. No entanto, somando esse total ao número de artigos publicados nos anos anteriores, atinge-se um acumulado de 16.031 artigos até 2019, total abaixo da meta prevista.

» Proporção de professores envolvidos em ações de extensão

Este indicador mede a proporção de professores da Instituição que estão envolvidos em algum tipo de ação de extensão. Ele expressa o envolvimento do corpo docente com essa atividade e é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{PPEX} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de professores envolvidos em ações de extensão}}{\text{n}^\circ \text{ total de professores do quadro permanente}} \times 100$$

Proporção de docentes envolvidos em ações de extensão

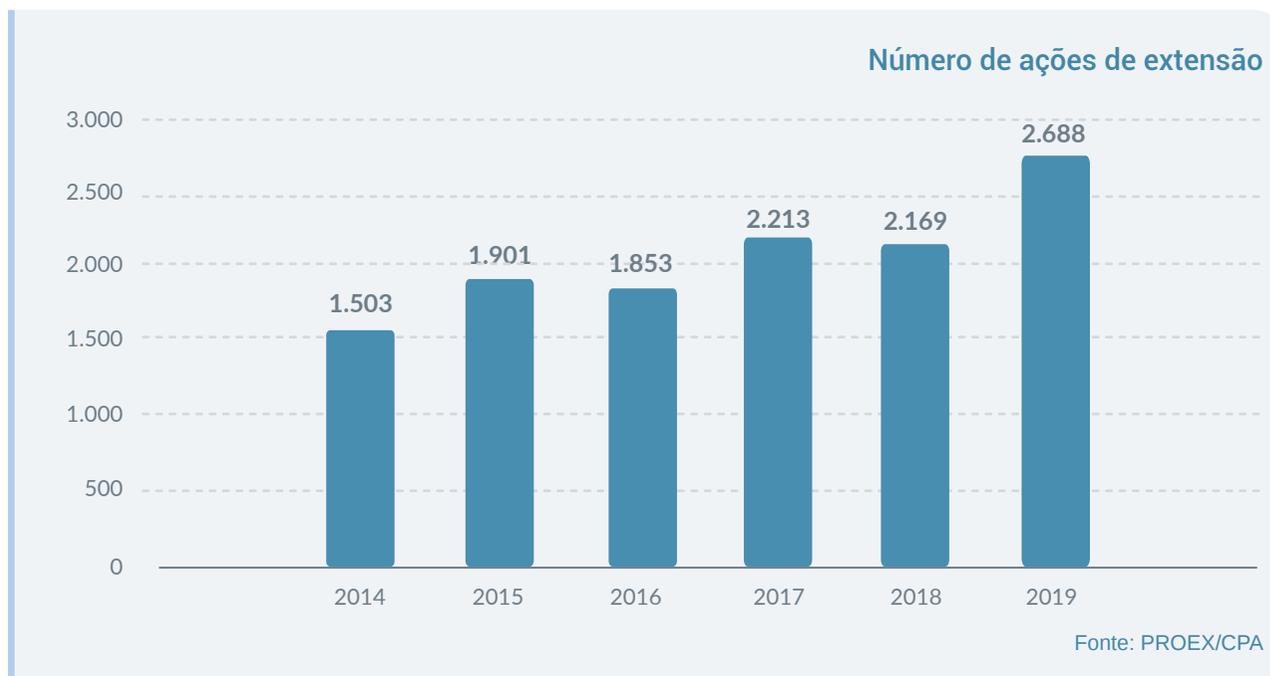


Fonte: PROPLAN/CPA

Em 2014, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) estabeleceu como meta no PDI envolver 74% dos professores nas ações de extensão até o ano de 2019. Em 2015, a proporção foi de 83%, reduzindo para 59,7% e 69,9% nos dois anos seguintes. Em 2018, foi registrado um aumento de 12% na proporção de docentes envolvidos em ações de extensão em relação ao ano de 2017, retornando ao patamar registrado em 2015 e, portanto, recuperando a meta estabelecida. Para 2019, a expectativa seria de manutenção dos valores obtidos em 2018, no entanto registrou-se uma queda de 6,8%, mesmo assim, ainda acima da meta estabelecida no PDI.

» Número de ações de extensão

A extensão universitária compreende um conjunto de ações distintas e integradas (projetos, cursos e eventos) desenvolvidas pela Universidade em benefício da sociedade, disponibilizando ao público externo à Instituição o conhecimento adquirido com o ensino e produzido pela pesquisa. A UFRN registra em seu sistema de gestão acadêmica o número anual de ações de extensão, o que expressa o esforço institucional em empreender ações extensionistas.

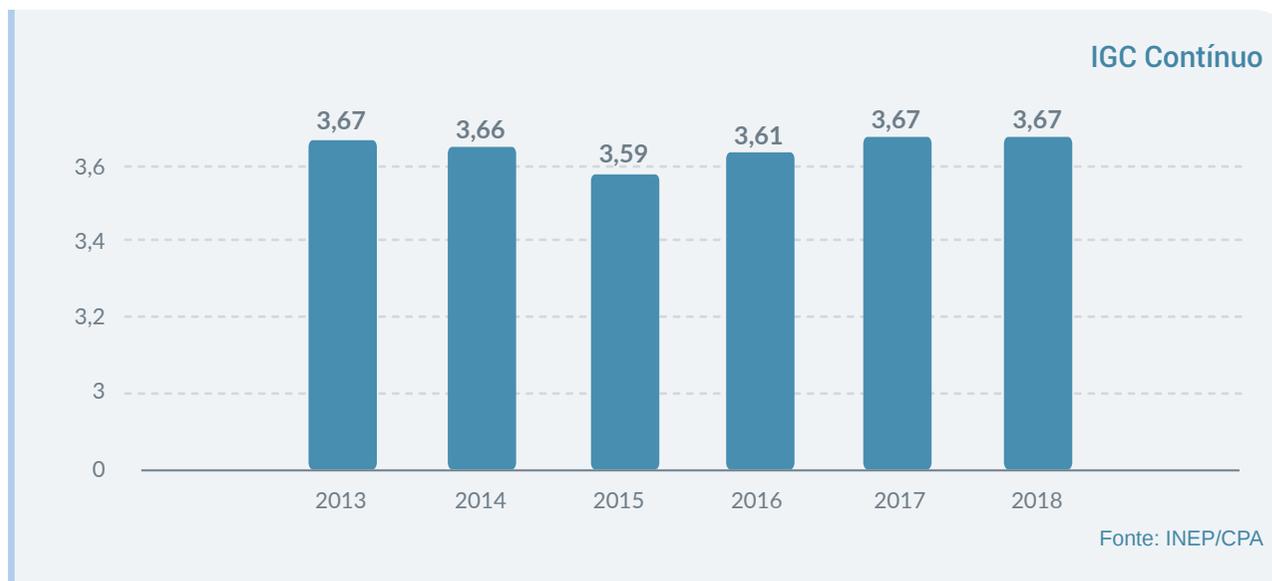


Em 2017, a UFRN elevou em mais de 300 o número de ações de extensão em relação ao ano anterior, expressando maior envolvimento da Instituição e da comunidade acadêmica com essa atividade. Em 2018, registrou-se uma redução de 44 ações em relação a 2017. Já em 2019, a PROEX estabeleceu como meta anual apoiar, pelo menos, 2.200 ações na expectativa de manter o patamar do ano de 2018, no entanto, foi possível realizar 488 ações acima da meta estabelecida.

Esse desempenho foi resultado de ações transversais que agem no sentido de otimizar esforços com foco em ações determinantes ao cumprimento dos objetivos da formação de estudantes e interlocução com as questões sociais, possibilitando o alcance e a superação das metas planejadas.

» Índice Geral de Cursos (IGC)

O IGC é um indicador de qualidade do INEP/MEC que avalia as Instituições de Educação Superior (IES). É calculado anualmente a partir da média dos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC) do último triênio, ponderada pelo número de matrículas de cada curso; da média dos conceitos Capes na última avaliação disponível, ponderada pelo número de matrículas dos programas correspondentes; e considerando a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino. Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade e, no geral, é divulgado no segundo semestre do ano seguinte ao exercício considerado.



Até 2014, a UFRN possuía o melhor IGC entre as Instituições do Norte e Nordeste (N/NE). O IGC reduziu de 3,67 em 2013 para 3,59 em 2015, o que implicou o reposicionamento da UFRN para o 4º lugar no N/NE, atrás da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2017, o IGC da UFRN retornou ao patamar de 2013; no entanto, a Universidade permaneceu na mesma posição no ranking uma vez que houve elevação do IGC das outras três universidades.

Em 2018, o IGC da UFRN se manteve em 3,67. Com o objetivo de envidar esforços no sentido de melhorar a qualidade acadêmica, em 2018, a UFRN iniciou, como já informado, uma série de ações institucionalizadas pela **Resolução nº 181/2017-CONSEPE**, que estabelecem a Política de Melhoria da Qualidade do Ensino. Os efeitos dessas ações só poderão ser visualizados a médio e longo prazos, conforme o tempo de conclusão dos cursos de graduação e de pós-graduação, que duram em média quatro anos.

Interiorização

» Taxa de matrícula fora da sede (TMFS)

Indicador de medida da ampliação e da oferta do ensino de graduação pela UFRN para os municípios do interior do estado. Indica a proporção de alunos matriculados em cursos fora da sede (capital) em relação ao número total de alunos matriculados na UFRN. É calculado conforme a fórmula:

$$\text{TMFS} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de matrículas de graduação fora de sede}}{\text{n}^\circ \text{ total de matrículas na graduação}}$$

Em 2018, foi registrada uma redução de 246 matrículas em relação a 2017 nos *Campi* do interior. Isso resultou numa redução da taxa de matrícula de 13,8% para 12,7%. Conforme demonstrado no gráfico anterior, em 2019, essa proporção retornou ao patamar de 2017, mantendo variação pequena nos últimos seis anos.



Fonte: PROPLAN

» Número de cursos de pós-graduação fora da sede

Indicador que mensura a expansão do ensino de pós-graduação oferecido pela UFRN nos *Campi* do interior do estado. Considerando a estreita relação entre os cursos de pós-graduação e a pesquisa científica, esse indicador revela o quanto a Universidade oportuniza a qualificação profissional fora da sede (capital).



Fonte: PPG

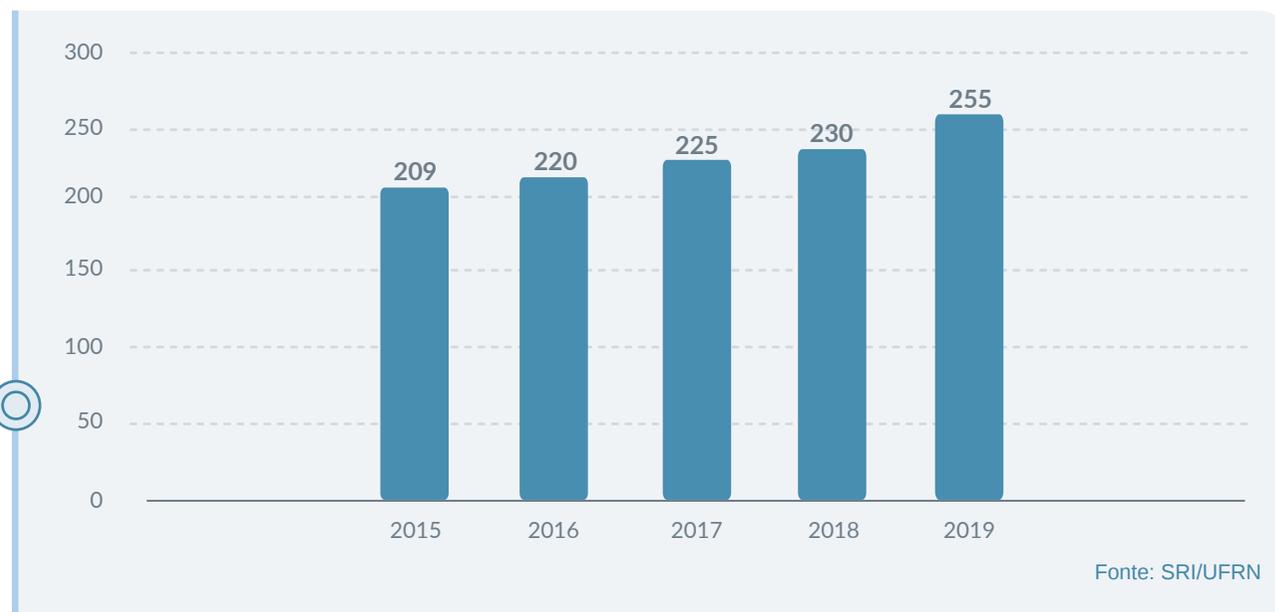
Até 2015, a UFRN oferecia três cursos de pós-graduação nos *Campi* do interior; em 2016, foram criados três novos cursos, somando seis cursos no interior do estado. Em 2018 e 2019, foram criados quatro novos cursos, totalizando dez cursos no interior do estado. Com isso, considerando o período de 2014 a 2019, a pós-graduação *stricto sensu* no interior teve um crescimento de 500% nesse período, o que demonstra o esforço da UFRN em interiorizar suas atividades.

Internacionalização

» Número de acordos de cooperação acadêmica internacionais

Este indicador revela o esforço da Instituição em se internacionalizar a partir do registro da quantidade de acordos de cooperação internacional. A internacionalização tem sido entendida no Brasil como uma forma de melhorar a imagem da Instituição de Educação Superior por meio do intercâmbio de professores e estudantes e o desenvolvimento de ações acadêmicas, de pesquisa e de extensão em parceria com instituições estrangeiras.

A internacionalização também visa à incorporação dos princípios da globalização, quebrando as barreiras do regionalismo e promovendo a participação de alianças e cooperações em que ambas as partes se beneficiam.



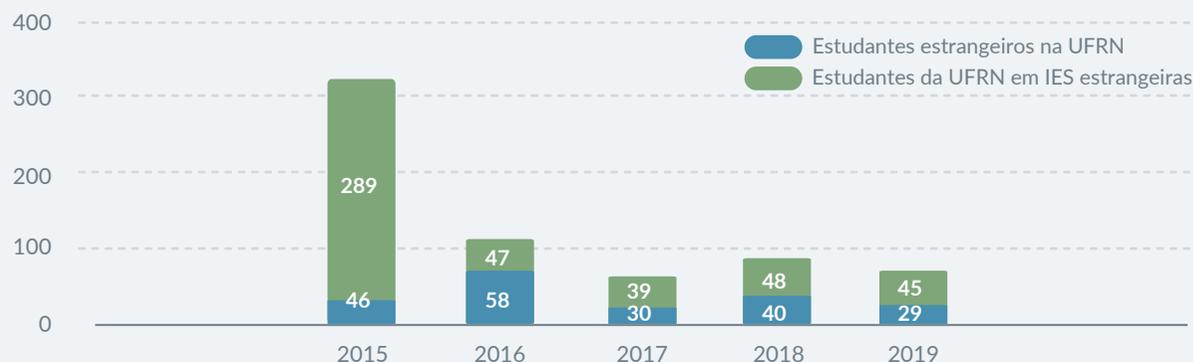
O PDI da UFRN estabelece, em sua meta 15, um aumento em 100% do número de acordos internacionais, o que significa 394 acordos até 2019. Entretanto, o número de programas e acordos de cooperação em nível internacional firmados pela UFRN

até 2019 foi de 255, ou seja, 139 acordos abaixo da meta. Mesmo assim, expressa uma expansão discreta, mas contínua da internacionalização.

» Mobilidade acadêmica internacional

É um indicador de internacionalização que mede o número de estudantes estrangeiros que desenvolveram atividades acadêmicas na UFRN e o número de estudantes da UFRN que desenvolveram atividades acadêmicas em Instituições de Educação Superior estrangeiras.

O registro de 289 estudantes da UFRN em atividade no exterior no ano de 2015 se deve ao programa Ciências sem Fronteiras, que viabilizou a maior parte da mobilidade internacional naquele ano. A extinção do referido programa reduziu drasticamente a mobilidade internacional para os estudantes das instituições brasileiras. A meta 15 do PDI estabelecia até 2019 uma ampliação do número de estudantes estrangeiros na UFRN para 132 e de 120 estudantes da UFRN em universidades estrangeiras. Entretanto, o registro foi de 29 e 45, respectivamente.



Fonte: SRI

Inclusão Social

» Taxa de matrícula noturna (TMN)

Indicador representativo do compromisso social da UFRN com o estudante trabalhador. Indica a proporção de alunos matriculados nos cursos noturnos em relação ao total de alunos matriculados na UFRN, conforme fórmula a seguir.

$$\text{TMN} = \frac{\text{n}^\circ \text{ total de matrículas em cursos noturnos}}{\text{n}^\circ \text{ total de matrículas na UFRN}} \times 100$$

Taxa de matrícula noturna



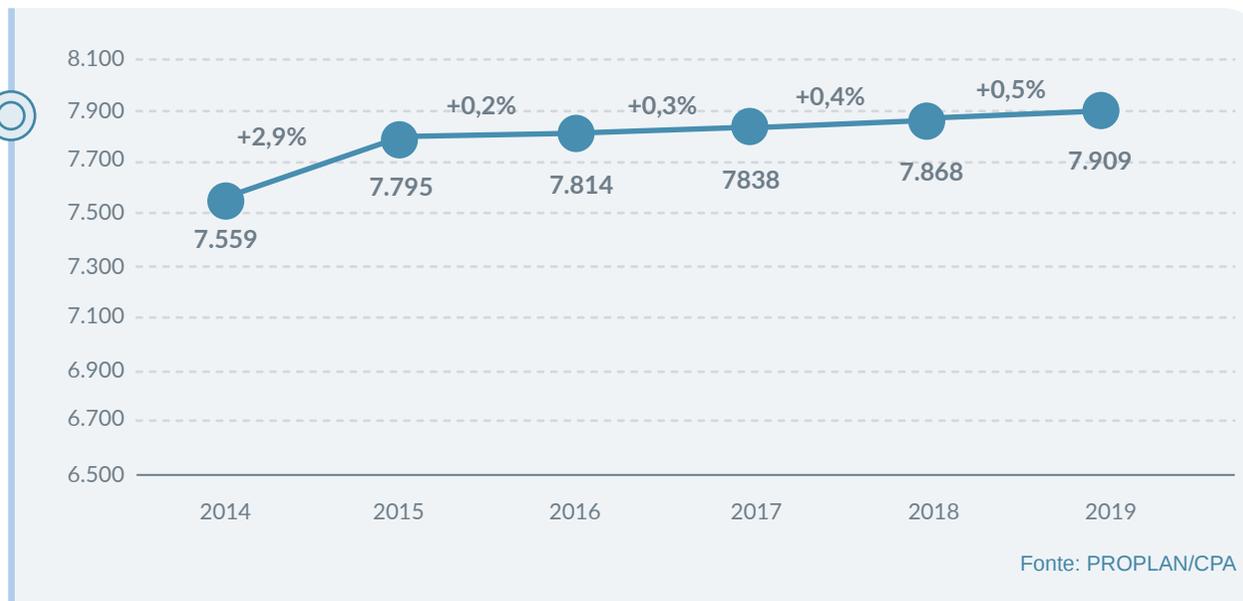
Fonte: PROPLAN/CPA

A UFRN oferece 32% das suas vagas em cursos noturnos e, portanto, a meta anual é manter pelo menos 32% das matrículas nesse turno. Apesar de haver algumas variações, como em 2016 e 2018, a taxa de matrícula noturna vem se mantendo em torno da meta anual de 32%.

» Índice de crescimento de vagas na graduação (IVG)

O IVG demonstra o quanto a Instituição está aumentando a oferta de vagas em seus cursos em relação ao ano anterior, ampliando, dessa forma, o acesso à Universidade e, por conseguinte, a inclusão social no ensino superior. Esse indicador está diretamente relacionado à criação de novos cursos bem como à ampliação de vagas nos cursos já existentes. É calculado a partir da diferença percentual de vagas do ano vigente em relação ao ano anterior.

Para o ano de 2018, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) planejou a implantação de um novo curso para o interior. No exercício de 2018, houve a criação do curso de graduação em Letras-Ingês no município de Currais Novos, para o qual foram destinadas 30 novas vagas, o que corresponde a um aumento de 0,4% em relação a 2017. Já em 2019, houve um aumento de 0,5% do número de vagas ofertadas devido à ampliação de vagas no curso de Música.



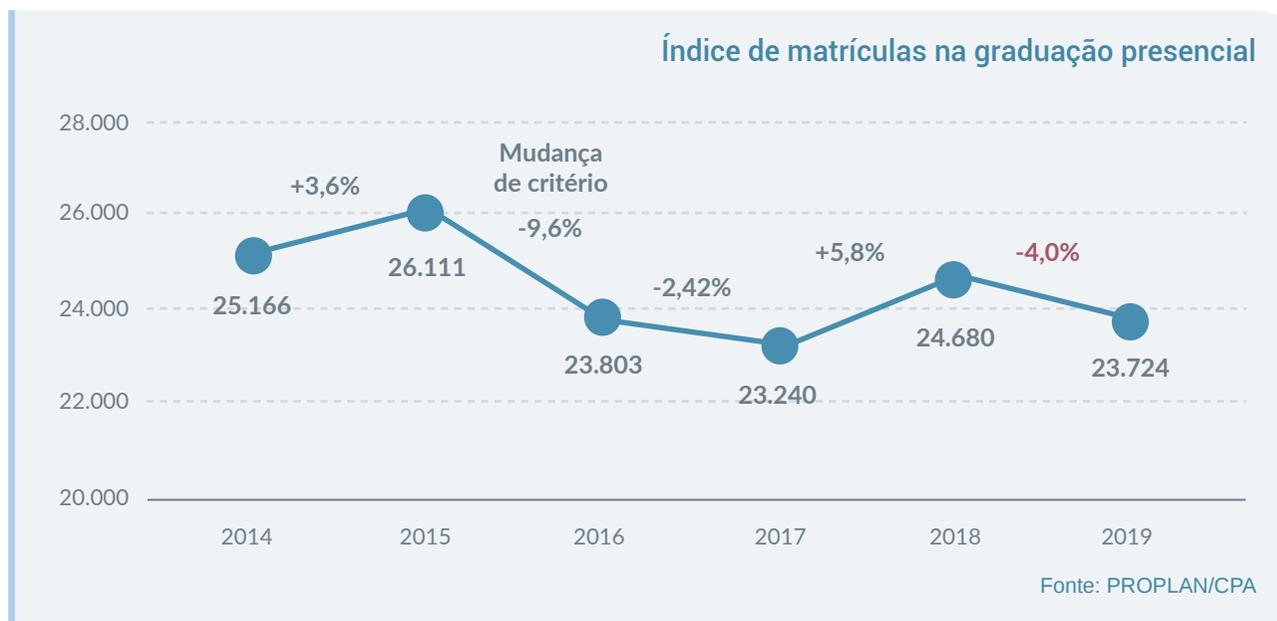
» Índice de crescimento das matrículas na graduação (IMG)

Indicador que expressa a evolução do número de matrículas nos cursos de graduação presenciais no ano corrente. O IMG permite observar anualmente o quanto a Instituição conseguiu reduzir a evasão dos estudantes dos cursos de graduação em relação ao ano anterior e reflete, em parte, o resultado do esforço institucional na permanência do estudante. O IMG é calculado conforme a fórmula a seguir:

$$\text{IMG} = 100 - \frac{\text{n}^\circ \text{ de matrículas no ano anterior}}{\text{n}^\circ \text{ de matrículas no ano vigente}} \times 100$$

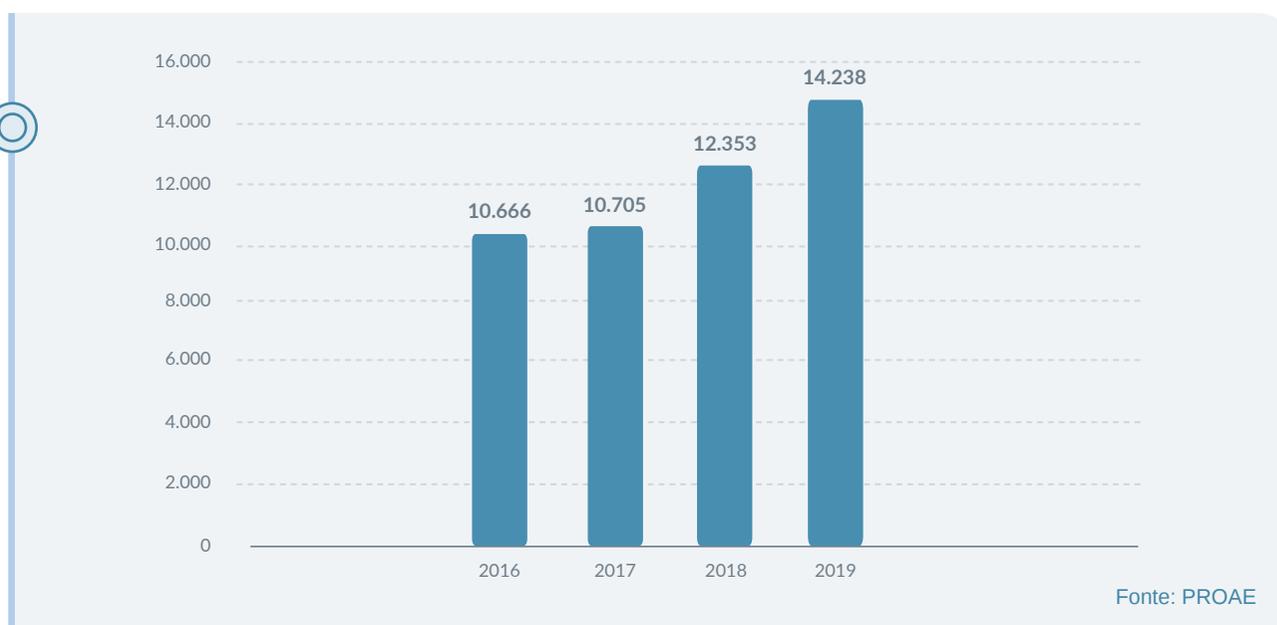
Até 2015, a UFRN utilizava o número de alunos matriculados no segundo semestre somado ao número de alunos concluintes no primeiro semestre para a contagem dos alunos matriculados no ano. O PDI 2015-2019 estabeleceu a meta de elevar em 8,3% o número de matrículas. Em 2016, o cálculo do número de matrículas passou a considerar as orientações do TCU, e o número de alunos matriculados foi calculado a partir da média do número de alunos matriculados no primeiro e segundo semestres letivos. Isso implicou uma redução no índice de 9,6%, quando comparado ao ano de 2015.

Sendo assim, é adequado considerar o número de matrículas do ano de 2016 como referencial para verificar o alcance da meta. Como se observa nos três anos seguintes, os quantitativos se mantiveram em torno de uma média de 23.800 matrículas anuais, mantendo-se igual ao valor de 2016 e, portanto, não atingindo a meta de elevar em 8,3% as matrículas.



» Número de bolsas e auxílios de apoio à permanência

Indicador que expressa o esforço institucional em apoiar logística e financeiramente o estudante de modo a garantir a sua permanência no ensino de graduação, minimizando a evasão e proporcionando melhores condições de realizar seus estudos. Esse apoio se dá por meio da concessão de auxílios e bolsas para alimentação, moradia, transporte, acessibilidade, creche, instrumental acadêmico, óculos e bolsas de apoio técnico e acadêmicas (iniciação científica, monitoria e extensão).



Entre todas essas modalidades de bolsas e auxílios que a UFRN concede aos estudantes dos cursos de graduação, destacam-se as bolsas e os auxílios para moradia e alimentação, que proporcionam aos estudantes economicamente vulneráveis as condições mínimas de permanência em seus cursos. As bolsas acadêmicas, apesar de priorizarem os estudantes economicamente vulneráveis, são concedidas para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, e a bolsa de apoio técnico é concedida para o estudante dedicar 12h semanais a atividades de apoio em diversos setores e laboratórios da Instituição. A meta estabelecida para 2019 relativa à ação 2004 (Assistência ao Estudante de Nível Superior) foi de conceder 13.570 benefícios e obteve-se, nesse ano, 14.238, superando a estimativa.

» Percentual de vagas para cotistas

A UFRN estabeleceu como meta disponibilizar 50% de todas as vagas dos cursos de graduação para o sistema de cotas sociais e raciais. Essa meta foi atingida em 2015 e, desde então, esse percentual vem sendo mantido pela Instituição.

Dessa forma, garante-se que estudantes oriundos do ensino público, de baixa renda, negros e índios tenham acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. A partir de 2018, também foi incluída, nesses 50%, uma cota para estudantes com deficiência, aumentando as chances de acesso ao ensino superior para essa população.

Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas

O Planejamento Estratégico da UFRN está referenciado no PDI e define os rumos da Universidade, explicitando a missão e a visão de futuro da Instituição, seus objetivos estratégicos e as metas globais. O planejamento no nível tático da UFRN, em 2019, foi concretizado por meio do Plano de Gestão 2015-2019, coordenado pela Administração Superior.

O Plano de Gestão orientou-se conforme cinco eixos programáticos: Qualidade Acadêmica, Interiorização e Internacionalização; Gestão Eficiente, Participativa e Transparente; Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade; Ciência, Tecnologia,

Inovação e Desenvolvimento; Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Institucional e Qualidade de Vida.

A Administração Superior, por intermédio de suas unidades, estabeleceu metas anuais que são diretamente vinculadas às Políticas do PDI e aos Eixos Programáticos com as respectivas linhas de ação do Plano de Gestão.

A figura a seguir demonstra essa interrelação entre os planos e as metas anuais.

Nossa visão

Ser uma universidade com inserção internacional e sustentabilidade em suas ações, com uso disseminado de tecnologias de informação e de comunicação nas práticas acadêmicas, flexibilidade curricular na formação e mobilidade interna e externa, mantendo a oferta de cursos em áreas estratégicas e qualidade da formação com novas modalidades e educação continuada e sendo referência em produção de conhecimentos em áreas de fronteira e estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico, buscando a inovação, com estreita interação com sociedade, poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais, induzindo políticas públicas e compartilhando conhecimento.

Políticas do PDI

Política de Ensino

Política de Pesquisa

Política de Extensão

Política de Gestão

Política de Responsabilidade Social

Eixos do Plano de Gestão

Qualidade acadêmica, interiorização e internacionalização

Gestão eficiente, participativa e transparente

Cidadania, inclusão social e sustentabilidade

Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento

Gestão de pessoas, desenvolvimento institucional e qualidade de vida

Metas anuais

53
(20%)

82
(30,9%)

52
(19,6%)

43
(16,2%)

35
(13,2%)

Quanto ao processo de operacionalização das metas, após elaboradas pelas unidades da Administração Central, essas foram cadastradas no SIGPP. O sistema permitiu o gerenciamento das metas pretendidas pelas unidades estratégicas da Universidade: pró-reitorias, secretarias, superintendências e outras unidades vinculadas à Administração Central. Nesse sistema, também se extraiu relatórios com resultados de cada unidade acadêmico-administrativa da Instituição.

As unidades cadastraram suas metas no SIGPP, com atividades, ações, cronograma de realização e indicadores, etapas de execução e resultados previstos, fazendo articulação com as metas globais da Instituição dispostas no PDI, as suas políticas, assim como com os objetivos previstos no Plano de Gestão.

Essas metas foram norteadoras do planejamento anual de cada uma das unidades da Administração Central da UFRN.

Nessa perspectiva, a Universidade não definiu objetivos anuais, mas metas a serem alcançadas, estabelecidas em consonância com as Políticas e Metas do PDI e os Eixos Programáticos do Plano de Gestão, conforme demonstrado no [Relatório de Acompanhamento de Metas SIGPP 2019](#).

O acompanhamento e a avaliação das metas institucionais foram realizados a partir de reuniões periódicas, em que se aferiram os resultados alcançados a partir de análise e discussão pela Administração Superior dos percentuais de execução dessas metas.

O processo de planejamento da UFRN, que se baseia no alinhamento estratégico com o PDI e com o Plano de Gestão, é dinâmico e flexível, estando aberto à revisão periódica dos planos. Nesse contexto, durante a execução do planejamento anual, algumas metas podem sofrer alterações ou, até mesmo, não serem realizadas conforme o planejado. As metas não alcançadas a cada ano são analisadas pelos dirigentes e pelas equipes das unidades envolvidas, possibilitando a estas, se for o caso, a revisão daquelas, sua possível repactuação, e até mesmo dar prioridade para o ano seguinte.

No ano de 2019, foi cadastrado um total de 210 metas distribuídas entre as 24 unidades vinculadas à Administração Central da Universidade, com um percentual médio de execução das metas de 75,4%.

Ressalta-se que os avanços na gestão universitária não são obtidos apenas com as metas alcançadas, mas também com o aprendizado organizacional contínuo diante da identificação das fragilidades, das possíveis ameaças e das medidas a serem tomadas.

Monitoramento de metas não alcançadas e justificativas para o resultado



Por meio dos relatórios de acompanhamento dos resultados (parciais e final) obtidos no SIGPP, as Unidades registram os impedimentos percebidos na concretização de suas metas.

Destaca-se que, em 2020, com o novo referencial de planejamento estratégico a partir do novo PDI (o qual se encontra em elaboração) e do **Plano de Gestão 2019-2023** (publicado em dezembro de 2019), o sistema de planejamento e acompanhamento das metas das unidades deverá passar por transformações. A oportunidade de melhoria no processo permite otimizar o acompanhamento dos novos objetivos, das metas e dos indicadores estratégicos. Com vistas a subsidiar essa mudança, realizou-se uma avaliação do processo de planejamento da UFRN, por meio da aplicação de um questionário de pesquisa nas unidades com metas cadastradas no SIGPP.

A partir das respostas dadas pelas unidades, foi possível inferir as seguintes conclusões:

» a maioria das unidades (83%) conhece e utiliza os principais planos da UFRN (PDI e Plano de Gestão);

» a maioria das unidades (83%) possui um planejamento estruturado e o realiza de forma integrada ao PDI e ao Plano de Gestão;

» todas as unidades consideram o SIGPP uma ferramenta útil para a UFRN, e a maioria delas (89%) considera o uso do sistema útil às suas unidades;

» 61% das unidades não atualizam espontaneamente o SIGPP. Nesses casos, o uso da ferramenta está condicionado à cobrança por parte da unidade de planejamento;

» para 94% das unidades respondentes, o sistema de planejamento e o SIGPP precisam de melhorias;

» 83% das unidades avaliam bem a “gerência” do SIGPP e o nível de atendimento às demandas e solicitações feitas à PROPLAN.

O relatório completo acerca das metas institucionais cadastradas no SIGPP e monitoradas ao longo do ano de 2019 está disponível no link [Relatório de Acompanhamento de Metas SIGPP 2019](#).

Desafios e próximos passos

O ano de 2019 trouxe mudanças substanciais na forma de planejamento da Universidade no que tange principalmente ao planejamento tático formalizado por meio do **Plano de Gestão 2019-2023**, visto que o Plano de Gestão anterior baseava-se em uma metodologia com eixos programáticos e linhas de ação, diferentemente do plano atual em que se utilizou a metodologia *Balanced Score Card* (BSC). A UFRN passa a transmitir sua estratégia por meio de um mapa estratégico que contém perspectivas e objetivos estratégicos, os quais são destrinchados em indicadores, metas e iniciativas estratégicas. Em relação ao nível estratégico, a UFRN iniciou o processo de construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento no qual são apresentados a filosofia de trabalho da Instituição, sua missão, sua visão, as diretrizes institucionais, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e outros temas relacionados à Universidade.

Dessa forma, a UFRN tem pela frente um desafio na comunicação, na execução, no monitoramento e na avaliação do novo Plano de Gestão. Isso visto que consiste em uma nova metodologia implementada, a qual busca levar ao fortalecimento da cultura da gestão estratégica para além das unidades da administração central, de forma que as atividades acadêmicas e administrativas sejam promovidas de maneira eficiente, eficaz e sustentável em todas as suas esferas.

Acrescenta-se a isso que um desafio perene da Universidade é a busca incessante pela inclusão e pela excelência acadêmica. Nessa perspectiva, para os próximos anos, é primordial garantir o acolhimento, a permanência e a acessibilidade de todos no ambiente universitário e investir em metodologias pedagógicas inovadoras e inclusivas.

Demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes de gestão que contribuíram para o alcance dos resultados da UPC no exercício

Gestão Orçamentária e Financeira

Esse item encontra-se detalhado no Capítulo 5 “Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis”, no qual são fornecidas informações sobre a execução orçamentária da despesa, o desempenho orçamentário e financeiro, a situação patrimonial da Instituição e outros aspectos da gestão orçamentária, financeira e contábil. No entanto, destacam-se a seguir os desafios e as ações futuras da gestão orçamentária e financeira.

Desafios

» Manutenção das atividades da Instituição, sem prejuízo às áreas de ensino, pesquisa e extensão, diante de um cenário de contingenciamento orçamentário;

» adoção de medidas sustentáveis visando à redução dos gastos com energia elétrica e com a implantação de usinas fotovoltaicas, por exemplo;

» uso intensivo de Tecnologia da Informação visando à redução de gastos com locação de mão de obra.

Ações

» Aprimoramento do controle e da transparência dos gastos da Instituição com a criação de painéis *dashboard* com informações em tempo real da execução orçamentária e financeira da Universidade.

Gestão de Pessoas

» Conformidade Legal

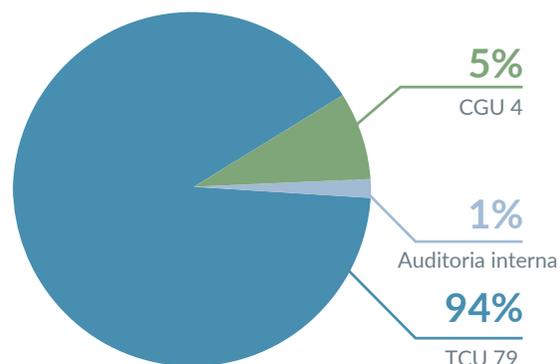
Legislação Aplicada

A UFRN adota normas e procedimentos internos que garantem a observância às legislações (Constituição Federal, leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções dos conselhos superiores da UFRN, entre outras) relacionadas à área de gestão de pessoas.

Apontamentos dos órgãos de controle

No exercício de 2019, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) da Universidade recebeu 84 ofícios advindos de órgãos de controle, sendo 79 do Tribunal de Contas da União (TCU), quatro da Controladoria-Geral da União (CGU) e um da Auditoria Interna (AUDIN). Cada documento pode veicular uma única demanda ou, o que é mais frequente, reunir demandas de diversos interessados.

Ofícios advindos de órgãos de controle



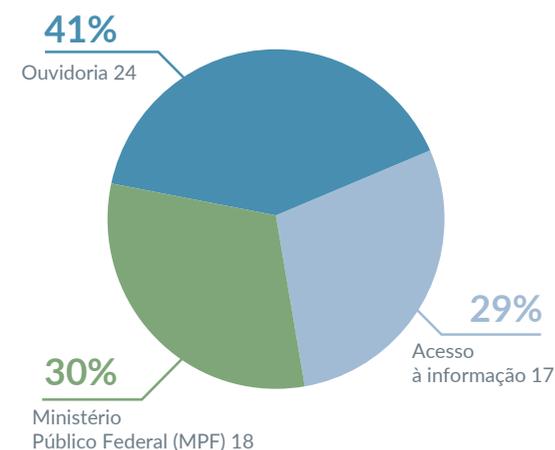
Fonte: PROGESP

A UFRN também realiza o atendimento de recomendações e o esclarecimento de indícios por meio dos sistemas e-Pessoal do TCU e Monitor da CGU, o último foi recentemente substituído pelo e-Aud. Tais sistemas funcionam em fluxo contínuo, encaminhando as demandas à UFRN a partir do cruzamento de informações constantes nas bases de dados do Governo Federal.

No caso do e-Pessoal, 390 apontamentos já foram arquivados por não se terem confirmado os indícios apontados pelo TCU ou por a Universidade ter adotado as diligências necessárias à correção de inconsistências.

Alinhada com os valores de responsabilidade social e transparência, a Instituição, por meio da PROGESP, no tocante à gestão de pessoas, atende demandas encaminhadas pelos cidadãos por intermédio da Ouvidoria e do Ministério Público Federal (MPF) (dentre outros canais). As demandas podem ter caráter individual ou coletivo e assumir a forma de reclamações ou de simples requisição de informações. No caso do MPF, no exercício de 2019, o tema de concursos públicos foi o mais recorrente entre aqueles tratados nos ofícios remetidos pela Instituição.

Demandas de controle social

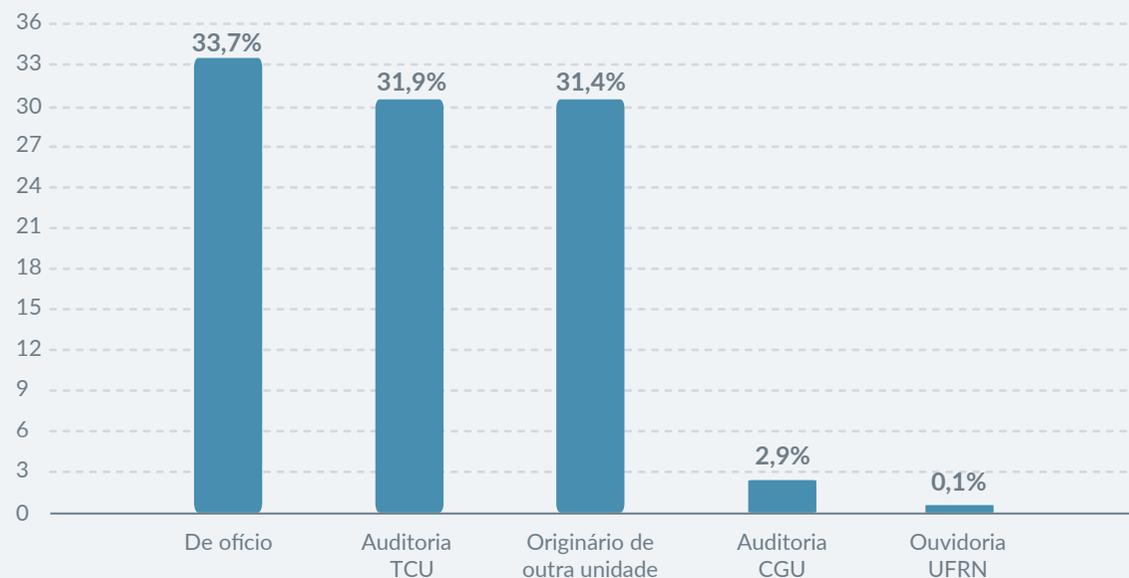


Fonte: PROGESP

Destacamos as medidas de controle adotadas no âmbito da acumulação indevida de cargos e empregos, que resultou em análise de 716 processos.

No ano de 2019, tramitou na Coordenadoria de Assessoramento Processual e Acumulação de Cargos um total de 716 processos de acumulação de cargos, sendo que ao final do ano foram analisados e concluídos 243 (compatibilização de horários, alteração da condição de sócio-administrador de empresa, extinção do vínculo anterior, perda da dedicação exclusiva, ressarcimento ao erário, entre outros) e restaram 280 em análise, 183 em diligência e 10 sobrestados por decisão judicial.

Origem dos processos



Indícios dos processos

Fonte: PROGESP

Indicadores de conformidade

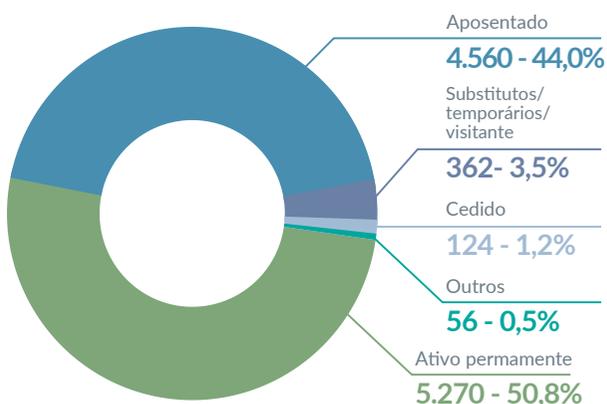
Os indicadores da área de pessoal são monitorados a partir do resultado de um planejamento anual, baseado em documentos estratégicos institucionais (PDI, Plano de Gestão, Plano de Gestão de Logística Sustentável) e relatório de governança do TCU. Engloba oito macro-objetivos, dividindo-se em estratégicos (15 metas) e operacionais (133 metas).



Uma das medidas de controle dos processos é por meio da gestão de riscos. Em 2019, dando continuidade ao acompanhamento dos riscos inerentes aos processos de Gestão de Pessoas considerados críticos (cessão, provimento, vacância por falecimento, averbação por tempo de contribuição, concessão de retribuição por titulação, acidente de serviço, avaliação da capacidade laborativa, progressão por capacitação, incentivo por qualificação e remoção), executaram-se os planos de ação estabelecidos no ano citado, a fim de mitigar seus riscos residuais, reduzindo a probabilidade e/ou o impacto dos eventos de riscos acontecerem.

» Avaliação da força de trabalho

A UFRN possui 10.372 servidores, distribuídos de acordo com a seguinte situação funcional:



Fonte: SIAPE

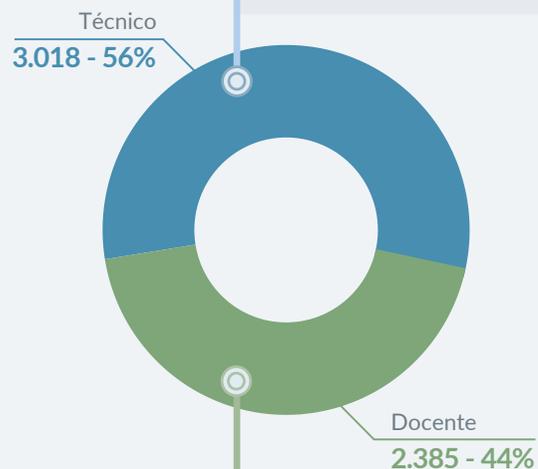
5.403 efetivos (Ativo Permanente; Celetista; Cedido e Excedente de Lotação).	
Masculino	Feminino
52,7%	47,3%
Deficiência	
2,1%	
Etnia	Percentual*
Branca	60,2%
Parda	31,5%
Preta	4,1%
Amarela	4%
Indígena	0,3%

*Dado referente ao quantitativo de servidores que informaram a Etnia (80,6% do total de servidores efetivos).
Fonte: SIAPE

Quantitativo de servidores e efetivos por grupo do cargo

Nível de classificação

- » A – 66 (2,19%)
- » B – 74 (2,45%)
- » C – 462 (15,31%)
- » D – 1401 (46,42%)
- » E – 1015 (33,63%)

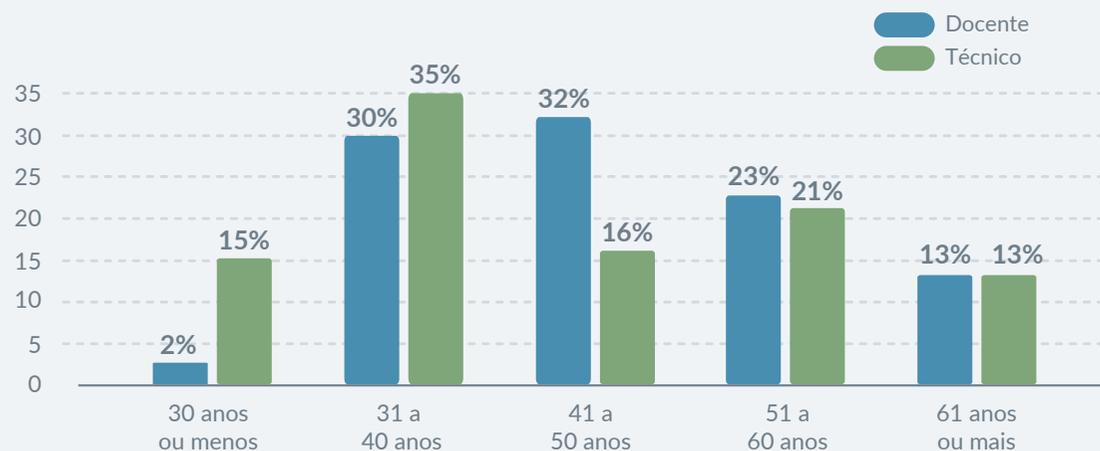


Carreiras do Magistério Federal:

- » Magistério Superior – 2.173 (91,11%)
- » Ensino básico, técnico e tecnológico – 212 (8,89%)

Fonte: SIAPE

Distribuição da força de trabalho por faixa etária



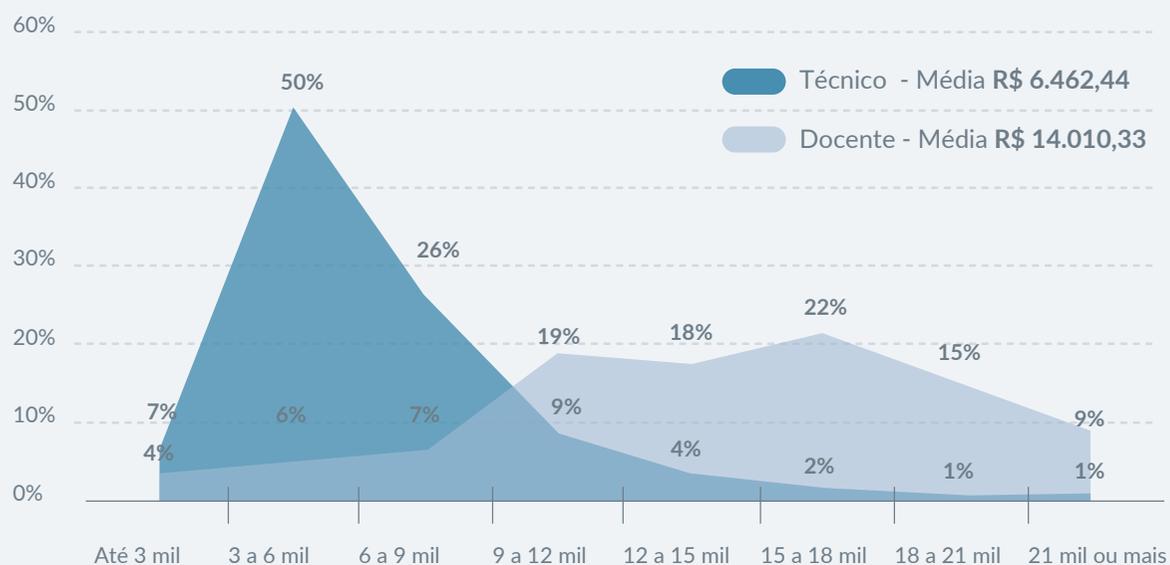
Fonte: SIAPE

Distribuição dos servidores efetivos por unidade de exercício (Campi)



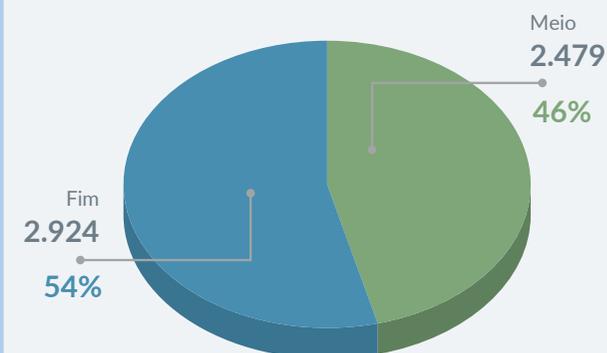
Fonte: SIAPE

Distribuição dos servidores efetivos por faixa salarial



Fonte: SIAPE

Distribuição dos servidores efetivos por área de trabalho



Fonte: SIAPE

» Estratégia de recrutamento e alocação de pessoal

Necessidade de recursos humanos

A gestão do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo é realizada por meio de comissões, com base no Banco de Professor Equivalente e no Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA), respectivamente.

As Comissões utilizam para tomada de decisão instrumentos como: planos de gestão, indicadores de desempenho, dimensionamento de pessoal, conforme previstos na [Resolução nº110/2008-CONSEPE](#) e na [Resolução nº 043/2013-CONSAD](#).

No que diz respeito às vagas de servidores técnico-administrativos, considerando os cargos extintos, os vedados de abertura de novo concurso e de provimento de vagas

adicionais em relação ao previsto no edital por meio dos Decretos nº 9262/2018 e nº 10185/2019, foram contabilizadas 68 vagas que não foram repostas das 184 vacâncias publicadas em 2019, o que corresponde a 37% destas e a 2,3% da força de trabalho total desta categoria de servidores.

Diante da impossibilidade de realizar o provimento em algumas vagas devido a esse cenário, o dimensionamento

dos servidores técnico-administrativos foi discutido na perspectiva do aperfeiçoamento dos processos de trabalho das unidades, possibilitando o balanceamento de pessoal, por meio de uma equipe multidisciplinar (Portaria nº 431/19-R), com projeto piloto na área acadêmica.

Seleção e recrutamento de pessoas

Os concursos públicos na UFRN acontecem tanto para os cargos do Magistério Federal, como para os cargos técnico-administrativos. Em cada edital, são disponibilizadas 20% das vagas para pessoas com deficiência. O quantitativo de editais, vagas e nomeações estão explicitados na tabela abaixo.

Quantitativo de editais, vagas e nomeações em concursos públicos da UFRN		
	Docente	Técnico
Editais vigentes	3	6
Vagas ofertadas	80	149
Nomeações	66	179

Fonte: PROGESP

Além dos editais de concurso para docente efetivo, foram realizados sete processos seletivos para contratação de docentes temporários e substitutos, totalizando 221 contratos assinados em 2019.

Movimentação de pessoal

O processo de movimentação se dá por meio de remoção e redistribuição. A remoção é regulamentada pela **Resolução nº 056/2018-CONSAD** e a redistribuição pela **Resolução nº 153/2015-CONSEPE** e **Resolução nº 052/2016-CONSAD**.

Quantitativo de remoções e redistribuição por grupo cargo		
	Docente	Técnico
Remoção	6*	72
Redistribuição	11	17

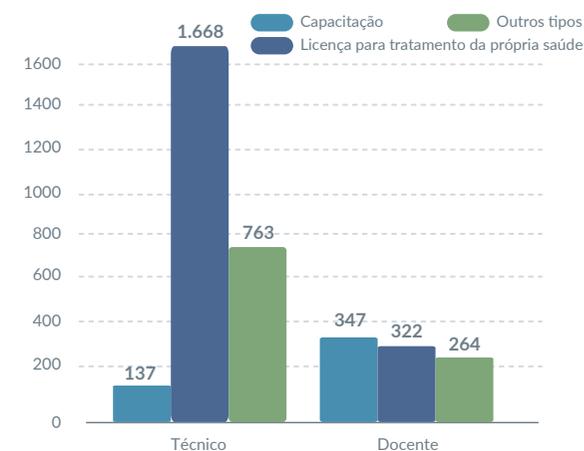
*2 por decisão judicial. Fonte: PROGESP

As remoções a pedido do servidor, a critério da administração, ganharam um novo formato em 2019, sendo necessário ao servidor interessado se candidatar por meio de Edital de Remoção, tornando o processo de movimentação mais célere e transparente.

Destaca-se que, nesse cenário de movimentação de pessoal, a UFRN conta com a análise de Comissões específicas, as quais têm o objetivo de criar, implementar e conduzir Políticas de Gestão de Pessoas e temas conexos relacionados aos servidores docentes e técnico-administrativos. Além disso, uma de suas competências principais é a análise de editais de movimentação e emissão de parecer de caráter consultivo quanto à movimentação e à alocação de pessoal no âmbito da UFRN, garantindo a igualdade de condições para os participantes do processo.

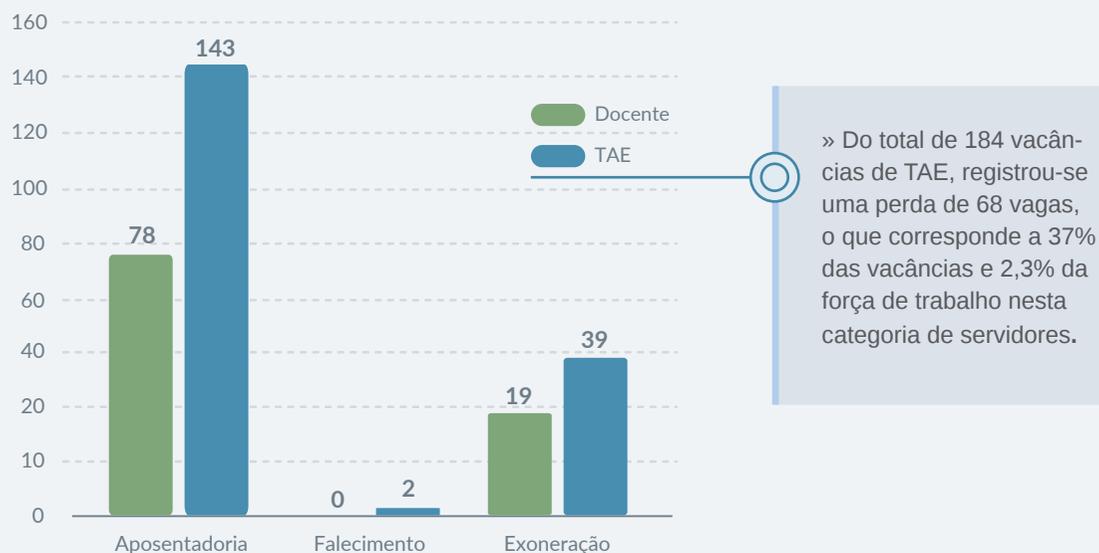
Impacto dos afastamentos e das vacâncias na força de trabalho

Servidores com ocorrência de afastamento



Fonte: SIGRH

Servidores com ocorrência de vacância



Número de servidores aposentados



Fonte: SIAPE

Em comparação com o ano anterior, verifica-se que a quantidade de aposentadorias sofreu um aumento significativo em ambos os cargos.

Esse quadro decorreu das discussões da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019) que tramitou no Congresso Nacional em 2019, fazendo com que vários servidores antecipassem a sua aposentadoria, a fim de não serem atingidos pelas novas regras. Com efeito, apesar de, no texto da referida Proposta de Emenda Constitucional (PEC), estar assegurado o direito adquirido para os servidores que completaram os requisitos da aposentadoria, havia uma incerteza quanto ao teor do texto final, de modo que a definição só ocorreu com a aprovação da PEC e a publicação do novo texto que assegurou a regra de direito adquirido.

Assim, em que pese a EC nº 103/2019 ter aumentado o tempo para aposentadoria, na UFRN há ainda uma parcela significativa de servidores aptos a se aposentarem a qualquer momento, porquanto terem adquirido o direito à aposentadoria de acordo com as regras anteriores, mas que continuam em atividade.

No que tange aos impactos das vacâncias em virtude de aposentadoria e falecimento de servidores na força de trabalho, é fato inconteste que os servidores mais antigos trazem consigo as vivências e experiências dos anos e da memória da Instituição, mormente em face da inexistência de sistemas ou políticas que viabilizassem, à época, a formação e o gerenciamento de um banco de dados com todas essas informações institucionais. Assim, o advento da aposentadoria desses servidores pode causar um impacto significativo na transmissão do conhecimento organizacional, em especial relacionado aos cargos técnico-administrativos. No que diz respeito à carreira do Magistério Federal, por sua vez, é importante registrar que, em decorrência da realização de atividades bem específicas, há maior possibilidade de que os docentes se tornem, ao longo dos anos, referência na respectiva área. Dessa forma, o advento da aposentadoria do docente pode gerar impactos no ensino, na pesquisa e na extensão.

Outrossim, é importante registrar que, com a publicação dos Decretos nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018, e nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, foi estabelecida uma limitação de admissão pela natureza do

cargo, isto é, vedou-se por prazo indefinido a abertura de concurso público e o provimento de vagas em quantitativo superior ao estabelecido em edital vigente para diversos cargos das Instituições Federais de Ensino, em especial das Classes C, D e E da carreira dos técnicos-administrativos em educação. Ressalte-se, por oportuno, que tais cargos são atualmente utilizados pelas IFES para adequar o dimensionamento de pessoal às suas necessidades específicas, bem como apresentam parcela significativa de servidores aptos a se aposentar já em 2019 (antes da Reforma da Previdência) e que, portanto, podem se aposentar a qualquer momento.

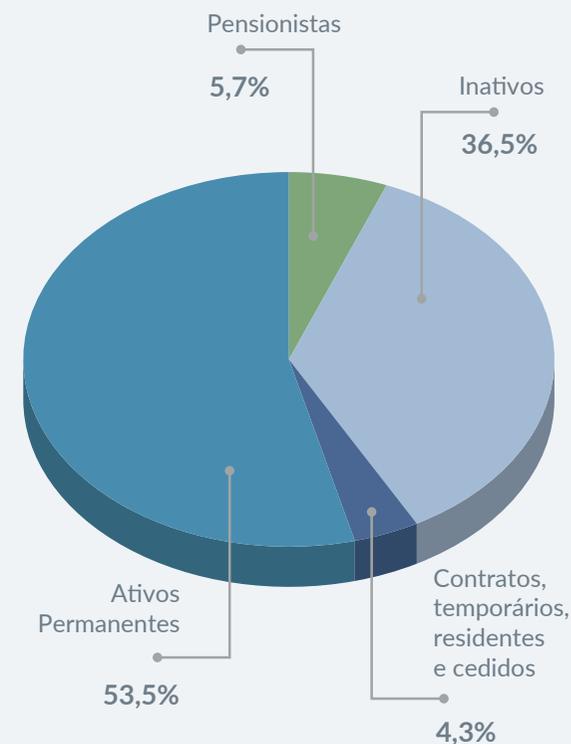
Ademais, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual limitou os gastos públicos, os impactos de eventuais aposentadorias tendem a ser maiores, haja vista que o orçamento da Instituição diminuiu, mas precisa de continuar a abranger a folha de pagamento dos servidores aposentados.

Diante desse panorama de crescimento do número de aposentadorias e da impossibilidade de reposição imediata das vagas, vislumbram-se significativos impactos das aposentadorias na força de trabalho

da Instituição, especialmente em face da redução do número de servidores ativos, vindo a comprometer de forma considerável a continuidade da prestação do serviço público (tanto em atividades-fim quanto em atividades-meio) no decorrer dos anos.

Detalhamento da Despesa com Pessoal

Despesa com pessoal: R\$ 1,5 bilhão



Fonte: SIAPE

Composição do Custo Direto com Pessoal							
Ativos permanentes		Contratos, temporários residentes e cedidos		Aposentados		Pensionistas	
R\$ 806,7 milhões		R\$ 64,9 milhões		R\$ 549,5 milhões		R\$ 85,6 milhões	
Vencimentos	43,43%	Vencimentos	76,24%	Vencimentos	67,61%	Vencimentos	85,86%
Retribuições	1,27%	Retribuições	0,96%	Gratificações	11,09%	Gratificações	11,09%
Gratificações	10,16%	Gratificações	6,52%	Benefícios assistenciais	1,08%	Benefícios assistenciais	0,63%
Adicionais	36,34%	Adicionais	11,24%	Despesas de exercícios anteriores	0,01%	Despesas de exercícios anteriores	0,19%
Indenizações	4,37%	Indenizações	2,79%	Decisões judiciais	3,99%	Decisões judiciais	2,24%
Benefícios assistenciais e previdenciários	3,15%	Benefícios assistenciais e previdenciários	1,25%				
Despesas variáveis	0,05%	Despesas de exercícios anteriores	0,09%				
Despesas de exercícios anteriores	0,37%	Decisões judiciais	0,61%				
Decisões judiciais	0,85%						

Fonte: SIAPE/2019

A composição do custo com pessoal obedece à seguinte classificação:

» **retribuições:**

gratificação de CD (Cargo de Direção) e FG (Função Gratificada);

» **gratificações:**

gratificação natalina, gratificação por encargo de curso ou concurso e Retribuição por Titulação;

» **adicionais:**

adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; APH (Adicional de Plantão Hospitalar); sobre-aviso; adicionais de qualificação; outros relativos ao local ou à natureza do trabalho;

» **indenizações:**

auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, ajuda de custo e diárias;

» **benefícios assistenciais e previdenciários:**

assistência médica, auxílio-natalidade e abono permanência;

» **demais despesas variáveis:**

rubricas relacionadas à substituição.

Evolução dos gastos com pessoal

Nos exercícios de 2018 e 2017, a despesa com pessoal totalizou 1,45 e 1,39 bilhão de reais, respectivamente. Dessa forma, em 2019, houve um acréscimo de 3,74% em relação à despesa com pessoal realizada em 2018, percentual menor em comparação à evolução da despesa de 2017 para 2018, que correspondeu a 3,96%.

Justificativas para o incremento das despesas com pessoal

Com fundamento na Lei nº 13.325/2016, foi concedido reajuste aos servidores da carreira de docentes com efeitos a partir de agosto de 2019. Além disso, nos meses anteriores, houve os efeitos financeiros do reajuste concedido em agosto de 2018. Já a tabela de remuneração da carreira de técnico-administrativo em educação não teve atualização.

No tocante à despesa com aposentados e pensionistas, o aumento se deve ao reajuste anual, conforme art. 15 da Lei nº 10.887/2004 e Portaria ME nº 09/2019, assim como à evolução de 3,05% do total de aposentadorias e pensões em relação ao exercício anterior, totalizando 5.782 beneficiários em dezembro de 2019.

Os demais fatores que contribuíram para o incremento da despesa com pessoal estão relacionados, principalmente, ao desenvolvimento dos servidores em suas carreiras, conforme os planos que as regulamentam. Esse desenvolvimento abrange progressões e incentivos, de acordo com titulação, capacitação e mérito profissional, este último vinculado à avaliação de desempenho.

Tabela de remuneração

Os planos de cargos e carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos são regulamentados pelas leis nº 12.272/2012 e nº 11.091/2005, respectivamente. A tabela a seguir apresenta, de forma resumida, o padrão de vencimentos das carreiras.

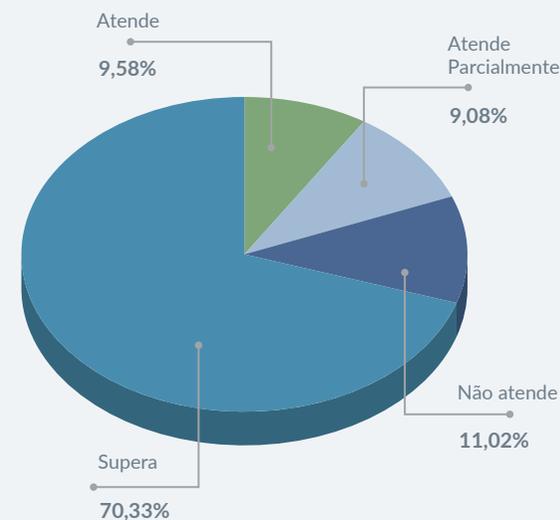
Tabela de remuneração / Padrão de vencimentos das carreiras						
Docente						
	Inicial			Final		
	Vencimento básico inicial sem retribuição por titulação (RT)			Vencimento básico do último nível da Classe + RT Doutorado		
	20h	40h	Dedicação exclusiva	20h	40h	Dedicação exclusiva
Auxiliar	2.236,32	3.130,85	4.472,64	3.698,32	6.122,77	10.097,00
Assistente	2.477,29	3.468,20	4.954,57	4.096,81	6.782,50	11.184,95
Adjunto	2.744,21	3.841,90	5.488,43	4.861,82	8.049,01	13.273,53
Associado	3.858,58	5.402,02	7.717,17	6.836,10	11.317,55	18.663,64
Titular	4.774,42	6.684,19	9.548,84	7.519,71	12.449,30	20.530,01
Técnico administrativo em educação						
	Inicial			Final		
Nível A		1.326,72			2.851,61	
Nível B		1.606,41			3.198,43	
Nível C		1.945,07			3.872,70	
Nível D		2.446,96			4.872,00	
Nível E		4.180,66			8.323,87	

Fonte: Tabela de remuneração dos servidores públicos federais civis e dos ex-territórios

» Avaliação de desempenho

O ciclo de avaliação de desempenho dos servidores na UFRN é anual e considera em sua abordagem a avaliação das competências baseada em conhecimento, habilidade, comportamento e atitude, assim como em metas para o período, tendo em vista os processos de trabalho planejados para o servidor. Todos os servidores técnico-administrativos, com ou sem função de gestão, e docentes em função de gestão participam desse processo, estando eles nas condições de chefia, pares ou de realizador da avaliação do próprio desempenho. Em 2019, novos processos de aperfeiçoamento foram realizados, estabelecendo formas diferentes de avaliação para os grupos distintos de gestão, favorecendo a ampliação da participação dos gestores no processo avaliativo. Com um universo de 3.822 respondentes, o resultado preliminar da avaliação de desempenho está demonstrado no gráfico a seguir.

Resultado preliminar da avaliação de desempenho 2019



Fonte: SIGRH

Cabe ressaltar que os atores podem entrar com pedido de reconsideração e recurso, sendo possível alteração de conceito após análise.

Progressão funcional

Na UFRN, as carreiras previstas e regulamentadas são as do magistério federal e do técnico-administrativo em educação (TAE). A primeira é disciplinada pela Lei nº 12.772/2012, incluindo a

carreira do magistério superior, a carreira do ensino básico, técnico e tecnológico e os cargos isolados de professor titular-livre. Já a carreira de servidor técnico-administrativo foi regulamentada pela Lei nº 11.091/2005 e prevê diversos cargos de níveis pré-fundamental, fundamental, médio e superior, divididos em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E.

O desenvolvimento nas carreiras de servidor docente e técnico-administrativo em educação (TAE) obedece a regras distintas, definidas nas respectivas leis estruturantes. Não há previsão de gratificação de desempenho, especificamente, em seus planos de carreira. Em ambos os casos, porém, há previsão de um interstício mínimo para a mudança de classe, nível ou padrão de vencimento, a qual, obrigatoriamente, deve ser precedida de avaliação de desempenho.

Excepcionalmente, as leis das carreiras preveem mudanças especiais de nível ou classe, a partir da obtenção de título formal, no caso do docente, ou do cumprimento de determinado quantitativo de horas em atividades de capacitação, no caso do TAE.

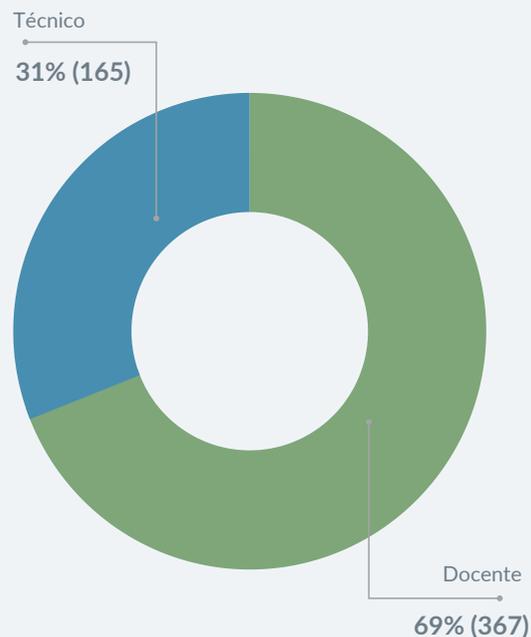
Total de progressões por grupo cargo

2.762 Progressões



Fonte: SIGRH

Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos por grupo cargo



Fonte: SIAPE

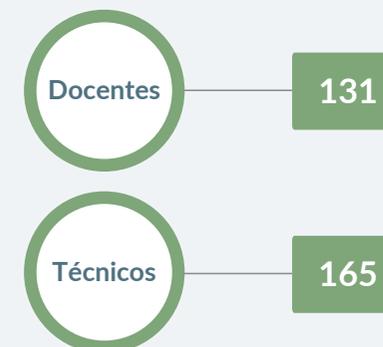
Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

98,5% dos cargos de direção, chefia e assessoramento superiores são ocupados por servidores efetivos.

Estágio probatório

O processo de análise e homologação na carreira de servidor técnico-administrativo e docente tem como objetivo formalizar a conclusão do estágio probatório. O processo é fundamentado em avaliações realizadas durante o período do estágio e finalizado com uma avaliação de comissão, conforme previsto na **Resolução nº 83/2006-CONSEPE** e na **Resolução nº 008/2006-CONSAD**. Atualmente, 15% dos servidores da Instituição encontram-se em estágio probatório.

Estágio probatório concluído por grupo cargo



Fonte: SIAPE

Igualdade de oportunidades

As progressões funcionais dos servidores docentes e técnico-administrativos são regidas pelas **Resoluções nº 067/2017-CONSEPE** e **nº 040/2015-CONSAD**, respectivamente. Dessa forma, as oportunidades de desenvolvimento na carreira são oferecidas igualmente para todos os servidores do quadro da UFRN, conforme avaliação de desempenho.

Capacitação: estratégia e números

A política de capacitação e qualificação (PCQ) da UFRN foi instituída por meio da **Resolução nº 025/2017-CONSAD**. De acordo com o documento, o planejamento das atividades de capacitação de 2019 foi fundamentado e definido levando em consideração as análises das respostas do instrumento de Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), as demandas dos programas específicos, as competências institucionais e gerenciais mapeadas, como também a análise do PDI e do Plano de Gestão da UFRN, os resultados de avaliações institucionais, os resultados de auditorias internas e externas, os relatórios de órgãos de controle,

as legislações externas e internas que determinem e/ou demandem ações de capacitação ou qualificação e os resultados de grupos focais específicos.



Destaca-se a implantação do primeiro curso a distância autoinstrucional voltado para atender às demandas de formação de gestores da UFRN, com o objetivo de fomentar conhecimentos básicos acerca da função gerencial na Instituição. Para isso, o Curso Inicial para Gestores da UFRN (CIG) foi disponibilizado por meio da plataforma AVAPROGESP, um ambiente virtual de aprendizagem, que permite ao usuário navegar pelo conteúdo proposto utilizando recursos que proporcionam dinamismo e interação entre os participantes. Em 2019, foram disponibilizadas duas turmas do curso supracitado, totalizando 111 inscritos.

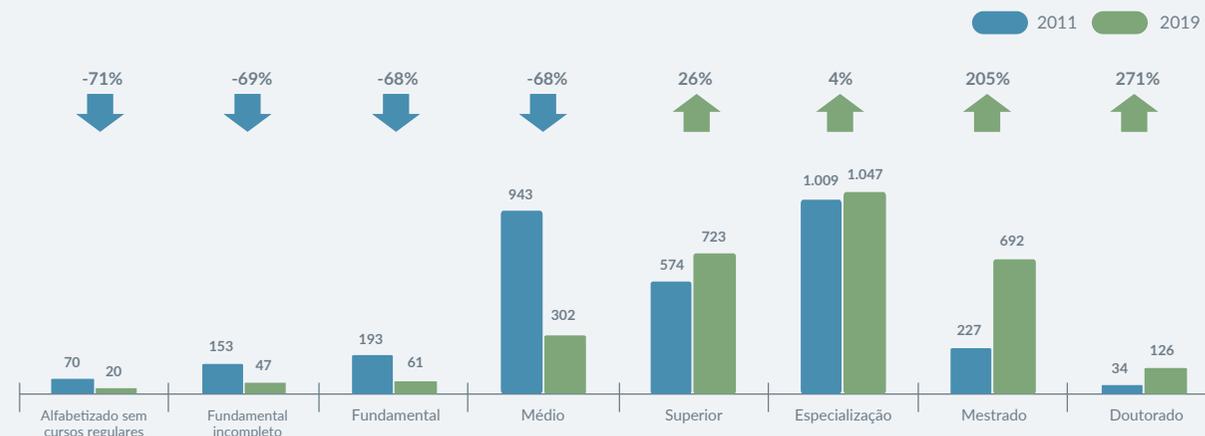
Conforme previsto no PCQ, vêm sendo oferecidas vagas específicas para os servidores se qualificarem na UFRN, sendo o Programa de Qualificação Institucional (PQI) de fundamental importância nesse sentido. Por meio dele, foi dada continuidade à oferta de vagas para servidores nos diversos programas de pós-graduação, destacando os mestrados profissionais que puderam contemplar um maior número de servidores por turma, a exemplo dos cursos de Gestão Pública, Gestão de Processos Institucionais, Ensino na Saúde (para a capacitação de preceptores nas unidades de saúde, em especial, nos hospitais universitários), Design, Engenharia de Software, entre outros.

Atualmente, a UFRN possui 726 servidores cursando algum programa de pós-graduação: mestrado (acadêmico ou profissional) e doutorado. Desse total, em 2019, 254 servidores ingressaram em tais programas.

A Universidade avançou bastante nos últimos anos em qualificação dos seus servidores, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

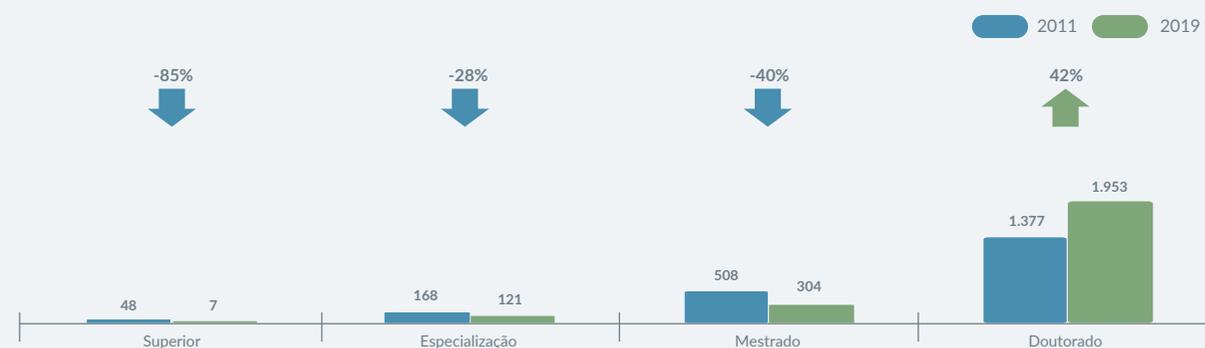
Destaca-se que, em agosto de 2019, foi divulgado o Decreto nº 9.991/2019, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), com o objetivo de estabelecer uma cultura de planejamento de ações de desenvolvimento entre todas as instituições da Administração Pública Federal, baseado no alinhamento das necessidades de cada órgão e entidade. Nesse sentido, o decreto estabelece alterações quanto às regras de concessão de licenças e aos afastamentos e determina novas orientações aos gestores para elaboração de ações de desenvolvimento. A PNDP possui como instrumento de implementação das ações de desenvolvimento/capacitação o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).

Evolução do perfil de escolaridade do Técnico-Administrativo



Fonte: SIAPE

Evolução do perfil de escolaridade do Docente



Fonte: SIAPE

Atendendo às determinações contidas no decreto, a UFRN aprovou o PDP para subsidiar as ações de capacitação de 2020, sem a necessidade de alteração da Política de Capacitação da Instituição.

Qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho

Programa Saúde e Qualidade de Vida

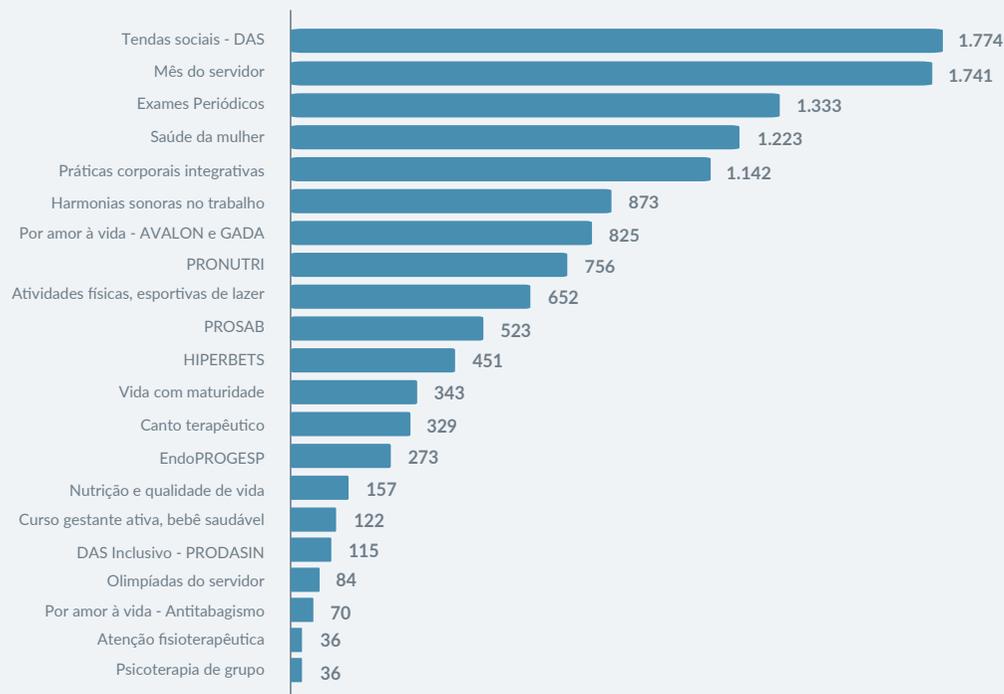
Desde 2012, a UFRN instituiu o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (**Resolução nº 012/2017-CONSAD**), cujas ações buscam contemplar as diretrizes previstas na Política de Qualidade de Vida no Trabalho (**Resolução nº 011/2017-CONSAD**), sendo pensadas e desenvolvidas de acordo com os eixos norteadores dessa mesma política, quais sejam: promoção da saúde e da segurança no trabalho, desenvolvimento de pessoas, lazer e vida social, práticas de gestão do trabalho. O Programa proporciona crescimento profissional e satisfação pessoal por meio da realização de eventos e projetos nas áreas médicas, nutricionais, esportivas, cognitivas. Na clínica médica da Diretoria de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho (DAS), vinculada à PROGESP, foram realizados 6.713 atendimentos no ano de 2019.

Quantidade de participações nos projetos e eventos



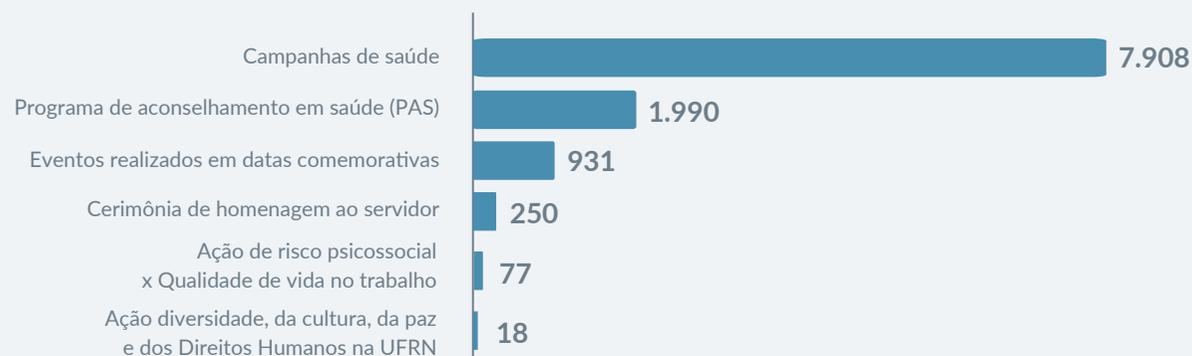
Fonte: PROGESP

Distribuição da participação por projetos



Fonte: PROGESP

Distribuição da participação por eventos realizados



Fonte: PROGESP

O projeto de vacinação (Pro-vacina) acontece com parceria do Sistema Único de Saúde (SUS) e segue as recomendações do Ministério da Saúde. Em 2019, foi implementado o Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) na sala de vacina da DAS, registrando-se a administração de 12.937 doses de vacina. Entre os servidores, foram imunizados um total de 1.069 pessoas.

A UFRN ainda sedia a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS-UFRN) que presta atendimento para aproximadamente 10.000 servidores, incluídos os desta Instituição de Ensino Superior e de mais 34 órgãos da

Administração Pública Federal no Estado do Rio Grande do Norte, contando com uma extensão em Mossoró, na UFERSA.

Em 2019, foram realizadas 5.511 perícias médico/odontológicas e 4.886 registros administrativos de afastamentos, totalizando 10.397 atendimentos de servidores ativos e inativos e dependentes. Ademais, também são realizados atendimentos de perícias judiciais (assistência técnica em processos judiciais por requerimento das procuradorias federais), bem como a avaliação pericial de discentes da UFRN quando solicitadas pelas unidades acadêmicas.

Segurança no Trabalho

Na UFRN, a segurança do trabalho é responsável não só pela elaboração de pareceres técnicos referentes aos adicionais, como também por realizar análise e notificar as unidades quanto aos acidentes de trabalho e ainda elaborar os Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

Atividades desenvolvidas relacionadas à Segurança no Trabalho	
Atividades	Quantidade
Pareceres técnicos	298
Análise de acidentes ocorridos e notificados	51
PPRA concluídos	6

Fonte: PROGESP

Em 2016, foram criadas, por meio da **Resolução nº 016/2016-CONSAD**, as brigadas de incêndio da UFRN e a Comissão Interna de Saúde e Segurança do Trabalho (CISST). As brigadas auxiliaram na construção do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) da UFRN, e a CISST tem como objetivo tornar o servidor membro participante ativo nas ações de prevenção de acidentes em serviço no âmbito da UFRN.

Tal iniciativa corrobora o que preconiza a Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS) e colabora com a qualidade de vida no trabalho.

Desde quando foi institucionalizada, a CISST se encontra no seu segundo mandato, totalizando 65 comissões (132 membros ativos) atuantes na Instituição. A participação da CISST, no processo de notificações de acidentes em serviço, alavancou o número de registros de eventos adversos, fazendo com que a subnotificação fosse minimizada ou neutralizada, assim como o tempo de resposta para a solução da problemática que deu origem ao acidente.

Esse caráter vigilante, que baliza as ações da CISST, fez com que a atuação da comissão se estendesse à implementação da Política de Inclusão (**Resolução nº 026/2019-CONSUNI**), recentemente promulgada na UFRN. Representantes da CISST participam de um grupo de trabalho para discutir ações e estratégias para promover, juntamente com a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), condições otimizadas de trabalho, no que tange ao ambiente e ao processo laboral dos servidores com deficiência.

Principais desafios e ações futuras

Gerir pessoas diante de um contexto externo de rapidez em mudanças e necessidades tecnológicas e um cenário interno de limites orçamentários e constantes mudanças de normas de gestão de pessoas, requerendo um aprimoramento dos processos de gestão, configura-se o grande desafio da área de gestão de pessoas. Acompanhar essas mudanças e proporcionar condições laborais saudáveis demandam esforços em todos os níveis da Instituição. A UFRN está sempre considerando novos modelos de processos de trabalho, com ambientes colaborativos, *job rotation* e flexibilidade na atuação do servidor; dimensionamento e balanceamento do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo; implementação de políticas institucionais de reconhecimento e de valorização de servidores com e sem funções na gestão; construir rede de apoio entre os projetos e as ações existentes na Instituição.

Diante desse contexto, detalham-se a seguir alguns desafios da área de gestão de pessoas.

1. *Recomposição da força de trabalho*

Destaca-se a reposição das vagas de servidores docentes e técnico-administrativos da Instituição, tendo em vista a vinculação do provimento aos limites estabelecidos pelo MEC, nos termos da Portaria nº 1.469, de 22 de agosto de 2019. No caso específico dos técnicos, o desafio é maior em razão da extinção de diversos cargos, da não criação de novos códigos e da limitação de abertura de novos concursos.

Além disso, a determinação de serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, estabelecidos pela Portaria nº 443/18-MPOG, concomitante com a limitação orçamentária, poderá dificultar a manutenção da prestação de serviços de qualidade aos discentes.

Outro agravante é a imprevisibilidade das movimentações de pessoal, fundamentada na Portaria nº 193/2018-MPOG, sem considerar os estudos técnicos de dimensionamento de pessoal, os limites estabelecidos no QRSTA (Decreto nº 7.232/2010) e no Banco de Professor Equivalentes (Decreto nº 8.259/2014) e a autonomia das universidades demandadas no processo de tomada de decisão.

2. Reestruturação do PCCTAE

A estrutura de cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), estabelecida pela Lei nº 11.091/2005, mantém-se a mesma desde 1987, havendo a necessidade de uma reestruturação dos cargos no sentido de torná-los mais flexíveis frente à modernização e à inovação dos serviços e das práticas de trabalho, que possibilita a alocação de servidores com perfil que venha a atender com eficiência às novas demandas.

3. Dimensionamento da força de trabalho

O modelo de dimensionamento de servidores técnico-administrativos, instituído pela Lei nº 11.091/2005 e regulamentado no Decreto nº 5.825/2006, não tem sido observado na atualização (quantitativo, extinção e suspensão) do QRSTA, impactando de forma significativa na gestão da força de trabalho da UFRN.

4. Requisição de servidores por outros órgãos

No que se refere às cessões e requisições, destacam-se aquelas que envolvem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE),

merecendo uma atenção especial pelo impacto que vem trazendo ao longo dos últimos anos à Instituição, uma vez que não há discricionariedade na sua concessão nem contrapartida de vagas. Os servidores cedidos exercem um longo período de atividade no órgão cessionário e esta Instituição permanece sem perspectiva de retorno desses servidores.

5. SIASS

A UFRN sedia a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS-UFRN) e atende aproximadamente 10.000 servidores de 34 órgãos da Administração Pública Federal, além de contar com uma extensão no interior do Estado. No entanto, as contribuições dos órgãos são mínimas em comparação ao serviço prestado. Alguns órgãos disponibilizaram recursos humanos para compor a força de trabalho do SIASS-UFRN, mas devido à carência de pessoal e às dificuldades também enfrentadas por esses órgãos, as contribuições ofertadas limitam-se, em grande parte, a materiais de expediente.

6. Perfil de adoecimento dos servidores

O número de servidores adoecidos, com correlação ou não com o ambiente de trabalho, vem aumentando gradativamente a cada ano de acordo com estudos que vem sendo realizados pela PROGESP. A análise desses dados aponta uma preocupação, tendo em vista que a incidência de doenças relacionadas à saúde mental vem crescendo de forma significativa entre os servidores, uma vez que seu diagnóstico é de difícil realização e o tempo de tratamento geralmente é de longo prazo.

7. Integração dos sistemas

A falta de definição por parte da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEPE) do Ministério do Planejamento (MPDG) quanto à integração dos sistemas SIAPE (SIAPECad e SIAPNet) e Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE) com os sistemas internos das IFES gera problemas de confiabilidade de informação, retrabalho das equipes e falta de acesso às informações em tempo real, comprometendo a eficiência dos processos de trabalho e da qualidade dos gastos públicos.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

A Gestão de Licitações e Contratos na UFRN é realizada em estreita conformidade com a legislação vigente, observando e aplicando um conjunto de princípios, diretrizes e normas regulamentares acerca do tema (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Portarias, Acórdãos, Resoluções Internas, entre outros), emanados por Órgãos de Controle (TCU, CGU, AUDIN), União, Ministério da Educação (MEC) e pela própria Instituição.

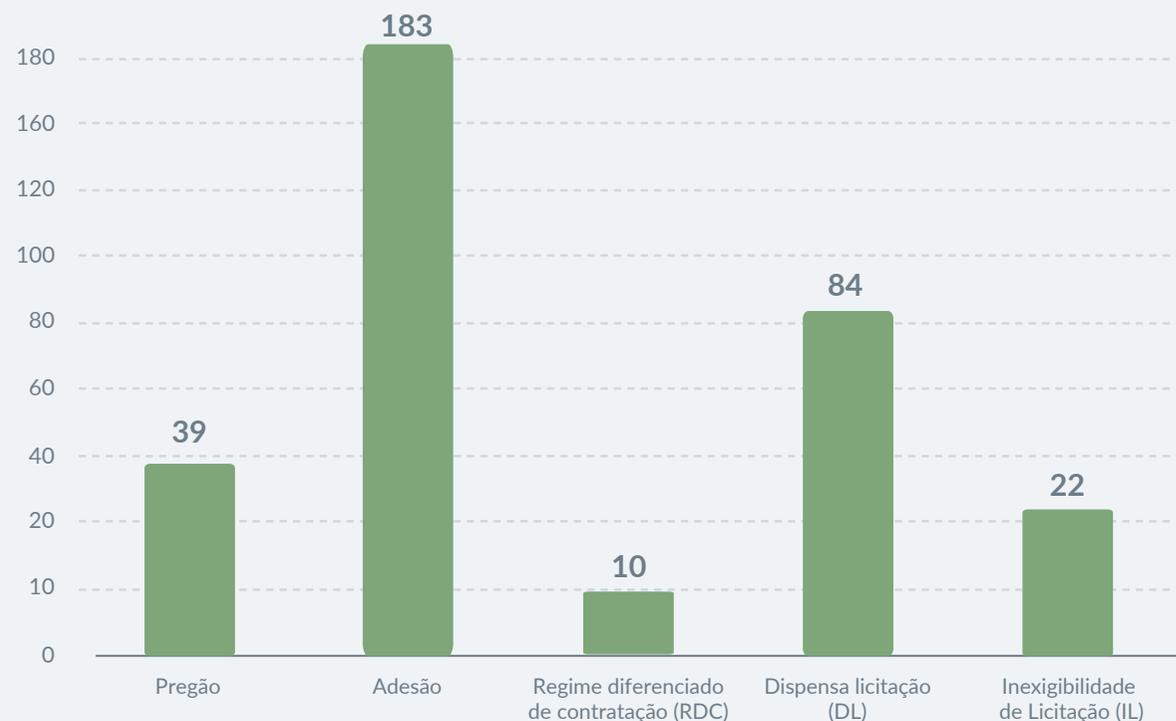
Entre os principais instrumentos legais que regem a Gestão de Licitações e Contratos da UFRN, destacam-se os seguintes: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 7.892/2013, Instrução Normativa nº 05/2014-MP, Instrução Normativa nº 05/2017-MP e Instrução Normativa nº 01/2019-ME, bem como suas demais atualizações. Além desses, no segundo semestre de 2019, o Decreto nº 10.024/2019 revogou o Decreto nº 5.450/2005, ocasionando profundas alterações nessa área.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Ao todo, foram realizados 392 processos de aquisições/contratações, sendo 160 por dispensa ou inexigibilidade de licitação (contratações diretas), alcançando o valor total de R\$ 124.574.042,58.

No exercício de 2019, foram pagos R\$ 120.944.762,13 relativos às contratações vigentes no período. Do montante pago em 2019, o valor de R\$ 82.907.679,18 foi direcionado aos serviços contratados para o Funcionamento Administrativo.

Processos de aquisições/contratações



Fonte: PROAD/UFRN

Serviços contratados para o Funcionamento Administrativo	
Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.662.812,75
Gêneros de alimentação	2.026.674,50
Locação de imóveis	517.149,08
Assinaturas de periódicos e anuidades	1.330.673,06
Locação de imóveis	455.700,00
Locação de máquinas e equipamentos	558.696,11
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	3.162.332,72
Manutenção e conservação de veículos	490.770,05
Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	106.421,79
Serviços de áudio, vídeo e foto	101.847,53
Seguros em geral	19.676,50
Hospedagens	354.918,97
Serviços de controle ambiental	40.940,08
Serviços de publicidade legal	192,00
Serviços de tecnologia da informação e comunicação (PJ)	6.999,28
Serviços de publicidade legal	438.489,26
Outsourcing de impressão	50.017,19
Material para manutenção de veículos	600.390,09

Passagens para o país	2.307.968,00
Passagens para o exterior	292.837,59
Subtotal 1	14.525.506,55
Apoio administrativo, técnico e operacional	24.956.758,74
Limpeza e conservação	12.424.445,81
Vigilância ostensiva	13.760.496,68
Limpeza e conservação	493.471,87
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	17.334,00
Locação de mão de obra	75.195,62
Subtotal 2	51.727.702,72
Serviços de telecomunicações	794.832,25
Serviços de energia elétrica	13.590.095,48
Serviços de água e esgoto	563.259,04
Serviços de comunicação em geral	92.259,62
Subtotal 3	14.245.614,14
Serviços de terceiros (PJ)	2.408.855,77
Subtotal 4	2.408.855,77
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)	82.907.679,18

Fonte: PROAD/UFRN

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

As contratações mais relevantes da UFRN são em Serviço de Apoio ao Ensino e as direcionadas ao Funcionamento Administrativo. A primeira está relacionada às atividades de pesquisa e extensão em colaboração com a FUNPEC, por meio de contratos acadêmicos, enquanto, na segunda, destacam-se os contratos de locação de mão de obra (apoio administrativo, limpeza, vigilância) e as manutenções de imóveis, incluindo suas locações, e veículos, considerando os gastos com locação e combustível.

Contratações mais relevantes em 2019



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os valores totais gastos nas contratações mais expressivas justificam-se pela produção do conhecimento gerado na Instituição mediante a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão (missões institucionais), que são abrangidas na cadeia de valor finalística, além de prover a infraestrutura física necessária para suporte das atividades, com o objetivo de disseminar o conhecimento para a sociedade e contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para a realização

Principais tipos de contratações diretas:

- » **Serviço de Apoio ao Ensino** (contratos acadêmicos);
- » **Limite de Valor** – Lei nº 8.666/1993, art. 24, incisos I e II (84 processos de DL);
- » **Fornecimento de Energia Elétrica.**

Justificativas de contratações diretas

Conforme exposto anteriormente, do total de 392 processos de contratações em 2019, 160 correspondem a contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade de licitação). Entre os principais tipos de contratações diretas, destacam-se as dispensas de licitações realizadas para celebração de contratos com a FUNPEC, relacionados aos projetos acadêmicos, com base na Lei nº 8.666/1993, artigo 24, inciso XIII, combinada com a Lei nº 8.958/1994, a qual dispõe sobre as relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio e dá outras providências.

Além dos Serviços de Apoio ao Ensino, por meio dos projetos acadêmicos, destaca-se a contratação direta relativa às concessionárias de energia elétrica, baseada na Lei nº 8.666/1993, artigo 24, inciso XXII. No ano de 2019, ainda foi realizada uma Dispensa de Licitação com fulcro no inciso XXXII dessa lei, em que se estabelece um processo de transferência de tecnologia em prol do Sistema Único de Saúde (SUS).

Principais desafios e ações futuras

A UFRN possui mais de 5.000 servidores, entre professores e técnicos-administrativos, e atende uma população de mais de 40.000 alunos, distribuídos entre, aproximadamente, os mais de 350 cursos de graduação e pós-graduação, cada um com suas particularidades. O resultado disso é uma demanda extensa e sempre crescente. Um levantamento realizado entre os anos de 2011 e 2015 indicou que a UFRN licitou aproximadamente 35.000 itens, o que gera uma média de 7.000 itens/ano. De certo, esses dados não são recentes, mas dão ideia da dimensão e das dificuldades impostas à gestão das aquisições e contratações de uma instituição deste porte.

É possível observar, justamente a partir de 2015, um movimento em prol da governança e de uma maior especialização por parte do Governo Federal, por meio de Instruções Normativas, acórdãos e jurisprudências que, apesar de visar um melhor planejamento das contratações, geraram também processos ainda mais burocráticos e morosos.

Causas para impedimento do alcance dos objetivos

Além do que já foi apontado, um relevante empecilho para o alcance dos objetivos é a instabilidade jurídica existente na área de licitações e contratações. No ano de 2018, foram gerados inúmeros retrabalhos provenientes das sucessivas alterações realizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (hoje Ministério da Economia) nas Instruções Normativas nº 01/2018, nº 05/2018 e nº 01/2019. De forma similar, o Decreto nº 10.024/2019 trouxe mudanças significativas em relação ao anterior (Decreto nº 5.450/2005), fazendo-se necessárias alterações nos processos de trabalho, adaptação de novas minutas de edital de licitação, gerando uma nova forma de condução dos trabalhos na fase externa pelos pregoeiros. Atrelado a isso, o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SAISG), em que ocorrem as licitações do Governo Federal, passou por grandes períodos de instabilidade quando da atualização do sistema ao novo decreto em vigor.

É importante ressaltar ainda que a diretoria da UFRN relacionada diretamente a esse trabalho vem passando por um forte

processo de renovação do quadro de servidores, o que culmina em impacto na condução das diversas atividades que permeiam essa unidade institucional. Logo, até que a curva de aprendizagem desses novos servidores atinja seu platô, teremos uma forte influência sobre os resultados obtidos, no que se refere tanto à celeridade, quanto à eficiência do trabalho desenvolvido.

Dessa maneira, a confluência destes três fatores – alta demanda, instabilidade normativa/jurídica e renovação do quadro de pessoal – tornam a gestão das aquisições numa instituição do porte desta Universidade um considerável desafio.

Destaques da unidade e ligação do alcance de objetivos/ações com a cadeia de valor da Instituição

No Relatório de Gestão de 2018, são desenvolvidas explicações acerca da criação de dois novos setores dentro da então Diretoria de Material e Patrimônio (DMP), com ênfase nas expertises de cada um, quais sejam: Setor de Aquisição de Materiais e Setor de Contratação de Serviços. Nesse sentido, o ano de 2019 trouxe mais uma grande inovação: a criação

de duas Diretorias, substituindo a antiga DMP: Diretoria de Compras e Diretoria de Logística. Com o enfoque semelhante ao da criação dos novos setores, como em 2018, essa separação gera uma maior especialização quanto aos processos sob a responsabilidade de cada diretoria, ao mesmo tempo em que confere a accountability com maior independência.

Cabe mencionar que a DMP acumulava dois processos da cadeia de valor da Instituição: gestão das aquisições/contratações e gestão do patrimônio. Com a mencionada divisão de competências, a gestão desses processos também passa a ser repartida. Por fim, é possível indicar que o objetivo principal da Diretoria de Compras é de tornar os processos de gestão das aquisições e contratações mais eficientes, sendo capaz de atender plenamente nossos clientes internos.

Com relação à Diretoria de Contratos, ela é responsável pela gestão e fiscalização dos Contratos Administrativos da UFRN. Com o objetivo de buscar sempre contribuir com a política de governança da Instituição, atrelado à sua cadeia de valor no âmbito da gestão dos Contratos Administrativos, foi iniciado um projeto, em parceria com a

Secretaria de Gestão de Projetos (SGP), denominado “Reestruturação da Diretoria de Contratos”, com a propositura de um novo modelo de gestão, visando a melhoria dos processos, o levantamento de indicadores, a elaboração e o monitoramento do plano de ações de riscos, para a correta e segura operacionalização de todas as atividades específicas da gestão e fiscalização dos contratos, com previsão de conclusão em 2020.

Inovações e melhorias implementadas

A PROAD, por meio das Diretorias de Compras e Contratos, permanece em relevante esforço no aprimoramento dos processos, o qual é um desafio perene. A partir disso, são feitas divulgações, junto à comunidade universitária, dos roteiros e checklists necessários para formalização dos variados processos de contratação.

Como indicado, os desafios envolvidos na gestão de aquisições e contratações da UFRN são relevantes. Logo, faz-se necessário inovar e desenvolver novos meios de atender tanto o aparato legal (por exemplo, realização do Planejamento Anual de Contratações (PAC), com um ano de antecedência), quanto, principalmente,

os clientes internos da Universidade. Dessa maneira, seguem alguns dos pontos mais relevantes acerca de tais melhorias:

» **padronização dos editais** baseados em recomendações recentes da AGU e da Procuradoria Federal vinculada à UFRN, com as devidas atualizações do Decreto nº 10.024/2019;

» **utilização do site da Diretoria de Compras** como meio para difusão das referências legais, editais de licitações, checklists e manuais;

» **utilização de robôs**, desenvolvidos em parceria com a Superintendência de Informática, para realização de atividades operacionais de longa duração (como lançamentos de Intenção de Registro de Preços; um similar está em desenvolvimento para o preenchimento do PAC em 2020);

» **processos de contratação 100% eletrônicos**, dando mais celeridade e fluidez aos procedimentos;

» dentro do novo contexto da Diretoria de Compras, certamente **a maior inovação é a criação da Divisão de Planejamento e Gerenciamento de Compras**, uma espécie de setor de inteligência em compras, responsável pelas fases iniciais do processo (incluindo o contato com os clientes e possíveis fornecedores) e, posteriormente, pela gestão das atas de registro de preço proveniente das licitações. Com esse procedimento, o feedback torna-se praticamente imperativo, e o início de um novo processo já nascerá com informações mínimas necessárias.

Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Conformidade legal

De forma a respeitar a conformidade legal, a UFRN, no âmbito de todas as suas unidades administrativas, está alinhada com os regramentos jurídicos que norteiam a Gestão Patrimonial, destacando-se o atendimento ao artigo 37 da Constituição Federal, à Lei nº 4.320/1964, à Lei nº 8.429/1992, à Lei nº 8.666/1993, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 9.373/2018, à Instrução Normativa nº

205/1988, à Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações, à Portaria nº 385/2018, à Instrução Normativa nº 11/2018, o Decreto nº 9764/2019 e à Instrução Normativa nº 5/2019, que regulamentam a Gestão Patrimonial de Bens Móveis.

Além disso, são observados os demais instrumentos legais que regem a Gestão Patrimonial na Administração Pública (Leis, Decretos, Instruções Normativas, Portarias, Acórdãos, Resoluções Internas, entre outras), emitidos por Órgãos de Controle, União e, também, pela própria Instituição.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

No exercício de 2019, ao todo, foram investidos R\$ 3.425.356,35, sendo R\$ 1.985.018,35 em equipamentos, e R\$ 1.440.338,00 em obras, correspondendo, aproximadamente, a mais de 94,10% dos pagamentos realizados nas despesas de capital.

Os investimentos realizados em equipamentos foram, preponderantemente, na aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), como

microcomputadores e notebooks; além da aquisição de softwares; de equipamentos relacionados à proteção, segurança e socorro; e de aparelhos e utensílios domésticos relacionados, sobretudo, ao apoio do Refeitório e do Restaurante Universitário.

Já com relação às obras, destacam-se os investimentos na construção de Laboratórios, de Setor e/ou Salas de Aula, da Residência Universitária em Macaíba, da ampliação do Núcleo de Educação Infantil, da construção do prédio destinado à Escola Multicampi de Ciências Médicas, do Núcleo Integrado de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, de Auditório e ainda do Refeitório Central da UFRN.



É importante destacar que os investimentos realizados em 2019 estão alinhados à cadeia de valor, mais especificamente aos processos de suporte de nível 2, que possuem como objetivo maior auxiliar na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão (processos finalísticos da cadeia de valor). Como resultados provenientes desses investimentos, destacam-se:

» **melhorias na infraestrutura**, especialmente nos laboratórios e salas de aula;

» **ampliação de espaços e criação de novos ambientes** para desenvolvimento das atividades acadêmicas;

» **aquisição de equipamentos** destinados aos processos finalísticos e de suporte à Instituição.

Desfazimentos de ativos

Os bens móveis não reutilizados foram objeto de divulgação para doação no **Reuse Gov**, em atendimento à Instrução Normativa nº 11, de 29 de novembro de 2018, mas não obtivemos instituições interessadas.

Obedecendo ao Decreto nº 9.373/2018, iniciaram-se os trabalhos para a realização de alienação a serem finalizados no primeiro trimestre de 2020. No caso específico da frota de veículos, não houve recolhimento nem alienação no ano de 2019. O objetivo dessas ações é prolongar o uso e a vida útil dos bens e reduzir o acúmulo de materiais descartados.

Locações de imóveis e equipamentos

No exercício de 2019, a UFRN manteve um montante de 42 imóveis, sendo cinco pertencentes à União, 29 de propriedade da UFRN e oito imóveis de terceiros, registrados nos sistemas competentes de controle (SIPAC e SPIUnet). Todas as ações desenvolvidas estão em consonância com os processos de suporte nível 2 da cadeia de valor: gerir patrimônio; gerir aquisições e contratações.

Em relação aos bens locados, gerou-se uma despesa no valor total de R\$ 972.849,08. Em comparação ao ano de 2018, houve uma redução de aproximadamente 15%, uma vez que houve a entrega de um dos imóveis locados.

No exercício de 2019, a UFRN fez uso de dois contratos de locações de equi-

pamentos, ambos para disponibilização de equipamentos de cópia e impressão, incorrendo uma despesa no valor total de R\$ 558.696,11. Em relação ao exercício de 2018, houve redução de aproximadamente 21%. Um dos motivos para redução no custo desse serviço está na utilização dos “processos digitais” na Universidade, a partir do final de 2018.

Contratos de locações



O montante corresponde aos valores faturados no ano de competência. Fonte: DGC (2019)

Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de 2019, não houve mudanças e desmobilizações relevantes no âmbito da UFRN.

Principais desafios e ações futuras

No que concerne à gestão patrimonial, certamente, o maior desafio assenta-se na atualização e controle patrimonial dos bens móveis pertencentes ao órgão, uma vez que a UFRN possui cinco *Campi*, localizados em diversas cidades do Rio Grande do Norte, além de diversos imóveis locados de terceiros, onde se encontram esses bens para controle e gerenciamento.

Por tais razões, no ano de 2019, com a aprovação do novo Regimento Interno da Reitoria da UFRN, por meio da **Resolução nº 17/2019-CONSUNI**, buscou-se dar mais autonomia administrativa à gestão patrimonial da UFRN, de maneira que houve a segregação, como já abordada anteriormente, da então Diretoria de Material e Patrimônio na Diretoria de Compras e na Diretoria de Logística, ambas subordinadas à Pró-Reitoria de Administração, ficando a Diretoria de

Logística com a responsabilidade pelo controle patrimonial dos bens móveis e imóveis da UFRN.

De igual sorte, o **Plano de Gestão 2019-2023**, aprovado pela **Resolução nº 24/2019-CONSUNI**, consignou como objetivo estratégico para o quadriênio indicado o desenvolvimento da gestão e da segurança da informação e do patrimônio, possuindo, entre outras iniciativas estratégicas, as seguintes: aperfeiçoar a gestão patrimonial, regulamentar a gestão do patrimônio na UFRN e articular, junto às unidades patrimoniais, a realização dos inventários dos patrimônios móvel e imóvel.

Nesse contexto, as principais ações futuras a curto prazo são: iniciar os projetos relativos ao cumprimento das ações previstas, envolvendo a atualização dos normativos internos de gestão patrimonial com a respectiva adequação dos processos internos e sistema de informação; o cadastro dos bens móveis da Instituição no SIADS e, caso não seja autorizado, utilizar somente o sistema interno e a análise e a proposição da alienação de bens móveis e imóveis da Instituição.

Destaques da unidade e ligação do alcance de objetivos/ações com a cadeia de valor da Instituição

No exercício de 2019, houve um considerável avanço no controle da gestão patrimonial na UFRN, sobretudo, quanto à criação da Diretoria de Logística. Especificamente na gestão e no controle patrimonial, com a consolidação das ferramentas da Mesa Virtual no SIPAC, o Termo de Responsabilidade passou a ser documento eletrônico, o que permite mais tempestividade e confiabilidade da informação. Também o reuse.gov foi utilizado pela primeira vez para a divulgação de bens para doação, o que agiliza o processo, pois substitui a publicação de edital de desfazimento por doação.

Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade legal

A UFRN, por meio de resoluções de seus Conselhos Universitários, atende os normativos legais de órgãos reguladores, seguindo orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e do Ministério da Economia.

Ademais, acompanha instruções normativas do Gabinete da Segurança Institucional e do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Observa, ainda, a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Nesse sentido, possui **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); Política de Governança de Tecnologia da Informação; Política de Segurança da Informação; Comitê de Governança, Riscos e Controle;** Comitê Permanente de Segurança da Informação; e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

Modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Os avanços da tecnologia no tratamento da informação colocam a área de TIC em uma posição de grande importância nas organizações. O seu papel é fundamental no planejamento e na implantação das estratégias institucionais, atuando como área de apoio essencial desde a execução das atividades rotineiras e operacionais até o apoio às decisões de natureza estratégica. Constata-se, nos últimos anos, uma tendência ao aumento da necessidade de mecanismos de governança de TI no setor público, em todas as suas esferas.

Tais mecanismos devem estar voltados para o planejamento e para o controle das atividades dessa área, de modo a possibilitar decisões consistentes e efetivas com impacto em maior padronização dos processos, serviços e projetos organizacionais de tecnologia da informação.

Nesse processo, o PDTIC é uma ferramenta organizacional de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que visa atender as necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou uma entidade para um determinado período. O PDTIC foi elaborado no ano de 2015 e aprovado por meio da **Resolução nº 08/2016-CONSAD**, de 3 de março de 2016, abrangendo um período inicial de dois anos, mas que teve sua vigência estendida até 28 de fevereiro do 2019, pela **Resolução nº 50/2018-CONSAD**, de 18 de outubro de 2018. Em 2019, foi aprovado um novo PDTIC, que terá uma vigência de quatro anos, por meio da **Resolução nº 12/2019-CONSAD**, de 21 de fevereiro de 2019. O PDTIC abrange as atividades relacionadas à tecnologia da informação para todas as unidades organizacionais da UFRN, compostas por Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendências, Centros acadêmicos, Unidades

Acadêmicas Especializadas e Unidades Suplementares.

Atender as necessidades priorizadas durante a elaboração do PDTIC é um dos grandes desafios apresentados aos gestores dessa área e da Instituição em geral. O alinhamento entre a TI, os objetivos e as diretrizes estratégicas definidas no PDI da UFRN é essencial no sentido de consolidar a importância estratégica da área e garantir sua coerência em relação aos objetivos institucionais.

A UFRN possui Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC), aprovada pela **Resolução nº 039/2017-CONSAD**, e conta com os seguintes órgãos:

1) Comitê Gestor de TI (CGTI);

2) Comitê de Governança, Riscos e Controles;

3) Comissão Permanente de Segurança da Informação (CPSI).

Montante de recursos aplicados em TI

O montante de recursos aplicados em TI foi estimado em R\$ 7.884.297,59.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Dentre o conjunto de contratações de recursos em torno da área de TI, destacam-se como sendo as mais relevantes:

» microcomputador pessoal desktop (707 unidades);

» microcomputador pessoal notebook (55 unidades);

» monitor (328 unidades);

» tablet (11 unidades);

» switches e transceivers (210 unidades);

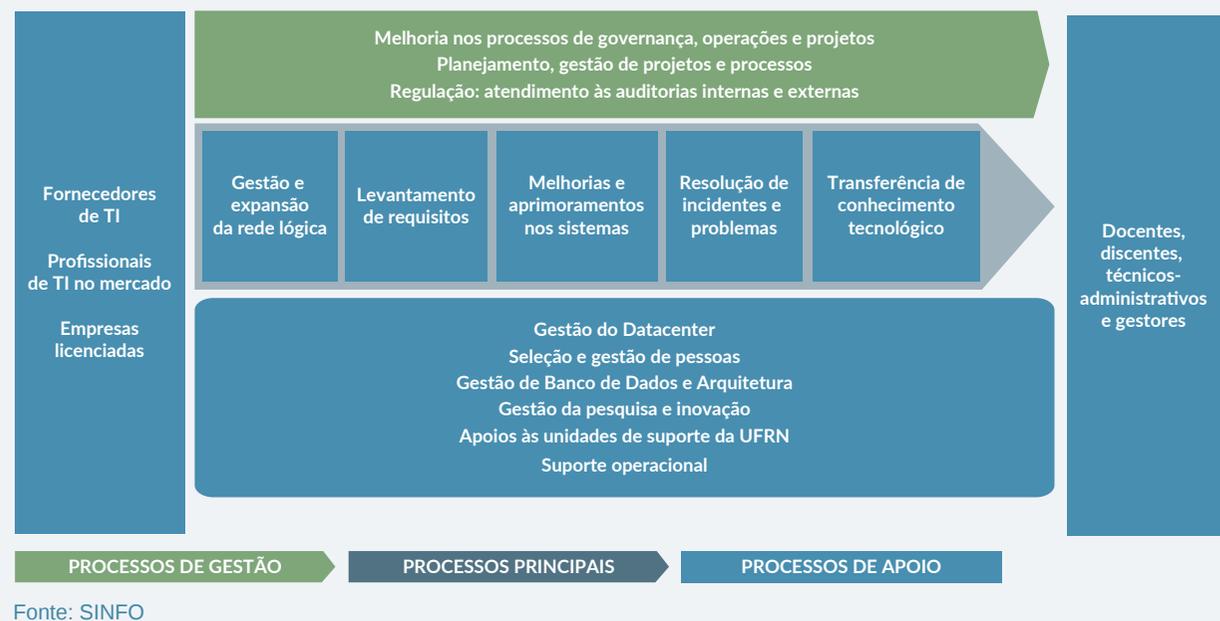
» telefone IP (429 unidades);

» manutenção do Datacenter.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI de acordo com a cadeia de valor

A Superintendência de Informática (SINFO) da UFRN é a responsável por fomentar e prestar apoio técnico-operacional relacionado às TICs.

Cadeia de valor SINFO



A SINFO tem produzido e gerenciado os sistemas de informação e gestão da Universidade, tais como:

» *Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)*

Informatiza os procedimentos na área fim da Instituição, a área acadêmica, que engloba o ensino de graduação, pós-graduação (*stricto e lato sensu*), o ensino médio e a educação infantil. Informatiza também a submissão e o controle de projetos e bolsas de pesquisa, de ações de extensão, de projetos de ensino (monitoria e inovação), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

» *Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC)*

Dispõe de operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis por finanças, patrimônio e contratos da UFRN, integrando a área administrativa desde requisição de material, diárias, passagens, material informacional, entre outras operações, até o controle do orçamento distribuído internamente. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla

e gerencia: compras, licitação, boletins de serviços, liquidação de despesas, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e controle de veículos, sistema eletrônico para cadastro, tramitação e leitura de ofícios, entre outras funcionalidades. Esse sistema representa grande avanço para a administração da Universidade, permitindo o controle efetivo dos procedimentos administrativos.

» *Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)*

Tem por objetivo informatizar os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculo de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimento *on-line*, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, entre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), de âmbito nacional.

» *ACERVUS*

É um sistema que armazena e gerencia os arquivos e documentos digitais dos acervos museológicos, artísticos, culturais e históricos da UFRN. Com ele, é possível acompanhar e controlar a movimentação de objetos em uma unidade administrativa, assim como ações de cessão e mudança de localização desses objetos na Instituição.

» *Módulo Eletrônico de Mensagens Oficiais (MEMO)*

O MEMO é um sistema criado para agilizar o cadastro, a leitura, a tramitação e a autenticação de ofícios. Possui uma interface intuitiva e um *layout* familiar, que se adequa perfeitamente aos dispositivos móveis e substituiu o antigo sistema de memorandos.

» *REUSE*

É um sistema voltado à divulgação e ao repasse de bens materiais ociosos pertencentes ao patrimônio da UFRN. A ferramenta permite o anúncio e a transferência desses bens entre as unidades da Instituição, evitando o sucateamento de bens e oferecendo otimização econômica.

» *INTELLECTUS*

É um sistema que serve de ponte entre a plataforma Lattes (CNPq) e o SIGAA, integrando-os. As produções dos docentes da Instituição são importadas automaticamente da primeira para a segunda plataforma. Realizando uma sincronização diária, o Intellectus permite que a seção “Meu Currículo” no portal do docente esteja sempre atualizada.

» *CRONUS*

Foi idealizado e concebido como uma solução simples e eficiente para o registro de frequência dos servidores técnico-administrativos. Além das atividades básicas de totalização de horas trabalhadas, permite outras verificações customizadas, como dispensa de ponto e intervalo de almoço. Outros processamentos mais complexos são realizados pelo SIGRH, ao qual o Cronus é vinculado.

» *Sistema de Relatórios Especiais (SIRE)*

O SIRE é uma aplicação que busca facilitar a tradução de dados brutos em informações compreensíveis. Ele coleta dados sensíveis da Instituição, gerados pelos SIG (Sistemas Integrados de Gestão) e os dis-

ponibiliza para a alta gestão em formato de relatórios gráficos e dados estatísticos, de acordo com o formato e com os parâmetros que o usuário desejar. Além de salvar os relatórios, o sistema permite o compartilhamento dessas informações com os demais usuários interessados e a exportação em diversos formatos, tais como PDF, CSV, XLS, JSON, entre outros.

No âmbito dos SIG-UFRN, há projetos de cooperação que consistem na transferência de tecnologia da UFRN para instituições cooperadas, permitindo sua capacitação para implantar os sistemas. Assim, promove a informatização dos processos de trabalho nas áreas Administrativa (SIPAC), de Recursos Humanos (SIGRH) e Acadêmica (SIGAA), buscando a excelência da gestão e dos serviços prestados à sociedade. Nesse processo, a transferência de tecnologia possibilita melhoria dos produtos de forma integrada, a partir do momento em que todos os parceiros podem contribuir para um código, uma documentação e para o atendimento às legislações/normativos de forma colaborativa, o que promove a otimização de recursos das instituições.

Segurança da informação

A SINFO realiza periodicamente um trabalho com as equipes de TIC dos diversos setores da UFRN, de modo a tratar constantemente de questões referentes à segurança da informação, como, por exemplo: discussões sobre **Política de Segurança da Informação (POSIC)** e as normas decorrentes desta, boas práticas, comportamento dos usuários e tratamento de incidentes. Por fim, em julho de 2019, a SINFO organizou um workshop no qual foram realizados palestras e minicursos na área de segurança da informação.

Principais desafios e ações futuras

- » **Aplicar efetivamente a economicidade e a racionalidade** por meio da integração dos sistemas estruturantes com os sistemas SIG-UFRN.
- » **Fortalecer o quantitativo de recursos humanos** para dedicar-se a áreas específicas como segurança da informação.
- » **Amplificar a integração entre as equipes de TIC** dos diversos setores da Instituição de modo que todas trabalhem colaborativamente, visando atingir os

objetivos de TIC da UFRN como um todo, definidos no PDTIC, e não somente as suas necessidades locais.

» **Realizar os processos licitatórios nos prazos esperados**, a fim de seguir o cronograma de execução das ações planejadas em decorrência do planejamento contido no PDTIC.

» **Ter agilidade na elaboração das normas de segurança da informação** previstas na POSIC, por parte da CPSI, e conseguir suas aprovações nas instâncias superiores.

» **Fortalecer a oferta de capacitações** tanto em quantidade quanto em diversidade de temas necessários para as equipes de TIC bem como para os usuários finais.

» **Fomentar a parceria dos Sistemas Integrados de Gestão** para otimizar recursos e esforços das instituições públicas.

Painel de indicadores SINFO										
Pessoal										
Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Instituições Usuárias dos sistemas SIG										
Usuárias UFRN	16	20	23	33	43	46	49	50	53	55
Usuárias Licenciadas	0	0	0	1	7	11	16	18	20	21
SigEleição										
Eleições realizadas por meio do SigEleição	-	85	85	183	183	232	252	243	252	257
Chamados										
Abertos	-	-	9.623	10.183	10.993	10.681	13.554	17.048	15.834	16.048
Atendidos	-	-	9.011	9.624	10.297	9.893	12.789	16.272	15.055	14.855
Percentual de atendimento	-	-	93,64%	94,51%	93,67%	92,62%	94,36%	95,45%	95,08%	92,57%

Fonte: SINFO

Gestão de Custos

Conformidade legal

O desenvolvimento e a implantação de um sistema de custos no âmbito da Administração Pública vêm satisfazer as necessidades de modernização da contabilidade e atender aos comandos normativos em vigor, sobretudo ao consignado no art. 50, §3º da Lei Complementar nº 101,

de 4 de maio de 2000, e na Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, bem como a modernização da gestão e as exigências dos cidadãos no sentido de se obter mais eficiência, eficácia e efetividade no uso dos recursos públicos.

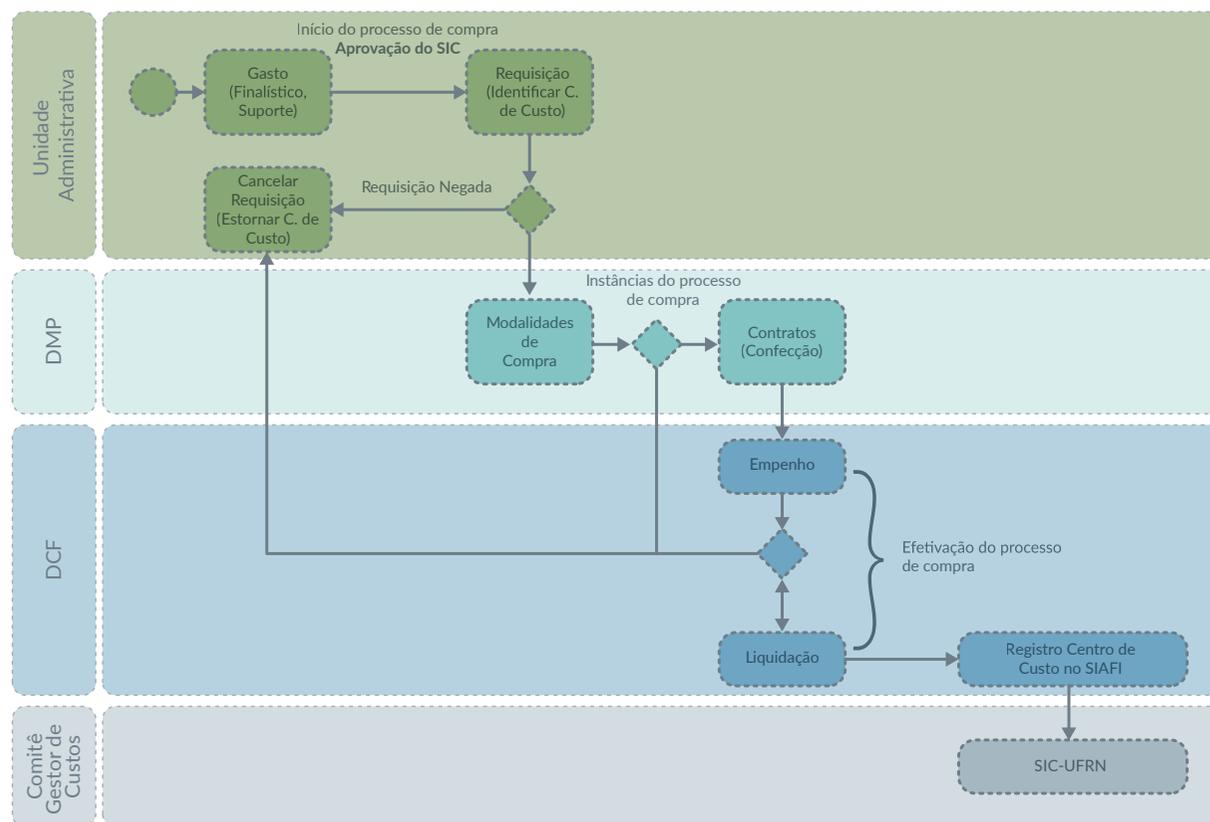
Modelo de Custos na UFRN: estimativa de custos por área de atuação, relação com a cadeia de valor (áreas finalísticas e de suporte, alcance da missão institucional)

A **Resolução nº 69/2018-CONSAD**, de 6 de dezembro de 2018, aprovou o modelo de apuração de custos vinculado à Cadeia de Valor da UFRN, desenvolvido com o objetivo de contribuir para a avaliação da eficiência das ações empreendidas pela Universidade no alcance de sua missão institucional e no aprimoramento da qualidade do gasto público. Para cumprimento desse objetivo, é adotada uma sistemática que possibilita ao usuário a elaboração de relatórios a partir de dados extraídos dos sistemas SIG-UFRN, possibilitando a geração das informações sobre os custos no âmbito dos macroprocessos e processos da Cadeia de Valor Integrada da UFRN.

Como reportado em relatório anterior, os objetos de custo da UFRN foram desenvolvidos a partir dos macroprocessos e dos processos da Cadeia de Valor, com o propósito de fornecer subsídios para avaliação e tomada de decisão por parte de cada direção de Centro e outras Unidades Acadêmicas.

Além disso, leva-se em consideração para mensuração dos custos o momento da requisição do gasto e sua preponderância em relação às atividades finalísticas e de suporte. A seguir é demonstrado o fluxo de trabalho a ser observado no processo de apuração de custos na UFRN.

Fluxo de trabalho no processo de apuração de custos da UFRN



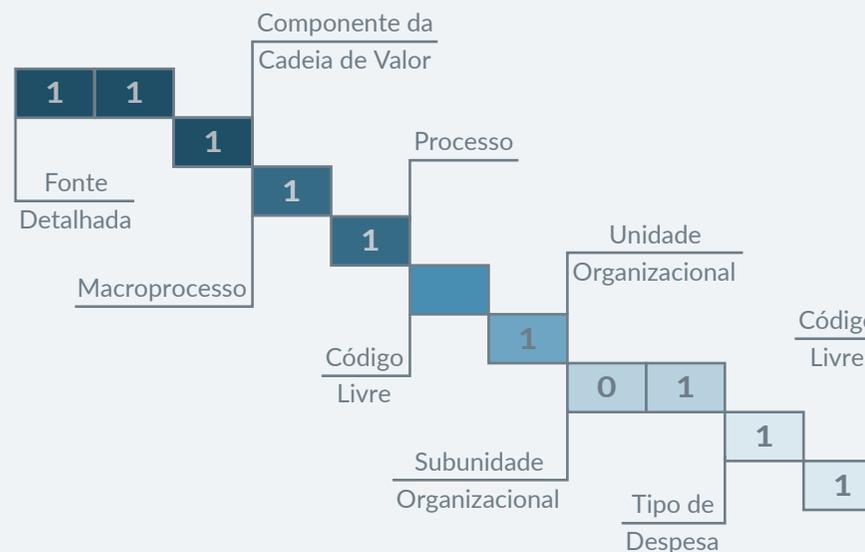
Fonte: Comissão Custos – UFRN (2018)

A despesa orçamentária liquidada e a informação referente à codificação do objeto de custo contida na requisição representarão o ponto de partida para a construção do Sistema de Informações de Custos da UFRN (SIC-UFRN). Para tanto, foi desenvolvida uma codificação de associação de números relacionados à Cadeia de Valor, de maneira que o agrupamento desses números constitui os objetos de custo, conforme apresentado a seguir.

Por meio da **Resolução nº 68/2018-CON-SAD**, de 6 de dezembro de 2018, foi criado o Comitê Gestor de Custos da UFRN, ao qual compete, dentre outras atribuições, a partir do modelo aprovado, apurar os custos gerais da UFRN, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações da execução orçamentária e financeira e as informações detalhadas sobre a execução física.

Na sua origem, com a aprovação no CON-SAD, o comitê seria presidido pelo representante da Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral. Todavia, no ano de 2019, não foi possível, sobretudo em face da mudança de gestão, a instauração do referido comitê, de forma que, em que pese

Vetor Detacusto da UFRN



Fonte: Comissão Custos – UFRN (2018)

a aprovação do modelo de apuração de custos da UFRN, as ações dele decorrentes não foram realizadas no ano de 2019.

Em 19 de dezembro de 2019, através da **Resolução nº 113/2019-CONSAD**, foram solicitadas alterações na composição e na presidência do Comitê Gestor, ficando a presidência com a Pró-Reitoria de Administração.

Principais desafios e ações futuras

Como apresentado em relato anterior, nos últimos dois anos, foram alcançados avanços expressivos na área de gestão de custos, sobretudo quanto à aprovação do modelo de apuração de custos vinculado à Cadeia de Valor. Além disso, destaca-se que, no âmbito dos SIG, sobretudo no SIPAC, é possível obter relatórios gerenciais quanto à realização de despesas e em quais naturezas.

No entanto, fica como desafio possibilitar ao próprio sistema administrativo interno, na premissa de realização da despesa, o enquadramento automático dela nos objetos de custo definidos pela gestão (a exemplo do modelo do Vetor Detacusto apresentado), de modo que, ao menos na perspectiva de sistema de gestão interna, já se tenham relatórios de custos integrados aos objetivos e estratégias da Instituição.

Com o objetivo de implantar o modelo aprovado, foi solicitado que haja, em janeiro de 2020, após a alteração de sua composição, a designação e instalação do Comitê de Gestão de Custos da UFRN. Assim, a expectativa para o exercício de 2020 é de que as ações para ele previstas sejam iniciadas.

Sustentabilidade ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da UFRN**, iniciado em 2018, estabeleceu, entre outras medidas, práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e

serviços. Assim como em anos anteriores, os critérios de sustentabilidade buscados nas aquisições e contratações realizadas pela UFRN, no exercício de 2019, foram igualmente perseguidos, sobretudo quanto à aquisição de equipamentos de refrigeração com melhor eficiência energética, comprovação de procedência da madeira nas aquisições de mobiliário e otimização dos serviços de telefonia móvel.

Ações para redução de consumo de recursos naturais e redução de recursos poluentes

Em 2019, como apontado anteriormente, o **PLS** continuou em vigência. O Plano contém nove planos de ação (Materiais de Consumo; Energia Elétrica; Água e Esgoto; Coleta Seletiva; Qualidade de Vida no Trabalho; Compras e Contratações Sustentáveis; Deslocamento de Pessoal; Arborização; e Obras Públicas Sustentáveis), dentre os quais se distribuem 30 objetivos e, inseridos nesses objetivos, 89 metas.

O Plano tinha previsão de alcançar 29 metas, divididas em 15 objetivos, em 2019. Foram atingidos 100% de realização em 10 das metas e 6 tiveram impedimentos que impossibilitaram qualquer execução.

As demais variaram entre 10% e 87,8% de alcance, sendo que o percentual médio simples de êxito para as metas foi de 55%.

Em relação às metas completamente atingidas e, portanto, os principais êxitos do PLS no ano em questão, é importante apresentá-las em seus respectivos objetivos e planos de ação.



Planos de ação	Objetivos	Metas
 <p>MATERIAL DE CONSUMO</p>	<ul style="list-style-type: none"> » Reduzir o consumo de copos descartáveis para água e café » Otimizar a aquisição e a utilização de papéis do grupo de materiais de expediente » Estudar medidas para a redução do consumo de água mineral e do uso mais eficiente da água para consumo humano 	<ul style="list-style-type: none"> » Reduzir em 50% o consumo de copos descartáveis, em relação à média de consumo dos últimos 3 anos (2015-2017) » Reduzir o consumo global de papéis do grupo Material de Expediente em 30%, em relação ao consumo médio dos últimos 3 anos (2015-2017) » Realizar estudos acerca da qualidade da água dos poços da UFRN com critérios ambientais utilizados para água potável
 <p>ENERGIA ELÉTRICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> » Racionalizar o consumo de energia e aumentar sua eficiência nos ambientes da UFRN 	<ul style="list-style-type: none"> » Substituir todas as lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED em um setor de aulas do Campus Central com medição individualizada ou em quantidade equivalente
 <p>ÁGUA E ESGOTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> » Garantir o tratamento e o reúso do efluente gerado na UFRN 	<ul style="list-style-type: none"> » Utilizar 100% do efluente tratado para irrigação de áreas verdes, jardins e campos de futebol
 <p>QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO</p>	<ul style="list-style-type: none"> » Promover a saúde e a segurança no trabalho, contribuindo para o favorecimento e manutenção do bem-estar físico, mental e social dos servidores » Estimular as práticas inerentes à gestão para desenvolver nos servidores o comprometimento, a motivação e a humanização no contexto do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> » Reduzir em 10% o índice de absenteísmo por motivo de doença com características relacionadas ao trabalho » Implementar um projeto de Ginástica Laboral Integrativa em todos os campi da UFRN » Realizar um Microdiagnóstico Ergonômico de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) em todas as unidades da UFRN
 <p>ARBORIZAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> » Implementar sistema de manutenção das árvores existentes 	<ul style="list-style-type: none"> » Capacitar 50 pessoas, entre servidores e terceirizados, para a prevenção de acidentes envolvendo arborização
 <p>OBRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> » Aplicar princípios de sustentabilidade durante a execução das obras, visando a eficiência energética, racionalização do consumo de água e das construções 	<ul style="list-style-type: none"> » Implantar a exigência de adoção de critérios de sustentabilidade em 100% dos novos canteiros de obras da UFRN
<p>TOTAL</p>	<p>09</p>	<p>10</p>

Assim, no ano de referência, por meio das metas e diretrizes consignadas no PLS, o qual definiu mais controle sobre a distribuição e consumo de alguns itens com impacto ambiental significativo, obtiveram-se alguns resultados, que se destacaram dentre os demais, em comparação à média dos exercícios de 2015, 2016 e 2017. O quadro a seguir apresenta essas metas contendo o percentual que a meta desejava e o percentual atingido.

Metas de destaque do PLS	
Metas	Percentual atingido
» Reduzir em 50% o consumo de copos descartáveis, em relação à média de consumo dos últimos 3 anos (2015-2017)	76%
» Reduzir o consumo global de papéis do grupo Material de Expediente em 30%, em relação ao consumo médio dos últimos 3 anos (2015-2017)	42%
» Elevar, de 13% para 70%, a proporção do uso do Papel Reciclado em relação ao papel branco	44%*

*Mesmo esse percentual não superando a meta inicial, considerou-se um avanço expressivo o alcance dele.
 Fonte: PROPLAN/UFRN – Coordenadoria de Planejamento

É importante ressaltar, sobre as metas do PLS, que todas as dificuldades encontradas em 2019 foram avaliadas e, para elas, buscaram-se soluções ou alternativas. Além disso, a viabilidade e adequação das metas foram reavaliadas para, com eventuais ajustes, ser mantido o compromisso em 2020, com o que ainda for necessário e possível, com especial atenção para o que não foi completamente exitoso.

Além da relevante redução de consumo, houve redução de poluentes constatada por meio da diminuição nos gastos de combustível e despesa de manutenção de frota,

com a implantação de roteiros porta a porta para distribuição de garraões de água mineral. Atualmente, já foram implantados dois roteiros com frequência quinzenal e um roteiro semanal, com a entrega aproximada de 979 garraões, representando 30% do volume total de entregas no último mês do ano.

Colocou-se em operação, ainda, a nova estrutura física do Almoxarifado de Manutenção, com melhores condições de trabalho e organização no armazenamento dos materiais, por meio da paletização em quatro níveis. Paralelamente, foi desen-

volvido projeto de melhoria dos processos internos para, juntamente com as principais unidades parceiras, traçar ações em busca da racionalização dos estoques para melhor suportar as ações de manutenção, o que representou redução de 16% no volume financeiro entre os anos de 2018 (R\$ 4.777.909,47) e 2019 (R\$ 4.018.565,32).

Além das ações diretamente relacionadas à redução de resíduos poluentes, com a redução dos gastos de combustível e com a despesa de manutenção da frota, relacionadas no Plano de Ação de Deslocamento de Pessoal do PLS-UFRN, cabe reforçar

que, com a utilização do **Reuse.Gov** para as destinações externas e do Reuse UFRN, parte do sistema SIPAC, também se contribuiu para o alcance da redução de resíduos poluentes e descartes.

Nesse processo de desfazimento de bens móveis, foram recolhidos, em 2019, mais de 10.000 itens que, posteriormente, foram reavaliados pelo setor competente e colocados à disposição das unidades internas no Reuse/SIPAC/UFRN, para reutilização ou requalificação e retirada de peças ainda úteis. Os bens não reutilizados foram objeto de divulgação para doação no Reuse.Gov, em atendimento à Instrução Normativa nº 11/2019, de 29 de novembro de 2018, mas não obtivemos instituições interessadas. Obedecendo ao Decreto nº 9.373/2018, iniciaram-se os trabalhos para a realização de alienação a serem finalizados em 2020.

O objetivo dessas ações, no processo de desfazimento de bens, é prolongar o seu uso e vida útil e reduzir o acúmulo de materiais descartados pelos setores evitando a proliferação de resíduos poluentes em “descartes”.

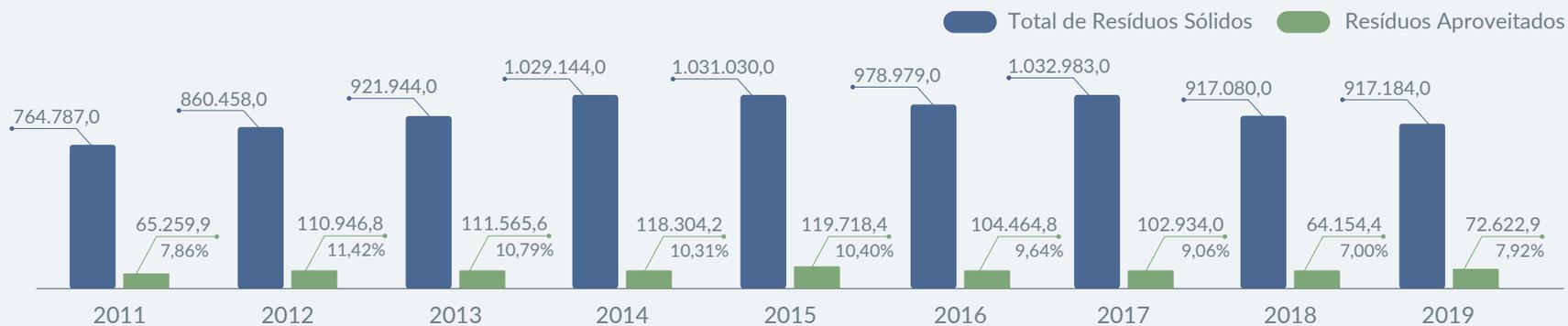
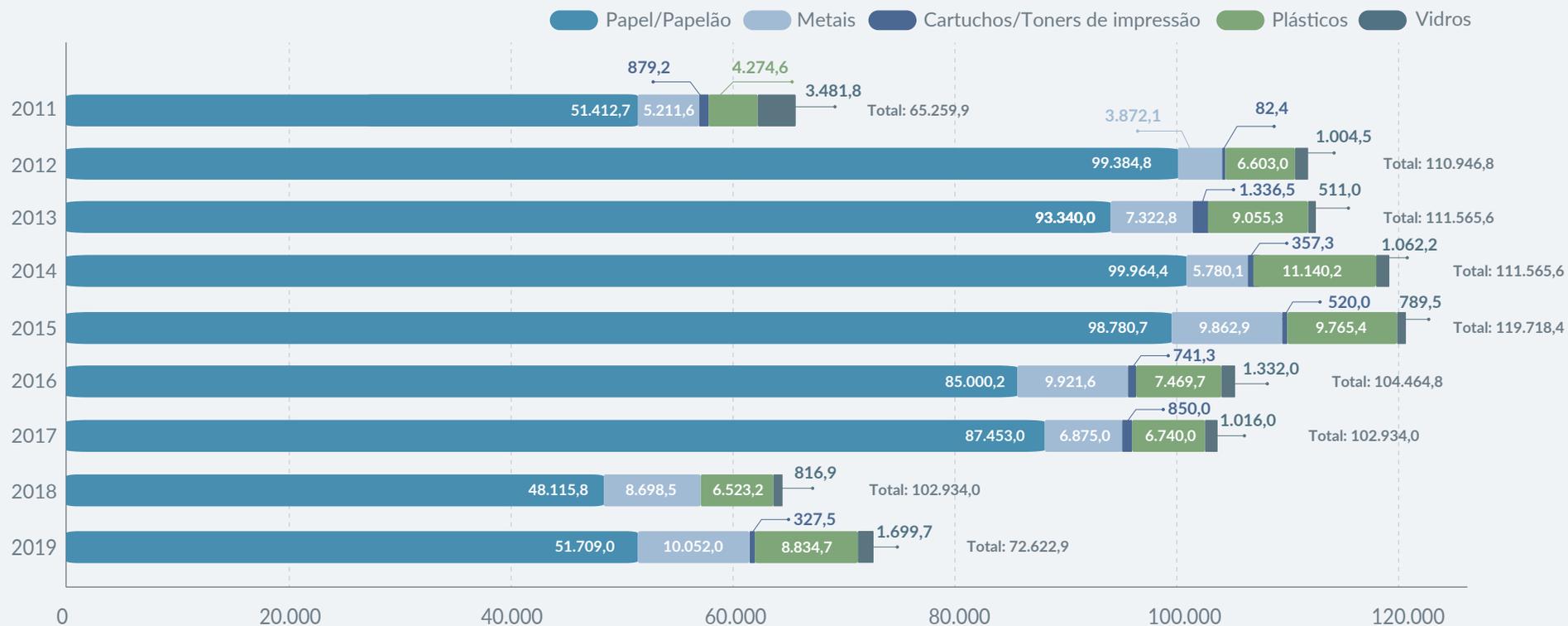
No tocante ainda à gestão dos resíduos, a UFRN possui um **Programa de Gestão Integrada de Resíduos (PROGRES)**, pelo qual são monitorados todos os resíduos produzidos nas atividades desenvolvidas na Instituição. Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, a UFRN possui a Coleta Seletiva Solidária, que segrega e encaminha anualmente toneladas de resíduos sólidos recicláveis a uma cooperativa e a uma associação de catadores de materiais recicláveis do município de Natal. No ano de 2019, foram doadas aproximadamente 73 toneladas de material reciclável da UFRN, gerando emprego e renda às famílias associadas. Já os resíduos não recicláveis são coletados e encaminhados ao Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal, operado pela BRASECO. No ano citado, foram coletados e encaminhados ao aterro sanitário aproximadamente 920 toneladas de resíduos sólidos comuns.

Resíduos recicláveis originados dos serviços cotidianos dos Campi são segregados e destinados às cooperativas de catadores credenciadas junto à UFRN



Fonte: INFRA/UFRN

Encaminhamento para reaproveitamento de resíduos sólidos



Fonte: DMA/INFRA/UFRN

Quanto aos resíduos químicos laboratoriais, considerados resíduos perigosos de acordo com a NBR 10004/2004, foram coletados e devidamente encaminhados à destinação ambientalmente adequada cerca de 120 toneladas no período de 2011 a 2019.

Evolução da Arborização Urbana da UFRN

A UFRN monitora e atua em diversos aspectos que envolvem o sistema arbóreo existente na Universidade, desenvolvendo atividades de produção (coleta de sementes, produção de mudas etc.), manutenção (podas, transplantios etc.) e apoio no licenciamento ambiental (planos de compensação, planos arbóreos, levantamento florístico etc.).

Trituração dos resíduos de poda para compostagem



Fonte: INFRA/UFRN

Utilização de resíduos de podas (troncos e folhas) para ornamentação das áreas comuns do Campus Central da UFRN



Fonte: INFRA/UFRN

Atualmente, o viveiro florestal da UFRN dispõe de reserva de sementes contendo 25 espécies nativas da Caatinga e da Mata Atlântica norte-rio-grandense, entre elas espécies de difícil reprodução (massaranduba, juazeiro etc.) ou ainda negligenciadas pela arborização urbana, como o pacoté (*Cochlospermum vitifolium*). Embora o cultivo dessas espécies de difícil reprodução diminuam a produtividade final do horto, destaca-se a produção de espécies não convencionais e que tem papel mais relevante nas ações de conservação da biodiversidade. Espécies climácicas, como a massaranduba (*Manilkara* sp.), exigem maior cuidado e tempo, podendo demandar até cinco anos para serem escoadas ao ambiente externo.

A expansão da diversidade de espécies cultivadas deve-se às atividades de coleta de sementes e ao desenvolvimento de métodos de quebra de dormência de sementes de espécies não contempladas na literatura científica ou técnica. Toda a produção de mudas é realizada no viveiro florestal da UFRN por meio de mão de obra capacitada pela própria unidade.

Sementes em processo de beneficiamento (aumento da probabilidade de germinação)



Fonte: INFRA/UFRN

Produção de plântulas *in natura*. Em destaque, exemplares de *Handroanthus aureus* (ipê-amarelo) a serem destinados para plantio durante a SBPC 2020



Fonte: INFRA/UFRN

Plântulas beneficiadas em laboratório para transplante e aclimação no viveiro florestal da UFRN



Fonte: INFRA/UFRN

Quantitativo de produção florestal, por espécie, em 2019

Espécies (Nome científico)	Nome popular (Vernáculo)	Quantidade de sementes	Quantidade de plântulas
<i>Adenantha macrocarpa</i>	Angico-vermelho	400	2
<i>Annona muricata</i>	Graviola	200	142
<i>Apuleia leiocarpa</i>	Apuleia	50	21
<i>Aspidosperma pyrifolium</i>	Pereiro	600	132
<i>Bowdichia virgilioides</i>	Sucupira	200	4
<i>Calliandra sp.</i>	Caliandra	50	4
<i>Capparis sp.</i>	Feijão-bravo	1.000	245
<i>Catvea trapia</i>	Trapiá	50	20
<i>Cecropia pachystachya</i>	Embaúba	1.000	1
<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira	5	1
<i>Chrysobalanus icaco</i>	Guajiru	50	2
<i>Cochlospermum vitifolium</i>	Pacoté	10	10
<i>Cobretum leprosum</i>	Mofumbo	50	17
<i>Copaifera langsdorffii</i>	Copaíba	800	0
<i>Copernicia prunifera</i>	Carnaúba	105	105
<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Orelha-de-macaco	300	112
<i>Genipa americana</i>	Jenipapo	300	42
<i>Guazuma ulmifolia</i>	Mutamba	2.500	250
<i>Handroanthus impetiginosus</i>	Ipê-rosa	2.000	196
<i>Jacaranda mimosifolia</i>	Jacarandá-mimoso	200	14

Plantio de mudas nativas em área livre, ao lado do Ginásio da UFRN



Fonte: INFRA/UFRN

Ainda durante o exercício de 2019, foram realizadas atividades de plantio (310 unidades), além das ações de manutenção e adequação da arborização existente. Houve aumento expressivo em relação a 2018 (100 unidades), passado o tempo de maturação das mudas do ano anterior. Essas atividades estão relacionadas na tabela na próxima página.

<i>Jatropha sp.</i>	Pinhão-mansô	18	18
<i>Khaya sp.</i>	Mogno	50	25
<i>Licania tomentosa</i>	Oiti	200	70
<i>Manilkara zapota</i>	Sapoti	50	8
<i>Massaranduba emarginata</i>	Balata/Massaranduba	500	250
<i>Mimosa caesalpiniaefolia</i>	Sabiá	800	230
<i>Murta sp.</i>	Murta	500	30
<i>Paubrasilia echinata</i>	Pau-brasil	600	260
<i>Poincianella Piramidalys</i>	Catingueira	600	29
<i>Psidium guajava</i>	Goiaba	2.000	20
<i>Sapida saponária</i>	Saboneteira	2.000	351
<i>Schinus terebinthifolia</i>	Aroeira	100	10
<i>Simaba sp.</i>	Cajarana	100	51
<i>Spondias mombin</i>	Cajá-verdadeiro	100	19
<i>Tabebuia roseo-alba</i>	Ipê-branco	400	216
<i>Handroanthus aureus</i>	Ipê-amarelo	900	290
<i>Tamarindus indica</i>	Tamarindo	50	23
<i>Tapirira guianensis</i>	Cupiúba	800	91
<i>Ximena americana</i>	Ameixa-brava	100	37
<i>Ziziphus joazeiro</i>	Joazeiro	400	20
TOTAL	39 espécies	20.128	3.368

Fonte: DMA/INFRA/UFRN

Atividades relativas à arborização no período de 2015 a 2019					
Descrição / Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Avaliação fitossanitária	535	212	1.652	2.959	2.001
Sementes	6.177	2.685	1.854	13.330	20.128
Produção de plântulas	788	685	238	2.337	3.368
Plantio de mudas	293	337	359	189	310
Doação de mudas	500	290	177	230	100
Transplântio	28	3	9	6	1
Supressão	36	18	79	68	35
Ações de adequação da arborização	1.535	900	3.652	2.367	1.205

Fonte: DMA/INFRA/UFRN

Para mais informações acerca de sustentabilidade, inclusive no que se refere a exemplos de boas práticas da UFRN, consultar o [Relatório 2019 do Plano de Gestão de Logística Sustentável](#).

Inclusão e acessibilidade

A UFRN, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a Agenda 2030 e com a legislação vigente, insere em seu PDI e no seu Plano de Gestão, desde 2010, diretrizes que visam

assegurar os direitos das pessoas com deficiência em seu contexto, por meio da Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial (CAENE), transformada em Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) em 2019.

Em 2019, a UFRN aprovou a Política de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas ([Resolução nº 026/2019-CONSUNI](#), de 11 de dezembro de 2019), com uma nova abordagem de atenção a esse público, focada na

formação de redes de apoio nas unidades acadêmicas e administrativas denominadas Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIA), fortalecendo ações que assegurem a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento profissional das pessoas com deficiência ou outras necessidades específicas no meio acadêmico e laboral.

Para o atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), de todos os níveis de ensino, a UFRN oferece apoio psicossocial e pedagógico, programa de tutoria inclusiva, produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, Repositório de Informação Acessível (RIA), orientação à pesquisa em materiais em formato acessível e à normalização de trabalhos acadêmicos, treinamento no uso e empréstimo de tecnologia assistiva, disponibilização de intérpretes de libras e capacitação de recursos humanos para a convivência e atendimento às pessoas com NEE. Sobre o material audiovisual para educação a distância, as ações desenvolvidas incluem o levantamento, a aplicação e o aprimoramento de parâmetros teóricos e técnicos de Audiodescrição (AD), da Legendagem

para Surdos e Ensurdidos (LSE) e da Tradução e Interpretação de Libras (TIL), com base na literatura da área e nos conhecimentos específicos envolvidos na produção e edição de vídeos.

A tabela ao lado apresenta o quantitativo de estudantes com NEE, cadastrados no Módulo NEE/SIGAA, por tipo de NEE nos anos de 2018 e 2019.

É importante destacar que as informações da tabela, fornecidas pelo SIGAA, podem apresentar dados divergentes dos reais. Embora parte significativa das falhas de registro já tenha sido corrigida junto à SINFO, algumas ainda persistem e podem resultar em distorções entre o número real de estudantes com NEE e o número apresentado nos relatórios fornecidos pelo sistema. Adicionalmente, constata-se a possibilidade de outros estudantes com NEE da UFRN estarem fora da listagem fornecida pelo sistema, em decorrência da não manifestação da presença de NEE no cadastramento realizado no ingresso à UFRN e/ou da aquisição de condição geradora de NEE após o ingresso na Universidade, sem a consequente atualização do cadastro diante da nova condição.

Quantitativo de estudantes com NEE			
Tipo de NEE	Quantitativo		
	2018	2019	Diferença percentual
Deficiência múltipla	3	5	67%
Altas habilidades / Superdotação	2	6	200%
Deficiência visual – cegueira	6	14	133%
Deficiência intelectual	11	15	36%
Surdez	11	21	91%
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	9	28	211%
Deficiência auditiva	16	35	119%
Deficiência visual – baixa visão	48	79	65%
Deficiência física	69	113	64%
Transtornos de aprendizagem / TDAH	59	155	163%
Outras necessidades	188	346	84%
Não informado	-	21	-

Fonte: SIGAA

Quanto aos discentes com NEE devidamente cadastrados e acompanhados pela CAENE/SIA, ou seja, os que realizaram solicitação eletrônica de apoio e foram submetidos à triagem pela equipe de atendimento educacional, em 2019, a CAENE/SIA recebeu 227 solicitações de apoio em todos os níveis de ensino.

Ao final de 2019, a CAENE/SIA possuía 425 estudantes ativos, sendo 11 matriculados na educação básica, 14 no ensino médio/técnico, 383 na graduação, cinco na pós-graduação *lato sensu* e 12 na pós-graduação *stricto sensu*, conforme gráfico a seguir.

Quantitativo de estudantes ativos na CAENE/SIA por nível de ensino



Fonte: CAENE/SIA

Nos últimos anos, a UFRN vem gradativamente aprimorando o processo de identificação e acolhimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais. A tabela abaixo apresenta o comparativo do número de estudantes com NEE, atendidos pela CAENE/SIA, distribuídos pelo tipo de NEE entre os anos de 2015 a 2019.

Comparativo de estudantes com NEE atendidos – 2015 a 2019

Tipo de NEE	Quantitativo				
	2015	2016	2017	2018	2019
Deficiência múltipla	1	2	4	4	4
Altas habilidades / Superdotação	3	0	2	1	3
Deficiência visual – cegueira	5	6	2	7	11
Deficiência intelectual	11	8	11	9	8
Surdez	14	15	16	11	16
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	2	5	9	14	17
Deficiência auditiva	10	15	15	19	23
Deficiência visual – baixa visão	26	32	29	52	47
Deficiência física	29	18	25	63	78
Transtornos de aprendizagem / TDAH	16	37	53	67	17
Outras necessidades	63	94	104	132	149

Fonte: SIGAA

No âmbito das ações para garantir a acessibilidade, destacam-se aquelas que se referem à permanência dos estudantes com deficiência e vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso da bolsa acessibilidade. Nesse sentido, em 2019, em relação ao ano anterior, houve um aumento do número de bolsas recebidas por alunos com NEE. Do mesmo modo, foram ampliadas as bolsas de tutoria inclusiva destinadas a tutores capacitados para lidar com diferentes necessidades do alunado. Os aumentos podem ser conferidos na tabela a seguir.

Tipo de bolsa concedida	Ano		Comparativo
	2018	2019	
Bolsa acessibilidade	40	50	25%
Bolsa tutoria inclusiva	19	23	49%

Fonte: SIGAA

Observa-se, nas edições de 2018 e 2019 do Programa de Tutoria Inclusiva (PTI), um total de 80 estudantes tutorados, sendo 38 em 2018 e 42 em 2019, o que revela um aumento percentual de 10,5% entre os anos. Esse número de estudantes foi distribuído em 24 diferentes cursos de graduação da UFRN em 2018, e em 26 cursos de graduação da UFRN em 2019,

evidenciando um aumento do número de estudantes beneficiados pelo PTI, bem como da diversidade dos cursos contemplados.

Com vistas ao desenvolvimento acadêmico dos alunos com limitações e/ou dificuldades na leitura impressa, a UFRN conta, desde 2011, com o Laboratório de Acessibilidade (LA). Localizado na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), o LA é responsável pela produção e adaptação de textos em formato digital acessível, destinados para suporte informacional. O LA dispõe de um acervo digital com 6.211 unidades de textos adaptados de livros, capítulos de livros, artigos de revistas e apostilas, correspondendo a um aumento de 14% em relação ao ano de 2018, conforme detalhado na tabela a seguir.

Quantitativo do acervo digital do LA (2015 a 2019)	2015	2016	2017	2018	2019
Número de textos adaptados	842	4.002	4.887	5.430	6.211

Fonte: CAENE/SIA

Vale destacar que a evolução do acervo está condicionada às demandas de materiais bibliográficos acadêmicos adaptados aos estudantes atendidos no LA e que, atualmente, o LA oferece à comunidade acadêmica da UFRN os seguintes serviços:

» produção de materiais acadêmicos em formatos acessíveis (digital, ampliado, braille e áudio);

» orientação bibliográfica e normalização de trabalhos acadêmicos;

» visita técnica;

» revisão e impressão de textos em braille;

» treinamento e empréstimo de tecnologia assistiva;

» consultoria em questões de acessibilidade;

» descrição de imagens;

» Repositório de Informação Acessível (RIA).



1

2

3

4

5 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, consignou uma dotação inicial à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) de R\$ 1.745.864.206,00 (um bilhão setecentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e seis reais), já incluindo os valores do Complexo Hospitalar e de Saúde. Ao longo do exercício, diversas alterações foram realizadas no orçamento, gerando ao final uma dotação atualizada de R\$ 1.819.701.634,00 (um bilhão oitocentos e dezenove milhões setecentos e um mil seiscentos e trinta e quatro reais) para a Instituição, o que representa um acréscimo de 4,23% da previsão inicial.

As principais alterações positivas ocorreram no grupo de Pessoal e Encargos Sociais, com acréscimos nas ações destinados ao pagamento de pessoal ativo e inativo, 20TP e 0181, respectivamente. Nas Despesas de Custeio (Outras Despesas Correntes), as principais alterações foram nas ações 212B, destinada ao pagamento de benefícios obrigatórios aos servidores, e na ação 20RK, destinada ao funcionamento da Instituição. O orçamento de Investimento foi o mais penalizado no exercício de 2019, tendo uma redução de 47,71% quando comparadas Dotação Atualizada e Inicial. As principais alterações no **orçamento de Investimento** foram:

» redução e cancelamento do valor de R\$ 4.675.679,00 (quatro milhões seiscentos e setenta e cinco mil seiscentos e setenta e nove reais) da ação 20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior;

» redução e cancelamento do valor de R\$ 5.488.529,00 (cinco milhões quatrocentos e oitenta e oito mil quinhentos e vinte e nove reais) da ação 7XE2 – Implantação do Hospital da Mulher; e

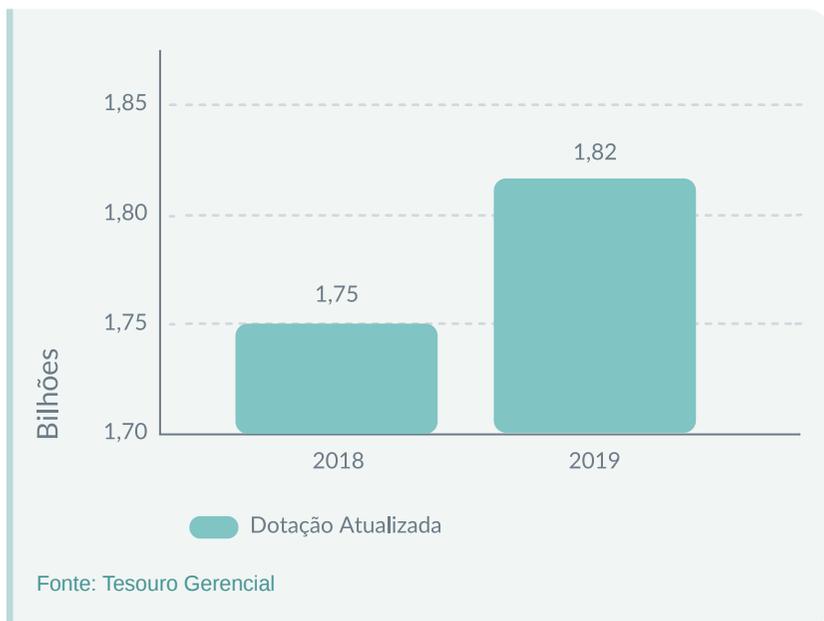
» remanejamento do valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) da fonte 8250, ação 20RK, para atender demandas de custeio da mesma ação.

Orçamento destinado à UFRN em 2019

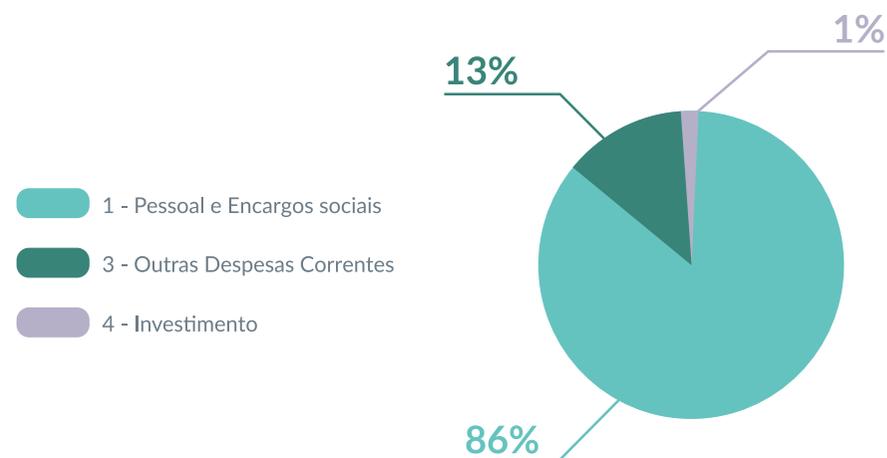
Ação de Governo	Ação de Governo	Ação de Governo	Ação de Governo
1. Pessoal e encargos sociais	R\$ 1.485.269.319,00	R\$ 1.567.653.259,00	R\$ 82.383.940,00
3. Outras despesas correntes	R\$ 233.303.642,00	R\$ 237.779.136,00	R\$ 4.475.494,00
4. Investimento	R\$ 27.291.245,00	R\$ 14.269.239,00	- R\$ 13.022.006,00
Total	R\$ 1.745.291.245,00	R\$ 1.819.701.634,00	R\$ 73.837.428,00

Fonte: Tesouro Gerencial

No comparativo com o exercício de 2018, a LOA de 2019 apresentou um leve acréscimo de 3,81% na dotação atualizada.



Dotação Atualizada por Grupo de Despesa e Ação de Governo



Ação de Governo	Valor
20TP - Ativos civis da união	797.661.543,00
0181 - Aposentados e pensões civis da união	616.707.956,00
09HB - Contribuição da união de suas autarquias e fundações	144.788.804,00
0005 - Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	8.494.956,00
	1.567.653.259,00

Ação de Governo	Valor
20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	136.751.743,00
212B - Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, MI	36.053.120,00
4002 - Assistência ao estudante de ensino superior	30.391.519,00
2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores civis, EMPR	18.655.813,00
Demais ações	15.926.941,00
	237.779.136,00

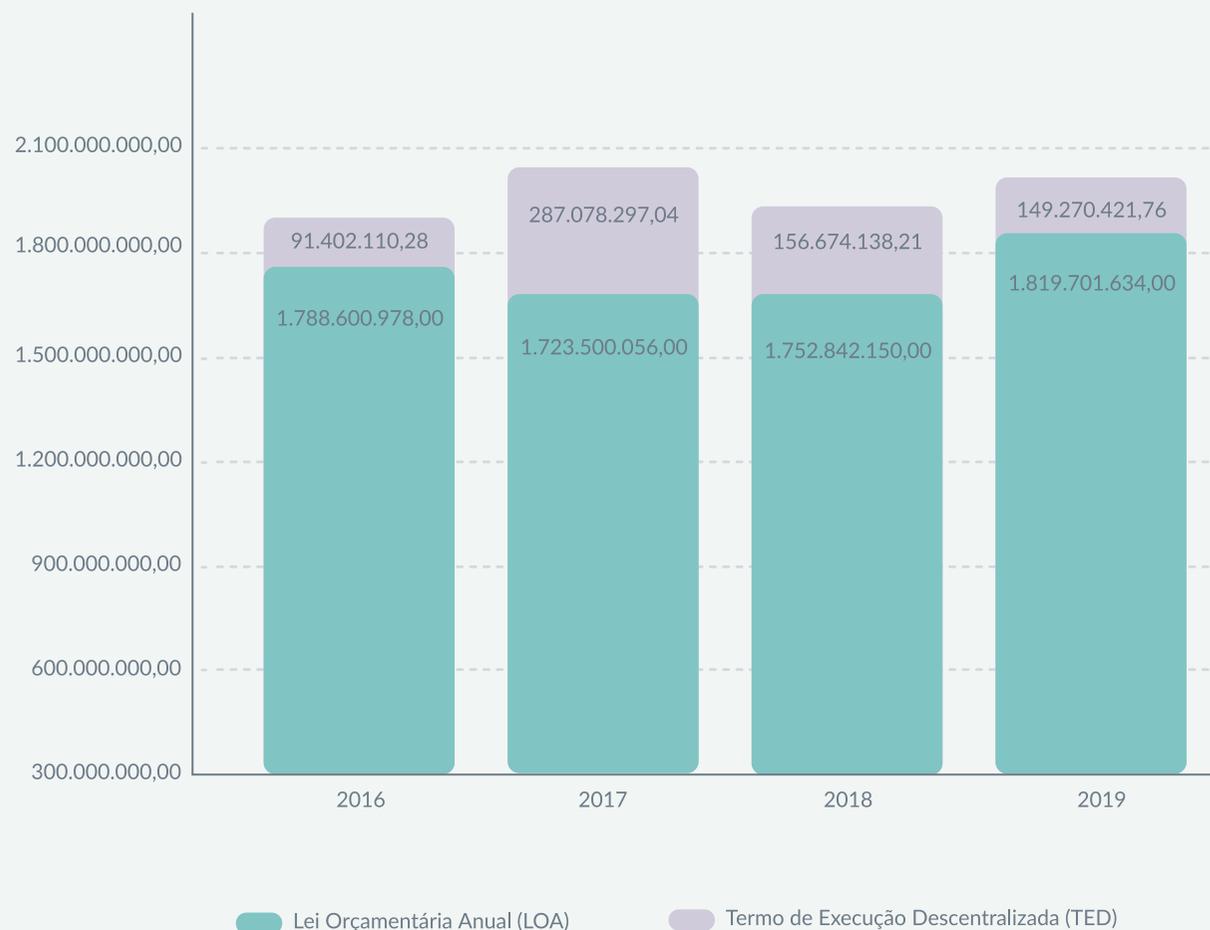
Ação de Governo	Valor
20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	9.256.347,00
8282 - Reestruturação e modernização das instituições federais	4.840.733,00
7XE2 - Implantação do Hospital da Mulher	172.159,00
	14.269,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Completando o orçamento sob gestão da UFRN no exercício de 2019, ainda há os recursos captados/recebidos por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). O TED é um instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho.

No exercício de 2019, a UFRN recebeu por meio de TED o montante total de R\$ 149.270.421,76 (cento e quarenta e nove milhões duzentos e setenta mil quatrocentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos), que, somados ao valor aprovado na LOA, gerou um montante total de R\$ 1.968.972.055,76 (um bilhão novecentos e sessenta e oito milhões novecentos e setenta e dois mil e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos) sob gestão da Instituição.

Orçamento total sob gestão da UFRN nos últimos exercícios



Fonte: Tesouro Gerencial

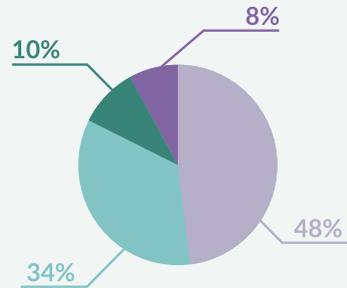


INTERNATIONAL
INSTITUTE OF PHYSICS

Perfil do Gasto da UFRN

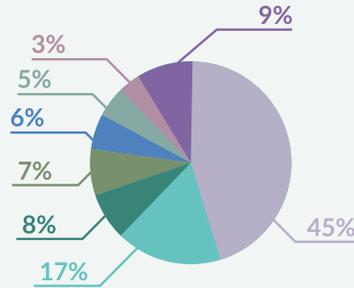
Despesas Empenhadas no Exercício: R\$ 1.918.659.629,59

Pessoal: R\$ 1.524.016.026,30



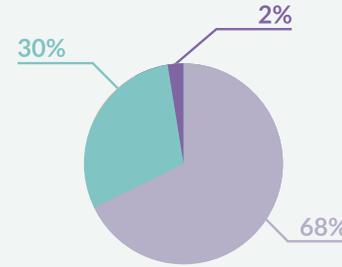
- Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil
- Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar
- Obrigações Patronais - Op. Intra-orçamentárias
- Demais despesas

Custeio: R\$ 375.616.323,65



- Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica
- Locação de mão de obra
- Auxílio financeiro a estudantes
- Auxílio-alimentação
- Outros auxílios financeiros a pessoa física
- Indenização e restituições
- Material de consumo
- Demais despesas

Investimento: R\$19.027.279,64



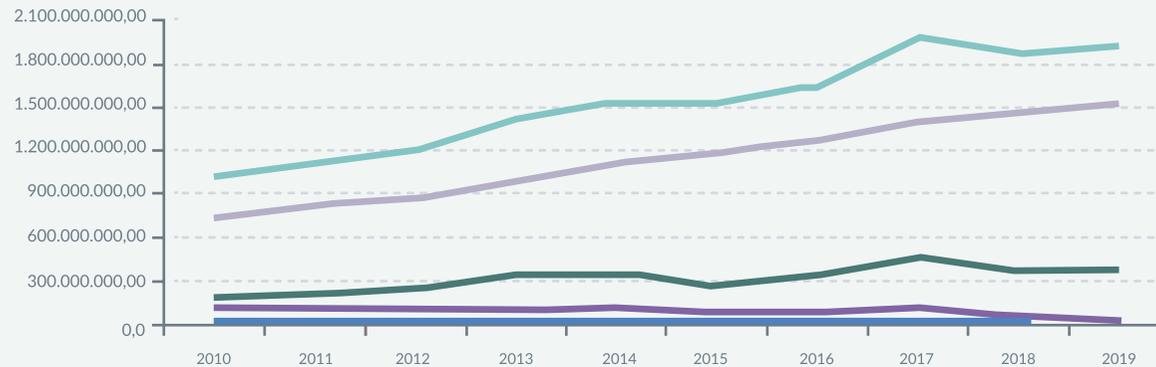
- Equipamentos e material permanente
- Obras e instalações
- Demais despesas

97,44%

do orçamento sob a gestão da UFRN foi empenhado no exercício de 2019

Despesas Empenhadas nos últimos 10 anos

- Inversões Financeiras
- Investimento
- Custeio
- Pessoal
- Total empenhado por ano



Fonte: Tesouro Gerencial

95,95%

foi o percentual médio das despesas empenhadas nos últimos 10 anos

Historicamente, o perfil de gastos da UFRN não tem se alterado: as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais continuam constituindo a maior parte dos recursos empenhados pela Instituição. No exercício de 2019, essas despesas corresponderam a 77,40% de tudo que foi empenhado, quando considerada a totalidade dos recursos sob gestão da UFRN. Ao se considerar apenas os recursos aprovados na LOA, excluindo-se os TEDs, esse percentual é ainda mais elevado, alcançando 83,75% dos empenhos.

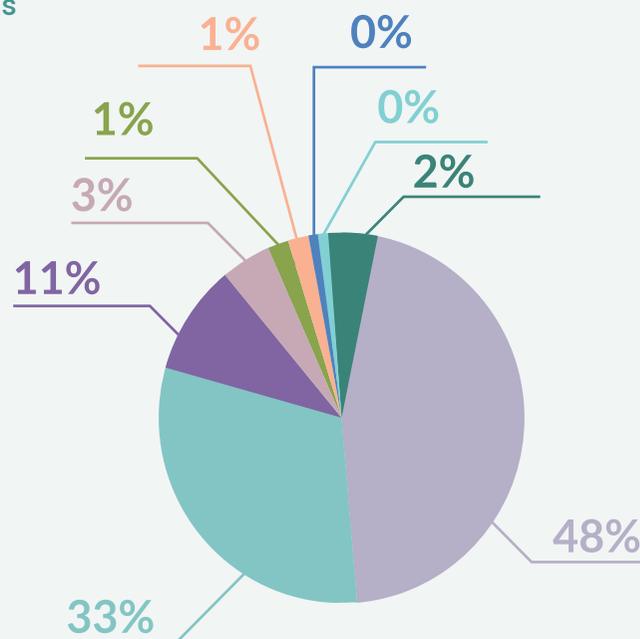
Nesse grupo de despesas, os maiores gastos estão com as rubricas de pagamento de pessoal ativo, as quais respondem por 48,22% de tudo que foi empenhado no Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, seguido pelo pagamento de pessoal aposentado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com 34,13%. Da Dotação Atualizada do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 97,21% dos valores foram objeto de empenho nesse exercício.

O Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, também comumente chamado de Custeio, respondeu por 19,57% dos valores empenhados no exercício. Nesse grupo, estão concentradas as principais despesas para o funcionamento e a manutenção da Instituição. A natureza de despesa 339039, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, correspondeu a 45% de todos os valores empenhados nesse grupo. Nessa rubrica, são alocados os gastos com energia elétrica, água, manutenção de equipamentos, veículos, bens imóveis, dentre outros.

A segunda rubrica com maior representatividade nas Despesas de Custeio foi a referente à Locação de Mão de Obra, com 17% dos valores empenhados no exercício. Nessa rubrica, estão concentrados os contratos de locação de pessoal de apoio administrativo, construção civil, limpeza interna e externa, dentre outros, cujos cargos foram extintos e não há mais contratações via concurso público.

Detalhamento das despesas empenhadas do grupo 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

- Serviços de apoio ao ensino
- Serviços técnicos profissionais
- Serviços de energia elétrica
- Manutenção e conserv. de máquinas e equipamentos
- Manutenção e conservação de bens e imóveis
- Assinaturas de periódicos e anuidades
- Serviços de Telecomunicações
- Manutenção e conservação de veículos
- Locação de máquinas e equipamentos



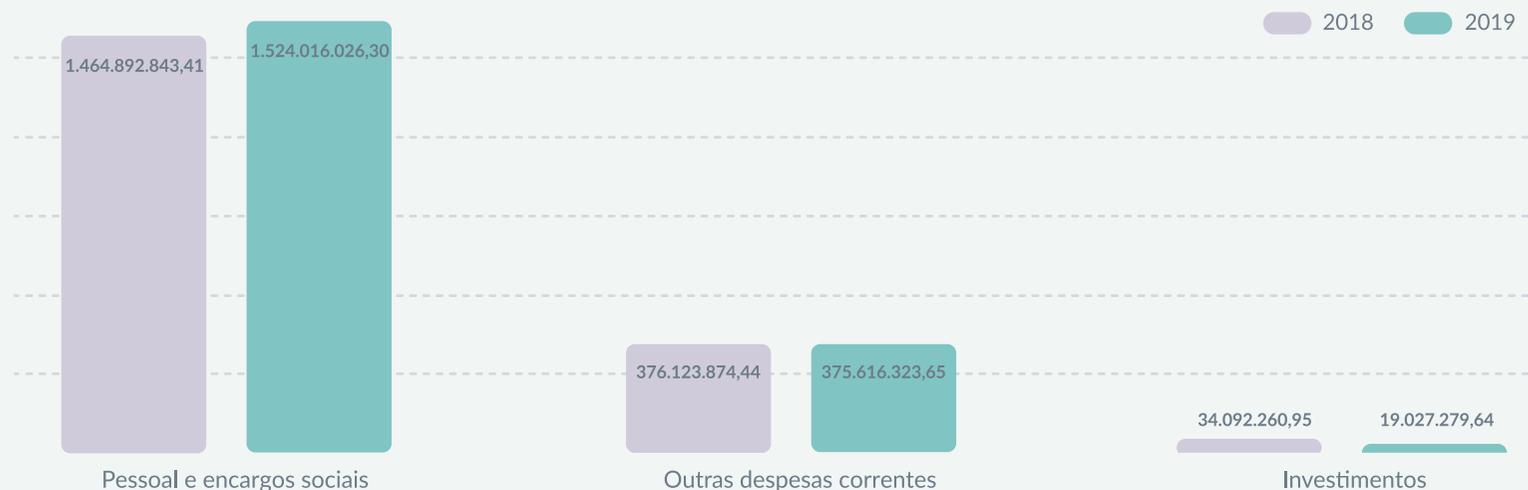
Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas com Auxílio Financeiro aos Estudantes vêm em seguida com 8% dos valores empenhados. Nessa rubrica, estão classificados todos os benefícios pagos diretamente aos alunos da Instituição, em especial as bolsas e os benefícios. São exemplos de bolsas pagas aos alunos: Apoio Técnico e Administrativo; Iniciação Científica; Pesquisa; Extensão; Auxílio-Moradia; Auxílio-Alimentação; Auxílio-Transporte, dentre outros. Além das bolsas, também podem ocorrer concessão de auxílios para participação de eventos como congressos, simpósios e aulas de campo.

Essas três rubricas do Grupo Outras Despesas Correntes, somadas, correspondem a 70% do valor total de Custeio empenhado no exercício. Cabe frisar que também são classificadas como Despesas de Custeio algumas rubricas que são diretamente relacionadas à folha de pagamento de pessoal, como Auxílios Alimentação, Saúde, Transporte, dentre outros. É importante que se destaque isso, tendo em vista que nem todo o valor que é aprovado na LOA para o Grupo 3 – Outras Despesas Correntes (Custeio) pode ser destinado ao uso discricionário da Instituição nas demandas de funcionamento e de manutenção.

Quando se compara as despesas empenhadas no exercício de 2019 com o do anterior, apenas o Grupo Pessoal e Encargos Sociais apresentou acréscimo, com leve crescimento de 4,04%. As despesas de custeio permaneceram praticamente no mesmo patamar, com uma pequena redução de 0,13%. Já o grupo Investimentos foi o mais prejudicado no exercício, uma vez que as despesas empenhadas tiveram uma redução de 44,19% quando comparadas às de 2018.

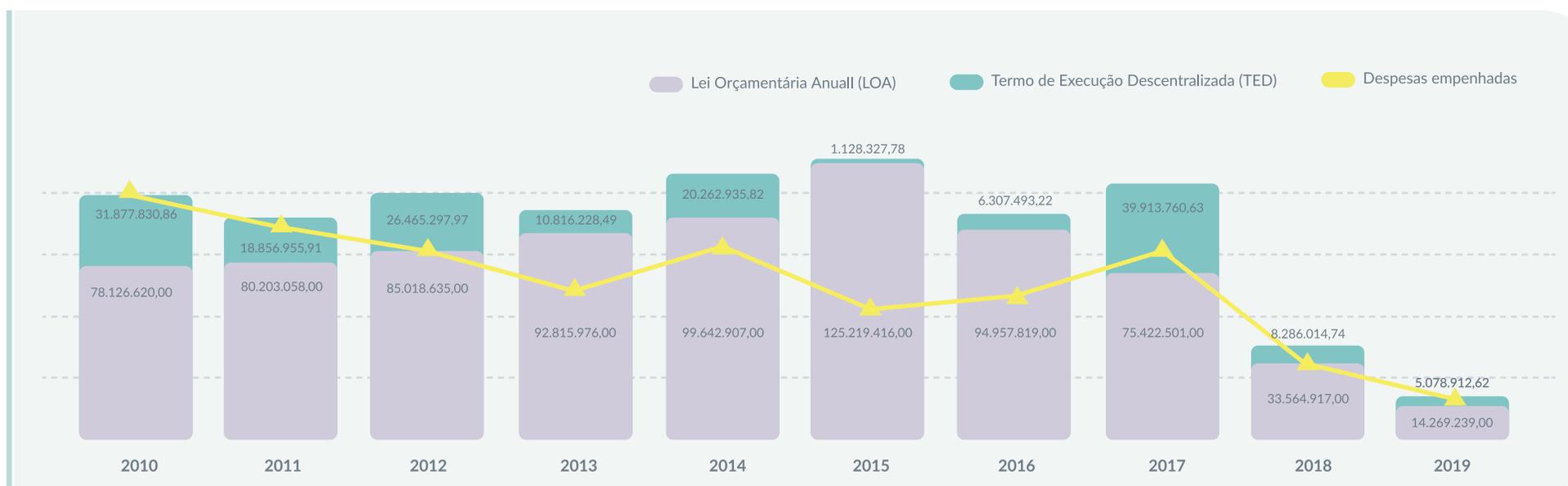
Despesas empenhadas por Grupo de Despesa – 2019 e 2018



Fonte: Tesouro Gerencial

Essa grande redução dos montantes empenhados no Grupo de Investimentos é decorrente do menor volume de recursos autorizados na LOA, bem como do menor volume de TEDs recebidos. Essa redução vem acontecendo de forma mais acentuada nos últimos cinco anos. O gráfico a seguir ilustra essa situação.

Orçamento de Investimento sob gestão da UFRN nos últimos dez anos e Despesas empenhadas no mesmo período



Fonte: Tesouro Gerencial

Pode-se observar a grande redução do orçamento destinado a investimentos da Instituição do exercício de 2015 até o de 2019. Em 2015, a UFRN tinha disponível para empenho o valor total de R\$ 126.347.743,78 (cento e vinte e seis milhões trezentos e quarenta e sete mil setecentos

e quarenta e três reais e setenta e oito centavos), comparado a um valor de R\$ 19.348.151,62 (dezenove milhões trezentos e quarenta e oito mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos) em 2019, o que demonstra uma redução de 84,69%.

Uma boa parte dessa redução se justifica pelo fim do programa de governo REUNI, que foi responsável por uma grande injeção de recursos para a expansão e a modernização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Nos últimos dez anos, o exercício de 2019 foi o que apresentou o menor orçamento de investimento.

Nesses dez anos, a média de empenho dos recursos de investimento foi de 78,53%: o ano com maior percentual foi o de 2010, com 100%; e o menor, o de 2015, com 43,02%.

No exercício de 2019, 98,34% dos recursos de investimento sob nossa gestão foram empenhados.

Você sabia?

A execução da despesa pública percorre três estágios, que, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, são: **empenho, liquidação e pagamento.**

» Empenho

Representa o primeiro estágio da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, da aquisição do material ou bem, da obra, entre outros serviços. Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente (ou não) de implemento de condição”. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

» Liquidação

É o segundo estágio da despesa orçamentária. Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito” e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. Ou seja, é a verificação se o material e/ou o serviço entregue está em conformidade com o empenhado.

» Pagamento

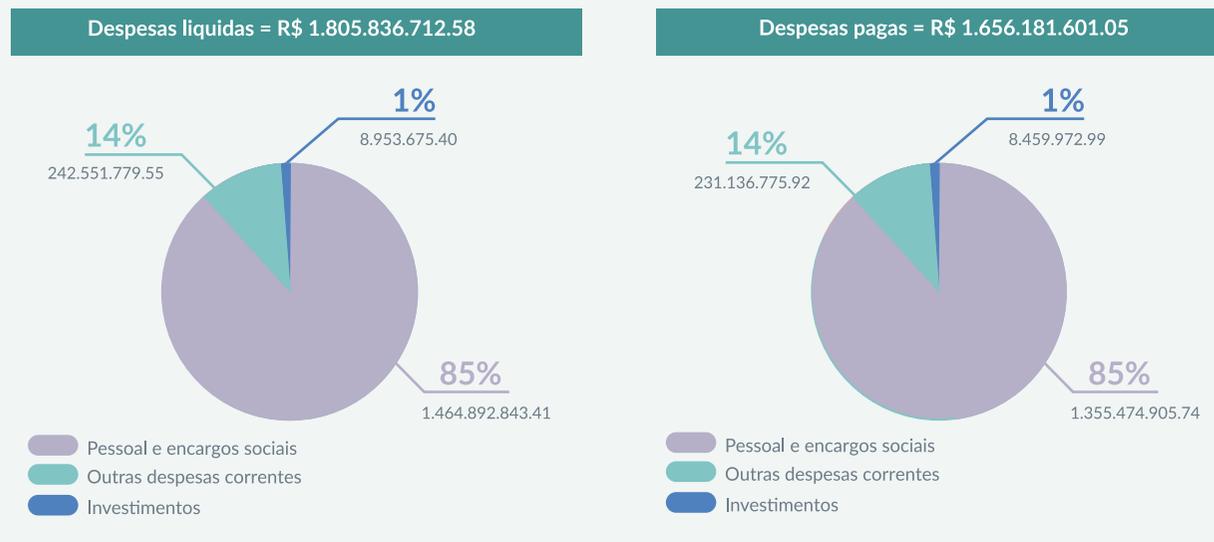
Refere-se ao terceiro estágio. Consiste na entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 64, define ordem de pagamento como sendo “o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga”.

Com relação às demais fases da Despesa Orçamentária, do total de valores empenhados no exercício, somando-se todos os grupos, 94,12% das despesas foram liquidadas e 86,32% foram objeto de pagamento dentro do próprio exercício.

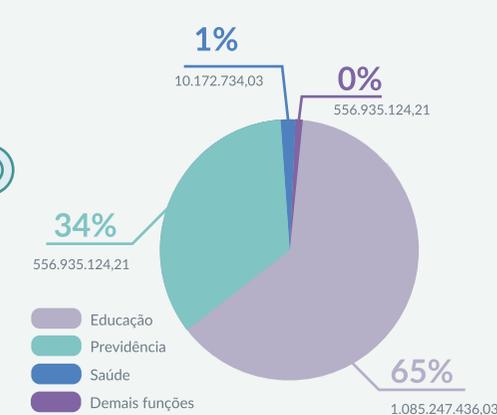
Além da classificação por grupo, a despesa também pode ser apresentada por sua classificação funcional, formada por Funções e Subfunções de governo. Essa classificação busca responder basicamente à indagação: em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG), e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que serve como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nos três níveis de governo. A seguir, detalham-se **as despesas pagas no exercício por Função e Subfunção de governo:**

Despesas liquidadas e pagas em 2019, por Grupo de Despesa



Despesas pagas por Função e Subfunção de governo



Subfunção	Despesa paga
Formação de recursos humanos	318.287,20
Atenção básica	16.207.331,77
Assistência hospitalar e ambulatorial	90.941.206,58
Alimentação e nutrição	20.356,37
Proteção e benefícios ao trabalhador	31.770.554,19
Ensino profissional	8.049.707,06
Ensino superior	795.987.244,27
Educação básica	885.608,10
Outros encargos especiais	141.067.140,49
Previdência do regime estatutário	556.935.124,21

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2019, 65% das despesas pagas foram relacionadas à função Educação, seguida pela função Previdência Social, com 34%. Essa é uma predominância natural, tendo em vista a finalidade de uma instituição de ensino superior. Dentro da função Educação, o maior destaque ficou com a subfunção Ensino Superior, que correspondeu a 73,35% dos valores pagos nessa função de governo. Outros Encargos Especiais vem logo após, com 13%. Esse valor refere-se aos encargos patronais relativos à folha de pagamento da Instituição.

As subfunções Ensino Profissional e Educação Básica ficam apenas com 0,74% e 0,08%, respectivamente, dos valores pagos, tendo em vista o maior foco nas atividades de graduação e pós-graduação.



Resumo da execução orçamentária do exercício por Grupo de Despesa e Ação de Governo

Grupo de Despesa	Ação de Governo	Empenhado	Liquidado	Pago
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20TP - Ativos Civis da União	778.127.774,66	778.127.774,66	714.307.252,37
	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	604.821.111,15	604.821.111,15	556.935.124,21
	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações	141.067.140,49	121.067.140,49	141.067.140,49
Subtotal		1.524.016.026,30	1.524.016.026,30	1.412.309.517,07
3 - Outras despesas correntes	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	139.507.216,51	117.550.151,04	114.427.120,64
	4705 - Apoio financeiro para aquisição e distribuição de medicamentos	61.485.828,00	15.315.628,00	0,00
	212B - Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados	34.621.088,97	34.621.088,97	31.770.554,19
	4002 - Assistência ao estudante de Ensino Superior	30.243.350,00	27.936.211,00	27.594.720,92
	20YD - Educação e formação em Saúde	29.085.522,44	16.740.061,87	9.581.670,58
	00P1 - Apoio à Residência em Saúde	24.955.691,90	24.955,691,90	23.464.571,29
	2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores	17.647.610,68	17.647.610,68	16.207.331,77
	Demais ações	38.070.015,15	23.173.392,35	17.185.507,08
Subtotal		375.616.323,65	277.939.835,81	240.231.476,47
4 - Investimentos	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	9.111.508,17	841.953,39	643.540,15
	8282 - Reestruturação e modernização das Instituições Federais	4.836.858,85	2.983.487,96	2.977.607,36
	15R3 - Apoio à expansão, reestruturação e modernização das Instituições	3.443.010,00	0,00	0,00
	Demais ações	1.635.902,62	55.409,12	19.460,00
Subtotal		19.027.279,64	3.880.850,47	3.640.607,51
Total		1.918.659.629,59	1.805.836.712,58	1.656.181.601,05

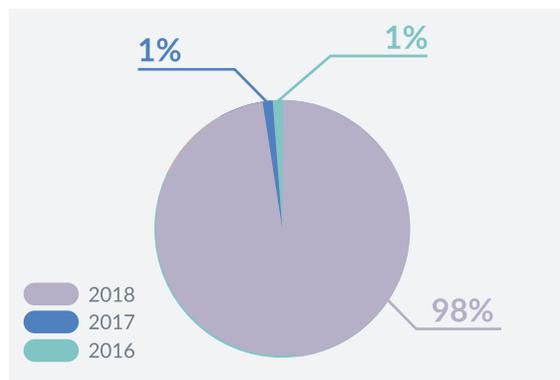
Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores empenhados e não liquidados, bem como os liquidados e não pagos no próprio exercício, são inscritos em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Processados (RPP), respectivamente, para execução nos próximos exercícios, com exceção das despesas com pessoal, da ajuda de custo, do suprimento de fundos e das diárias, que não podem ser inscritos em RPNP.

A execução das despesas inscritas em Restos a Pagar não é computada nas despesas do exercício, tendo em vista que a despesa já foi iniciada em exercícios anteriores e está sendo finalizada em um exercício posterior. Em 2019, a UFRN pagou um total de R\$ 270.776.541,21 (duzentos e setenta milhões setecentos e setenta e seis mil quinhentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos) a título de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Pagamentos por ano de inscrição

Restos a pagar processados pagos = R\$ 123.359.977,99



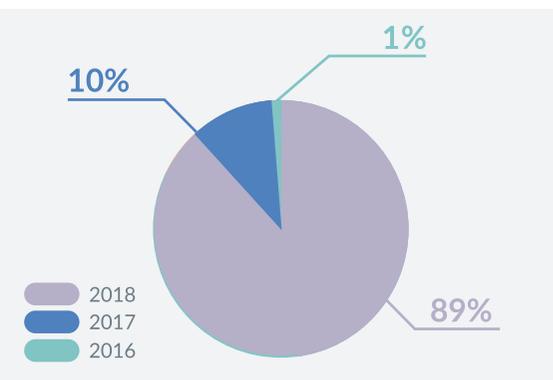
Fonte: Tesouro Gerencial

Dos valores pagos, 54,44% foi referente aos RPNP, que são os casos de despesas apenas empenhadas no exercício de origem e inscritas em RPNP para posterior liquidação e pagamento. Os empenhos de 2018 foram os que tiveram maior execução nesse grupo, respondendo por 89% dos montantes pagos.

No grupo Restos a Pagar Processados Pagos, que são os casos de despesas empenhadas e liquidadas no exercício de origem e apenas o pagamento ocorre em exercício posterior, os empenhos de 2018 foram responsáveis por 98% do total. Do

Restos a Pagar Pagos no exercício, por ano do empenho

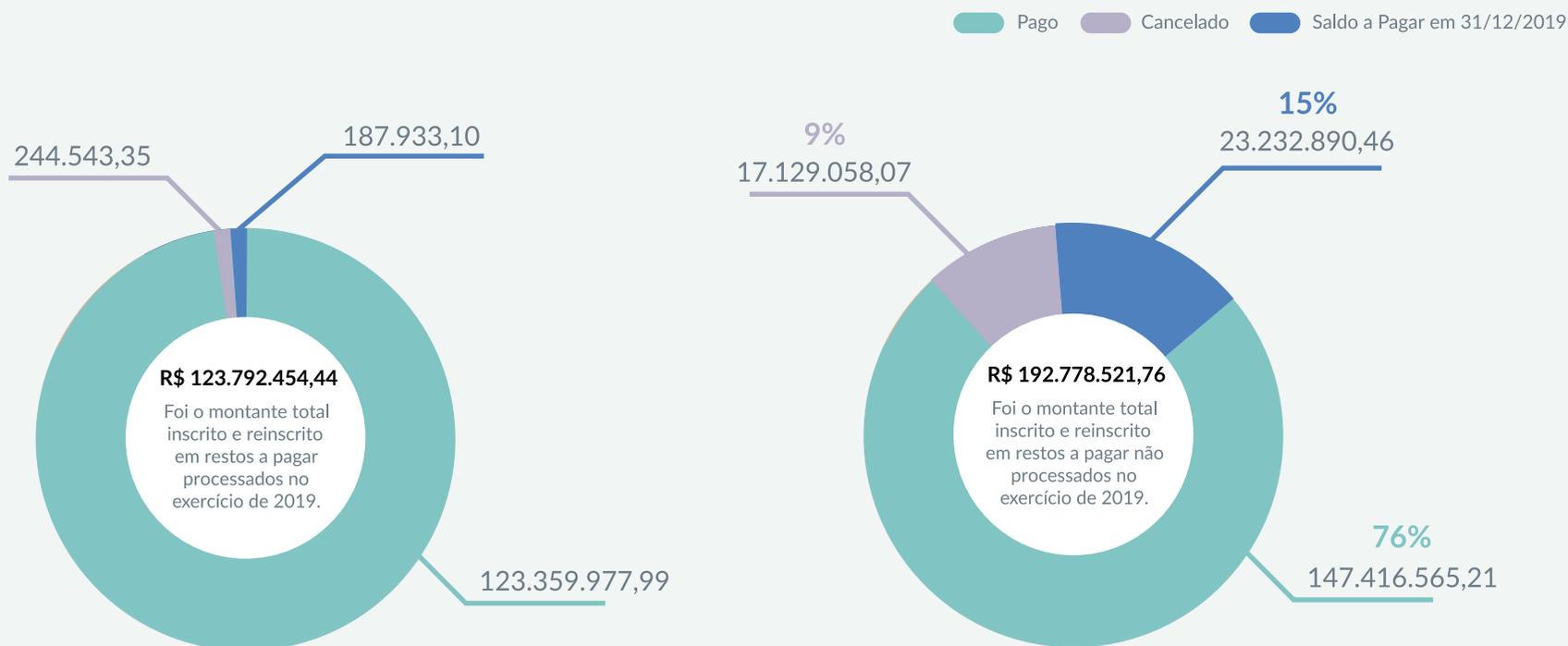
Restos a pagar não processados pagos = R\$ 147.416.563,22



total dos valores inscritos e reinscritos nesse grupo, 99,65% foi objeto de pagamento, 0,20% foram cancelados e apenas 0,15% ficou de saldo para execução no exercício seguinte.

Já no estoque de Restos a Pagar Não Processados, 76% dos valores foram liquidados e pagos em 2019, 9% foi objeto de cancelamento, seja pelo prazo prescricional dos empenhos, por bloqueio e posterior cancelamento da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), ou pelo fato da despesa não ser mais executada, e 15% foi reinscrito em 2020.

Resumo do estoque de restos a pagar da UFRN



UFRN encerra o exercício de 2019 com um estoque final de R\$ 28.420.823,56 de restos a pagar, que será reinscrito no exercício de 2020, o que representa apenas 9% do estoque em 01/01/2019.

Fonte: Tesouro Gerencial

Desempenho do exercício atual em comparação ao esperado

O exercício de 2019 foi marcado por muitas incertezas no campo da gestão orçamentária e financeira das IFES. Após a aprovação da LOA do exercício, foi anunciado pelo Governo Federal que levantamentos estavam sendo realizados com a finalidade de um contingenciamento orçamentário em todos os ministérios.

Em meados de abril, o contingenciamento de fato foi realizado, sendo registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) um bloqueio, no âmbito da UFRN, de R\$ 60.218.493,00 (sessenta milhões duzentos e dezoito mil quatrocentos e noventa e três reais), distribuídos em R\$ 48.015.384,00 (quarenta e oito milhões quinze mil trezentos e oitenta e quatro reais) no orçamento de Custeio e R\$ 12.203.109,00 (doze milhões duzentos e três mil cento e nove reais) no de Investimento, o que representou um contingenciamento de 33% e 44% do orçamento destinado para o exercício, respectivamente.

Esse foi um cenário muito preocupante para a Instituição, tendo em vista que todo o planejamento realizado para o exercício de 2019 foi baseado nos valores aprovados na LOA, conforme **Resolução nº 74/2019-CONSAD**, e nos reajustes dos principais contratos, como energia e locação de mão de obra, por exemplo. Ao longo do exercício, diversas reuniões foram realizadas na esfera da gestão, bem como com o próprio Ministério da Educação (MEC), com o intuito de demonstrar que a manutenção desse bloqueio seria insustentável para a UFRN, que, para se adequar aos novos valores, precisaria realizar cortes elevados nos contratos, o que acarretaria a inviabilização de algumas atividades.

Diante da sinalização do MEC sobre a possibilidade real de os valores bloqueados não serem liberados no exercício, diversas despesas foram reduzidas, como diárias, passagens, manutenções, desligamento de pessoal dos contratos de locação de mão de obra, material de consumo, dentre outros, no limite do que era possível fazer para não prejudicar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Até o dia 2 de setembro de 2019, apenas 65% do orçamento de custeio e 20% do de investimento haviam sido liberados para empenho.

Em meados de setembro, o MEC anunciou que todos os valores bloqueados seriam liberados às IFES após uma realocação de recursos da pasta, o que de fato ocorreu. Até o dia 18 de outubro de 2019, os 35% restantes do orçamento de Custeio haviam sido liberados, atingindo os 100% aprovados na LOA, e até o dia 22 de novembro de 2019 os 80% restantes de Investimento também foram enviados, finalizando o exercício com a totalidade dos recursos liberados. No entanto, algumas ações como limitação de passagens, diárias, material de consumo e até desligamento de pessoal terceirizado já haviam sido efetivadas, na tentativa de equilibrar as contas.

Com isso, a Instituição conseguiu executar o orçamento aprovado na LOA e cobrir todas as despesas necessárias ao seu pleno funcionamento, o que era esperado para o exercício.

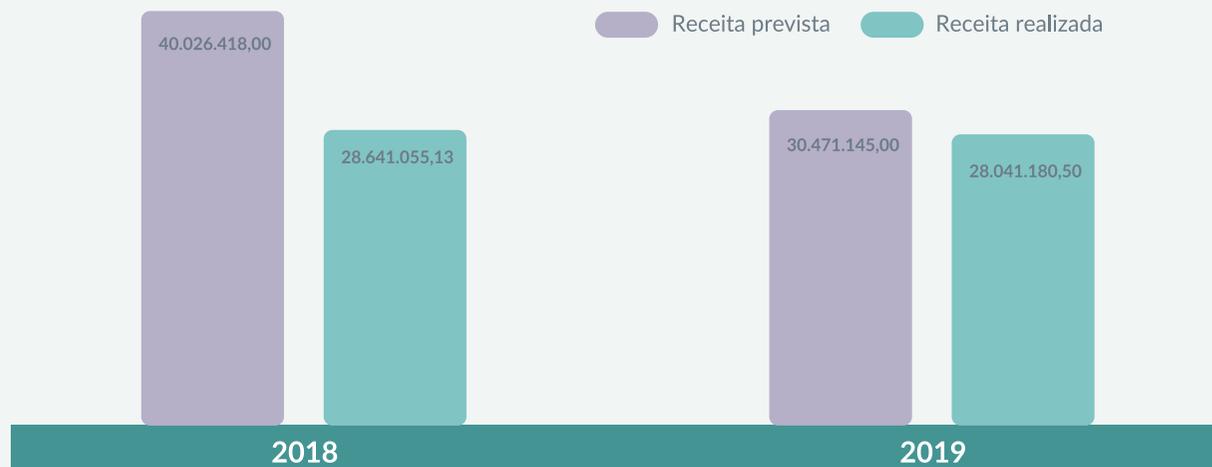
Apesar dessa liberação, o Governo Federal já tem sinalizado que essa também será uma tendência para o exercício de 2020, uma vez que com a aprovação da LOA 2020 (Lei nº 13.978 de 17 de janeiro de 2020) as principais ações de custeio estão sinalizadas como “Recursos sob supervisão”, ou seja, dependem de autorização legislativa

para que seja possível sua utilização, sendo esse bloqueio inicial da ordem de aproximadamente 40%.

No campo da arrecadação das Receitas Próprias, o desempenho ficou dentro do esperado. Para o exercício de 2019, foi previsto na LOA uma arrecadação total de R\$ 30.471.145,00 (trinta milhões quatrocentos e setenta e um mil cento e quarenta e cinco reais), dos quais 92% foram arrecadados até o final do ano, o que representou uma arrecadação líquida de R\$ 28.041.180,35 (vinte e oito milhões quatrocentos e um mil cento e oitenta reais e trinta e cinco centavos).

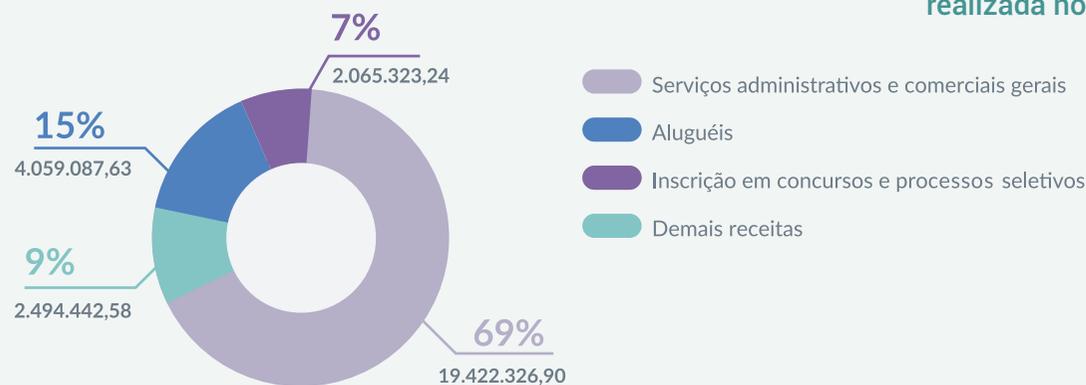
Quando comparamos com o exercício de 2018, observamos que o montante arrecadado foi praticamente o mesmo, apresentando uma leve queda de 2,09%. Em contrapartida, a frustração de receita no exercício de 2019 foi muito menor, atingindo 8%, contra 28,44% que foi registrado no anterior. Isso se deve à redução na previsão inicial da receita na LOA 2019, tendo em vista que o valor arrecadado no ano anterior estava bem abaixo do previsto para aquele exercício, sendo necessário ajustar nossa previsão.

Receita prevista e receita realizada no exercício de 2019 em comparação ao de 2018



Fonte: Tesouro Gerencial

Composição da receita própria realizada no exercício



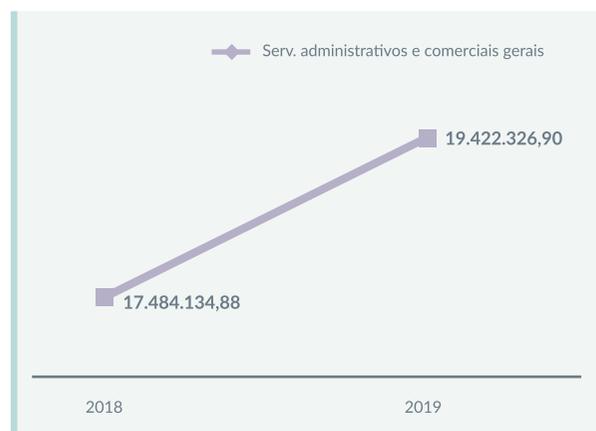
Fonte: Tesouro Gerencial

As receitas com Serviços Administrativos e Comerciais continuam sendo a principal natureza de receita própria da Instituição, respondendo por 69% da receita realizada no exercício. Nessa natureza, estão receitas arrecadadas nos códigos de recolhimento 28838 – Serviços de Estudos e Pesquisas, 28830 – Serviços Administrativos, 28832 – Serviços Educacionais, dentre outros.

Os Aluguéis vêm em seguida, com 15% dos valores arrecadados no ano. A UFRN tem um imóvel alugado à Câmara Municipal de Natal, bem como espaços espalhados no campus destinados a agências bancárias, lanchonetes, restaurante, entre outros. Os valores arrecadados a título de inscrição em concursos e processos seletivos assumem a terceira posição, com 7% do total.

Faz parte da estrutura da Instituição o Núcleo Permanente de Concursos da UFRN (COMPERVE), unidade responsável por realizar os concursos da própria Instituição, bem como celebrar diversos contratos com órgãos das esferas federal, estadual e municipal para realização de concursos diversos.

Principais variações na receita realizada por natureza de receita



Fonte: Tesouro Gerencial

No comparativo com o exercício anterior, a receita com maior variação positiva foi a com Aluguéis, com um aumento de 121%. Essa variação decorre, principalmente, do recebimento, no exercício de 2019, de aluguéis acumulados do prédio ocupado pela Câmara Municipal de Natal. Atualmente, esse aluguel é depositado pela Câmara em juízo, sendo necessária a juntada de petição ao processo para liberação dos valores à UFRN. Somente nessa operação, foi recebido o montante de R\$ 2.066.087,50 (dois milhões sessenta e seis mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos) em 2019, referente a várias parcelas acumuladas que estavam depositadas em juízo.

Outro grupo com variação positiva no ano foi o de Serviços Administrativos e Comerciais, com uma variação de 11% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, do maior volume de receitas arrecadadas no código 28838 – Serviços de Estudos e Pesquisas, com uma diferença positiva de aproximadamente R\$ 5,4 milhões no comparativo entre os anos de 2018 e 2019.

No que tange às variações negativas, o destaque ficou para as receitas com Remuneração de Depósitos Bancários, com uma queda de 99,98%. Aqui são classificadas as receitas obtidas com os rendimentos das aplicações financeiras da Instituição. Por meio de Ofício Circular do MEC, todas as IFES foram informadas que os seus recursos próprios só poderiam ser aplicados no SIAFI com a devida autorização legislativa, sendo permitida aplicação sem essa autorização somente em casos de convênios. Tendo em vista a falta dessa autorização, os recursos próprios da Instituição que estavam aplicados foram totalmente desaplicados, gerando a queda nesse grupo.

Já as receitas com as Inscrições em Concurso e Processos Seletivos apresentou uma queda de 43% no comparativo, decorrente do menor volume de contratos celebrados em 2019 com outros órgãos das esferas federal, estadual e municipal.

Para o exercício de 2020, a estimativa é que a arrecadação das receitas próprias gire em torno de R\$ 26 milhões, o que representaria uma redução de aproximadamente 7%, quando comparado ao arrecadado em 2019.



Informações acerca do setor de contabilidade

A Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), diretoria vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), é o órgão central do SIAFI da Universidade, ficando responsável pela gestão orçamentária, financeira e contábil de todas as unidades vinculadas à UFRN. A Diretoria é constituída por:

I – Divisão de Administração Financeira, que se subdivide em:

» Setor de Execução Orçamentária;

» Setor de Análise e Liquidação de Despesa;

» Setor de Finanças.

II – Divisão de Contabilidade.

Todas as etapas da execução da despesa (Empenho, Liquidação e Pagamento) ocorrem no âmbito da Divisão de Administração Financeira, e toda a parte contábil da Instituição fica a cargo da Divisão de Contabilidade. A DCF é composta por 32 colaboradores, sendo um diretor, dois chefes de divisão e três chefes de setor.

Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC e mecanismos adotados para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização

São realizados diariamente e mensalmente os registros de conformidades de Gestão e Contábil, respectivamente, no SIAFI. A Conformidade dos Registros de Gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações.

Ela tem como finalidade verificar: (a) se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados pela Unidade Gestora Executora (UGE) foram realizados em observância às normas vigentes; e (b) a existência de documentação que suporte as operações registradas, conforme descrevem as competências e responsabilidades do setor contábil da UPC (vide **Regimento Interno da Reitoria**).

Já a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI.

O registro mensal da conformidade contábil é efetuado por profissional habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RN), em dia com suas obrigações profissionais, lotado na Divisão de Contabilidade desse órgão e credenciado no SIAFI para essa finalidade. Além disso, é observada a segregação de função no processo de registro, em atendimento às macrofunções do SIAFI nº 02.03.15.

As demonstrações contábeis são apresentadas de forma consolidada, abrangendo todas as unidades que fazem parte do órgão 26243 – UFRN, e são elaboradas com observância as normas contábeis vigentes no Brasil, tais como: Lei nº 4.320/64; Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), dentre outros. As demonstrações são compostas de:

I – Balanço Patrimonial

É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle);

II – Balanço Orçamentário

Demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação;

III – Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;

IV – Demonstração das Variações Patrimoniais

Evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. A elaboração da DVP tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas – VPD) e 4 (variações patrimoniais aumentativas – VPA); e

V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis completas, bem como as suas notas explicativas, são divulgadas anualmente na página oficial da UFRN: <https://ufrn.br/>. Para acessá-las, deve-se seguir o caminho: Institucional > Documentos > Demonstrações contábeis. Também podem ser verificadas diretamente pelo link: <https://proad.ufrn.br/documentos/demonstracoes-contabeis>.

Acerca das auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos

Nada a relatar.

Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício

A seguir serão apresentados, de forma resumida, os principais fatos contábeis do exercício, tendo em vista que o desempenho orçamentário e financeiro da Instituição já foi abordado no tópico Gestão Orçamentária e Financeira. Ratificamos que as informações contábeis detalhadas podem ser obtidas no link supracitado, por meio das demonstrações contábeis e de suas notas explicativas.

Situação Patrimonial da Instituição

A UFRN encerrou o exercício de 2019 com um Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 875.408.736,37 (oitocentos e setenta e cinco milhões quatrocentos e oito mil setecentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos).

Resumo do Balanço Patrimônio de 2019



Fonte: Balanço Patrimonial

Apesar do número expressivo, no comparativo com o exercício de 2018, o PL sofreu uma redução de 44,72%. Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram:

a) Aumento de 521% no passivo circulante no comparativo entre 2018 e 2019

O passivo circulante da UFRN finalizou o exercício com um montante de R\$ 835.903.777,31 (oitocentos e trinta e cinco milhões novecentos e três mil setecentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos), o que representou um aumento de 521% no comparativo com o exercício anterior. Esse grande aumento foi gerado pelo grupo Demais Obrigações a Curto Prazo, decorrente de lançamentos na conta contábil Transferências Financeiras a Comprovar.

Essa conta apresentou um saldo de R\$ 674.056.746,08 (seiscentos e setenta e quatro milhões cinquenta e seis mil setecentos e quarenta e seis reais e oito centavos) em 2019, contra um saldo zero em 2018. Esse valor se refere a lançamentos automáticos da Secretária do Tesouro Nacional (STN), decorrentes de recursos orçamentários e financeiros não utilizados, provenientes de TEDs, e que são registrados

em contas de passivo na Unidade Gestora (UG) recebedora. Essa conta é baixada, pelo órgão concedente do TED, com a prestação de contas de cada TED.

Como esses valores anteriormente não eram registrados nas contas de passivo, foi gerada essa grande diferença no exercício de 2019. Será feito um levantamento para identificar os TEDs que já podem ser baixados.

b) Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo finalizou o ano com saldo 376% superior ao ano anterior

A UFRN encerrou o exercício de 2019 com um saldo de R\$ 36.594.748,61 (trinta e seis milhões quinhentos e noventa e quatro mil setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e um centavos) na conta de passivo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, um aumento de 376% quando comparado ao saldo de 2018.

Esse aumento se deve, principalmente, a valores liquidados para pagamento de recursos orçamentários recebidos via TED do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Como, até o encerramento do exercício financeiro, esses valores não haviam sido repassados à UFRN, essas despesas não foram pagas até o término do exercício.

c) Resultado do Exercício Negativo

O Resultado do Exercício de 2019 foi negativo em R\$ 701.890.219,25 (setecentos e um milhões oitocentos e noventa mil duzentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos), ao passo que, em 2018, o resultado foi positivo em R\$ 273.839.115,93 (duzentos e setenta e três milhões oitocentos e trinta e nove mil cento e quinze reais e noventa e três centavos).

Essa mudança radical no resultado do exercício foi decorrente, principalmente, do aumento no passivo circulante da Instituição, explicado no item anterior, tendo em vista que na administração pública a apuração do resultado do exercício é efetuada no exercício com base na diferença do saldo nas contas das classes 1 – Ativo e 2 – Passivo, assim como na diferença das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Resultado Financeiro do Exercício

A UFRN finalizou o exercício de 2019 com um saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 170.077.343,47 (cento e setenta milhões setenta e sete mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), gerando um caixa no período de R\$ 3.409.253,74 (três milhões quatrocentos e nove mil duzentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos), quando comparado ao saldo inicial.

Caixa e Equivalentes de Caixa no exercício

	01/01/2019	31/12/2019	Geração/ Consumo de caixa
Caixa e Equivalentes de caixa	R\$ 166.668.089,73	R\$ 170.077.343,47	R\$ 3.409.253,74

Fonte: Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Historicamente, esse saldo de caixa ao final do exercício é decorrente da compensação do pagamento da folha de pessoal. O pagamento é realizado sempre no último dia útil do mês, mas a compensação bancária só ocorre no dia útil seguinte. Assim, o pagamento da folha só é compensando no dia 2 de janeiro do exercício seguinte.

Mesmo apresentando uma geração de caixa positivo, esse valor apresentou uma redução de 94%, quando comparado à geração de caixa do exercício de 2018, no valor de R\$ 58.484.056,32 (cinquenta e oito milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Essa variação é decorrente da redução no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, tendo em vista que em 2019 o desembolso com as despesas operacionais foram 7,36% maiores, o que representou um desembolso maior de R\$ 142.029.514,45 (cento e quarenta e dois milhões vinte e nove mil quinhentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Resumidas

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais	35.374.984,74	137.477.695,02
Ingressos	2.106.311.888,36	2.066.385.084,19
Desembolsos	-2.070.936.903,62	-1.928.907.389,17
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-31.965.731,00	-78.993.638,70
Ingressos	---	---
Desembolsos	-31.965.731,00	-78.993.638,70
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	---	---
Ingressos	---	---
Desembolsos	---	---
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.409.253,74	58.484.056,32
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	166.668.089,73	108.184.033,41
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	170.077.343,47	166.668.089,73

Resultado Orçamentário

Resultado Orçamentário	=	Receita Realizada	-	Despesas Empenhadas
		R\$ 28.041.180,35		R\$ 1.918.659.629,59
				- R\$ 1.890.618.449,24
				Déficit do Exercício

Fonte: Balanço Orçamentário

A UFRN encerrou o exercício de 2019 com um déficit orçamentário apurado no Balanço Orçamentário de R\$ 1.890.618.449,24 (um bilhão oitocentos e noventa milhões seiscentos e dezoito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos), 2,39% superior ao déficit apresentado em 2018.

O resultado orçamentário da UFRN sempre é deficitário em razão da sua fórmula de cálculo. As receitas arrecadadas diretamente pela Instituição são uma parcela mínima do orçamento. Praticamente 99% das receitas são decorrentes das transferências financeiras recebidas do MEC. Como os repasses financeiros do MEC não integram o balanço orçamentário no campo das Receitas, sempre há apuração de déficit orçamentário no exercício.

Vale frisar que o déficit orçamentário não significa que a Instituição não tenha recursos para pagamento de suas despesas, apenas que a arrecadação própria das receitas não foi suficiente para arcar com todas as despesas empenhadas. Além disso, as receitas próprias arrecadadas só podem ser utilizadas para o pagamento das despesas empenhadas na mesma fonte de recurso.



UFERN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE